

ISSN 1516-344x



*Revista do Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia*

Rev. IGHB, Salvador, v. 118, jan./dez. 2023

ISSN 1516-344x

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA**

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

DIRETORIA IGHB | 2022 – 2023

Presidente de Honra Eduardo Morais de Castro

Presidente: Joaci Fonseca de Góes

1º Vice presidente: Aramis de Almada Ribeiro Costa

2º Vice Presidente: Luiz Ovídio Fisher

3º Vice Presidente: Newton Cleyde Alves Peixoto

Secretário Geral: Rozendo Ferreira Neto

Secretário Adjunto: Ricardo Maurício Nogueira

Diretora Financeira: Maria Constança Carneiro Galvão

Diretor Financeiro Adjunto: Jorge Luiz Ramos

Orador Oficial: José Nilton Carvalho Pereira

Diretor de Publicações: Sérgio Augusto Soares Mattos

Diretor de Biblioteca: Luiz Américo Lisboa Junior

Diretora do Arquivo Histórico: Zita Magalhães Alves

Diretoria Suplente Antonio Menezes do Nascimento Filho
Sergio Emílio Schlang Alves
Raul Affonso Nogueira Chaves Filho

Conselho Fiscal Sudário de Aguiar Cunha
Wellington do Carmo Cruz
Luislinda Dias de Valois Santos

Conselho Fiscal Suplente Creuza Santos Lage
Guarani Valença de Araripe
Rizodalvo da Silva Menezes

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO DA BAHIA

Salvador, v. 118, p. 1-488, jan./dez. 2023

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro Academia Portuguesa de História e Universidade de Lisboa – Portugal	Edmundo Anibal Herédia Universidade Nacional de Córdoba – Argentina
Antonella Rita Roscilli Escritora e jornalista – Itália	Hendrik Kraay Universidade de Calgary – Canadá
Berthold Zilly Instituto Latinoamericano de Freie Universitat Berlin – Alemanha	Marcos de Noronha da Costa Academia Portuguesa da História – Portugal
Carlos Tasso Saxe-Coburgo e Bragança Academia Portuguesa da História – Portugal	Stuart Schwartz Yale University – Estados Unidos

Conselho Editorial Nacional

Adinoel Mota Maia Gabinete Português de Leitura-Bahia	José Ibarê Dantas Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Arno Wehling Academia Brasileira de Letra	Maria Tereza Navarro Britto Matos Universidade Federal da Bahia
Carlos Humberto Pederneiras Corrêa Instituto Geográfico e Histórico de Santa Catarina	Zilma Parente de Barros Universidade Federal da Bahia
José Carlos Bastos Sant Anna Universidade Federal da Bahia	Sérgio Augusto Soares Mattos Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

© 2023 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em língua portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha Técnica

Coordenação Editorial	Sérgio Augusto Soares Mattos
Assistente Editorial	José Carlos Bastos Sant Anna
Projeto Gráfico	Sidnei Silva e George Luis Cruz Silva
Revisão de Linguagem	Sérgio Augusto Soares Mattos José Carlos Bastos Sant'Anna
Paginação eletrônica	Quarteto Editora

Endereço para envio de artigos: diretoria.publicacao@ighb.org.br

Indexada em / Indexed in:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml> – Plataforma Sucupira

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores

Ficha Catalográfica

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador:
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 –

V.; il; 25cm.

Anual

v. 118 (jan./dez., 2023), 488p

ISSN 1516-344X.

1. Bahia – História 2. História e Religião. 4. Instituto Geográfico e
Histórico da Bahia – Discursos, ensaios e palestras.

CDU:94(813.8)

Realização:



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia

Apoio financeiro:



SECRETARIA SECRETARIA
DE CULTURA DA FAZENDA

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – IGHB

Avenida Joana Angélica, 43 – Piedade 40050-001 – Salvador – BA – Brasil

Telefone (71)3329-4463 | (71)3329-6336 | diretoria.publicacao@ighb.org.br

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

200 ANOS DAS LUTAS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Sérgio Augusto Soares Mattos

15

BICENTENÁRIO DO 2 DE JULHO E RUY BARBOSA

O CENTENÁRIO DA MORTE DE RUY BARBOSA E O BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Joaci Góes

23

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A UNIDADE NACIONAL FORAM CONQUISTADAS NA BAHIA EM 2 DE JULHO DE 1823

Fernando Alcoforado

43

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NOS SERTÕES DO RIO SÃO FRANCISCO: AS VILAS DE BARRA E DO URUBU (1822-1823)

Ana Cecília Ferreira Cunha Alves

Pablo A. Iglesias Magalhães

53

A IMPRENSA BAIANA NA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA E O PAPEL DO JORNALISTA “MONTEZUMA”

Jorge Ramos

79

CURIOSIDADES E FATOS POUCO DIVULGADOS SOBRE O 2 DE JULHO DE 1823 (PARTE I)

José Nilton Carvalho Pereira

117

MARIA QUITÉRIA DE JESUS, NEM SEMPRE HEROÍNA

Lizir Arcanjo Alves

137

RUY BARBOSA E A CONSTITUIÇÃO DE 1891

Ricardo Nogueira

161

<i>20 MESES COM RUY BARBOSA</i>	
PERSONAGEM É TÃO HUMANO, MAS O TORNAMOS MISTERIOSO	195
<i>Luís Guilherme Pontes Tavares</i>	

ARTIGOS

PERO VAZ DE CAMINHA, EU TE SAÚDO!	213
<i>Cássio Miranda</i>	

CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DE OSCAR FREIRE	237
<i>Lamartine Lima</i>	

A COSTUMBRISTA HILDEGARDES VIANNA	257
<i>Aramis Ribeiro Costa</i>	

A PRESENÇA BAIANA DE EUCLIDES DA CUNHA	277
<i>Matheus Miranda de Sá Campelo</i>	

UMA CHAVE PARA CANUDOS: HORCADES, O IGHB E A GUERRA	333
<i>Marcos Roberto Brito dos Santos</i>	

BRASIL: UMA INVENÇÃO EM PAPEL: VITÓRIA DA CARTOGRAFIA COM AUXÍLIO DA DIPLOMACIA	379
<i>Ednaldo Soares</i>	

MENSAGENS PSICOGRÁFICAS NO MEIO JURÍDICO: O CASO HUMBERTO DE CAMPOS	399
<i>Wilson Midlej</i>	

AGENDA IGHB

AGENDA CULTURAL NOS 129 ANOS DE FUNDAÇÃO DO IGHB	429
<i>Cleide Nunes</i>	

RESENHA

RESENHA DO LIVRO *INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA, DE LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES. (SALVADOR: EDUFBA, 2023, 248P.*

451

Lina Maria Brandão de Aras

RELATÓRIO DA BIBLIOTECA E ARQUIVO

RELATÓRIO DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA

459

Luis Américo Lisboa Junior

Fernanda Mota de Oliveira

**RELATÓRIO DO ARQUIVO HISTÓRICO
THEODORO SAMPAIO**

461

RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS

SÓCIOS DO IGHB

467

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

**REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA**

479

Apresentação

200 ANOS DAS LUTAS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Sérgio Augusto Soares Mattos¹

Este ano, além do Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, o 2 de Julho, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) celebra também o centenário da morte de Ruy Barbosa e o centenário de inauguração de nossa sede. O prédio, que abriga o IGHB, foi um dos primeiros a serem edificadas em concreto armado no Estado. Graças à determinação e coordenação do então secretário do Instituto, o geógrafo Bernardino de Souza, a sede foi construída com subscrição pública. Hoje, a Casa da Bahia abriga uma rica hemeroteca e mapas do Estado, além da Biblioteca Ruy Barbosa e o Arquivo Histórico Theodoro Sampaio, que subsidiam inúmeras pesquisas. Encontra-se também na sede mais de 200 telas, caracterizando-se como o maior acervo de pinturas do Nordeste.

Esta edição da Revista do IGHB, volume 118, apresenta um rico conteúdo distribuído em 15 artigos, dos quais oito são dedi-

¹ Diretor de Publicações do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e editor da Revista do IGHB. E-mail: sasmattos@gmail.com

cados ao Bicentenário do 2 de Julho e ao centenário da morte de Ruy Barbosa. O presidente do IGHB, Joaci Góes, abre o debate com o artigo intitulado **O centenário da morte de Ruy Barbosa e o Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia**. O artigo enaltece Ruy como grande orador, filólogo, advogado, jurista, pedagogo, jornalista e estadista. Do texto, pode-se destacar um trecho no qual Joaci frisa:

Ruy foi tão grande que, mesmo quando avaliado pelo diapasão demolidor do mais implacável dos seus críticos, Raimundo Magalhães Junior, escritor de inegáveis méritos, no livro *Ruy, o homem e o mito*, o que resta de positivo seria suficiente para fazer dele uma estrela de primeira grandeza no cenário mundial.

Com o título de **A Independência do Brasil e a unidade nacional foram conquistadas na Bahia em 2 de Julho de 1823**, Fernando Alcoforado apresenta os fatos que asseguraram “a unidade nacional graças à luta revolucionária que o povo baiano empreendeu da qual resultou a expulsão definitiva das tropas portuguesas da Bahia e do Brasil em 1823”.

Na sequência, Ana Cecília Alves e Pablo Magalhães, discutem o processo d’**A Independência do Brasil nos sertões do rio São Francisco: as vilas de Barra e do Urubu (1822-1823)**. Os autores mostram como essas “duas vilas foram fundamentais para assegurar a Independência do Brasil em uma região estratégica, que conecta os caminhos para os sertões de Minas Gerais, Piauí, Maranhão e Goiás”.

Como não poderia faltar, o próximo artigo, intitulado **A imprensa baiana na guerra da independência e o papel do jornalista Montezuma**, de autoria de Jorge Ramos, aborda a participação da imprensa na guerra da independência, destacando o papel do jornalista Montezuma. Em síntese, o autor elenca aspectos da história da

imprensa no Brasil no período compreendido entre a fase colonial até a independência.

O professor José Nilton Carvalho Pereira, no texto **Curiosidades e fatos pouco divulgados sobre o 2 de Julho de 1823**, nos relata fatos garimpados por ele e que podem ter sido negligenciados por alguns historiadores. Em seguida, o leitor terá acesso ao artigo **Maria Quitéria de Jesus, nem sempre heroína**, de Lizir Arcanjo Alves. A pesquisadora afirma que nem sempre Maria Quitéria foi reconhecida pelos baianos como heroína “devido aos preconceitos da época que invalidavam nas mulheres comportamentos considerados como exclusivos do sexo masculino”. Ao término da guerra, o Imperador D. Pedro I recebeu Maria Quitéria no palácio, em 20 de agosto de 1823, quando, em reconhecimento, “concedeu-lhe a insígnia dos Cavaleiros da Imperial Ordem do Cruzeiro” e o soldo de alferes de linha. Lizir Arcanjo destaca ainda que só em 1923 Maria Quitéria teve um retrato dela colocado no Pavilhão dos Caboclos, no Largo da Lapinha, em Salvador, por iniciativa do IGHB, em reconhecimento público à nossa heroína.

Na sequência, dois artigos sobre Ruy Barbosa. O primeiro, **Ruy Barbosa e a Constituição de 1891**, de autoria de Ricardo Nogueira, aborda objetivamente a participação de Ruy na elaboração da Constituição de 1891. No segundo, **Personagem tão humano, mas o tornamos misterioso**, Luís Guilherme Pontes Tavares relata suas andanças, com leituras e visitas que fez sobre a vida e a obra de Ruy Barbosa, ao longo de 20 meses. O artigo apresenta ações e consequências da relação do autor com o tema.

Na segunda parte da revista encontram-se artigos plurais, tais como o do desembargador Cassio Miranda, intitulado **Pero Vaz de Caminha, eu te saúdo**, seguido do artigo de Lamartine Lima,

Centenário do falecimento de Oscar Freire, que resgata a história de Freire, no ano de seu centenário de morte, concluindo que ele “honrou, de modo supremo, a intelectualidade da Bahia e a Medicina Legal do Brasil, sendo merecedor de ser cultuada a sua relembração pelas gerações que se sucederão”.

A costumbrista Hildegardes Vianna é o título do artigo de Aramis Ribeiro Costa que nos apresenta “a mais notável pesquisadora e divulgadora dos costumes da sociedade baiana até os anos 40 e 50 do século XX”.

Por outro lado, Matheus Miranda de Sá Campello nos apresenta **A presença baiana de Euclides da Cunha**. E, na sequência, Marcos Brito dos Santos escreve sobre **Uma chave para Canudos: Horcades, o IGHB e a Guerra**. O texto apresenta os resultados de uma pesquisa documental e uma reflexão sobre a participação de Alvim Horcades na Guerra de Canudos.

Ednaldo Soares, no artigo intitulado **Brasil: uma invenção em papel – Vitória da cartografia com auxílio da diplomacia**, nos apresenta como a “Coroa Portuguesa conseguiu, em sua disputa territorial com o Reino da Espanha, manter a dimensão continental de sua então colônia americana, o Brasil”. Segundo Soares, a “pesquisa histórica mais recente mostra que, mais que o uso e a validade do princípio do *Uti Possidetis*, foi a cartografia a responsável pela produção d’O Mapa que inventou o Brasil”.

Fechando a segunda parte da revista, encontra-se o instigante artigo de Wilson Midlej intitulado **Mensagem psicográficas no meio jurídico: O caso Humberto de Campos**. O texto questiona como a doutrina jurídica trata a probabilidade de o juiz vir a utilizar-se e autoconvencer-se, ou não, em definições judiciais, de abordagens atreladas à psicografia. O texto concentra atenção no episódio editorial

ocorrido no Brasil, em 1944, gerador de ação declaratória, ajuizada pela família do escritor Humberto de Campos, já falecido, contra a Federação Espírita Brasileira (FEB) e o médium Francisco Xavier e a **resenha** da professora Lina Maria Brandão de Aras sobre o livro *Independência do Brasil na Bahia*, de Luís Henrique Dias Tavares (1926-2020).

Encerrando esta edição seguem a **Agenda Cultural nos 129 anos de fundação do IGHB**, **O relatório da Biblioteca Ruy Barbosa** e o **Relatório do Arquivo Theodoro Sampaio**, além da **Relação dos Associados** e as **Normas de Publicação**.

Que tenham uma boa leitura!

**Bicentenário
do 2 de Julho
e Ruy Barbosa**

O CENTENÁRIO DA MORTE DE RUY BARBOSA E O BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Joaci Góes¹

Este ano de 2023 tem sido muito rico de celebrações, bastando mencionar o primeiro centenário da morte de Ruy e o transcurso do segundo século da consolidação da Independência do Brasil que ocorreu na Bahia em 2 de julho de 1823.

Ruy nasceu na Bahia, a 5 de novembro de 1849. Coursou Direito em Recife e São Paulo, daí seguindo para o Rio de Janeiro, onde residiu até a morte, a 1º de março de 1923. Seu sepultamento foi o mais concorrido de que se tem notícia no País. O sentimento dominante era o de que se sepultava um semideus, tamanho o prestígio que desfrutava. João Mangabeira, representando a Câmara dos Deputados e a Bahia, repetiu, no elogio fúnebre a Ruy, as palavras de Henrique III, diante do corpo do Duque de Guise, aumentado pela rigidez cadavérica: “Morto parece ainda maior que vivo”.

¹ Joaci Góes é Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB).

Do casamento com a estremecida esposa Maria Augusta Viana Bandeira, Ruy teve cinco filhos: Maria Adélia, Alfredo Ruy, Francisco, João e Maria Luisa Vitória.

Ruy é a mais consagradora unanimidade nacional. A revista *Época*, em 2006, decidiu pelo seu nome como o maior brasileiro de todos os tempos, quando, pelo voto de cinquenta intelectuais, registrou-se um empate entre Ruy e Machado de Assis. Ele é visto como o ícone máximo da erudição, da cultura e da inteligência nacionais, o maior conhecedor do Direito, o grande formulador da política multilateral brasileira, bem como o maior defensor da liberdade, além de chefe de família exemplar. Não há, de fato, brasileiro que a ele comparado não pareça pequeno. Alguns chegam ao extremo de afirmar que ele foi “um aborto da natureza”, hipérbole para expressar a excepcionalidade do seu brilho verbal, coragem moral e saber poliédrico. No domínio do nosso idioma, dos fastos da história, da literatura, da filosofia e no vasto conhecimento de todos os ramos do Direito, sua presença traz a marca indelével do gênio. Seu colossal conhecimento e suas ações em favor do aprimoramento de nossas instituições estão presentes nos textos que nos legou em sua atuação como advogado, conferencista, articulista, parecerista, epistológrafo, moralista, político e diplomata. O produto desse labor incessante ocupa cerca de duzentos volumes.

Observe-se, a título de marcante singularidade, que, não obstante essa exuberante produção, Ruy nunca se sentou para escrever um livro, trabalho que exige planejamento, tempo para reflexão e pesquisa. De toda sua incomum operosidade, o que mais se aproximou da rotina própria para escrever um livro foi a tradução que fez, do alemão para o português, em 1877, aos vinte e oito anos, incompletos, de *O Papa e o Concílio: a questão religiosa*, trabalho que o catapultou, pela qualidade da linguagem, para o mundo das letras.

Sua vasta obra resultou dos seus afazeres diários, em cada um dos mencionados campos a que se dedicou. Em outras palavras, Ruy produziu sua obra ciclópica, literalmente, no joelho, atendendo as demandas do aqui e do agora. Essa peculiaridade, raramente mencionada, serve para facilitar o dimensionamento de sua inigualável genialidade. Até onde sabemos, ninguém realizou tamanho feito, em qualquer época ou idioma. Descartem-se, de plano, as potenciais alusões a casos, como os de Sócrates e Jesus Cristo que nada escreveram, porque a natureza do trabalho dessas figuras venerandas em nada se assemelha ao desenvolvido por Ruy, salvo como formadores de opinião.

Como orador, não há quem o iguale, como se pode ver dos inúmeros discursos que proferiu nas mais diversas situações. Não se conhece nada comparável à Oração aos Moços dirigida aos bacharelandos de 1920, em Direito por São Paulo, em 1921.

Quando o Brasil e ou a língua portuguesa se impuserem ao interesse do mundo, a exemplo do inglês, do francês, do espanhol e do alemão, Ruy será proclamado o maior orador da humanidade em todos os tempos, acima de Demóstenes ou de Cícero, como repetia a toda hora o historiador e humanista baiano Altamirando Requião, ele próprio orador brilhante, após empreender estudos comparativos a respeito dos grandes do gênero. A idêntica conclusão chegaram inúmeras personalidades cultas, dentro e fora do Brasil, a exemplo dos delegados das nações presentes à 2ª Conferência Internacional da Paz, em Haia, a que Ruy compareceu, representando o Brasil, em 1907, sobretudo a partir do momento em que reagiu à arrogância do representante russo, Frederico de Martens. A repercussão do seu desempenho ganhou mundo, não só pela originalidade das teses defendidas, sobretudo a igualdade do voto das nações nas cortes internacionais, independentemente do tamanho, e pelo domínio que revelou das

questões discutidas, iluminadas pela vastidão e consistência de sua cultura geral, como pelo conhecimento que demonstrou do inglês e do francês, idiomas oficiais dos megaeventos. Algum tempo depois, disse, com regozijo, ao evocar aqueles momentos: “Vi todas as nações do mundo reunidas, e aprendi a não me envergonhar da minha”!

É do reconhecimento geral que todo escrito de Ruy traz a marca das construções definitivas, tanto pela exuberância da forma, quanto pela abrangência e profundidade dos argumentos expendidos.

Em Ruy tudo exuberava: o filólogo, o orador, o advogado, o jurista, o diplomata, o pedagogo, o jornalista, o estadista, o apóstolo da liberdade, o moralista, o artista da palavra. Aos que lhe negavam sensibilidade poética, respondeu com a oração de despedida que proferiu, em nome da Academia Brasileira de Letras, à saída do esquife de Machado de Assis, em 1908, considerada uma das páginas mais sublimes da língua portuguesa.

Acrescente-se que Ruy pautou sua vida por inquebrantável retidão na conduta privada como na pública, além de exibir reconhecida coragem moral em sua ação como advogado e político eminente, a ponto de levar o famoso senador gaúcho, Pinheiro Machado, a dizer que “no extraordinário baiano a coragem é superior ao próprio talento”.

Explicam-se, pois, com facilidade, as razões que o levaram a ser considerado a personalidade mais influente do País, ao longo dos pouco mais de cinquenta anos que compreenderam sua vida adulta, tendo a palavra oral e escrita como instrumento de sua superior afirmação. É natural que seja o patrono dos advogados brasileiros.

Sua capacidade de trabalhar era verdadeiramente espantosa. Deixava preocupados e boquiabertos parentes e amigos ao varar sucessivas madrugadas, na preparação de textos, com pouco tempo

dedicado ao descanso. Sua produtividade surpreenderia os usuários de processadores de textos nos dias atuais.

Conta Luís Viana Filho, o maior biógrafo do “Águia de Haia” – apelido que lhe pespegou o jornalista inglês William Stead, ao fim da magna conferência – que, procurado inopinadamente por um cliente em sua residência, Ruy pediu-lhe para aguardar, enquanto concluía trabalho urgente. Poltroneado no gabinete, o cliente testemunhou, emocionado, o tique-taque incessante do datilografar do grande tribuno. Ao final, o cliente observou, admirado: “Conselheiro, ao longo de hora e meia, o senhor escreveu ininterruptamente sem lançar fora uma página sequer!”, ao que Ruy caçoou: “Quem enche a cesta com papel é o Nabuco”. Referia-se Ruy ao seu querido amigo, o pernambucano Joaquim Nabuco, um dos varões de Plutarco da vida brasileira. Tanto o fraternal motejo não interferiu na sólida amizade que os unia que, pouco tempo depois, Nabuco devolveu com a costumeira elegância o afável insulto, referindo-se ao estilo rebuscado de Ruy, num misto de elogio e crítica: “Ninguém sabe o diamante que ele nos revelaria, se tivesse a coragem de cortar sem piedade a montanha de luz cuja grandeza tem ofuscado a República, e de reduzi-la a uma pequena pedra”.

Da proverbial memória de Ruy, contam-se prodígios. Era capaz de localizar, sem o menor titubeio, em sua biblioteca de trinta mil volumes, em seu palacete à rua São Clemente, no Rio de Janeiro, o livro que queria e nele a citação precisa, o texto lido e anotado dez, vinte ou quarenta anos antes.

A respeitada e temida superioridade intelectual de Ruy era de evidência solar em qualquer das arenas em que pelejava. Como exemplo do seu talento oceânico, pincemos do inesgotável repertório de suas contendas e feitos, a acrimoniosa polêmica filológica que travou com

o seu antigo mestre Ernesto Carneiro Ribeiro, dez anos mais velho, a propósito da redação do Código Civil.

A verdade é que Ruy, então senador, ficou ressentido com o governo Campos Sales (1898-1902) por não ter sido ele o escolhido para redigir o Código Civil Brasileiro, em substituição às Ordenações Filipinas que há três séculos vigiam em Portugal e no Brasil. O escolhido foi o jurista cearense Clóvis Beviláqua, dez anos mais jovem do que Ruy. Uma vez aprovado na Câmara, o projeto foi enviado ao Senado, sendo Ruy o presidente da Comissão a quem caberia dar o parecer final. Como não encontrou o que condenar na parte substantiva do projeto, Ruy concentrou suas críticas na qualidade do texto, cuja redação final estivera a cargo de Carneiro Ribeiro que, aos 63 anos de idade e apesar de médico de profissão, era considerado a maior autoridade em língua portuguesa, com obras publicadas e aplaudidas em todos os países que falavam a “última flor do Lácio, inculca e bela”.

Às críticas iniciais de Ruy, Carneiro Ribeiro respondeu com um texto que ficou conhecido como *Ligeiras impressões*. Não demorou para Ruy voltar à rinha com sua famosa *Réplica*, em 600 páginas de talento e erudição filológica como nunca se vira. A esse respeito, escreveu Luís Viana Filho:

A verdade é que o País estava maravilhado. Habituar-se a admirar o jurista, o orador, e entusiasmar-se com o jornalista, mas espantava-se diante desse aspecto inédito daquela inteligência privilegiada, cujos profundos conhecimentos da língua eram ignorados. Aqueles temas áridos de filologia, manejados pela pena do escritor, tornavam-se atraentes e, entre as classes mais ou menos cultas, foram bem poucos os que não acompanharam a contenda com interesse.

Dois anos e meio depois, Carneiro Ribeiro compareceu com a famosa *Tréplica*, em 886 sólidas páginas. As peças que compõem o conjunto dessa histórica polêmica perfazem o mais rico manancial de conhecimentos gramaticais e de regras de estilo já produzidos sobre um idioma. É oportuno assinalar que, contrariamente ao que se pode supor à primeira impressão, lê-se com o maior deleite o total de 1500 páginas nascidas dessa guerra santa.

Assinale-se que a língua portuguesa era apenas o instrumento de trabalho de Ruy, não era o objeto de sua dedicação exclusiva, como era para Carneiro Ribeiro. Mesmo assim, estiveram ambos à altura um do outro, ainda que o lapso de tempo para Ruy comparecer à lição fosse sensivelmente menor do que o requerido por Carneiro Ribeiro, como se depreende das datas em que suas respectivas produções vieram a lume. Até porque, paralelamente à douda querela, Ruy tinha que se desincumbir de seus inúmeros afazeres como parlamentar, advogado, jornalista e conferencista.

Ruy foi tão grande que, mesmo quando avaliado pelo diapasão demolidor do mais implacável dos seus críticos, Raimundo Magalhães Júnior, escritor de inegáveis méritos, no livro *Ruy, o homem e o mito*, o que resta de positivo seria suficiente para fazer dele uma estrela de primeira grandeza no cenário mundial. É pelo conjunto dessas razões que se construiu em torno do seu nome a mais ampla bibliografia que uma personalidade já inspirou no Brasil, como não há quem o supere no número de ruas, praças, avenidas, cidades, prédios, monumentos e entidades com o seu nome.

A carreira de Ruy como legislador foi igualmente portentosa. Em 1877, aos vinte e oito anos, foi eleito deputado provincial pela Bahia e no ano seguinte deputado ao parlamento imperial, a partir de onde deu grande visibilidade à luta pelo fim da escravidão.

Em 1881, foi o redator do texto final da reforma eleitoral e nos dois anos seguintes redigiu o texto da reforma da legislação relativa ao ensino jurídico, considerado um dos mais importantes da história do ensino do Direito no Brasil, ao redefinir e ampliar o significado da formação jurídica como pilar básico da construção da consciência cívica dos povos.

Nos últimos anos do Império, dirigiu o *Diário de Notícias*, jornal que usou para defender sua firme crença na adoção do sistema federativo como o meio mais adequado para atender as necessidades de uma sociedade heterogênea e de dimensões continentais como o Brasil. Contrariado pelo *status quo* em suas aspirações federalistas, Ruy passou a se opor ao último gabinete imperial, chefiado pelo conservador Visconde de Ouro Preto, convertendo-se em defensor da República. Foi quando cunhou o demolidor slogan segundo o qual uma vez que a Monarquia não queria a Federação, que fosse proclamada a República para viabilizá-la. Não deu outra. Pouco tempo depois ocorreu o 15 de novembro de 1889.

Recorde-se que Ruy sustentava a superioridade da monarquia parlamentar sobre todas as outras formas de governo. Admirador da monarquia inglesa, disse que “sob a mais estável das coroas, é a mais estável das repúblicas”. Subentende-se, pois, que o Império poderia ter tido vida mais longa não fosse pela reação conservadora de Ouro Preto. O futuro, aliás, se encarregou de demonstrar que o Brasil não melhorou, como se esperava, com a Proclamação da República. Em abono da tese de Ruy, observe-se que países como o Japão, Austrália, Nova Zelândia, Inglaterra, Canadá, Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda, Bélgica e Espanha, incluídos entre os mais desenvolvidos do mundo, são todos monarquias parlamentares.

Uma vez proclamada a República, iniciaram-se os trabalhos que resultaram na Constituição de 1891. A contribuição de Ruy

foi notável, para dizer o mínimo. A ele coube a revisão dos vários projetos enviados à Constituinte por uma comissão formada por cinco republicanos históricos. Sua incoercível formação democrática impregnou o texto constitucional de forte espírito liberal, do que resultou um sistema de governo representativo, federativo e presidencial, apesar de ser ele parlamentarista. A constituição norte-americana foi o modelo adotado por Ruy, já que a constituição suíça, excelente para um país populacional e territorialmente pequeno, não serviria para um gigante das dimensões brasileiras, conforme pensava. A experiência francesa foi também descartada, em face da instabilidade experimentada pela França na busca do seu modelo ideal.

A exemplo da americana, a constituição de 1891 aboliu os privilégios de classe, separou o Estado da Igreja católica, adotou o modelo descentralizador, o *habeas corpus*, a liberdade de associação, a inviolabilidade do domicílio, o tribunal do júri e o controle incidental da constitucionalidade dos atos praticados pelo governo.

Uma vez empossado, o novo governo deu mostras de sua preocupante disposição de se afastar das práticas requeridas pelo estado de direito, consoante o novo texto constitucional. Ao reagir com invariável coerência e bravura, Ruy percebeu que sua vida corria perigo. Cedendo às ponderações de amigos e da família, deixou o Brasil seguindo para Buenos Aires, onde tomou um navio para Lisboa, daí seguindo, sucessivamente, para Paris e Londres, onde permaneceu em 1894-1895. Ao retornar, elegeu-se senador pelo estado natal, a Bahia, em nome do qual cumpriu sucessivos mandatos na Câmara Alta.

Em 1910, concorre à presidência da República, sendo derrotado, “a bico de pena”, pelo marechal Hermes da Fonseca que representava o movimento de militarização do governo. A famosa “campanha

civilista” que Ruy liderou constituiu o primeiro movimento de mobilização da opinião pública nacional.

Nas eleições presidenciais de 1914 recusa o convite para nova candidatura. Nesse mesmo ano, não obstante ter aderido à causa da República e votado a favor do exílio de Pedro II, indo ao encontro do desejo da Nação, proferiu no senado o discurso que resultou na permissão do traslado para o Brasil dos restos mortais do Imperador. Foi nesse discurso que ele, de modo devastador e profético, proferiu suas palavras mais conhecidas: “De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra; de tanto ver crescer a injustiça; de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”. Referia-se à queda do padrão de conduta dos republicanos. Ruy mal sabia que não passava de pecadilhos de convento o que praticavam os maus políticos do seu tempo em comparação com a esbórnica de hoje.

Em 1916, ao representar o Brasil no centenário de independência da Argentina, proferiu o célebre discurso sobre o conceito de neutralidade nas relações internacionais, peça que serviria de base para nosso rompimento com a Alemanha, pouco tempo depois.

Em 1919, volta a disputar a presidência, após recusar o convite do grande presidente Rodrigues Alves para representar o Brasil na Conferência da Paz em Versalhes.

Desiludido, com a saúde declinante, abandona a política, em 1920, logo depois de participar como oposicionista do processo sucessório baiano.

Não obstante a precariedade dos meios de comunicação do seu tempo, o nome de Ruy chegava aos mais longínquos rincões da Pátria,

graças à repercussão de seus artigos, de seu trabalho parlamentar e de sua atuação como advogado, na defesa, sobretudo, dos perseguidos políticos nos governos de Floriano Peixoto e Hermes da Fonseca. Disputavam-se lugares no senado para ouvi-lo falar.

O mais amplo conhecimento de seu pensamento filosófico e político se deu através das Cartas da Inglaterra, monumento de perfeição literária, como ficou conhecida a correspondência que do exílio enviava ao Jornal do Comércio. Foi nessa época que se antecipou ao romancista francês Émile Zola, na defesa do Capitão Dreyfus, vítima, para ele, de preconceitos antissemitas.

Ruy é, de longe, o mais citado e biografado dos brasileiros. Sua maior conquista foi a construção da esfera pública, a organização política e institucional do país, a promoção da civilidade e da transparência nos embates políticos, a mais do empenho em acelerar o aprendizado político da nação, e em promover o entendimento de que não há democracia sem moderação, sem lealdade às regras do jogo, sem o reconhecimento mútuo de sua legitimidade pelas partes, e sem um sincero empenho no aperfeiçoamento das engrenagens do regime.

Uma prova de sua antevisão foi o funesto diagnóstico que fez do marxismo, em 1921, com estas palavras em brasa:

Esta filosofia da miséria, proclamada em nome dos direitos do trabalho, uma vez executada, não faria senão inaugurar, em vez da supremacia do trabalho, a organização da miséria.

Pouco antes, na Oração aos Moços, já sustentara que

A regra da igualdade não consiste, senão, em quinhoar desigualmente aos desiguais na medida em que se desigualem; pois que tratar a iguais com desigualdade ou a desiguais com igualdade seria desigualdade flagrante e não igualdade real.

Nada há que melhor defina o maior dos brasileiros do que o cognome que se soma ao “Águia de Haia”, o “Paladino da liberdade e do direito”.

Não obstante seu imensurável valor intelectual e moral, Ruy perdeu duas eleições para presidir o Brasil. Por aí se vê que, ontem como hoje, só como exceção, cabe dizer que o povo sabe votar.

BICENTENÁRIO DA CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Neste ano de 2023, as celebrações do Bicentenário da Consolidação da Independência do Brasil que ocorreu na Bahia, em 2 de julho de 1823, têm exercido um papel sem precedentes no processo e esforço comuns de explicar ao mundo o papel desempenhado por brasileiros de várias origens e, até, alguns estrangeiros, na consolidação de nossa independência, um tanto romanticamente proclamada por D. Pedro I no ano anterior.

Com esse propósito, a direção do IGHB, pelo conjunto dos seus integrantes, realizou um grande esforço de aglutinação de diferentes energias destinado a assegurar a visibilidade e compreensão do que realizaram nossos antepassados, inspirados num desejo tão intenso por liberdade que possibilitaram o que a muitos parecia impossível, numa antecipação de mais de cem anos do famoso enunciado de Jean Cocteau (1889-1963), ao ensinar que “Como não sabia que era impossível, foi lá e fez.”

Com efeito, o conjunto das lutas desenvolvidas no território baiano, predominantemente nas águas da Baía de Todos os Santos e seu entorno, tem sido objeto de estudo em diferentes lugares do Planeta, figurando no reduzido círculo das lutas heroicas. De fato, homens e mulheres, dos mais diferentes naipes sociais, econômicos,

étnicos, profissionais e religiosos uniram-se em graus variados, no espaço e no tempo, em caráter ora mais, ora menos formal para superar o adversário comum que resistia ao conjunto das ideias que propunham a emancipação do Brasil da tutela dos colonizadores portugueses.

Ao longo dos eventos sediados por diferentes instituições, públicas e privadas, crescia o regozijo geral pela mágica integração de esforços, não raro, os mais díspares, que se uniam no empenho comum de consolidar, uma vez por todas, a libertação do Brasil de mais de três séculos de submissão ao Reino de Portugal, conquista já alcançada por 19 unidades nacionais de origem espanhola. Com efeito, homens e mulheres, negros e brancos, senhores e escravos, africanos forros ou ainda escravizados, populações autóctones e até estrangeiros, inclusive alguns portugueses, formaram uma aliança que, com intensidade variada, enfrentou a resistência portuguesa à emancipação do Brasil, culminando com a expulsão do território brasileiro do General Madeira de Mello e suas tropas que negociaram a retirada para Portugal, ato materializado no dia 2 de julho de 1823.

Sem perder de vista que o 2 de julho de 1823 foi a culminância de um longo e complexo processo que começou com o Bloqueio Continental, de 21 de novembro de 1806, quando Napoleão Bonaparte decidiu isolar o Reino Unido do comércio com o Exterior, como meio de derrotá-lo. Um grande sítio, na realidade, destinado a impedir as relações comerciais entre a Inglaterra e Irlanda com o mundo exterior que os abastecia e adquiria seus produtos industriais. Em consequência do Bloqueio, D. João VI transferiu a sede do Império português, de Lisboa para o Rio de Janeiro. De tal modo foi importante essa transferência para o desenvolvimento do Brasil que nos 13 anos em que D. João aqui permaneceu, entre 1808 e 1821, o Brasil cresceu

mais do que nos três séculos precedentes.

O Bloqueio Continental, em razão de sua elevada onerosidade econômica, militar e política, passou a figurar como um passivo que conduziria ao fracasso napoleônico.

Os avanços, que ocorreram no Brasil, em razão da mudança da sede do Reino de Portugal, de Lisboa para o Rio de Janeiro, elevaram, significativamente, as aspirações nacionais de autonomia, ao tempo em que Portugal agudizava sua crise pela resistência ocasional que fez a Napoleão, de um lado, e do abatimento da autoestima nacional pela tutela que os portugueses passaram a receber, da Inglaterra, fatos que impuseram o retorno de D. João VI, para pacificar os ânimos internos que culminariam nas inquietações produzidas pela Revolução do Porto.

Do caldo de cultura fervilhante que passou a aquecer os ânimos emancipacionistas, valeu-se José Bonifácio que figurava, ao lado de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, como a personalidade mais brilhante e influente na Corte Imperial, ou até mesmo entre os povos de língua portuguesa, para empurrar o trepidante e jovem Imperador D. Pedro I a emancipar o Brasil, o que viria a ocorrer, como se sabe, às margens do regato Ipiranga, a Sete de Setembro de 1822.

Entre os núcleos de resistência lusitana a esse projeto emancipacionista, o mais forte encontrava-se em Salvador, então, o segundo centro econômico do País, em razão de seu passado como a Capital, nos 214 anos compreendidos entre 1549, ano da chegada de Tomé de Souza, até a transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763.

Na Bahia, antes mesmo do Sete de Setembro, vários episódios marcantes gestaram o caldo de cultura que desembocaria no Dois de julho de 1823. O primeiro foi a morte da freira Joana Angélica

(1761-1822) letalmente ferida em 19 de fevereiro de 1822, e falecida no dia seguinte, 20 de fevereiro. A morte da abadessa não foi desejada nem programada pelo novo governador da Província, o tenente-coronel português Madeira de Melo (Inácio Luís Madeira de Melo, 1775-1833), cuja presença suscitou protestos de grupos de resistência a ele, resultando em várias lutas campais em diferentes pontos das cidades baixa e alta. A ordem de Madeira de Melo era a de prender os resistentes onde quer que se encontrassem. Diante da denúncia de que vários insurgentes haviam se homiziado no Convento da Lapa, centenário templo religioso onde a abadessa Joana Angélica vivia, alguns seguidores de Madeira de Melo foram ao Convento, encontrando decidida resistência da sexagenária freira, que, em razão disso, foi ferida no peito, juntamente com o Padre Daniel Lisboa que, no entanto, sobreviveu.

Esse ambiente efervescente era ainda alimentado pelas ideias liberais provenientes da Revolução do Porto de 1820 e que tinham como matriz a Constituição da cidade de Cádiz, de 1812. Um pouco mais tarde, em 14 de junho de 1822, a Câmara de vereadores da Vila de Santo Amaro deliberou que o Brasil estava independente de Portugal. É claro que a eficácia prática de tamanho quixotismo era igual a zero, importava muito, porém, como demonstração de estado de espírito patriótico, embrião da resistência que a sede do município, Cachoeira, ofereceria ao ataque de um navio enviado por Madeira de Melo, poucos dias depois, em 25 de junho de 1822, para vencer o núcleo do governo de resistência ali instalado. Reagindo heroicamente, com a afortunada ajuda da maré que baixou o nível das águas do Paraguaçu, fazendo a embarcação atacante adernar no leito do rio, ensejando aos moradores locais tomar o navio, no dia 28, em quatro dias de lutas, portanto, e festejar a vitória.

Os revoltosos brasileiros conceberam um meio de sitiar o domínio português sobre a cidade do Salvador, impedindo-o de receber víveres e armamentos, os primeiros do Recôncavo, os últimos de Portugal. Para isso, cerca de 300 empresários agrícolas, desde Nazaré das Farinhas, passando por Maragogipe, Cachoeira, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Pirajá, até Abrantes, foram convencidos a integrar a resistência, nada fornecendo a Salvador. A partir de então, Madeira de Melo passou a contar, apenas, com os suprimentos oriundos de Portugal. É aí que entram, primeiro, o General Labatut, e, por último, o Lord Cochrane. Para liderar a resistência contra o colonizador, D. Pedro I enviou para a Bahia o General francês Pierre Labatut (1776-1849) que havia servido na Europa durante a Guerra Peninsular, finda a qual, ele veio para a América do Sul para lutar na Colômbia ao lado de Simon Bolívar, daí seguindo para as Índias Ocidentais e, por último, para a Guiana Francesa. Em seguida, ele veio para o Rio de Janeiro, onde foi contratado por D. Pedro I, como General Brigadeiro, assim valorizado em razão da escassez de quadros militares nas recentes Forças Armadas Brasileiras, então denominadas Forças da Paz, conforme sugestão do Ministro das Relações Exteriores, José Bonifácio de Andrada. Labatut se transportou para a Bahia com uma esquadra modesta, mas dotada de razoável poder de fogo, vindo a sair-se vitorioso na polêmica Batalha de Pirajá, que se iniciou a partir de um cerco a Salvador, ferida no dia 8 de novembro de 1822, que resultou favorável aos brasileiros graças a um episódio até hoje carente de esclarecimentos convincentes. No calor da refrega, quando o Comandante das tropas brasileiras, o coronel pernambucano Barros Falcão, percebeu a superioridade do inimigo teria autorizado o toque de retirar e debandar, quando, para estupefação geral, o corneteiro Lopes deu o sinal “cavalaria, atacar e degolar”, episódio que levou o pânico para as tropas portuguesas que, supondo ser aparente a fragilidade

dos brasileiros, para apanhá-los numa letal armadilha, ordenou que suas tropas recuassem e abandonassem o campo de batalha. Dessa refrega, o General Madeira de Melo saiu ferido.

Os primeiros meses de 1823 viram uma redução crescente da população de Salvador que, faminta e doente, migrava para o campo e aderira à resistência, uma vez que os alimentos e remédios, oriundos de Portugal eram destinados às tropas de Madeira de Melo, de moral minguante. Foi nesse contexto que, em fins de abril, começo de maio de 1823, Thomas Cochrane, o almirante escocês que combateu Napoleão, chegou à Baía de Todos os Santos, a bordo do navio Pedro I, de rocambolesca e gloriosa biografia. Lord Cochrane, conhecido pela temida alcunha de O Lobo dos Mares, está entre os mais bem sucedidos guerreiros do mar, em todos os tempos. A presença guerreira de Lord Cochrane, que merece um reconhecimento maior do que o que lhe tem sido deferido, foi o *quantum satis* para levar o já agora General Madeira de Melo aos limites de sua resistência. Depois de alguns combates infrutíferos, ele se rendeu, sob a condição de bater em retirada para Portugal com suas tropas. Pacto firmado, pacto cumprido. O coronel Lima e Silva, então, comandou as tropas que desceram pela Estrada da Liberdade, reagruparam-se na Lapinha e entraram em Salvador, atravessando o Carmo, passando pelo Pelourinho, cruzando a Rua Chile e a Praça Castro Alves e, desfilando pela Av Sete, chegaram ao Campo Grande, trajeto que, desde então, tem sido, festivamente, percorrido, todos os anos, no dia dois de julho.

Registre-se como marcante curiosidade histórica o fato de que o batismo de fogo do futuro Duque de Caxias, o então tenente fluminense Luis Alves de Lima e Silva, com, apenas, 19 anos, porque nascido em 25 de agosto de 1803, deu-se naquele remoto Dois de Julho de 1823, quando integrava as tropas comandadas pelo Coronel Lima e Silva,

seu tio. Mais marcante, ainda, foi o fato de que o futuro Almirante Tamandaré, o então grumete gaúcho Joaquim Marques Lisboa, com apenas 15 anos de idade, porque nascido em 13 de dezembro de 1807, também aí esteve presente, embarcado num dos navios que tangeram as naus de Madeira de Melo até a entrada do rio Tejo, em Lisboa.

Antes desse afortunado desfecho, muitos foram os que colaboraram para a vitória final, desde pessoas escravizadas até prósperos empresários e desembargadores, como nos tem ensinado o magistrado e historiador Livaldo Brito.

No plano individual, merecem destaque algumas personalidades, como a do português João das Botas, pelos seus combates nas águas da Baía de Todos os Santos, a brava Maria Quitéria e a marisqueira de Itaparica, Maria Felipa. É irrelevante a discussão sobre se Maria Felipa existiu ou foi criação ficcional de Xavier Marques e do historiador Ubaldo Osório que batizou uma filha com o nome da marisqueira, Maria Felipa, que viria a ser a mãe do romancista João Ubaldo Ribeiro. Por Maria Felipa, compreendam-se todas as bravas mulheres negras e pobres que tanto contribuíram, na solidão do seu anonimato guerreiro para viabilizar a Independência do Brasil.

Como coroamento desse trabalho coletivo, gostaríamos de destacar o convênio que o IGHB assinou com a Prefeitura de Salvador por meio da Fundação Gregório de Matos, para fazer do histórico Pavilhão que guarda os carros que transportaram o caboclo e a cabocla um museu de excelente qualidade, aparelhado com elementos audiovisuais para instruir, ao longo de todo o ano, os visitantes que dali saem mais bem inteirados desse momento tão importante na História do Brasil.

REFERÊNCIAS

ZIMMERMANN, Augusto. Ruy Barbosa, o “Águia de Haia”: um breve estudo em homenagem ao centenário de sua participação na segunda conferência da paz em Haia, 2007.

LAMOUNIER, Bolívar. **Ruy Barbosa**. *Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999*.

VIANA FILHO, Luis. **A vida de Ruy Barbosa**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977, 1941.

NOGUEIRA, Rubem. **História de Ruy Barbosa**. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

NOGUEIRA, Rubem. **Combatente da Legalidade**. Salvador: Copene/Academia de Letras da Bahia, 1999.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E A UNIDADE NACIONAL FORAM CONQUISTADAS NA BAHIA EM 2 DE JULHO DE 1823

Fernando Alcoforado¹

¹ Fernando Alcoforado, condecorado com a Medalha do Mérito da Engenharia do Sistema CONFEA/CREA, é membro da Academia Baiana de Educação, da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e do IPB – Instituto Politécnico da Bahia. Engenheiro e doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, professor universitário (Engenharia, Economia e Administração) e consultor nas áreas de planejamento estratégico, planejamento empresarial, planejamento regional e planejamento de sistemas energéticos. Foi assessor do Vice-Presidente de Engenharia e Tecnologia da LIGHT S.A. – Electric Power distribution-Company do Rio de Janeiro, coordenador de Planejamento Estratégico do CEPED – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Bahia, subsecretário de Energia do Estado da Bahia, Secretário do Planejamento de Salvador. É autor, dentre outros, dos livros *Globalização* (Editora Nobel, São Paulo, 1997); *De Collor a FHC – O Brasil e a Nova (Des)ordem Mundial* (Editora Nobel, São Paulo, 1998); *Um Projeto para o Brasil* (Editora Nobel, São Paulo, 2000); *Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia* (Tese de doutorado. Universidade de Barcelona, <http://www.tesisenred.net/handle/10803/1944>, 2003); *Globalização e desenvolvimento* (Editora Nobel, São Paulo, 2006); *Bahia – Desenvolvimento do Século XVI ao Século XX e Objetivos estratégicos na Era Contemporânea* (EGBA, Salvador, 2008); *The Necessary Conditions of the*

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo demonstrar que, em 2 de julho de 2023, houve a conquista da independência do Brasil e foi assegurada a unidade nacional graças à luta revolucionária que o povo baiano empreendeu da qual resultou a expulsão definitiva das tropas portuguesas da Bahia e do Brasil em 1823.

Palavras-chave: A proclamação da Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822. A guerra de Independência do Brasil na Bahia. A conquista da Independência do Brasil e da unidade nacional em 2 de julho de 1823.

ABSTRACT:

This article aims to demonstrate that, on July 2, 2023, the independence of Brazil was conquered and national unity was ensured thanks to the revolutionary struggle that the people of Bahia undertook, which resulted in the definitive expulsion of Portuguese troops from Bahia and Brazil in 1823.

Economic and Social Development – The Case of the State of Bahia (VDM Verlag Dr. Müller Aktiengesellschaft & Co. KG, Saarbrücken, Germany, 2010); *Aquecimento global e catástrofe planetária* (Viena Editora e Gráfica, Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, 2010); *Amazônia sustentável – Para o progresso do Brasil e combate ao aquecimento global* (Viena Editora e Gráfica, Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, 2011); *Os fatores condicionantes do desenvolvimento econômico e social* (Editora CRV, Curitiba, 2012); *Energia no Mundo e no Brasil – Energia e mudança climática catastrófica no Século XXI* (Editora CRV, Curitiba, 2015); *As grandes revoluções científicas, econômicas e sociais que mudaram o mundo* (Editora CRV, Curitiba, 2016); *A invenção de um novo Brasil* (Editora CRV, Curitiba, 2017); *Esquerda x Direita e a sua convergência* (Associação Baiana de Imprensa, Salvador, 2018, em coautoria); *Como inventar o futuro para mudar o mundo* (Editora CRV, Curitiba, 2019); *A humanidade ameaçada e as estratégias para sua sobrevivência* (Editora Dialética, São Paulo, 2021); *A escalada da ciência e da tecnologia ao longo da história e sua contribuição ao progresso e à sobrevivência da humanidade* (Editora CRV, Curitiba, 2022); de capítulo do livro *Flood Handbook* (CRC Press, Boca Raton, Florida, United States, 2022) e *How to protect human beings from threats to their existence and avoid the extinction of humanity* (Generis Publishing, Europe, Republic of Moldova, Chişinău, 2023).

Keywords: The proclamation of the Independence of Brazil on September 7, 1822. The War of Independence of Brazil in Bahia. The conquest of Brazil's independence and national unity on July 2, 1823.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os fatos que resultaram na proclamação da Independência do Brasil pelo príncipe D. Pedro em 7 de setembro de 1822, a oposição de governos de algumas províncias e de militares portugueses imediatamente após a Independência do Brasil, o desencadeamento da guerra de Independência do Brasil na Bahia e as conclusões sobre tão relevante acontecimento da história do Brasil.

A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL EM 7 DE SETEMBRO DE 1822

A proclamação da Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822 diferiu da experiência dos demais países das Américas porque não apresentou as características de um típico processo revolucionário nacional-libertador que só se manifestou efetivamente em 2 de julho de 1823 quando as tropas portuguesas foram expulsas da Bahia e do Brasil graças à luta revolucionária do povo baiano. A luta heroica do povo baiano em 1823 foi motivada pelos ideais do liberalismo e das grandes revoluções de fins do século XVIII. Apesar da luta heroica do povo baiano em 1823, a Independência do Brasil de Portugal foi uma “independência sem revolução econômica e social” porque não houve mudanças na base econômica do País. O Estado que nasce da Independência do Brasil manteve o execrável latifúndio que perdura até hoje e intensificou a não menos execrável escravidão que durou mais de 300 anos fazendo desta o suporte da

restauração que realiza quanto às estruturas econômicas herdadas do período colonial.

Em 7 de setembro de 2022, o Brasil comemorou o bicentenário da proclamação de sua independência e, em 2 de julho de 2023, comemora o bicentenário da conquista de sua independência e da unidade nacional que foram realizadas pelo heroico povo baiano com a luta revolucionária que empreendeu da qual resultou a expulsão definitiva das tropas portuguesas da Bahia e do Brasil em 2 de julho de 1823. Vários fatores contribuíram para a Independência do Brasil de Portugal como as ideias iluministas, que serviram de base à Revolução Americana de 1776, à Revolução Francesa de 1789 e à Revolução Haitiana de 1791 contra o sistema colonial escravista que conduziu a colônia francesa de São Domingos à independência, e as independências ocorridas na América Inglesa (Revolução Americana ou Guerra de Independência dos Estados Unidos) e na América Espanhola (Simon Bolívar liderou uma campanha militar na Venezuela, na Colômbia e no Equador, enquanto San Martín liderou o levante na Argentina e no Peru até a rendição dos espanhóis) que serviram de referenciais para muitos movimentos emancipatórios ocorridos na época. Outros fatores que contribuíram para a Independência do Brasil de Portugal foi a morte, em 1816, da rainha de Portugal, D. Maria, que fez com que seu filho D. João se tornasse rei, sendo aclamado como D. João VI. Em 1820, a Revolução Liberal do Porto em Portugal, que ameaçava a monarquia portuguesa, fez D. João VI voltar para Portugal quando transferiu para D. Pedro, seu filho, a regência do Brasil. Em seguida, várias medidas vindas de Portugal pressionaram D. Pedro a regressar a Portugal e manter o Brasil como colônia de Portugal. As notícias repercutiram como uma declaração de guerra, provocando tumultos e manifestações de desagrado no Brasil.

D. Pedro foi pressionado para ficar no Brasil, pois sua partida representaria sua divisão territorial. D. Pedro recebe, também, duas cartas, uma de José Bonifácio e outra da Imperatriz Leopoldina aconselhando que não aceitasse a ordem vinda de Portugal. Dom Pedro acata esses conselhos e corta os vínculos políticos de submissão do Brasil que ainda restavam com Portugal. O Dia do Fico (9 de janeiro de 1822) por D. Pedro foi um passo importante para o rompimento definitivo do Brasil com Portugal. O Grito de Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822 às margens do riacho Ipiranga resultou deste processo. Os acontecimentos desencadearam uma crise no governo e os ministros fiéis às Cortes portuguesas se demitiram. O príncipe D. Pedro formou um novo ministério, sob a liderança de José Bonifácio, um dos principais partidários da emancipação política brasileira. Com a independência, o Brasil deixou de ser uma colônia portuguesa dando um passo decisivo para o início da organização do estado brasileiro e a manutenção de sua unidade territorial para evitar seu fracionamento em vários países como ocorreu nas colônias espanholas. D. Pedro manteve a unidade do território do Brasil, agradando aos interesses dos grupos econômicos que dominavam a colônia. Houve, entretanto, dois fatos deploráveis relativos à Independência do Brasil: 1) ela não resultou da luta do povo brasileiro por sua libertação, mas sim da vontade do príncipe D. Pedro; e, 2) Portugal foi indenizado em 2 milhões de libras esterlinas para aceitar a Independência do Brasil.

A OPOSIÇÃO DE GOVERNOS DE ALGUMAS PROVÍNCIAS E DE MILITARES PORTUGUESES À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

É oportuno observar que a Proclamação da Independência do Brasil por D. Pedro em 7 de setembro de 1822 não produziu efeitos

imediatos em províncias como a Cisplatina (atual Uruguai), Maranhão, GrãoPará e Bahia. No momento em que D Pedro declarou a independência do Brasil, os governos e tropas de algumas províncias foram levadas a expressar sua incondicional fidelidade ao governo lusitano. A opressão exercida pelos militares portugueses aumentou e foi preciso muita luta para expulsá-los do Brasil. Com a decisão de Dom Pedro de ficar no Brasil em desafio às determinações da Corte portuguesa, Portugal passou a concentrar seus esforços militares em Salvador. Ao menos 2.500 homens vieram de Portugal para reforçar os contingentes que estavam na Bahia. O propósito da Corte portuguesa era o de manter sua dominação no Norte e Nordeste do Brasil já que o restante do País era controlado por D. Pedro. Na Bahia, os militares portugueses contaram com o apoio de grandes comerciantes, quase todos oriundos de Portugal e latifundiários nascidos no Brasil que produziam açúcar e tabaco à custa do trabalho dos escravizados que temiam os movimentos emancipacionistas que, àquela altura, defendiam ideias progressistas, como a autonomia política do Brasil, a implantação da República, o fim da escravidão e a abolição dos privilégios sociais. A guerra de Independência da Bahia durou 21 meses, entre fevereiro de 1822 e novembro de 1823. Em 1823, o clima era de ódio na Bahia contra o colonizador português. O povo baiano em bandos atacava os militares portugueses a pedradas em locais como a Baixa dos Sapateiros, quebrando vidraças e lanternas nas ruas, conforme conta o escritor Laurentino Gomes, autor do livro 1822. Gomes afirma que a resistência baiana foi decisiva para a manutenção da unidade nacional sem a qual o território do Brasil seria dividido em duas partes.

O brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo foi nomeado pela Corte portuguesa como novo comandante das Armas da Bahia que, logo ao assumir este posto, bombardeou o Forte de São Pedro em

Salvador onde militares do Regimento de Artilharia, partidários da independência nacional, estavam aquartelados os quais se viram forçados a fugir para organizar a resistência na cidade de Cachoeira no interior. Salvador virou uma praça de guerra, com confrontos violentos no bairro das Mercês, na Praça da Piedade e no Campo da Pólvora. O caos se estabeleceu na cidade. Tumultos, saques e quebra-quebras obrigaram moradores a abandonar Salvador com suas famílias. Em poucos dias, o restante da Bahia aderiu em peso à Independência do Brasil, formando um cinturão de isolamento aos portugueses encastelados em Salvador, como relata Laurentino Gomes no livro 1822. Os ânimos se acirraram entre os nativos e os portugueses. A pretexto de perseguir “revoltosos”, em 19 de fevereiro de 1823, militares portugueses invadiram o Convento da Lapa atrás de revoltosos. Ao tentar impedi-los de entrar, soror Joana Angélica foi morta a golpes de baioneta, transformando-se na grande mártir da guerra pela independência do Brasil na Bahia.

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Na guerra de Independência do Brasil na Bahia, milhares de pessoas perderam a vida em roças, morros, mares e nos rios em que se travou o conflito, conta Laurentino Gomes, no livro 1822. Cachoeira passou a atrair retirantes de Salvador e de municípios como Santo Amaro da Purificação e se transformou no centro da resistência aos portugueses. Na cidade de Cachoeira, um ato público que declarava lealdade a D. Pedro foi interrompido a tiros por uma escuna portuguesa que subia o rio Paraguaçu, em cujas margens se situa a cidade. Revoltada, a população atacou a embarcação. Este conflito durou três dias, ao fim dos quais foi criada uma junta para defender a cidade de Cachoeira. Várias pessoas perderam a vida, mas Cachoeira resistiu ao ataque.

A chegada à Bahia do general francês Pierre Labatut e do almirante inglês Thomas Cochrane foi fundamental porque eles organizaram as tropas brasileiras. Marco da luta pela independência do Brasil na Bahia, a Batalha de Pirajá é considerada a maior batalha militar das Américas pelo historiador baiano Cid Teixeira. O confronto, decisivo para o desfecho da guerra, contou com uma grande participação de negros, caboclos e indígenas, que se infiltravam à noite pela floresta e, ao amanhecer, se levantavam com flechas para atacar os portugueses.

O novo comandante das Armas da Bahia, brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, tentou romper o cerco a Salvador atacando Itaparica, mas encontrou resistência de soldados que haviam chegado de Alagoas e de um grupo de mulheres lideradas por Maria Felipa de Oliveira, uma negra, marisqueira, que se engajara na luta contra os portugueses desde que as notícias do Grito do Ipiranga chegaram à Bahia. Várias embarcações lusitanas foram incendiadas por aquelas mulheres, entre elas a canhoneira Dez de Fevereiro, na praia de Manguinhos, e a barca Constituição, na praia do Convento. Armadas de peixeiras e galhos de cansação, elas surravam os portugueses que ousavam desembarcar na ilha para, depois, atear fogo aos barcos usando tochas de palha de coco e chumbo. Houve muitos casos em que as mulheres lutaram corpo a corpo, como no caso da batalha de Itaparica, quando um grupo de mulheres impediu o desembarque de portugueses, conforme conta o historiador baiano Luís Henrique Dias Tavares em seu livro *Independência do Brasil na Bahia*.

Sem suprimentos e abatido pelo fracasso nas batalhas de Pirajá e de Itaparica, Madeira de Melo deixa Salvador, na madrugada de 2 de julho de 1823, à frente de uma frota de 78 embarcações portuguesas. Escortados por 13 navios de guerra, 4.500 militares portugueses singram os mares em direção a Portugal, perseguidos por uma força naval

comandada por João Francisco de Oliveira, o João das Botas. Na manhã do dia 2 de julho de 1823, entram em Salvador 8.700 homens acompanhados por mais de mil mulheres, que os ajudaram nos combates e em serviços de enfermagem e cozinha, para consolidar a libertação da Bahia e a Independência do Brasil do colonizador português. O 2 de julho de 1823 é um grande marco na luta do povo baiano pela Independência do Brasil porque consolidou a libertação do País da dominação do colonizador português ao expulsar de nosso território as últimas tropas portuguesas que não aceitavam a emancipação do Brasil. O 2 de julho de 1823 consolidou a Independência do Brasil proclamada em 7 de setembro de 1822 por D. Pedro, graças à luta do povo baiano que, em armas, derrotou militarmente e expulsou de nosso território as tropas portuguesas. A luta do povo baiano em 1823 representou a continuidade das lutas realizadas pelo povo brasileiro na Bahia como a abortada Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates ocorrida em Salvador em 1798 que tinha como objetivos separar o Brasil de Portugal, abolir a escravidão e atender as reivindicações das camadas pobres da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proclamação da Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822 diferiu da experiência dos demais países das Américas porque não apresentou as características de um típico processo revolucionário nacional-libertador que só se manifestou efetivamente em 2 de julho de 1823 quando as tropas portuguesas foram expulsas da Bahia graças à luta revolucionária do povo baiano. A luta heroica do povo baiano em 1823 foi motivada pelos ideais do liberalismo e das grandes revoluções de fins do século XVIII. Apesar da luta heroica do povo baiano em 1823, a Independência do Brasil de Portugal foi

uma “independência sem revolução econômica e social” porque não houve mudanças na base econômica do País. O Estado que nasce da Independência do Brasil manteve o execrável latifúndio que perdura até hoje e intensificou a não menos execrável escravidão que durou mais de 300 anos fazendo desta o suporte da restauração que realiza quanto às estruturas econômicas herdadas do período colonial. Apesar de não ter havido avanços econômicos e sociais, o heroísmo do povo baiano deveria servir de inspiração para todos os patriotas brasileiros que buscam a conquista da libertação do Brasil dos entraves atuais ao progresso político, econômico e social do País e o 2 de julho de 1823 deveria ser celebrado nacionalmente e não apenas na Bahia como vem acontecendo até o presente momento porque a Independência do Brasil só foi conquistada e a unidade nacional foi assegurada graças ao heroísmo do povo baiano.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NOS SERTÕES DO RIO SÃO FRANCISCO: AS VILAS DE BARRA E DO URUBU (1822-1823)

Ana Cecília Ferreira Cunha Alves¹
Pablo A. Iglesias Magalhães²

RESUMO:

No presente estudo discute-se o processo de Independência do Brasil na região do Médio São Francisco, entre as vilas de Barra e do Urubu, respectivamente nos limites das províncias de Pernambuco e Bahia, conectadas pelo rio, e dinâmicas políticas, próprias daquela região de fronteiras, caracterizadas pela sua fluidez. Ignoradas pela historiografia, posto que não contempladas em estudos sobre a conjuntura da época, as duas vilas foram fundamentais para assegurar a Independência do Brasil em uma região estratégica, que conectava os caminhos para os sertões de Minas Gerais, Piauí, Maranhão e Goiás.

¹ Bacharela em História pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

² Professor Associado nos cursos de Licenciatura e Bacharelado na UFOB, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS / UFOB) e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe.

Palavras-chave: Processo de Independência; Médio São Francisco; antilusitanismo.

ABSTRACT:

This study discusses the Independence process of Brazil in the Middle São Francisco region, between the villages of Barra and Urubu, respectively on the limits of the provinces of Pernambuco and Bahia, connected by the river and the political dynamics of that border region, characterized by their fluidity. Ignored by historiography, since they were not contemplated in studies about the situation at the time, the two villages were fundamental to ensure the Independence of Brazil in a strategic region, which connected the paths to the hinterlands of Minas Gerais, Piauí, Maranhão and Goiás.

Keywords: Independence Process; Middle San Francisco; antilusitanism.

Salvador, madrugada de 2 de Julho de 1823. Segundo Luis Henrique Dias Tavares (1977), oitenta e três embarcações se retiraram do porto da Bahia em direção à Portugal. Estima-se que, entre oito e doze mil portugueses, entre militares e civis emigrados da Bahia, desembarcaram em Lisboa e na cidade do Porto. Embora os números não sejam exatos, Braz do Amaral (1957) afirma que “não será desarrazoado pensar que o comboio [que partiu da Bahia em dois de julho de 1823] levava dez a doze mil pessoas” (Amaral, 1957, p. 447). A data marca, além da retirada dos portugueses, a entrada triunfante do Exército Pacificador na capital baiana. A partir de 1824, o Dois de Julho passou a ser celebrado em Salvador e no Recôncavo anualmente, onde são organizados desfiles que exaltam a bravura e a força do povo baiano.

O emblemático Sete de Setembro representa o maior feriado cívico do Brasil desde o calendário da república, instituído em 14 de janeiro de 1890. Segundo João Paulo Pimenta (2022), “a história e

a memória da Independência, com suas muitas variações, contemplariam feriados alternativos” (Pimenta, 2022, p. 11), como é o caso do Vinte e Oito de Julho no Maranhão, Quinze de Agosto no Pará, Sete de Janeiro em Itaparica, Vinte e Cinco de Junho em Cachoeira e o Dois de Julho na Bahia.

O Dois de Julho de 1823 representou para os baianos o fim do domínio político português no Brasil, materializado na retirada das tropas de Madeira de Melo. O sentimento de aversão aos lusitanos permaneceu, entretanto, mesmo após o findar da guerra, manifestando-se nas vilas do interior do Império nascente. As movimentações da guerra em Salvador e seu Recôncavo, já muito conhecidas pela historiografia brasileira, marcam o imaginário baiano que, segundo João José Reis (1989), tem a Independência da Bahia como seu principal mito de origem.

Os acontecimentos da guerra, para além do Recôncavo, começaram a ser melhor compreendidos pela historiografia nos últimos anos. Sabe-se que as vilas do interior agiram ativamente no processo pela emancipação política da antiga metrópole, como ficou evidenciado nas correspondências entre as autoridades da Bahia e os periódicos que anunciavam uma guerra nos sertões. Nas comarcas do rio São Francisco e de Jacobina, as disputas pelo poder regional agitaram os cidadãos e contou com a participação de diversos grupos exteriores àquele espaço, revelando os sertões do São Francisco enquanto um território de extrema circulação de pessoas e ideias no período da Independência.

O Dois de Julho nos sertões do rio São Francisco não teve paralelo ao que ocorreu na Cidade da Bahia e Recôncavo. Os portugueses residentes nas vilas dos sertões da província não partiram do Brasil, fato que desencadeou diversas perseguições, sequestros de bens e

assassinatos. Assim, o antilusitanismo configurou-se no legado mais visível da guerra de Independência nos sertões que encobrem o São Francisco.

Mesmo após o fim da guerra pela independência, em julho, os conflitos permaneceram ativos nos sertões. Na verdade, os influxos da Confederação do Equador, a partir do segundo semestre de 1824, agravaram a situação política nos sertões do rio São Francisco. Foi necessário ao Governo do nascente Império ordenar o deslocamento de 500 praças “para reprimir os anarchistas de Caetetê, e Urubú; e de ter feito partir duas Escoltas de Cavallaria de 1º Linha, a encontrar os presos Filgueiras, e seus companheiros para segurança de sua condução”³. Essa força, dirigida a partir do centro-sul do país, teve como objetivo interceptar as articulações de José Pereira Filgueiras, influente personagem na Confederação do Equador, particularmente no Ceará, que foi responsável por instalar um governo republicano naquela província. Filgueiras e sua tropa circularam pelos sertões e insuflaram os ânimos da população ao ser conduzido preso com destino ao Rio de Janeiro. As turbulências resultantes das manifestações de antilusitanismo e da circulação de pessoas envolvidas nos movimentos republicanos caracterizam o cenário do sertão sanfranciscano após o Dois de Julho.

O conceito de sertões ainda é permeado pelo estigma da seca, da violência e da baixa densidade demográfica. De acordo com Janaína Amado (1995), a palavra sertão era bastante utilizada já no século XIX para designar não apenas as porções de terra localizadas para além das faixas litorâneas, mas também distante da civilização e com pouca informação. Chegar aos sertões neste século era muito difícil,

³ Biblioteca Nacional Digital do Brasil (Hemeroteca). Periódico mineiro *Abelha do Itaculumy*, n° 45, 15 de Abril de 1825.

as viagens podiam durar meses por terra, mas os cursos da água foram importantes integralizadores do Brasil, notadamente o rio São Francisco, que cortava os sertões do Império.

A Bahia, centro político da Colônia até 1763, experimentou com a transferência da capital para o Rio de Janeiro momentos de instabilidade que avassalavam o Brasil. A situação da capitania era crítica nas primeiras décadas do século XIX em que uma intensa crise econômica, política e social acometia os cidadãos. Os portugueses que residiam na Bahia eram, entretanto, em sua maioria, comerciantes e ocupavam os altos cargos administrativos. O contraste social ficava cada vez mais evidente, e os nascidos no Brasil, especialmente na camada mais pobre, passaram a reivindicar seus espaços na sociedade colonial.

Em relação aos sertões do São Francisco, a mudança do eixo político para o centro-sul da América portuguesa arrefeceu o processo de expansão e ocupação do vasto território, iniciado no último quartel do século XVIII e que levou à criação da Vila de São Francisco da Barra do Rio Grande do Sul (1752), que servia de cabeça de ponte para as freguesias de Campo Largo, na bacia do Rio Grande, de Santa Rita, na bacia do rio Preto, e, por fim, para o sul do Piauí. Essa região irradiava rotas comerciais também para Goiás, Maranhão e norte de Minas Gerais. Por isso, foi definida por Capistrano de Abreu como o “nó da nossa História” (RODRIGUES, 1977, II, 82).

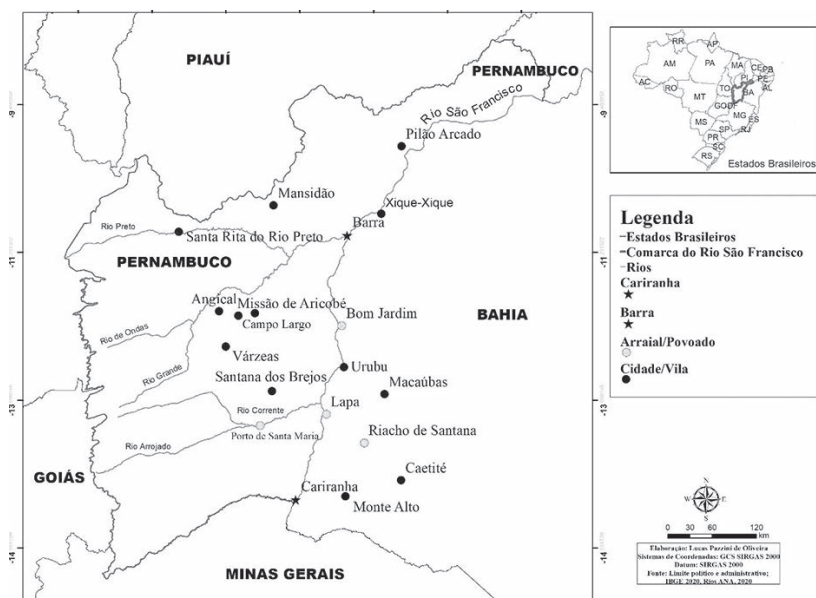


Imagem 1 – Mapa da comarca do Rio São Francisco.

A antiga comarca do São Francisco e atual região Oeste da Bahia foi criada em 1820⁴ após ser desmembrada da comarca do Sertão de Pernambuco, estabelecida dez anos antes, em 1810.⁵ A comarca do São Francisco foi, em seguida, desanexada da província de Pernambuco em 7 de julho de 1824, por determinação do imperador D. Pedro I como punição pela deflagração da Confederação do Equador. Trata-se de uma faixa de terra de 173 mil km², transferida a princípio para Minas Gerais e depois, em 1827, anexada ao território da Bahia. É correto observar que o território em questão

⁴ A comarca de São Francisco foi a última a ser desmembrada de Pernambuco, iniciava a norte com Pilão Arcado e terminava ao sul em Caririnha, sendo a vila de Barra a sede da comarca (Lima Sobrinho, 1929, p. 176).

⁵ A comarca do Sertão de Pernambuco foi fundada em 1810, sendo Vila de Flores em Pernambuco sua sede.

recebeu influências dos movimentos políticos pernambucanos, desde 1817 com a Revolução Pernambucana.

Mesmo afastada dos grandes centros urbanos, distando, em linha reta, cerca de 600 km de Salvador, a comarca do Rio São Francisco experimentou o momento de incerteza política, social e econômica que o então nascente Império do Brasil experimentava (Frutuoso, 2015, p. 13). A instabilidade no território dos sertões de cima⁶ manifestou-se através da perseguição aos portugueses durante e após as guerras de Independência, quando as identidades políticas estavam sendo reformuladas.

⁶ Altos sertões são regiões formadas por “faixas semiáridas rústicas e típicas existentes nas depressões colinosas de todos os ambientes sertanejos” presentes nos territórios brasileiros. AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 89; Erivaldo Fagundes Neves utiliza a expressão Alto Sertão, para o sudoeste baiano, referindo-se à “distância do litoral, talvez com os reforços da posição relativa ao curso do rio São Francisco e do relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes do Nordeste do Brasil”. Tal escolha, além do sentido geográfico, também carrega uma historicidade na consciência e no pertencimento da população da região, sendo utilizada como epígrafe do jornal A Penna, que circulou, com algumas interrupções, entre as décadas de 1880 e 1930. Ver: NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história local e regional). Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS, 2008, p. 26-28; Caio Prado Junior, Anísio Teixeira e Risério Leite também se referiram à região como alto sertão. Ver: PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 158; LEITE, Risério. Famílias sertanejas: os Mouras. In: **Revista do Instituto Histórico da Bahia**. Ano 8, n. 8, Salvador: Tipografia Manu, 1953, p. 42; TEIXEIRA, Anísio. O Alto Sertão da Bahia. In: **Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia**. Salvador, v.52, 1926, p. 295-309 (Frutuoso, p. 13).

A GUERRA NOS SERTÕES DO SÃO FRANCISCO

Os acontecimentos de fevereiro de 1822, em Salvador, iniciados com a nomeação do brigadeiro Madeira de Melo para o governo das Armas da Bahia, agitaram a população da província e provocaram o êxodo para as vilas do Recôncavo. Civis, membros influentes da sociedade baiana, bem como oficiais e soldados que formaram o Exército Libertador, deslocaram-se para o interior da província com o propósito de organizar uma resistência frente aos planos recolonizadores dos portugueses.⁷

A partir de junho de 1822, foram estabelecidas juntas governativas ou juntas temporárias de governo nas vilas do Recôncavo baiano e interior, que tiveram o objetivo de exercer funções administrativas, uma vez que Salvador estava ocupada pelas tropas portuguesas comandadas por Madeira de Melo, que reconheciam a autoridade do Príncipe Regente D. Pedro. Moisés Frutuoso (2015, p. 38), aponta que “as juntas locais, no contexto de desagregação do Império luso-americano, além de se constituir como uma expressão institucional do poder local” também “representavam uma importante mudança político-administrativa e refletiram, em sua composição e em seu

⁷ A Revolução de caráter liberal da cidade portuguesa do Porto em 1820 foi empreendida pelos reinóis que exigiam o retorno do rei D. João VI e da família real portuguesa, criticavam o Antigo Regime e defendiam uma monarquia constitucional, além de propor a manutenção do status colonial do Brasil, que foi alterado em 1815 com a elevação da antiga Colônia a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Segundo Frutuoso (2015, p. 39), várias juntas de governo que reconheciam o movimento constitucional-liberal foram instituídas, inclusive na Bahia. Depois de algum tempo, foram enviados oito deputados às Cortes, entre eles Cipriano José Barata de Almeida, Francisco Agostinho Gomes e Luís Paulino de Oliveira Pinto da França. Mas tiveram uma grande decepção quando perceberam que “os deputados portugueses reunidos em Lisboa pretendiam elaborar medidas restritivas ao Reino do Brasil” (Idem, p. 39).

modo de atuação, as especificidades dos espaços nos quais iam sendo criadas” (Bernardes apud Frutuoso, 2015, p. 38).

Segundo Luís Henrique Dias Tavares (1977), a aclamação de D. Pedro e o reconhecimento de sua autoridade representavam o rompimento com as Cortes e a aceitação de um poder executivo centralizado no Príncipe, que também era herdeiro do trono do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e Regente do Reino do Brasil por decisão soberana do Rei D. João VI. A aclamação de D. Pedro estava prevista para 27 de junho, porém uma carta de Francisco Gomes Brandão (Francisco Gê Acaiaba de Montezuma) “advertira para o perigo do ‘partido luzitano’ tomar a iniciativa da aclamação de D. Pedro” (Tavares, 1977, p. 84).

Em 25 de junho de 1822, a Vila de Cachoeira foi a primeira a aclamar o Príncipe D. Pedro como Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, no dia seguinte (26) foi a vez de Maragogipe, seguido por Santo Amaro e São Francisco do Conde, ambas em 29 de junho do mesmo ano. De acordo com Tavares (2008),

No dia 29 chegou a Cachoeira uma delegação das vilas de São Francisco do Conde e de Santo Amaro [...] propuseram que a Junta ampliasse suas atribuições e se transformasse em governo militar e civil legítimo para todas as vilas do Recôncavo. Nesse mesmo dia as vilas de São Francisco do Conde e de Santo Amaro aclamaram o príncipe dom Pedro como Regente Constitucional do Brasil [...] No passo seguinte, em agosto, incisiva representação das Vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro pediu o estabelecimento de um governo geral, não só para o Recôncavo e comarca da Bahia, mas para toda a Província [...] (Tavares, 2008, p. 238).

A proposta feita por Santo Amaro e São Francisco foi parcialmente aceita por Cachoeira, essa foi, segundo Tavares (1977, p. 94), a

primeira tentativa de “unificação de homens de várias tendências em um organismo executivo de luta mais coesa e firme contra o domínio de Portugal na Bahia”. A antiga Junta Interina, agora Comissão de Administração, formou-se em 5 julho e possuía maiores dimensões para atuar na segurança das vilas. Era integrada por Santo Amaro, Cachoeira, São Francisco do Conde, Jaguaripe, Maragogipe, outras vilas além do Recôncavo também foram incorporadas, como Inhambupe, Pedra Branca, Abrantes, Itapicuru, Valença, Água Fria, Jacobina, Maraú, Rio de Contas, Camamu, Santarém e Cairú (Tavares, 2008).

Em 6 de setembro de 1822 formou-se em Cachoeira o Conselho Interino de Governo. Mantendo sempre contato com a Corte no Rio de Janeiro, o Conselho Interino “exerceu enérgica e constante ação política, militar e administrativa desde a sua instalação” e “procurou manter-se governo ao longo da campanha militar para expulsar o Exército português da cidade do Salvador” (Tavares, 2008, p. 237).

Na ocasião em que Santo Amaro e São Francisco aclamaram D. Pedro, o coronel Gaspar de Araújo Azevedo Gomes de Sá advertiu para a emergência de reconhecer a autoridade do Príncipe para “prevenir que algum espirito mal intencionado mova o povo a se por em excessos anarchios”.⁸ O andamento da guerra no Recôncavo insuflou os ânimos dos moradores, e as autoridades passaram a vigiar cada vez mais a população, especialmente as camadas mais pobres.

Em relação às vilas dos sertões da província, os acontecimentos da guerra potencializam as tensões já existentes na região, expressando-se na construção de novas identidades políticas. De acordo com Frutuoso (2015, p. 39), durante o processo de formação do Estado e da nação no Brasil, essas identidades “não correspondiam necessariamente ao local de nascimento dos indivíduos envolvidos,

⁸ *Ata de Vereação da Câmara de S. Amaro*, p. 209-215.

referindo-se mais às suas ações, seus posicionamentos políticos e às alianças estabelecidas”.

As relações políticas nas regiões interioranas da Bahia foram alteradas no período entre os anos de 1788 e 1801, conforme Silva (2021, p. 67), quando houve um “empenho reformista em prol de uma administração ativa”, com um novo sistema de governo, visando à centralização administrativa. Medidas foram tomadas pela Coroa portuguesa para a ocupação efetiva das fronteiras internas do Brasil, como estratégia para sua unificação.

Apesar disso, as vilas possuíam suas comunidades locais que se reuniam em assembleias para definir os seus objetivos; através desses conselhos, as vilas procuravam se posicionar no corpo político do Império. Segundo Zézito Silva (2021), o controle imperial se dava por meio dos “mecanismos políticos, militares, sociais e de suas hierarquizações e, especialmente, por mecanismos financeiro-fiscais” (Silva, 2021, p. 78-79). Conforme esses mecanismos se faziam presentes nos sertões, novos cargos administrativos eram criados nessas localidades e, geralmente, ocupados pelos portugueses.

Devido à ocupação desses cargos administrativos pelos lusitanos – não somente no interior do Brasil, sendo observado na maior parte dos casos –, os desentendimentos entre esse grupo e os nascidos na América fortaleceram-se com a guerra de Independência, na qual o objetivo central era expulsar os portugueses e suas influências da nação que emergia.

Segundo Silva (2021), “além das atividades e funções jurídicas e fiscais, cabia às vilas manifestações de reconhecimento da ordem social baseada pela garantia dos privilégios e seus benefícios, que determinavam as posições sociais de uma sociedade estratificada” (Silva, 2021, p. 86). Essa relação entre a periferia e o centro do poder

evidenciava as desigualdades sociais presentes naquele contexto, uma vez que o papel dessas instituições era reproduzir o poder imperial nas regiões do interior, exaltando a aristocracia, a monarquia e seus símbolos.

Os antagonismos presentes no interior da Bahia fortaleceram-se na medida em que a guerra alcançava as vilas, e se manifestaram através da perseguição aos portugueses. No caso de Rio de Contas, as autoridades agiram para conservar a “harmonia social com todos os portugueses ultramarinos, domiciliados no Brasil” e, se fosse necessário, “unir-se à província de Minas [Gerais], que esta[va] de posse da liberdade”.⁹ Tais manifestações davam-se especialmente às notícias vindas do Recôncavo e também ao importante papel desempenhado pelos periódicos naquele contexto.

Segundo Frutuoso (2015, p. 40), a imprensa teve uma atuação importante no contexto da guerra, em seu aspecto pedagógico, em relação à divulgação do vocabulário político, termos como *nação*, *pátria*, *constituição*, *liberdade*, entre outros. A guerra na Bahia manifestou-se também nas páginas dos periódicos, os quais tinham a missão de divulgar as notícias da província, bem como fortalecer suas preferências ideológicas. É necessário, contudo, aprofundar os estudos sobre a circulação de ideias e impressos nos sertões durante o processo de Independência, considerando que, em 1823, nas províncias do norte, já havia imprensa nas cidades de Salvador, Cachoeira, Recife, São Luís e Belém

Durante o conflito, as vilas do interior da província foram essenciais para a articulação do governo do Conselho Interino, bem como

⁹ APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Coleção Independência do Brasil na Bahia. Dossiê 03 (antigo maço 633-3), documento 75. Traslado do Requerimento encaminhado à Câmara em 14 de agosto de 1822.

a contribuição com auxílio financeiro, equipamento bélico e abastecimento de gêneros alimentícios, como carne bovina e farinha de mandioca. Por outro lado, o andamento da guerra no interior da província também demandava atenção do governo estabelecido em Cachoeira.

Nas vilas interioranas, os brasileiros que aderiram à Causa do Brasil, eram, em sua maioria, indivíduos que buscavam alcançar as esferas de poder com o fim das barreiras que impediam sua ascensão social, além do acesso a propriedades rurais, já que a distinção social, conforme Frutuoso (2015, p. 45), perpassava pela de posse de terras. No caso de Rio de Contas, o *partido brasileiro* e o *partido europeu* travaram uma disputa pelo poder em meio à desagregação do Império luso-americano.

Ao analisar o caso de Rio Contas, Moisés Frutuoso (2015) apresenta os conflitos entre os dois partidos pela soberania no governo que seria estabelecido. Segundo o autor, o *partido europeu* teria cercado a vila com tropas milicianas compostas por 500 homens armados, “municiados de cartuchos para repelir qualquer obstáculo que encontrassem”, sob o comando do capitão Antonio Ribeiro de Magalhães.¹⁰

É correto observar que a presença da família real portuguesa alterou as dinâmicas de poder no Império. Aos poucos, os nascidos no Brasil passaram a ter mais acesso ao jogo político, situação vista como uma ameaça aos portugueses que detinham o poder. Frutuoso (2015, p. 37) informa que as notícias de fevereiro de 1822, vindas da capital, trouxeram esperanças aos lusitanos residentes em Rio de Contas de obter mais privilégios. Desta maneira, o autor observa:

¹⁰ APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Coleção Independência do Brasil na Bahia. Dossiê 19 (antigo 638-2), série Correspondências, documento 65. Ofício explicando o porquê de não se ter procedido a Aclamação ao Príncipe Regente na Vila do Rio de Contas em 18 de outubro de 1822.

[...] a existência de dois projetos políticos em Rio de Contas: o primeiro, capitaneado pelos portugueses natos e seus aliados, teve como objetivo a manutenção e ampliação do prestígio político regional com a criação de uma nova província, incorporando territórios das províncias da Bahia e de Minas Gerais. O segundo, promovido por indivíduos nascidos na região e que se autodenominaram brasileiros, teve a pretensão de substituir o denominado partido europeu dos postos de mando e comando da vila (Frutuoso, 2015, p. 56).

Rio de Contas tentou, pelo menos, três vezes (1821, 1833 e 1835) convencer o governo central a criar uma nova província, que unisse as vilas de Santo Antônio do Urubu (atual Paratinga), Caetitê e Contendas (da província de Minas Gerais), além de outras localidades que pertenciam à comarca de Jacobina, tendo como capital aquela vila. A vila também buscou o apoio de Caetitê e Urubu para a criação da nova província, mas não logrou êxito em sua tentativa.

Como se sabe, as propostas não foram levadas adiante e não houve perdas de territórios da Bahia e nem de Minas Gerais. Mello Moraes apresentou a resposta de D. Pedro I, desaprovando o desmembramento “de províncias e governos ilegais, por ser já tempo dos povos não se deixarem iludir por ambiciosos e anarquistas”, alertando que tudo deveria ser governado “pelas leis existentes e pelas ordens de Sua Majestade Imperial” (Mello Moraes, 1873, p. 3).

Sabe-se que o anseio de criar uma nova província teve origem no *partido europeu* já em 1821, possivelmente como uma reação à Revolução do Porto e aos acontecimentos de fevereiro daquele ano na cidade de Salvador. A tentativa de angariar vantagens e maior participação no jogo político, não apenas da região, mas também no corpo político do Império.

Segundo Wanderley Pinho (1937), “chegavam até ao São Francisco os ecos da grande campanha no Recôncavo baiano em 1822-1823”, os quais iriam “também agitar-se o sertão” (Pinho, 1937, p. 19). Em Santo Antônio do Urubu, os efeitos da desagregação do Império luso-americano também refletiram na tessitura social e política da vila. Desde cerca de 1820, os moradores pediram a transferência da sede da vila para o arraial de Monte Alto.¹¹ Em correspondências ao Conselho Interino de meados de 1822¹², os moradores da vila solicitaram a transferência da sede da vila para o arraial de Macaúbas, devido “aos ataques de despotismo contra os cidadãos”. Na carta consta que havia

[...] naquele termo um célebre Antonio Ribeiro da Conceição, homem mau, revoltoso e cabeça de motim, que inquieta o sossego do termo e ameaça aos cidadãos pacíficos comboiado com pretos e mais canalhas de Pernambuco, cuja capitania é dividida do referido termo do Urubu só pelo rio de São Francisco, devendo [...] ser afugentado para outro lugar distante a bem do sossego e Causa Pública, ou ter outro qualquer destino que ao Excelentíssimo Governo parecer melhor.¹³

A transferência do aparato administrativo da vila foi resultado das ameaças que estavam sujeitos os cidadãos daquela localidade. O periódico

¹¹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscritos. II – 33, 32, 25 – Representação dos povos da Vila de Urubu de Cima, a S.M., pedindo-lhe a transferência da dita Vila, para o Arraial de Monte Alto, devido ao local insalubre onde se achava construída. S.l., s.d. (1820 ?).

¹² Apesar de não haver datação, estima-se que sejam de meados de 1822, devido às correspondências da vila de Urubu em fins de 1822, já apresentarem o “Arraial de Macaúbas Termo da Vila de Santo Antônio do Urubú”.

¹³ APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Coleção Independência do Brasil na Bahia. Dossiê 03 (antigo 633-3), documento 133. Documento apresentando a necessidade de transferir a Vila para o Arraial de Macaúbas devido aos ataques e despotismo contra os cidadãos, 1822.

cearense *Império do Brasil* datado de 24 de maio de 1823, entretanto, apresenta um comunicado de José Bonifácio, na qual informa que

Chegando ao conhecimento de S. M. o Imperador a representação dos habitantes de Santo Antonio do Urubu de Cima, da Comarca de Jacobina, que se queixam do procedimento arbitrário, com que o Ouvidor Francisco Aires de Almeida Freitas fez passar as Justiças, e Cartorios daquela Villa para o Arraial das Macaúbas, a pretexto de epidemia.¹⁴

O informe emitido pelo Palácio do Rio de Janeiro, em 18 de maio de 1823, demonstra que os habitantes de Urubu desconfiavam das intenções do ouvidor da comarca de Jacobina, da qual a vila fazia parte. De acordo com Argemiro Souza Filho (2010, p. 61), o ouvidor Francisco Aires de Almeida Freitas diplomou-se em ciências jurídicas pela Universidade de Coimbra. As duas versões conflituosas demonstram as incertezas da população em meio à guerra e os projetos políticos que se desenvolviam no interior da província.

Apesar da transferência, a vila não deixou de ser palco de “anarchias”, como revela as edições dos periódicos mineiro *Abelha do Itacumuly* e fluminense *O Spectador Brasileiro*, entre fins de 1824 e 1825. As tensões permaneceram naquela região até depois do findar oficial da guerra, em 2 de julho, sendo necessário o deslocamento de tropas em meados de 1825 para conter novos problemas políticos que assolaram a vila a partir de 1824.

Ainda em 1822, em correspondência à Junta Provisória de Governo da Bahia, o deputado e capitão-mor da vila de Urubu, Manoel Moreira da Trindade, informou às autoridades sobre o aliciamento de escravos pelos portugueses, para que se voltassem

¹⁴ Biblioteca Nacional Digital do Brasil (Hemeroteca). Notícia do jornal cearense *Império do Brasil: Diário do Governo*, nº115, 24 de Maio de 1823.

contra os seus senhores apoiadores da Santa Causa do Brasil.¹⁵ As tensões entre os nascidos na América e os nascidos na Europa intensificaram-se na vila no decorrer da guerra, sendo necessário a formação de uma tropa miliciano para conter os constantes excessos naquela localidade.

Ao observar os conflitos em Urubu, o governo de Cachoeira ordenou a Manoel Moreira da Trindade que criasse um regimento miliciano no termo da vila. O capitão, por sua vez, teria sido acusado pelos cidadãos da vila de usurpar “o comando de diversas autoridades” e “passou a alistar homens que não eram daquele distrito”.¹⁶ Os conflitos na vila perpassavam, especialmente no âmbito político, das influências, como ficou explícito na correspondência do secretário do Governo Interino, Miguel Calmon du Pin Almeida ao capitão da vila, os senhores João Xavier, Joaquim Cotrim e seus filhos ficaram ressentidos por não fazerem parte da tropa da vila.

As correspondências demonstram a inexistência de um projeto político homogêneo no termo de Urubu. Enquanto os “brasileiros” buscavam ter maior participação política e extinguir a influência dos portugueses da administração, esse último grupo buscava a manutenção e ampliação de seu poder após os acontecimentos de 1820 na cidade do Porto e fevereiro de 1822 em Salvador.

As discordâncias entre o capitão Manoel Moreira da Trindade e a Câmara de Urubu estendiam-se desde o fim de 1822, quando

¹⁵ APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Coleção Independência do Brasil na Bahia. Dossiê 002, documento 01. Ofício informando os acontecimentos no Termo da Vila de Santo Antônio do Urubu, 1822.

¹⁶ APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Coleção Independência do Brasil na Bahia. Dossiê 029, documento 73. Ofício declarando que, tendo o conselho incumbido ao capitão Manoel Moreira da Trindade de criar um regimento miliciano no termo da vila do Urubu, 01 de Maio de 1823.

o deputado foi nomeado para representar a vila em Cachoeira. O Conselho chegou a exonerar Trindade do cargo em 27 de dezembro de 1822, mas ele permaneceu no cargo e organizou o regimento miliciano daquela vila.¹⁷ Embora ambos lutassem do mesmo lado, a população da vila reivindicava sua atuação na guerra.

Além disso, as autoridades de Cachoeira estavam preocupadas com o andamento da guerra em Rio de Contas, onde os portugueses haviam estabelecido um controle político notável, com objetivos de estender seu poder às demais vilas. Desta forma, o Conselho Interino buscava manter a obediência do termo de Urubu; possivelmente, uma das causas para a transferência da sede da vila para o arraial de Macaúbas, efetivada em fins de 1822, com a mudança da Justiça e Cartórios para o referido arraial. A sede da vila permaneceu ali até 1834, quando retornou para o primitivo local, após insatisfações populares e por Macaúbas ser emancipada de Urubu em 1832.

Barbosa Lima Sobrinho (1950) afirma que, na vila de Barra do São Francisco das Chagas, cabeça da comarca do Rio São Francisco, foi aclamado em primeiro de janeiro de 1823 o “Príncipe Regente o Senhor D. Pedro de Alcantara Imperador Constitucional do Brazil” e “consequentemente (sic) de negação e obediência e fidelidade nossa ao nosso Rey o Senhor D. João 6º” (Lima Sobrinho, 1950, p. 425). No mesmo documento, as autoridades afirmam ainda que não aclamaram o Príncipe Regente antes por ter mantido a fidelidade ao “bom Rey seu Pay”.

As turbulências políticas em Barra foram noticiadas pelo periódico pernambucano *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*¹⁸, tendo como redator Cipriano Barata, célebre personagem

¹⁷ Idem, 1 de Maio de 1823.

¹⁸ Biblioteca Nacional Digital do Brasil (Hemeroteca). Notícia do jornal per-

das lutas pela libertação do Brasil e pelo fluminense *Correio do Rio de Janeiro*¹⁹. Ambos informaram a guerra que acometia a região da comarca do Rio São Francisco, destacando os conflitos e perseguições políticas na vila da Barra, onde atuava o controverso ouvidor da comarca do Rio São Francisco. João Carlos Leitão, autor de um precioso folheto, que descreve minuciosamente o território sob sua jurisdição durante o processo de Independência.

O português João Carlos Leitão, apesar do prestígio do cargo, precisou fugir de Barra para Carinhanha em 1823. Em sua *Memória Justificativa*²⁰, impressa em 1825, o ouvidor afirma que aproveitou para fazer uma correção em Carinhanha antes de seguir sua fuga para o Rio de Janeiro. Leitão narra como ocorreu a recepção das notícias da guerra nos sertões do São Francisco:

Eu bem conhecia que esta paz tão debilmente esteada não prometia longa duração; e muito mais quando a Villa da Cachoeira cada vez mais encrucia a Guerra contra os desgraçados Europeos; e que, para a sua total expulsão, daquelle infernal fóco se espalhavão pelos certões ordens secretas por pessoas de alta estofa, que por então davão as Leis, e os raios á revolução (Lritão, 1825, p. 14).

nambucano *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, nº21, 14 de Junho de 1823.

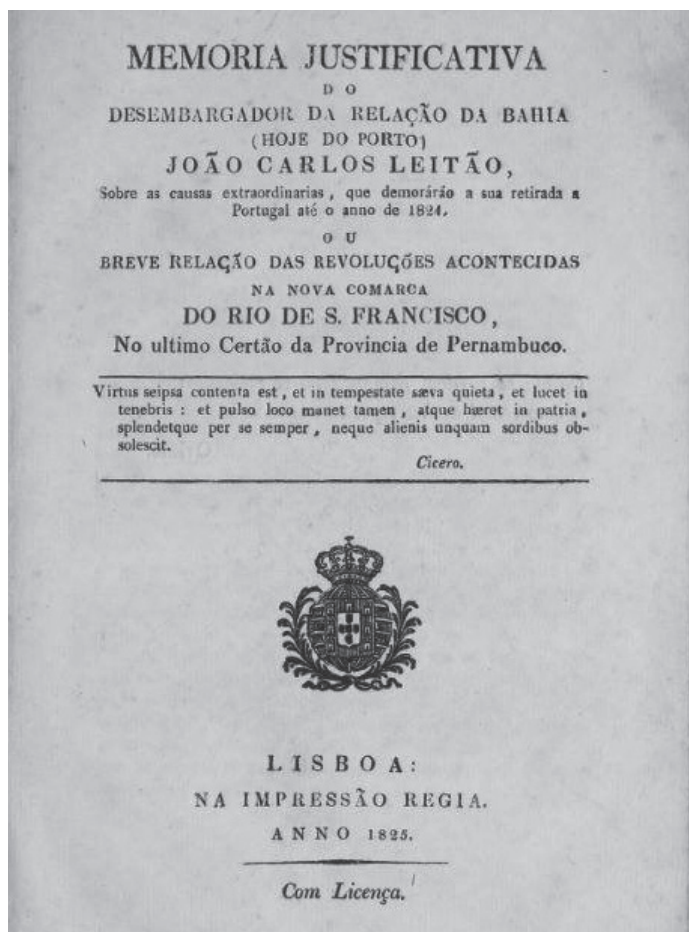
¹⁹ Biblioteca Nacional Digital do Brasil (Hemeroteca). Notícia do jornal fluminense *Correio do Rio de Janeiro*, nº13, 16 de Agosto de 1823.

²⁰ LEITÃO, João Carlos. *Memoria justificativa do desembargador da relação da Bahia* (hoje do Porto) João Carlos Leitão, sobre as causas extraordinárias, que demorarão a sua retirada a Portugal até o anno de 1824 ou breve relação das revoluções acontecidas na nova comarca do Rio de S. Francisco no último certão da província de Pernambuco. Lisboa: Impressão Regia, 1825. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7383>. Acesso em 2 jan 2023.

A saída às pressas do ouvidor de Barra foi motivada pela perseguição que Leitão vinha sofrendo pelos habitantes da vila. Nos sertões do Brasil, especialmente nas províncias do Norte, a guerra de Independência, muitas vezes, manifestou-se através do antilusitanismo. Ser português, tanto no litoral quanto nos sertões, estava associado a ser inimigo da causa do Brasil.

Os desentendimentos entre o ouvidor daquela comarca e a Câmara de Barra estendiam-se desde meados de outubro de 1822, quando Leitão informou que precisaria sair para fazer a correção em Carinhanha. Os membros da Câmara suspeitavam de que a viagem seria um pretexto para o ouvidor fugir da vila. O mesmo descrevera o cenário de desordem que acometia aquela localidade, em que “lendo no rosto de uns a desconfiança e ouvindo nas margens, de um e outro lado do rio, com voz em grita, as horríveis palavras de outros – Morrão os Europeus – Morrão os Marotos” (Lima Sobrinho, 1950, p. 61).

Imagem 2 – Frontispício da *Memória Justificativa* (1825) de João Carlos Leitão. Acervo Instituto Flávia Abubakir.



Em 3 de novembro de 1822, o ouvidor jurou fidelidade ao Príncipe D. Pedro. Entretanto, no dia 9 daquele mês, Leitão denunciou à Junta Provisional de Pernambuco a “subversiva e desrespeitosa” atitude da Câmara de Barra e destacou os nomes do Padre José Lúcio do Bonfim, Tomás de Aquino, o assessor da Câmara e o presidente da Câmara da

vila, em que o descrevia como “ignorante e cabeçudo, e inimigo declarado dos Portugueses Europeus, formando em sua casa clubs contra os que viviam naquela comarca” (Lima Sobrinho, 1950, p. 64).

A réplica da Câmara não tardou, informando ao governo de Pernambuco que a denúncia feita pelo ouvidor não correspondia aos fatos e que o denunciante estava “à frente de Europeus armados a favor da causa de Lisboa” (Lima Sobrinho, 1950, p. 66). Os receios de João Carlos Leitão, não eram infundados em vista das agitações que a guerra de Independência causou nos sertões do rio São Francisco.

A documentação do dia 15 de abril de 1823, a Câmara Municipal de Barra afirmou que, após chegarem, apuraram os autos daquela vila, constatando-se que o ex-ouvidor João Carlos Leitão havia se apossado do dinheiro da comarca, e após a apuração ordenou-se que “fossem sequestrados todos os bens e elle mesmo” (Lima Sobrinho, 1950, p. 436). Ao saber das deliberações da dita câmara, o ouvidor fugiu levando o valor que havia furtado.

A desconfiança da população do sertão em relação aos ouvidores revela os antagonismos presentes na região, as elites regionais possuíam pretensões de maior participação na vida política, além de se apropriarem da “Causa do Brasil” para justificar seus planos e os ataques aos portugueses. Tais suspeitas também alcançaram a vila de Pilão Arcado durante a Independência, uma vez que o “capitão-mor, Liberato José Leite Pereira Castelo Branco, também se queixava do Ministro que fomenta partidos” (Lima Sobrinho, p. 67). Em correspondência à Junta Provisória, a Câmara de Barra expunha “as lutas da população, em ofício de 22 de fevereiro de 1823, subscrito pelas pessoas de importância da Vila da Barra, vereadores, autoridades públicas etc. A queixa maior era contra os ouvidores” (Lima Sobrinho, 1950, p. 67).

Durante a guerra, a ocupação de cargos públicos por portugueses causou diversas revoltas entre os nascidos na América. As tensões, já existentes entre esses grupos, fortaleceram-se ainda mais. No caso de Barra, a ocupação do cargo de ouvidor por um português nato incomodou a população local, que buscava ser representada por um brasileiro.

Segundo Guerra Filho (2015), o processo de unificação do Reino Unido acendeu os sentimentos antilusitanos. Na Bahia, passou a ser um elemento fundamental no jogo político da província, tanto nas instâncias de poder, quanto nas praças e ruas da capital e vilas do interior. A vigilância e perseguição aos portugueses compõem o horizonte político baiano do Primeiro Reinado.

De acordo com Wanderley Pinho (1937), a guerra no sertão mobilizou os moradores a organizar exércitos para conter a desordem que se desenvolvia naquelas vilas. O capitão-mor João Maurício Wanderley uniu-se ao seu colega de Barra, João Barreto de Sá Menezes, e “proclamou aos povos, fazer correr bandos; convocou contingentes a serem enviados ao exército pacificador e mandou aprontar pelotões da vila de seu comando” (Lima Sobrinho, 1950, p. 19). Mantendo contato com a junta governativa de Pernambuco e com o general francês Labatut, o capitão-mor da vila de Barra informou às autoridades das duas províncias os acontecimentos daquela localidade, alertando da guerra em Oeiras, no Piauí, que “ameaçava todo o sertão” (Lima Sobrinho, 1950, p. 19). Para conter o avanço do conflito, solicitou armas e munições do governo de Pernambuco, o qual delegou a Wanderley a missão de unir os capitães-mores daquele território para fazer resistência, além de tomar todas as providências “em prol da causa da Independência” (Lima Sobrinho, 1950, p.19).

Barbosa Lima Sobrinho (1950) destacou o papel do capitão-mor de Campo Largo, João Maurício Wanderley e de Pilão Arcado, Liberato

José Leite Castelo Branco, que recrutaram gente e armas para lutarem em Oeiras, onde havia homens que “pelejavam pela causa de Lisboa” (Lima Sobrinho, p. 69). Pelo serviço prestado durante a Independência do Brasil, João Maurício Wanderley foi condecorado Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro por D. Pedro I através do decreto de 12 de fevereiro de 1825. De acordo com Wanderley Pinho (1937), o filho de João Maurício de Wanderley (sendo o quinto da família com o mesmo nome) teria herdado do pai “a tenacidade ativa, o patriotismo exaltado, o desassombro, a franqueza sem refulhos, ainda vestida de fidalguia urbanidade e tolerância” (Pinho, 1937, p. 25).

A formação de tropas na comarca do São Francisco demonstra sua centralidade estratégica, posto que seus chefes políticos se articularam, durante a guerra de Independência, para reduzir a influência política e institucional portuguesa na região, estreitando contato com outras vilas e cidades partidárias à causa brasileira, contribuindo com homens e logística em duas frentes da guerra. Apesar de, diferente de outros territórios, não existir uma data que simbolize as lutas na região do atual Oeste da Bahia, a ação dos seus habitantes foi fundamental na criação do Estado imperial brasileiro a partir de 1822.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia.**

Salvador: Progresso, 1957.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 08, nº 15, 1995.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** São Paulo: Martin Claret, 2016.

FRUTUOSO, Moisés Amado. “**Morram os marotos!?: antilusitanismo, projetos e identidades políticas em Rio de**

Contas (1822-1823)”. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

GUERRA FILHO. **O Antilusitanismo na Bahia (1822-1831)**. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

LEITÃO, João Carlos. **Memoria justificativa** do desembargador da relação da Bahia (hoje do Porto) João Carlos Leitão, sobre as causas extraordinárias, que demorarão a sua retirada a Portugal até o anno de 1824 ou breve relação das revoluções acontecidas na nova comarca do Rio de S. Francisco no último certão da província de Pernambuco. Lisboa: Impressão Regia, 1825. Disponível em < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7383> >. Acesso em 2 jan 2023.

LEITE, Risério. Famílias sertanejas: os Mouras. *In: Revista do Instituto Histórico da Bahia*. Ano 8, n. 8, Salvador: Tipografia Manu, 1953.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Documentos do arquivo público estadual e da biblioteca pública do Estado sobre a comarca do São Francisco**. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, Arquivo Público Estadual, 1950.

MELLO MORAES, Alexandre José de. **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império. Tomo II**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro e Companhia. 1873.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história local e regional). Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS, 2008.

PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

PINHO, Wanderley. **Cotegipe e seu tempo**: Primeira Phase 1815-1867. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1937.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o “partido negro” na independência da Bahia. *In*: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, José. H. (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: INL, 3V v., 1977.

SILVA, Zézito R. **Uma vila na periferia do Império**: sociedade, território e poder no Alto Sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna de Caetité, 1810-1821): 382 p. Tese (Doutorado) – PPGH. Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2021.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. **Confrontos políticos e redes de sociabilidade, Bahia (1821-1823)**. Tese (Doutorado). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 12ª ed. Salvador: Edufba; São Paulo: Unesp, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. *O Alto Sertão da Bahia*. *In*: **Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia**. Salvador, v.52, 1926

A IMPRENSA BAIANA NA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA E O PAPEL DO JORNALISTA “MONTEZUMA”

Jorge Ramos¹

RESUMO:

O artigo apresenta aspectos da conturbada história da imprensa no Brasil, desde a proibição de prelos, mesclada com a censura do Reino e da Inquisição, durante três séculos de nossa fase colonial, até a Independência. O seu tardio surgimento em 1810, quando impressoras e jornais foram autorizados, ocorre num momento especial, de quinze anos, entre a chegada da Família Real e a efetiva Independência, afinal, consolidada em 1823. Esse rico período abordado, sua conjuntura e características, realça a importância que a então nascente imprensa brasileira teve para o processo da independência que, na Bahia, foi de natureza singular, dramática e épica. Demonstramos que os confrontos e batalhas da *Guerra pela Independência* foram travados também pelas páginas dos jornais que circularam na Bahia e fora dela. E que, nesse processo, ao lado de ações heroicas nos *fronts*, houve também uma história

¹ Jorge Ramos é jornalista diplomado, pesquisador e sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), onde atua como diretor financeiro adjunto. É também membro da diretoria da Associação Bahiana de Imprensa (ABI)

de resistência a ataques, desinformações, ameaças, censura e atentados ao único jornal baiano que se posicionou em prol do Brasil independente

Palavras-chave: História da Imprensa no Brasil. Guerra da Independência do Brasil na Bahia. Ataques à liberdade de imprensa

ABSTRACT:

The article presents aspects of the troubled history of the press in Brazil, from the prohibition of presses, combined with censorship from the Kingdom and the Inquisition for three centuries, from our colonial phase to Independence. Its belated emergence in 1810, when printers and newspapers were authorized, occurred during a special period of fifteen years between the arrival of the Royal Family and the effective Independence, finally consolidated in 1823. This rich and discussed period, its context, and characteristics highlight the importance that the then-nascent Brazilian press had for the independence process, which in Bahia was of a unique, dramatic, and epic nature. The present publication demonstrates that the conflicts and battles of the War for Independence were also fought through the pages of newspapers that circulated in Bahia and beyond. And in this process, alongside heroic actions on the fronts, there was also a history of resistance to attacks, disinformation, threats, censorship, and assaults on the only Bahian newspaper that stood in favor of independent Brazil.

Keywords: History of the Press in Brazil. War in Bahia for the Independence of Brazil. Attacks on press freedom.

O modelo da colonização portuguesa na América, ao contrário da espanhola, foi muito mais severo, controlador e concentrador, deixando pouquíssima ou quase nenhuma margem de ações e decisões para sua única colônia, e concentrando na Metrópole um poder total na economia e na política. A rigor, pode-se afirmar que o *Pacto Colonial* aplicado aqui foi muito mais rigoroso do que o sistema de colonização da América espanhola e menos ainda da América inglesa. Cabe observar,

não como atenuante, que o Brasil, com sua imensa extensão territorial, era a única presença portuguesa na América, enquanto a colonização espanhola se pulverizou em vários vice-reinados, estendendo-se desde o México, na América do Norte, passando por toda a América Central, inclusive suas ilhas, e descia até o sul do continente.

O surgimento da imprensa é um exemplo dessa evidência. Coube ao México, em 1535, a primazia da primeira impressão na América. Naquele ano, o alemão Cramberger, auxiliado pelo italiano Giovani Paoli, conseguiu imprimir o livro *Escola Espiritual para llegar ao Ciello*, uma obra de São João Clímaco, traduzida em espanhol. Cramberger tinha morado em Sevilha, onde aprendeu o ofício de impressor e foi responsável pelo primeiro livro impresso na América. Da oficina dele saiu mais tarde, em 1540, o *Manual de Adultos*. O primeiro periódico oficial do México foi o *El Mercurio Volante*, aparecido em 1693. Antes, em Boston, nos Estados Unidos, circulou em 1690 um único número do *Public Ocurrrens*, logo proibido pelas autoridades inglesas. Já no início do terceiro quartel do século XVIII, o México já possuía seis oficinas de impressão, mais até que alguns países da Europa.

Na América Central, em 1660 na Guatemala, foi instalada uma pequena oficina tipográfica. Um mexicano evadido, às expensas do bispado, imprimiu o primeiro livro, com temática teológica. Em 1729 começou a circular o mensário *Gaceta de Guatemala*. A atividade impressora logo se expandiu às demais colônias espanholas na região: Cuba (1707); Costa Rica (1777); República Dominicana (1821) e Nicarágua (1835). Coube ao Peru a glória de ter sido o pioneiro da imprensa na América do Sul, que foi precedida inclusive pela primeira universidade sul-americana: *A Universidade Mayor de São Marcos*, fundada em 1551 e implantada em 1553. No ano seguinte é instalada a primeira imprensa no país andino. Em todas as demais colônias,

nos anos seguintes a implantação de impressoras para produção de livros foi também o passo inicial para a circulação de periódicos e a consequente disseminação de ideais de independência: Colômbia (1788), Equador (1792), Argentina (1801), Venezuela (1804) e Uruguai (1807). Antes da adoção da técnica de impressão com tipos móveis, o método era o mesmo: a pressão de uma prancha de madeira aplicada sobre uma placa de cobre, gravada a buril e coberta de tinta, sobre o papel. Em Portugal as primeiras impressões remontam ao século XV, quando os primeiros prelos foram introduzidos. Mas a atividade impressora logo passou ao controle rígido da Inquisição e do Estado.

Mas, enquanto as colônias espanholas e americanas ao redor já produziam impressos, o Brasil durante três séculos esteve privado dos benefícios da imprensa. O governo português desejou sempre manter a rica colônia completamente atada ao seu domínio e, por isso, proibiu que houvesse prelos no Brasil. Os que fossem encontrados eram confiscados e remetidos para Lisboa junto com os seus proprietários, que ainda sofriam os rigores da lei. Tudo para evitar que aparecessem por meio de impressos, ideias contrárias ao sistema monárquico, ao regimento colonial e aos interesses do Estado e da religião. Também não era permitido que circulassem no Brasil livros e impressos, nem mesmo os que se publicavam em Portugal, ainda que censurados pela Inquisição e pela própria Coroa.

A proibição de prelos para impressão no Brasil inibiu os que pretendiam imprimir folhetos, livros e jornais, mas não impediu algumas tentativas de disseminar ideias, conhecimentos e notícias através da palavra escrita. Os anseios de liberdade precisavam de uma válvula escapatória pela qual pudessem ser propalados. E assim à falta de imprensa se recorria aos manuscritos que, em muitos casos, passavam de mão em mão ou eram afixados clandestinamente nas

paredes externas das igrejas, mercados e locais de maior circulação. Esses manuscritos, obviamente apócrifos, podiam ser reivindicatórios ou, na maioria dos casos, queixosos contra a tirania dos governantes ou do sistema opressivo do poder sobre a sociedade colonial. Alguns revelavam revoltas íntimas ou sociais e queixas; podiam ser escritos em prosa, outros em versos, com críticas e/ou ironias contra os responsáveis pelos destinos da colônia. Um exemplo clássico são as famosas *Cartas Chilenas*, que apareceram em Vila Rica (MG) em 1789, pouco antes da Inconfidência Mineira. Eram poemas satíricos, ferozes e mordazes, que denunciavam a mediocridade administrativa, a corrupção e os desmandos do atrabiliário governador da Capitania, Luiz da Cunha e Menezes. Outro exemplo são os *Boletins Sediciosos*, surgidos em Salvador em 1798, instrumento de comunicação utilizado pelos conspiradores da *Revolução dos Alfaiates*². Esses *boletins* e os depoimentos colhidos foram a base do inquérito que resultou em prisões, banimentos, enforcamento e esquitejamento de quatro dos líderes acusados da sedição. Embora não fossem impressos, esses boletins, a rigor podem ser considerados instrumentos pioneiros da comunicação social no Brasil, sendo de grande alcance por atingirem ao mesmo tempo um grande número de pessoas que, mesmo sendo em grande parte analfabetas, tomavam conhecimento do seu conteúdo, através da difusão oral do seu conteúdo.

Mesmo com a proibição houve algumas poucas tentativas de se imprimir papéis no Brasil. A história registra uma delas, no início do século XVIII, em Recife. Um obscuro comerciante teria montado uma improvisada oficina e impresso letras de câmbio e orações devotas. Mas tão logo soube, acionado pela Coroa Portuguesa, o governador

² Esse tema foi objeto de um alentado estudo de Florisvaldo Mattos, *A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates*, publicado em primeira edição pela Universidade Federal da Bahia/UFBA em 1974.

da capitania, Francisco de Castro Morais, proibiu a atividade. Em seguida, uma carta régia, de 8 de junho de 1706, mandava “sequestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais de tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos” no Brasil.³

Durante muito tempo os pesquisadores especularam se muito antes, entre 1630 e 1624, durante a ocupação holandesa no Nordeste, teria sido trazida uma gráfica para Pernambuco. Entre outros motivos porque a Holanda era um dos maiores centros do que poderíamos chamar atualmente de “indústria gráfica” daquele tempo e o governo do erudito e humanista Conde de Nassau era aberto às iniciativas do que havia de mais moderno na Europa setecentista. Mas isso não ocorreu, apesar de tentativas feitas. Está comprovado que as obras impressas que circularam aqui na época do Brasil holandês, como o folheto *Brasilche Gelt-Sack*, que circulou em 1647 e que constava ter sido impresso no Recife, saíram mesmo de oficinas instaladas na própria Holanda.⁴

Os *Anais da Biblioteca Nacional* nos dá conta de que, em 1746, no Rio de Janeiro, Antonio Isidoro da Fonseca, um português que durante dez anos fora impressor em Lisboa e que se mudara para o Brasil por problemas financeiros, trouxe uma pequena gráfica e chegou a imprimir alguns documentos esparsos. O então governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, fez vistas grossas, mas o aconselhou a regularizar a ativi-

³ Cf. RIZZINI, Carlos. **O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1988.

⁴ Cf. CARVALHO, Alfredo de. Da Introdução da Imprensa em Pernambuco pelos Holandeses, in **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, XI, 710.

⁵ Volume 50, publicado no ano de 1928

dade, o que Isidoro tentou fazer. Ele requereu ao Reino autorização para “assentar ali uma imprensa, na qual imprimisse alguns papéis e conclusões, sem que disso se seguisse prejuízo a terceira pessoa, ofensa às leis de Vossa Majestade, mas utilidade pública, por não haver no Brasil outra impressão”. Foi inútil. Prontamente recusado o pedido, ele teve o seu equipamento apreendido e remetido para Lisboa, para onde foi deportado. Ele recorreu, sem sucesso, ao Rei para autorizá-lo a voltar montar sua oficina impressora no Brasil, fosse no Rio de Janeiro ou mesmo na Bahia. Este episódio foi determinante para que, no ano seguinte, fosse emitida uma nova Carta Régia, reiterando a proibição de prelos no Brasil e aumentando a sua fiscalização, já então rigorosa.

O seguinte diploma legal, do reinado de Dom João V, foi transcrito da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (Volume 47, de 1884, página 167):

Proibição do uso da imprensa

no Brasil nos tempos coloniais

Dom João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar e Africa, Senhor da Guiné, etc.

Faço saber a vós governador e capitão general da capitania do Rio de Janeiro, que por constar, que deste reino tem ido para o Estado do Brazil quantidade de letras de imprensa, no qual não hé conveniente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu officio, aonde as despesas são maiores que no reino, do qual podem ir impressos os livros e papeis no mesmo tempo, em que d'elle devem ir as licenças da Inquisição e do meu Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir, nem correrem as obras; portanto se vos ordena, constando-vos que se achão algumas letras de imprensa nos limites de vosso governo, as mandei sequestrar, e remetter para este reino por conta e risco dos seus donos, a entregar a quem elles quiserem, e mandarei notificar aos donos das mesmas letras e aos officiaes da imprensa que ouver, para que não se imprimam nem consintão, que

se imprimam livros, obras e papéis alguns avulsos, sem embargo de quaesquer licenças que tenham para a dita impressão, comintando-lhes a pena, de que, fazendo o contrário ser-ão remetidos presos para veste reino, da ordem do meu Conselho Ultramarino, para se lhes imporem as penas, que tiverem incorrido, na conformidade das leis e ordens minhas, e aos ouvidores e ministros, mandareis intimar da minha parte esta ordem para que lhe deem a devida execução e a fação registrar em suas ouvidorias.

El Rei Nosso Senhor o mandou por Thome Joachim da Costa Corte Real e o desembargador Antonio Freire de Andrade Henriques, Conselheiros do meu Conselho Ultramarino e se passem por duas vias.

Caetano Ricardo da Silva a fez em Lisboa a 6 de Julho de 1747.

O Secretario Manoel Caetano Lopes de Carvalho a fez escrever.

Thome Joachim da Costa Corte Real

Antonio Freire de Andrade Henriques

Mas esse temor de que a livre circulação de ideias e opiniões contrariasse, ou mesmo questionasse, o modelo de estado português e a religião católica não nasceu com a proibição de prelos. Muito antes, em 1536, no reinado de Dom João III, a Inquisição se implantou em Portugal através de uma bula do Papa Paulo II e com ela a censura sobre obras impressas. Os livros e pessoas considerados heréticos eram punidos com severidade e a fogueira era a maior das penas. Em 1576, o Rei D. Sebastião, instaurou a *censura régia*, desempenhada pelo *Desembargo do Paço*, para todas as obras impressas, inclusive aquelas já aprovadas pela própria Inquisição. Em alvará de 5 Abril de 1768, já no reinado de Dom José I, o todo poderoso Marquês de Pombal, que era de fato quem governava Portugal, criou a *Real Mesa Censória*, atenuando um pouco a influência da Inquisição e aumentando os poderes do Reino para exercer a censura. Mais tarde, em 1787, já no governo da filha dele, D. Maria I, a *Real Mesa Censória* foi substituída

pela *Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros*. Posteriormente foi editada em 17 de Dezembro de 1794 uma lei aperfeiçoando a “Censura, Revisão e Licenciamento de Livros” e criando um corpo de censores “encarregados da escrupulosa revisão de todos os livros e papéis que se quiserem oferecer ao prelo”⁶. A censura era feita em três níveis: a *Pontificia* (da Inquisição); a *Real* (feita inicialmente pela “Mesa do Desembargo do Paço” e mais tarde pela “Real Mesa Censória”) e a *Episcopal* ou *Ordinário* (bispos e arcebispos das respectivas dioceses e arquidioceses).

Finalmente, já no início do século XIX, com a chegada da Família Real pôde, enfim, o Brasil desfrutar de tipografias. O Conde da Barca (Antonio de Araújo de Azevedo) que então ocupava o Ministério dos Estrangeiros e da Guerra, e simpático às ideias francesas, tinha adquirido na Inglaterra um equipamento gráfico completo, que ainda estava sem uso. Ele o trouxe na atribulada viagem da Corte e toda a nobreza para o exílio americano. Ciente de que na implantação da estrutura da sua corte no Brasil um equipamento impressor era necessário e mesmo indispensável, o Príncipe Regente Dom João⁷ assinou em 13 de maio de 1808 o decreto que abolia a proibição da imprensa no Brasil, determinada por seus antecessores.

Eis um trecho do decreto⁸ de Dom João:

Tendo-me constado que os prelos que se acham nesta capital eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo à necessidade que há da oficina de

⁶ RIZZINI, Carlos, op cit.

⁷ Dom João era Regente porque governava em nome da mãe, a Rainha D. Maria I, que estava afastada por problemas mentais.

⁸ CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. **Anais da Imprensa da Bahia**. Salvador: Tipographia Bahiana, 1911.

impressão nestes meus Estados: sou servido, que a casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente de Imprensa Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas e quaisquer outras obras: ficando interinamente pertencendo o seu governo à mesma Secretaria.

A autorização para a existência de prelos, a Lei de Abertura dos Portos (28 de janeiro de 1808) e o Alvará que permitia “o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas” (1º de abril de 1808), são considerados o fim do Pacto Colonial. O Brasil entrava em uma nova era de sua história.

A princípio, a Imprensa Régia somente se ocupou em produzir papéis oficiais, e somente em 10 de setembro é que foi lançada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal publicado no Brasil. Apesar de possuir, segundo Carlos Rizzini,

os requisitos ordinários do jornal, não exerceu a *Gazeta* a função social já então assumida no mundo pela imprensa. Abreviava-se em enfadonhos róis de atos oficiais, convenientes apanhados de folhas europeias e intermináveis ditirambos à família reinante.

Era uma espécie de diário oficial, enxertado com notícias extraídas de jornais portugueses, também sob censura. Os seus redatores eram funcionários públicos, com a missão de não publicar nada que fosse contrário aos interesses da Coroa e da Igreja Católica.

Porém, três meses antes, precisamente em junho de 1808, foi publicado em Londres o primeiro número do *Correio Braziliense*, jornal criado pelo brasileiro Hipólito da Costa, exilado na Inglaterra após ter sido preso e perseguido pela Inquisição em Portugal. Era uma publicação mensal, com o subtítulo “Armazém Literário”, independen-

te do Reino de Portugal e, portanto, da censura, que trazia notícias, artigos e ensaios sobre os mais variados assuntos, muitos dos quais eram temas proibidos em Portugal e no Brasil, como críticas ao sistema colonial e à escravidão. Os assuntos vinham distribuídos em quatro secções (que chamaríamos atualmente de *Editorias*), a saber: *Política; Comércio e Artes; Literatura e Ciências e Miscelâneas*. De maneira velada ou ostensiva, defendia maior autonomia para o Brasil em relação a Portugal, embora de início defendesse a união entre os dois povos. Mas, à proporção que os anseios pela independência ganharam forma consistente no Brasil e as circunstâncias determinaram a ruptura, o *Correio Braziliense* se posicionou de maneira incisiva pela separação. O jornal chegava clandestinamente em Portugal e no Brasil e, por não se engajar e até ser crítico do Reino, a sua circulação chegou a ser proibida. Mas foram inúteis as tentativas de tentar impedir a sua presença no Rio de Janeiro e mesmo em outras capitanias, como a Bahia. A nível político, o jornal não era republicano, pelo contrário. Advogava o modelo britânico da monarquia constitucional e, neste sentido, pregava o aperfeiçoamento da forma de governo do Brasil, para Hipólito da Costa excessivamente ligado à estrutura portuguesa. Ele defendia que, pela extensão territorial e riquezas do Brasil, não deveria haver distinções entre a Colônia e a Metrópole. Isso antes mesmo de 1815, quando o Brasil foi elevado à condição de Reino, unido aos de Portugal e Algarves.

A Dom Marcos Noronha de Brito, 8º Conde dos Arcos, deve-se o surgimento da imprensa na Bahia. Ele havia sido, até a chegada da Família Real, o Vice-Rei do Brasil. Com a presença do Príncipe Regente Dom João, e da própria Rainha, Dona Maria I (mesmo interdita) em terras brasileiras, o cargo deixou de ter razão de ser e como compensação foi-lhe dado a Bahia, segunda capitania mais rica e populosa do Brasil, para governar. Em 1811, graças ao prestígio que

o Conde dos Arcos mantinha junto à Corte e ao peso econômico e político da capitania, foi concedida pelo Príncipe Regente a “licença” para implantar-se o primeiro jornal da Bahia. O requerimento havia sido feito pelo comerciante português Manuel Antônio da Silva Serva, incentivado pelo governador. O título escolhido por Silva Serva foi *Idade D'Ouro do Brasil*, a traduzir os melhoramentos trazidos ao Brasil pela presença, há três anos, da Família Real no Brasil. A licença real foi assinada no Rio de Janeiro em 5 de fevereiro e 11 de abril o decreto recebeu o “Cumpra-se” do Conde dos Arcos.

Ao solicitar a licença, o comerciante Silva Serva já dispunha do equipamento gráfico, adquirido na Europa, e a oficina foi montada por cima dos arcos do Morgado de Santa Bárbara⁹, na Freguesia de Conceição da Praia. Mas, antes mesmo de entrar em circulação, o jornal recebeu “instruções” de como deveria proceder. A portaria do Conde dos Arcos estabeleceu limites sobre o **que noticiar**, numa espécie de imposto “Manual de Redação” :

Ao Redator da Gazeta da Bahia – “Idade D'Ouro do Brasil”

Deverá a “Idade D'Ouro” publicar todos os Direitos Ministeriais e Econômicos cujo conhecimento convém publicar, discorrendo sobre o interesse publico que deflui das disposições e medidas que neles se contém. Deverá anunciar as novidades mais exatas de todo o Mundo, e que mais interessante forem à História do Tempo.

Deverá contar as notícias Políticas, sempre da maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer Reflexões, que tendam direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública.

Sempre que a escassez de noticias deixe na folha um espaço disponível, ocupar-se-á deste, publicando alguma descoberta útil, e

⁹ Ficava onde é hoje o bairro do Comércio, em Salvador, nas proximidades da atual Praça da Inglaterra.

particularmente as Artes, discorrendo sobre a necessidade de instruir e conservar bons e polidos costumes nas Nações, e explicando não só como o caráter nacional ganha em consideração no Mundo pela adesão ao seu Governo e à Religião, mostrando graça em quanto têm perdido naquela consideração todas as Nações, que se deixaram despegar do Governo e Religião de seus países.

Deverá finalmente a “Idade D’Ouro” fazer menção dos despachos civis e militares, particularmente desta Capitania; e escrever os avisos que forem remetidos ao seu Redator, convenientes à maior facilidade e viveza do Comércio.

Bahia, 5 de Maio de 1811

(a) Conde dos Arcos¹⁰

O Conde dos Arcos queria as “verdades” que fossem convenientes ao rei, à lei e à fé. A *Idade D’Ouro do Brasil* era igual em tudo à *Gazeta do Rio de Janeiro* e de tamanho um pouco menor. Inicialmente o jornal saía às terças e sextas, tinha quatro páginas e por divisa ostentava no topo da primeira página esses versos do poeta português Sá de Miranda (1451-1588):

Falai em tudo verdade
A quem em tudo a deveis.

Em 1820, eclodiu em Portugal a *Revolução do Porto* (ou *Vintismo*, como é chamado pela historiografia portuguesa), movimento de cunho liberal que visava pôr fim ao absolutismo e dotar o *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves* de uma constituição. As revoluções liberais eram frutos de uma sequência de três profundas mudanças sociais na

¹⁰ Extraído do Livro de Ordens do Governo – Portaria N° 28, fls 113 – Arquivo Público do Estado da Bahia. *Apud* “Anais da Imprensa na Bahia – 1° Centenário, 1811-1911 – Catálogo organizado pelos sócios do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Conselheiro João Nepomuceno Torres e Alfredo de Carvalho”.

Europa: a expansão do Iluminismo, a Revolução Francesa e os efeitos do apogeu e declínio de Napoleão Bonaparte, que alteraram a geopolítica europeia. O movimento, que chegava tardiamente a Portugal, almejava a “restauração” do país, depois de mais de uma década de decadência em todos os setores, principalmente na economia e na política. Era pretensão reviver os considerados áureos tempos, antes da invasão napoleônica à Península Ibérica. Para isso, seus líderes consideravam ser imprescindível a volta do Rei Dom VI, que estava há treze anos no Brasil, e fazê-lo jurar obediência à Constituição que ainda seria escrita. Vitorioso o movimento, no Rio de Janeiro a questão dividiu opiniões entre o próprio ministério de Dom João VI, chegou aos quartéis e ganhou as ruas. Os jornais já então existentes do Rio de Janeiro abriram espaços para a polêmica e muitos leitores escreveram emitindo suas opiniões sobre o novo panorama político. A maioria se manifestou favorável aos novos ventos liberais. Também foi comum nesta época a impressão de manifestos avulsos, mandados imprimir por quem tinha interesse em divulgar seus pontos de vista. Esses panfletos, além de artigos e cartas nos jornais, favoráveis e contrários ao tema em debate, compuseram a formação de uma incipiente opinião pública no Brasil.

Na Bahia, um levante militar em 10 de fevereiro de 1821, com bastante adesão popular e apoio de muitos senhores de engenhos do Recôncavo e ricos comerciantes portugueses de Salvador, depôs o governador Conde da Palma e elegeu uma Junta de Governo, engajada com os novos tempos do liberalismo e da Constituição. Reunidos na Praça do Palácio, o povo e a tropa aplaudiram a nova junta e aclamaram a Constituição que viesse a ser elaborada em Portugal. A Junta tão logo eleita – embora reverenciasse formalmente o Rei D. João VI – declarou-se obediente às *Côrtes Gerais, Extraordinárias e Constituinte da Nação Portuguesa*, o congresso que, em Lisboa, já

discutia a elaboração da Constituição. A adesão completa da Bahia à Revolução do Porto assustou D. João, toda a sua corte e o ministério no Rio de Janeiro. Mas, em Salvador, ela foi noticiada com notável entusiasmo pelo *Idade d' Ouro do Brazil*:

O Brasil inteiro chorou com santa inveja por seus irmãos da Europa, no momento em que os viu sair com tão glorioso denodo dos ferros do despotismo, mas a sorte guardava a Bahia na sua imperscrutável urna para ser a redentora do Brasil, como havia guardado o Porto para redentor de Portugal. (edição de 13/2/1821).

Por coincidência, nos dias seguintes à eclosão dessa rebelião militar surgia em Salvador um segundo jornal. O *Semanário Cívico* era de propriedade do comerciante português e procurador do Senado da Câmara, Joaquim José da Silva Maia, um ferrenho liberal, adepto da Revolução do Porto e que, na sequência, se posicionaria de maneira radical contra a independência do Brasil¹¹. Em seu primeiro número (1º de março de 1821), Silva Maia faz um relato minucioso dos fatos, como testemunha presente, na condição de procurador da Câmara, e concluiu afirmando:

Nesta mesma noite fez o novo governo a sua primeira sessão, que principiou às 8 horas e acabou às 2, e toda a cidade espontaneamente se iluminou tal era o regozijo e júbilo de todos os seus habitantes.

Os jornais do Rio de Janeiro também saudaram efusivamente a adesão dos baianos aos princípios liberais, inquietando ainda mais

¹¹ Silva Maia retirou-se às pressas para Portugal com a divisão portuguesa, liderada por Madeira de Melo, que deixou Salvador em 2 de Julho de 1823, quando o Exército Libertador libertou a Bahia.

Dom João VI, para quem a nova realidade, além de lhe tirar poderes o obrigava a – contra a vontade – voltar para Portugal, e ainda sob ameaça de perder o trono, caso não jurasse obedecer a uma constituição ainda virtual.

Em Lisboa, as *Cortes* começaram, desde o fim de janeiro de 1821, a elaborar o texto da futura Constituição. Os portugueses nem esperaram a chegada dos representantes do Brasil, que sequer tinham sido eleitos. Logo no início dos trabalhos os deputados portugueses tomaram duas medidas de caráter inegavelmente liberais: a anistia aos presos políticos da fracassada *Revolução Liberal de Pernambuco de 1817*, com a libertação dos últimos condenados, que, em Salvador ainda cumpriam pena, e o fim da Censura à imprensa. Em fevereiro de 1821, a Censura foi abolida, mas a decisão somente foi efetivada no Brasil em 28 de agosto, com um decreto do Príncipe Regente, determinando

[...] que se não embarace por pretexto algum a impressão do que se quiser fazer de qualquer escrito, devendo unicamente servir de regra o que as mesmas Côrtes têm determinado sobre este objeto.

Embora formalmente já tivesse acabado no Brasil, a censura prévia ainda vigorou por algum tempo na Bahia. A Junta de Governo escolhida na rebelião de fevereiro ainda a manteve por algum tempo e somente em fevereiro do ano seguinte, com a eleição de uma nova Jnta, é que ela de fato acabou.

Embora no Rio de Janeiro diversos jornais já circulassem há mais de uma década, na Bahia, o *Idade D'Ouro do Brazil* reinou sozinho até 1821, quando entrou em circulação o *Semanário Cívico*. Em dois anos, entre 1821/1822 – época dos conflitos que resultaram na Independência – surgiram os seguintes títulos: *Minerva Bahiense*

(começou a circular em 7 de abril de 1821), *Diário Constitucional* (4 de agosto de 1821), *O Constitucional* (em substituição ao *Diário Constitucional*, foi lançado em 10 de abril de 1822), *Sentinella Bahiense* (22 de junho de 1822), *Analyzador Constitucional* (julho de 1822), *Baluarto Constitucional* (julho de 1822), *Espreitador Constitucional* (agosto de 1822), *Idade de Ferro* (agosto de 1822), *Despertador dos Verdadeiros Constitucionais* (setembro de 1822) e *A Abelha* (dezembro de 1822). Quase todos tiveram curta duração, apenas durante alguns meses, e todos eram impressos na gráfica Viúva Serva & Carvalho¹² que, posteriormente, teve mudado o nome para Viúva Serva & Filhos.

Entre todos os jornais publicados na Bahia até 1823 o *Diário Constitucional* foi o único que manteve e sustentou uma linha editorial a favor do Brasil, inclusive nos momentos mais dramáticos do processo que resultou na guerra pela Independência. O jornal, por razões variadas, teve de mudar de nome duas vezes, mantendo, porém, os mesmos redatores, princípios nacionalistas e uma linha crítica em relação a Portugal. Em maio de 1822 mudou o nome para *O Constitucional* porque deixou de ser editado diariamente. Em agosto, após ser empastelado pelos militares portugueses, deixou de circular, reaparecendo oito meses mais tarde em Cachoeira já com o título de *O Independente Constitucional*. Todos os demais nesse período foram, em maior ou menor grau, áulicos e serviais em relação a Portugal, às Cortes, e principalmente a Madeira de Melo, comandante das forças militares lusas sediadas na Bahia e que resistiu à Independência até o 2 de Julho.

¹² Manoel Antonio da Silva Serva morreu em 1819 e a gráfica passou a ser operada pela viúva e um sócio. Mais tarde foi adotada a marca comercial Viúva Serva & Filhos.

O *Diário Constitucional* foi fundado por José de Almeida Corte Real (mais tarde *Côrte Imperial*), José Avelino Barbosa e Euzebio Vannerio em 4 de agosto de 1821. Tinha ainda em seu corpo redacional o rábula Antonio Rebouças, que assinava artigos sob o pseudônimo de *Catão*. Logo se integrou à equipe, como redator e sócio-cotista, o bacharel em Direito, recém-chegado de Portugal, Francisco Gomes Brandão, o *Montezuma*. Baiano, mas morando há algum tempo em Portugal, *Montezuma* presenciara a Revolução do Porto e defendia postulados liberais. Sua presença mudaria os rumos da publicação, direcionando a linha editorial para uma postura bastante crítica a Portugal e às Cortes e em defesa do “governo do Rio de Janeiro”, onde o príncipe Dom Pedro de Alcântara havia sido deixado pelo rei D. João VI como regente do Reino do Brasil.

A “Gazeta de Montezuma”, como na época ficou conhecido o jornal, publicava atos da Regência, notícias das outras províncias que aderiam ao governo do Príncipe, atas das câmaras das vilas da Bahia, discursos dos deputados baianos nas *Cortes* de Lisboa e artigos selecionados do *Correio Braziliense*. Enfim, notícias e documentos que os outros jornais omitiam. Em suma, defendia a união de todas as províncias do Brasil em torno de um único centro político e administrativo, sob o comando de Dom Pedro. Também eram bandeiras o Brasil com um órgão legislativo próprio, tribunais, Exército e Marinha independentes de Portugal. Era a “União Sem Sujeição”, defendida por Hipólito da Costa. Como órgão de imprensa, o jornal publicava também atos e decisões oficiais do Governador das Armas, Madeira de Melo, mesmo aqueles que ele criticava ou críticas ao próprio jornal. Na edição de 18 de junho de 1822, publicou cartas que Madeira de Melo enviou às *Cortes* e ao rei, contando a sua versão sobre a sua polêmica investidura no cargo e narrando o seu ponto de vista sobre os acontecimentos dela decorrentes.

Os outros jornais de Salvador não só ignoravam, mas desprezavam esses temas e se posicionavam cada vez mais, de forma veemente, contra a Regência e a união das províncias em torno de Dom Pedro e contra a Independência. Como partidários das *Cortes*, eles reproduziam o que os periódicos portugueses escreviam, desqualificando Dom Pedro, sua regência e o próprio Brasil. Além disso, engajaram-se no apoio irrestrito a Madeira de Melo, comandante militar português e nomeado, não sem questionamentos dos brasileiros, Governador das Armas da Bahia.

À proporção que aumentavam os choques entre D. Pedro e as *Cortes*, uma outra batalha era travada na Bahia através dos jornais. Cartas e manifestos de leitores ganharam espaços nos jornais, criticando ou elogiando, de acordo com a linha editorial da folha, com críticas e acusações de lado a lado. Em irados editoriais, reforçavam as posições dos autores das cartas, raramente identificados e muitas vezes escritas pelos próprios redatores, valendo-se de pseudônimos. Havia também a troca de farpas, críticas ácidas e até ofensas, numa guerra de informação e contrainformação, alimentando uma polêmica cada vez mais acesa.

Desde o seu surgimento, o *Diário Constitucional* criticou duramente a Junta de Governo, que considerou excessivamente atrelada às *Cortes* e contra a regência de Dom Pedro, a quem negava obediência. A crítica mais contundente era por ter a Junta, imediatamente após à sua constituição, ter pedido tropas portuguesas para a Bahia. Com a chegada de navios transportando militares da “Legião Lusitana”, nos meses seguintes agravou-se o clima de tensão entre brasileiros e portugueses em Salvador. Sobre as posições do jornal a Junta acusava:

Este papel é incendiário e não deve sair. E para nos livrarmos de dúvidas não queremos que, no “Diário Constitucional”, venham

mais discursos. Hão de aparecer somente notícias e estas sem reflexão alguma”.¹³

Somente com a eleição de uma nova Junta, em fins de janeiro de 1822, é que a liberdade de imprensa chegou efetivamente à Bahia e o *Diário Constitucional* voltou a circular em 8 de fevereiro. Com o mesmo ímpeto, saudou os novos tempos (“*Já temos Liberdade de Imprensa!*”), denunciou a violência sofrida (“... o mais decidido abuso do artigo 8º das Bases da Constituição”) e continuou seu embate contra os outros jornais, principalmente o *Semanário Cívico*, o mais feroz opositor à ideia de emancipação do Brasil, difundida, segundo o jornal, por “*facciosos partidários da independência*”. Ideias que Montezuma e o *Diário Constitucional*, a princípio, não abraçaram e nem defendiam no jornal, mas diziam compreender porque, segundo eles, as próprias Cortes despertavam o ódio dos brasileiros contra Portugal, ao reduzir a importância do Reino do Brasil, tentando fazê-lo retroagir à condição anterior de colônia. E que os portugueses eram quem alimentavam a divisão entre os reinóis e os nascidos no Brasil, ao chamarem os brasileiros de “macacos” – que respondiam chamando os portugueses de “marotos” – e de “*oriundos da Costa da África e que tratando seus irmãos como escravos, alimentavam a cizânia e fortaleciam a divisão*”.

O *Semanário Cívico*, por sua vez, afirmava que, separado de Portugal, o Brasil seria presa fácil de potências estrangeiras porque

[...] não se acha ainda na idade viril de poder emancipar-se, sem ser necessário apontar o que apontam todos os que têm falado nesta matéria, isto é, na sua grande extensão despovoada, nas

¹³ Trecho de um artigo, publicado no próprio jornal em 15/2/1822, uma semana após ele ter voltado a circular depois de uma suspensão aplicada no mês anterior pela Junta, num ato completamente ilegal porque a censura oficialmente já estava extinta.

poucas ou nenhuma relações entre suas províncias, na falta de luzes e indústrias de seus habitantes, na multidão de escravos etc. (edição de 27 de junho/1822).

E, na mesma edição, afirma ainda que os brasileiros estavam equivocados quando acreditavam que se manter unidos a Portugal significa a recolonização. E concluiu: “Além do que, devemos confessar, eles em geral não são tão laboriosos quanto os europeus, nem se sujeitam a trabalhos tão pesados.”. E, mais tarde, já em plena guerra, o jornal chegou ao ponto de afirmar:

Os dissidentes do Brasil declaram guerra aos europeus para não lhes pagarem o que lhes devem e apoderarem-se de seus bens. Este é o principal ponto da questão e não o amor à sua pátria. (edição de 23 de fevereiro de 1823).

Na mesma eleição que definiu a nova Junta, Montezuma foi eleito vereador no Senado da Câmara de Salvador. Na tribuna e no jornal, ele liderou uma campanha contra a posse do brigadeiro português Madeira de Melo como Governador das Armas na Bahia, nomeado pelas *Cortes* em lugar do brasileiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães. A alegação dos brasileiros era de que o ato de nomeação estava “eivado de vícios” porque não obedecia aos devidos trâmites burocráticos. Mas o verdadeiro objetivo era tentar impedir que a guarnição militar da Bahia ficasse sob o comando de alguém que não fosse simpático à Regência de Dom Pedro. Os portugueses reagiram, os jornais se posicionaram e o *Diário Constitucional* sustentou contra todos a não investidura do brigadeiro português no cargo. Os ânimos se agravaram e o confronto atingiu as ruas e chegou aos quartéis. Militares brasileiros se amotinaram, ocuparam o Forte de São Pedro e saíram armados para as ruas, em protesto contra a posse, enquanto militares

portugueses, igualmente armados, tentavam assegurá-la. Logo, a cada grupo juntaram-se civis e houve confrontos, com mortos e feridos. Durante três dias Salvador viveu um clima de guerra civil.

Na manhã do dia 19, houve um violento choque, com trocas de tiros no Campo da Pólvora. Inferiorizados em homens e armamentos, os brasileiros fugiram pelas matas do Tororó. Acreditando que eles estivessem escondidos no Convento da Lapa, os portugueses se dirigiram para lá e arrombaram o primeiro portão. Neste momento a *Sóror* Joana Angélica surgiu à frente deles. Ela estava com 60 anos e como madre superiora da *Ordem da Imaculada Conceição* na Bahia tentou deter a invasão da clausura, onde estavam as noviças. Durante breves instantes Joana Angélica tentou convencê-los a não avançar para o interior do convento. Recebeu um golpe de baioneta no ventre e caiu ensanguentada, morrendo no dia seguinte. O convento foi invadido, mas não foi encontrado nenhum brasileiro e nem mesmo as noviças. Todas tinham sido retiradas a tempo, acreditando-se que Joana Angélica tenha procurado retardar a invasão, dando tempo para que elas fugissem por uma passagem lateral, em direção ao Convento das Mercês, onde se refugiaram.

A morte da religiosa ecoou no Rio de Janeiro, onde a colônia baiana mandou celebrar uma missa de 30º dia, em que compareceram, trajando luto fechado, o Príncipe Regente Dom Pedro e a Princesa Leopoldina. Sinalizavam assim de que lado se posicionavam na disputa entre brasileiros e portugueses. O episódio agravou a já delicada relação entre Dom Pedro e as *Cortes*. Em seguida à morte de Joana Angélica, o brigadeiro Madeira de Melo impôs-se pelas armas e tomou posse a ferro e fogo no Comando Militar da Bahia, decretou toque de recolher à noite e proibiu reuniões e aglomerações. Sentindo-se insegura e temerosa de novas e graves agressões praticadas

por soldados portugueses enfurecidos, parte expressiva da população de Salvador deixou a cidade e buscou abrigo nas vilas e engenhos do interior do Recôncavo, organizando a resistência. Cachoeira, Santo Amaro, Maragojipe e São Francisco do Conde foram os destinos mais procurados.

Durante aqueles dias tumultuados em Salvador, o *Diário Constitucional*, assim como os demais jornais, ficou com a circulação suspensa, só voltando a ser publicados em 1º de Março. E na primeira oportunidade Montezuma se referiu às “desgraças públicas que acabamos de presenciar nesta cidade nos dias 19, 20, 21 e seguintes ...”¹⁴, atribuindo-as à atuação violenta dos militares portugueses. O *Semanário Cívico*, por sua vez, minimizou os fatos, principalmente a morte de Joana Angélica, e defendeu a atuação de Madeira de Melo, “na defesa da paz pública, da lei e da ordem” taxando os brasileiros de “anarquistas”. *Montezuma* passou a defender a tese de que não cabia mais a presença de militares portugueses em solo brasileiro. Uma ordem neste sentido foi emitida do Rio de Janeiro pelo Príncipe Regente. Em mensagem a Madeira de Melo Dom Pedro escreveu:

Os desastrosos acontecimentos, que cobriram de luto esta cidade nos infaustos dias 18,19 e 20 de fevereiro, magoaram profundamente o meu coração. Verteu-se sangue de meus filhos, que amo como os que me deu a natureza (...) Por tão poderosos motivos ordeno-vos como Príncipe Regente deste Reino, do qual jurei ser Defensor Perpétuo, e depois de ouvir o meu Conselho de

¹⁴ As citações dos jornais foram retiradas das seguintes fontes: 1) Arquivo Público da Bahia – APB; 2) Biblioteca Nacional. Nesses locais encontram-se coleções físicas dos jornais referidos. A Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) disponibiliza alguns exemplares

Estado, que, logo que receberdes esta, embarqueis para Portugal com a tropa que tão impoliticamente dali foi mandada [...]¹⁵.

A ordem foi solenemente ignorada por Madeira de Melo, sob o argumento de que somente acataria determinações vindas das *Cortes*, com quem mantinha frequente correspondência, pedindo inclusive mais reforço de tropas.

Além de solicitar mais tropas para “garantir a ordem” na Bahia, Madeira de Melo escreveu às *Cortes* pedindo providências contra o *Diário Constitucional* que, segundo ele estava “[...] proclamando aos povos para se unirem ao Rio de Janeiro, era incendiário e os seus autores perturbadores da ordem pública”. Em outra mensagem, a própria Junta de Governo chamava a atenção para “[...] os redatores desta cidade, que cada dia se tornam mais arroçados, espalhando doutrinas que incitam os povos à rebelião e os provocam a desobedecer às leis e às autoridades constituídas, desacreditando-as aleivosamente para lhes diminuir a força moral”.

Essas mensagens eram transcritas nos outros jornais simpáticos a Portugal, acompanhados de ofensas ao “infame *Diário Constitucional*”, que respondia acusando os atos de “[...] prepotência, arbitrariedades, injustiças e barbaridades praticados em Salvador pelas tropas lideradas por Madeira de Melo, que, por sua vez, acusava Montezuma e seu jornal de serem “fomentadores da revolta” contra Portugal, formando o que chamou de “partido revolucionário ou independente”. Nos duelos verbais houve pelo menos uma vez que Montezuma se referiu ao jornal de Silva Maia como *Semanário Cínico* e se referindo ao governador militar como *Madeira Pôdre*.

¹⁵ O texto completo da mensagem foi publicado em “*Cartas de Dom Pedro a seu pai, o Rei Dom João VI – 1821 /1822*” – Typographia Brasil, de Rothschild & Cia. Rio de Janeiro; 1915, edição preparada por Eugênio Egas)

Mesmo sofrendo ataques e ameaças, *Montezuma* não diminuiu a ênfase de suas críticas. Diante de ameaças algumas ostensivas e outras veladas que recebia, o jornal publicou em sua edição de 15 de março este aviso:

Os redatores do Diário Constitucional fazem público que não sabem jogar espada, pau e nem esgrima, atirar pistola ou faca. Em uma palavra, não sabem manejar arma alguma, nem as trazem consigo ou possuem em suas casas, que é proibido e desnecessário; pois, pelas bases da Constituição, que temos jurado, se promete ao Cidadão a sua segurança pessoal, e de propriedade; e até seria desconfiar da efetividade das Leis precaverem-se por essa forma.

O aviso era dirigido, segundo o próprio texto, às pessoas que eventualmente tenham se sentido ofendidas por alguma opinião emitida, cabendo então dois caminhos: responder no próprio jornal, que abrirá para isso um espaço próprio, ou recorrer à Justiça. E que qualquer “outro meio é ilegal, indigno do um homem de bem, anti-constitucional e vergonhoso”. E diante dos ataques verbais sofridos e da insegurança que pairava na cidade o jornal procurou esclarecer:

As nossas folhas, desde a primeira até a última, os nossos sofrimentos, os riscos que têm corrido a nossa existência, noturnamente cercadas as portas de nossas habitações, os ultrajes públicos, em uma palavra. A nenhuma segurança que temos, e nem mesmo os nossos serventuários na redação, como se réus fôramos de lesa-pátria, tudo por defendermos a causa da união das províncias do Brasil com o Príncipe real, poder executivo deste Reino, são provas irrefutáveis.

No fim de março, o jornal suspendeu por conta própria a publicação, avisando aos leitores que voltaria a circular com outro título: *O Constitucional*. Reapareceu no dia 10 de abril. A mudança decorria

da impossibilidade prática de uma edição diária. O novo jornal, com a mesma equipe e linha editorial, passou a circular às segundas, quartas e sextas. Continuou a publicar artigos “indesejáveis” e a receber ameaças, ante as quais os redatores não se intimidaram.

Na edição do dia 24 de abril o jornal publicou:

Se nos não tem até hoje aterrado o que os facciosos têm perpetrado contra nós, já dizendo de público que nos hão de assassinar mais cedo ou mais tarde, já incivilmente insultando-nos por escritos grosseiros e próprios só de canalhas, podem contar que jamais desprezaremos a causa da pátria.

E passou a reproduzir os discursos virulentos contra Portugal, pronunciados nas *Cortes* pelo deputado baiano Cipriano Barata, um radical defensor da Independência. Os textos eram selecionados do *Correio Braziliense* e até de jornais portugueses, acrescidos de comentários. O diplomata Francisco Vasconcelos de Drummond (1794-1865), que esteve na Bahia nessa época, aos 28 anos, deixou registrado em sua autobiografia¹⁶ a sua admiração pelo jornal :

“O Constitucional” era a única folha brasileira que ali existia e não faltava coragem nos que trabalhavam nela entre inimigos que tinham em suas mãos o poder e a força.

Muitas decisões relativas ao Brasil tomadas pelas *Cortes* em Lisboa desagradavam os brasileiros e principalmente a Dom Pedro, como a determinação de que as juntas governativas e os comandos militares das províncias fossem subordinados diretamente a Lisboa e não à regência do Rio de Janeiro, assim como a ordem para que ele

¹⁶ DRUMMOND, Vasconcelos de. *Anotações de A. M. Vasconcelos de Drummond à sua biografia*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2012.

voltasse a Portugal (proposta rechaçada no “Dia do Fico”). As *Cortes* tinham decidido ainda esvaziar a estrutura interna de poder no Brasil, com a extinção dos tribunais superiores e outros órgãos da administração do Reino. O Brasil era um reino governado por outro reino e este lhe tirava poderes e autonomia até mesmo para governar suas próprias províncias. Logo se percebeu que o liberalismo das *Cortes* era destinado somente a Portugal. O Brasil, com a pretensa volta do Príncipe, seria governado por uma Junta nomeada pelas Cortes. O plano de recolonizar o Brasil logo ficou evidente. Os jornais do Rio de Janeiro, principalmente o *Revérbero Constitucional Fluminense*, o mais independente, iniciou uma campanha contra as Cortes e seus artigos começaram a ser republicados em outras províncias, inclusive na Bahia, pelo *Diário Constitucional*.

A bancada da Bahia na mesma assembleia enviou uma carta-consulta para saber a opinião dos baianos sobre a forma de governo mais adequada para o Brasil. Em 12 de junho de 1822, quando a Câmara de Salvador iria responder à correspondência e ao mesmo tempo aclamar Dom Pedro “Defensor Perpétuo do Brasil”, tal como já fizera o Rio de Janeiro, Madeira de Melo pôs tropas de cavalaria nas ruas do entorno, fechou todos os caminhos e proibiu o acesso de qualquer pessoa ao prédio, inviabilizando assim a reunião. Ainda traumatizada pelos acontecimentos de fevereiro a população recolheu-se às suas casas, ficando a cidade deserta. Temendo novas arruaças mais famílias deixaram Salvador, a caminho do Recôncavo. O *Constitucional* publicou um longo artigo de *Montezuma* qualificando a atitude de Madeira como “arbitrariedade e tirania”, que a violência do ato “não encontra guarida em nenhuma lei” e que

[...] o Governador das Armas não só não é Juiz dos atos da Câmara como nenhuma ordem Del Rey ou das Cortes apresentou que o

mande sufocar o voto da província, opor-se ao governo de Sua Alteza Real e expor os cidadãos a se degolarem em partidos e comoções intestinas. ” (edição de 17 de junho de 1822).

A carta-consulta dos deputados baianos foi então levada à vila de Santo Amaro pelo próprio portador, e filho da terra, recém-formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Miguel Calmon Du Pin e Almeida¹⁷. Em sessão memorável no dia 14 de junho a Câmara aprovou que “haja no Brasil um centro único de Poder Executivo”, a ser exercido pelo Príncipe Regente. E que houvesse ainda corpos de Exército e de Armada Naval próprios, sob as ordens unicamente de Dom Pedro; assim como um Tesouro Nacional e órgãos também próprios de Justiça. E que, em cada província, uma Junta de governo fosse eleita seja pelo povo, e o presidente fosse indicado pelo Poder Executivo, devendo ficar a ela subordinadas, todas as autoridades civis e militares lotadas na província.

Por fim, a Câmara de Santo Amaro indicou aos constituintes a necessidade de criação de uma Universidade no Brasil. A “Ata” desta sessão é considerada um valioso documento da história da Independência. E foi publicado na íntegra pelo *O Constitucional*. Nesse dia a Câmara de Santo Amaro não aclamou Dom Pedro “Defensor Perpétuo do Brasil”, como já o fizera o Rio de Janeiro, marcando uma data (29 de junho) para uma reunião em que todas as vilas acertariam o dia de uma aclamação simultânea.

Com a evasão das principais lideranças, civis e militares, pró Regência de Dom Pedro, para o interior, e Madeira de Melo fechando o

¹⁷ Durante a Guerra da Independência Miguel Calmon será o *Secretário da Junta Provisória de Governo da Província da Bahia*. Foi mais tarde deputado, ministro e senador pela Bahia. Recebeu do Império o título de Marquês de Abrantes.

cerco em Salvador, ainda em junho *Montezuma* pregou a necessidade de se aclamar imediatamente Dom Pedro “Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”, ato que Salvador não pôde realizar devido à repressão. Ciente das articulações que estavam sendo feitas no Recôncavo, Madeira de Melo tinha enviado, uma semana antes, pelo rio Paraguaçu uma escuna canhoneira, que ficou ancorada em frente a Cachoeira, a vila mais populosa e rica da província e onde estava o maior contingente de refugiados. O objetivo era atemorizar a população do Recôncavo. Para *Montezuma*, aclamar Dom Pedro, justamente em Cachoeira e naquele momento, seria estratégico. Seria uma resposta imediata a Madeira de Melo e um ato de hostilidade às *Cortes*. Como liderança de Cachoeira, uma das maiores e mais influentes vilas do Brasil, o ato se irradiaria por toda Província, numa demonstração de que a Bahia aderiria ao governo de Dom Pedro, bem no limite das tensas relações dele com o parlamento constituinte português.

Em Cachoeira logo foi articulada a convocação do *Senado da Câmara* para realizar uma sessão extraordinária. Na manhã do dia 25 de junho, uma multidão se juntou à tropa reunida na praça em frente a Câmara, onde lá dentro vereadores, procurador, autoridades civis e militares e “pessoas gradas” da vila aprovaram o título para Dom Pedro. Consultada, a multidão aclamou a decisão. Na mesma comunicação ao Príncipe Regente, os cachoeiranos afirmaram que não mais se sentiam ligados a Portugal e que dali em diante só acatariam ordens da regência dele, no Rio de Janeiro e não mais de Portugal. Na tarde deste mesmo dia, enquanto os cachoeiranos comemoravam a decisão, a vila e o arraial fronteiro de São Félix foram bombardeados pela escuna. Nos dias seguintes, houve novos disparos, alguns feitos de sobrados de alguns portugueses residentes na vila, enquanto os cachoeiranos organizavam a defesa. A reação veio três dias depois, segundo *O Constitucional* (edição de 19 de agosto):

Na noite do dia 28 não foi mais possível conter o furor de um povo irritado por tantos e repetidos insultos. Bateu-se a escuna agressora, e tal foi o denodo dos combatentes que, começando o fogo pelas 8 e meia da noite daquele mesmo dia, logo à meia noite se rendeu à discrição o dito comandante e mais 28 pessoas que se achavam a bordo, tendo feito fortíssima resistência; nenhum dos nossos saiu ferido e dos contrários apenas 6, incluído o comandante. Todos eles foram presos à ordem de Sua Alteza Real o senhor príncipe Regente do Brasil.

Na sequência, as outras vilas do Recôncavo também aclamaram Dom Pedro. Santo Amaro, São Francisco do Conde e Maragojipe no dia 29 de junho de 1822. Nazaré das Farinhas em 10 de julho e daí em diante as demais vilas de outras regiões da Província fizeram o mesmo. Cachoeira passou a centralizar as ações de todas as vilas, num acentuado processo de união em torno da figura de Dom Pedro e do seu governo que, a cada dia, mais se separava de Portugal, atendendo assim o desejo manifestado pelas vilas. Uma das primeiras decisões foi organizar uma *Junta de Conciliação e Defesa*, mais tarde transformada em *Comissão de Caixa Militar* até evoluir para o *Conselho Interino de Governo da Província da Bahia*, formado por um representante de cada vila que aclamasse o Príncipe como *Defensor Perpétuo do Brasil*.

Em 21 de agosto o Diário Constitucional publicou um longo texto, culpando Madeira de Melo “[...] pelas desgraças que acometem a infeliz cidade da Bahia”, o acusando de promover atos atrabiliários e prepotentes, como a invasão de casas particulares “[...] derrubando arvoredos dos quintais” e que nada disso poderia deter a construção do “[...] edifício da regeneração política Brasil”. Em outras palavras, a Independência. Pedia ainda que as tropas militares de Madeira de Melo voltassem para Portugal. A edição teve ampla repercussão numa cidade tensa, com boatos circulando de que, além da falta de alimentos,

estaria ameaçada de sofrer ataques tanto dos rebeldes do Recôncavo quanto de tropas mandadas vir do Rio de Janeiro. Dois dias depois, dezenas de soldados portugueses entraram no fim da tarde na gráfica da Viúva Serva procurando *Montezuma* para prendê-lo. Como ele não se encontrava, empastelaram a gráfica e destruíram as placas já prontas para impressão. Foi o primeiro atentado à imprensa praticado no Brasil e o *Diário Constitucional* deixou definitivamente de circular. Foragido, *Montezuma* meteu-se no porão de um saveiro e no outro dia estava em Cachoeira, onde estava sendo gestado um “governo de todas as vilas” e ele foi eleito deputado, representando a própria vila de Cachoeira. Cada uma tinha direito a um representante e no dia 6 de Setembro de 1822 foi instalado o *Conselho Interino de Governo da Província da Bahia*. Por coincidência, no dia seguinte, em São Paulo, Dom Pedro proclamava a Independência às margens do Ypiranga.

Desde junho nenhuma embarcação oriunda do Recôncavo levava para Salvador víveres e mantimentos para alimentar a população. No Rio de Janeiro, o agora coroado Imperador do Brasil, Dom Pedro, determinou o bloqueio naval da Baía de Todos os Santos e com isso aumentou-se o cerco a Salvador, isolando a capital do resto da província. A nova realidade do Recôncavo (“celeiro da cidade de Salvador”) com adesão das vilas incrementou o noticiário contra elas nos jornais de Salvador. Para o *Semanário Cívico*, Cachoeira iniciou os atos de rebeldia e eles “[...] foram a causa de se paralisar o comércio, de se esgotarem as finanças, de se perseguirem os europeus e de se arruinarem as famílias”.

Inicialmente a Junta e Madeira de Melo tentaram deter a fuga da população civil para o Recôncavo, mas com a a escassez de alimentos em Salvador ela foi depois até estimulada, desde que saíssem somente velhos, mulheres e crianças. A falta de produtos

nos mercados e pontos de venda fez os preços dispararem: Um quilo de carne (salgada, porque não havia há tempos carne *verde* ou *fresca* disponível) chegou a 360 réis, quando habitualmente era cotada a 120; uma galinha chegava a 250 réis (era 100 no máximo) e cada ovo chegou a custar 50 réis (custava costumeiramente 15 réis). A farinha era também muito rara e muito cara. Os jornais de Salvador omitiam esta situação.

Sobre o governo instalado em Cachoeira, o jornal *A Abelha* declarou em dezembro de 1822 : “É um governo facioso, rebelde e desleal, falto de sentimento, amor e de felicidade”. Com o *Diário Constitucional* fora de circulação, notícias confiáveis sobre o que de fato acontecia com as forças brasileiras nos fronts de combate eram divulgadas somente no Rio de Janeiro, aonde chegavam cartas da Bahia e relatórios oficiais dos chefes militares. O jornal *O Espelho* em sua edição de 26 de novembro de 1822 relatou detalhes da Batalha de Pirajá, ocorrida no dia 8, num texto com a seguinte abertura: **Com o maior júbilo comunicamos aos nossos leitores as felicíssimas notícias que ontem chegaram (da Bahia) por uma embarcação francesa.** Já a Gazeta do Rio de Janeiro, em sua edição de 30 de novembro, publicou o Extrato de um Ofício do General Labatut, de 9 de Novembro de 1822, datado do Quartel General do Engenho Novo, dirigido ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra sobre a mesma batalha. O mesmo *O Espelho* noticiou em 18 de janeiro de 1823 o ataque frustrado de embarcações conduzindo tropas portuguesas à ilha de Itaparica, ocorrido no dia 6 :

Para comunicarmos aos amantes da boa causa o júbilo, que em nós domina, copiaremos a seguinte verídica relação que nos foi confiada por testemunha ocular, do ataque e gloriosa defesa da Ilha de Itaparica...

O *Conselho Interino de Governo da Província da Bahia* mandou ao Rio de Janeiro dois mensageiros (*Montezuma* e o representante da Vila de Inhambupe no governo, Simão Veloso) levando um relato dos fatos, pedindo o seu reconhecimento como governo legítimo da Bahia, o envio de reforço militar, armas e munições para enfrentar os pelotões do exército português na Bahia. Além disso, pediram

[...] uma tipografia, que deve sem dúvida produzir maravilhosas vantagens à Sagrada Causa por que tão corajosamente lutam todos os honrados bahienses”¹⁸.

A chegada de *Montezuma* foi saudada com entusiasmo pela *Gazeta do Rio de Janeiro* :

A Província da Bahia, que tem constituído na Vila de Caxoeira um governo temporário, composto por um deputado por cada uma das vilas reunidas, para o importante objecto de sacudirem o jugo do infame déspota, que tyraniza a capital, e que felizmente está circunscripto no recinto da cidade, não podia deixar de tributar o fiel rendimento do seu respeito ao Heróico Defensor dos seus direitos...(referindo-se a Dom Pedro) .

E cita o envio dos mensageiros, destacando a figura de Montezuma

[...] conhecido em todo o Império pela firmeza de carácter com que à face mesmo do tyrano do Brazil sustentava com grande denodo e presença d’espírito a san doutrina da necessidade da reunião de suas Províncias ao único e natural centro, que a fortuna lhe deparara na pessoa do seu Augusto Regente.

E concluiu saudando

¹⁸ CASTRO, Renato Berbert de. *A Tipografia Imperial e Nacional da Bahia* – São Paulo: Ática, 1984.

[...] o ilustre redator do “Diário Constitucional” da Bahia, a quem muito folgamos em dar aqui um público testemunho por nós, e pelos amantes da nossa boa causa, do muito que respeitamos dos seus conhecimentos políticos, e ainda mais as suas virtudes sociais e sua Constitucionalidade.

Todos os pedidos foram atendidos pelo Imperador e três meses depois o equipamento, armas e munições chegaram a Cachoeira. O reforço militar eram as tropas eram lideradas respectivamente pelo general francês Pedro Labatut (Exército) e pelo almirante escocês Thomas Cocrahne (Marinha).

Agora dispondo do equipamento necessário, o governo interino sediado em Cachoeira montou o seu jornal, a que foi dado o nome de *O Independente Constitucional*, a evocar os nomes dos jornais dirigidos por *Montezuma* em Salvador. O *Conselho Interino* nomeou inclusive Francisco Corte Imperial, o administrador e redator da “Tipografia Nacional”. *Montezuma* era o outro redator, função que acumulou com a de membro do *Conselho Interino*. O *Independente Constitucional*¹⁹ começou a circular em 1º de março de 1823 e em seu primeiro número destacou:

Depois de havermos sofrido a privação de uma Imprensa no Recôncavo e interior da província, no-la deparou a benigna e paternal solicitude de Sua Majestade, o Imperador, a favor do andamento da causa que tem esposado o Brasil de agora em diante, cidadãos, nos tornamos a vos oferecer o já conhecido – O Constitucional – para, por meio dele, conseguirdes quanto até hoje vos tem faltado. Ele em nada desmerecerá do antigo

¹⁹ “No dia 2 de agosto de 1823 “O Independente Constitucional” passou a ser publicado em Salvador e sua duração foi até 1824, sendo substituído pelo “Diário O Independente Constitucional”, que circulou entre 3 jan 1825 a dezembro de 1826”.

calor, energia e imparcialidade com que defendeu, à frente das baionetas lusitanas, a causa e o sistema que ora propugnamos.

Ainda no primeiro número o jornal publicou a Ata da eleição dos deputados baianos à Assembleia Constituinte convocada por Dom Pedro para elaborar a primeira Constituição do Império do Brasil. O pleito foi realizado em Cachoeira, como capital da Bahia, em 17 de fevereiro.

A Tipografia Nacional de Cachoeira, além do jornal com as notícias, artigos de opinião, atos oficiais e proclamações do *Conselho Interino*, imprimia também manifestos e *bandos* (notícias em papéis avulsos), como o que foi assinado pelo General Lima e Silva, após assumir o Comando do Exército brasileiro²⁰, em 28 de maio, exortando as “[...] tropas europeias a que cessem de derramar o sangue dos seus irmãos, opondo-se à Independência do Império do Brasil”. Esse documento inclusive foi comentado, e contestado, por Silva Maia, no *Semanário Cívico* (edição de 19 de junho). O fato de que o jornal adversário comentou o manifesto significa que ele cumpriu o objetivo, circulando em Salvador, cidade sitiada, onde estava entrincheirado o público-alvo: os portugueses. O jornal e todo o material avulso impresso na gráfica eram distribuídos nas vilas próximas e, também, enviados ao Rio de Janeiro, para conhecimento do Imperador. E, quando teve acesso a documentos públicos do Império, imprimiu atos oficiais onde constavam as assinaturas do Imperador e do ministro José Bonifácio, como o decreto de 14 de janeiro de 1823 determinando que qualquer

²⁰ Em 24 de maio de 1823 um motim de oficiais destituiu o General Labatut do comando militar da campanha. Preso, ele foi levado a Maragogipe e depois ao Rio de Janeiro. Após a guerra ele foi julgado e absolvido por um Conselho Militar. Com a destituição de Labatut o *Conselho Interino de Governo da Província da Bahia* escolheu o general Lima e Silva como novo comandante. Ele liderou o Exército Libertador na fase final da guerra.

português interessado em se fixar ou permanecer pacificamente no Brasil deverá se apresentar ao juiz do território onde estiver e jurar fidelidade ao Império do Brasil.

O período entre o ataque e fim de *O Constitucional* (24 de agosto de 1822) e a entrada em circulação de *O Independente Constitucional* (1º de março de 1823) coincide com a fase mais acentuada e decisiva da guerra, quando ocorrem os principais confrontos armados entre brasileiros e portugueses. São eles a Batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822) e o ataque naval português à ilha de Itaparica (prontamente rechaçado pelos itaparicanos). Durante essa fase os únicos jornais que circularam na Bahia eram os favoráveis a Portugal, que distorciam os fatos e mascaravam as notícias (**Quanto mais corre o tempo, mais o Recôncavo se enfraquece e a cidade se fortalece!** *Idade d'Ouro do Brasil*), desqualificando os brasileiros (**Os Tupinambás, cansados de escrever, querem agora combater !** *Semanário Cívico*).

Após contínuas derrotas e sitiados pelos adversários numa cidade onde grassava a falta de alimentos, as tropas e a maior parte dos portugueses, que moravam na Bahia, deixaram Salvador, sem se renderem, na madrugada de 2 de Julho de 1823. Ao meio-dia, o Exército Libertador entrou triunfalmente na cidade em festa. A perda da Bahia foi um duro e definitivo golpe nas pretensões de Lisboa de ainda manter sob seu controle parte expressiva do território do novo império que nascia. Dessa porção estratégica do Brasil pretendeu-se conservar as regiões do nordeste e do norte do país ainda sob domínio europeu, formando o que, em Portugal, alguns mais delirantes sonhavam como a *Nova Lusitânia*. O Império do Brasil seria formado somente pelo Rio de Janeiro e as províncias do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil.

Após terem distorcido muitos fatos durante o conflito, afirmando sempre que as tropas portuguesas acoassavam os brasileiros – quando

acontecia justamente o oposto – e ante a derrota iminente das tropas portuguesas, os jornais que defendiam Portugal deixaram de circular poucos dias antes do 2 de Julho. O *Semanário Cívico* em 19 de junho e o *Idade D'Ouro do Brasil* em 24 de junho de 1823. Notícias sobre o 2 de Julho em si, com a retirada apressada das tropas portuguesas, a entrada triunfal do Exército Libertador na cidade e a grande festa popular nas ruas foram captados *a posteriori*, a partir de relatos e memórias, pois, naqueles dias, Salvador estava sem jornais.

Com o fim do conflito, a Tipografia Nacional e *O Independente Constitucional* foram transferidos para Salvador. O jornal continuou circulando até 1824. Com o fim dos jornais favoráveis a Portugal e a opção de mais uma impressora em Salvador, novos jornais surgiram na Bahia libertada: *O Constitucional Bahiense* (agosto de 1823), *Eccho da Patria* (agosto de 1823) e *O Liberal* (agosto de 1823). A gráfica Viúva Serva&Carvalho, muito identificada com Portugal, deixou de imprimir jornais, operando serviços gráficos diversos, dos quais nunca esteve afastada, como papéis e formulários oficiais, orações gratulatórias e livros sobre os mais diferentes assuntos.

REFERÊNCIAS

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. 2. ed., São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. **Anais da Imprensa da Bahia – 1º Centenário 1811-1911**. Salvador: Impresso na Typographia Bahiana de Cincinato Melchíades, 1911.

CASTRO, Renato Berbert de. **A Tipografia Imperial e Nacional, da Bahia**. São Paulo: Ática, 1984.

MILTON, Aristides. **Efemérides Cachoeiranas**. Salvador:

Typographia Bahiana de Cincinato Melchíades, 1903.

PASSOS, Alexandre. **A Imprensa no Período Colonial**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953.

PEREIRA, Manoel Passos. **O Processo de Independência no Recôncavo Baiano – Política, Guerra e Cultura (1820-1823)**. Salvador: Edufba, 2021.

RIZZINI, Carlos. **O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil (1500 – 1822) Com um breve estudo geral sobre a Informação**. São Paulo: Imprensa Oficial: 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Diário Constitucional – Um periódico baiano defensor de Dom Pedro – 1822**. Salvador: Edufba, 2011.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Semanário Cívico Bahia 1821-1823**. *Salvador*: Edufba, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira Gazeta da Bahia – Idade D'Ouro do Brasil**. Salvador: Edufba, 2005.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

CURIOSIDADES E FATOS POUCO DIVULGADOS SOBRE O 2 DE JULHO DE 1823 (PARTE I)

José Nilton Carvalho Pereira¹

Este artigo, de retrospecto histórico e finalidade paradidática, tem o objetivo de trazer às gerações vindouras acontecimentos marcantes do 2 de Julho de 1823, que podem estar caminhando ao panteão do esquecimento pela ação deletéria do tempo (*oblivion*).

Por que a América espanhola se fragmentou em vários países e o Brasil independente continuou uma só nação? A resposta oferecida pelo jovem historiador, Hélio Franchini Neto (¹) é que a independência das colônias espanholas virou conflito entre latifundiários, fazendeiros,

¹ O professor José Nilton Carvalho Pereira é membro da Diretoria e benemérito do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; diretor e Membro Benemérito da Academia Baiana de Educação, desde 2002; Conselheiro Estadual de Educação durante 15 anos (1991-2006); membro fundador do Conselho Municipal de Educação (Lauro de Freitas-BA); sócio-mantenedor do Curso e Colégio Nobel (1973-1985), o maior colégio que já existiu na Bahia com, aproximadamente, 10.000 alunos – portanto diretor de Escola há mais de 40 anos; fundador e sócio-mantenedor do Colégio Apoio; professor de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Redação, desde 1971.

agitadores e aventureiros, enquanto no Brasil prevaleceu a figura de um príncipe, com a elevada nobreza e distinção que o diferenciava de agitadores, aventureiros, fazendeiros e latifundiários, mesmo os bem intencionados. Verifica o autor que a condição de D. Pedro I era única na América. Daí, ter sido possível unir o vasto Brasil em um só país, apesar das fragilidades e conflitos posteriores. De elevada relevância é, também, a tese do confrade Eduardo Moraes de Castro, ex-presidente da Associação Comercial da Bahia, ex-presidente e agora presidente de honra do IGHB:

A independência do Brasil não aconteceu apenas no 7 de setembro de 1822, tanto que as tropas portuguesas continuaram ocupando a Bahia.

1. AS “CARETAS” DO MINGAU EM SAUBARA

Abracemos, de início, as heroínas do então povoado de Saubara, baianas humildes, nascidas no seio do povo, que cobriam o corpo com largos lençóis brancos. Desfilavam durante a noite, disfarçadas de “almas penadas” (almas do outro mundo), afugentando soldados portugueses. Era uma estratégia de guerra para ajudar pais, filhos e parentes que estavam em luta nas proximidades, evitando a vitória dos lusitanos. O povoado era escuro, com casas isoladas entre si. As “caretas do mingau” desfilavam e faziam barulho. Como figuras pavorosas, gritavam, chacoalhavam objetos e semeavam medo. Quem confirma essas informações é a escritora Vanessa Pereira: “[...] dessa forma, elas andavam pelas ruas aos gritos e levavam comida ou armamento para os homens que lutavam contra os colonizadores.” (2) A escritora acrescenta que sua pesquisa está amparada em informações do próprio general Labatut. E a tradição é mantida até hoje, com a

distribuição de mingau à população de Saubara ao amanhecer do 2 de julho de cada ano, por um grupo de mulheres, fantasiadas de almas.

2. A ACLAMAÇÃO DE DOM PEDRO I EM CACHOEIRA, COM O TÍTULO DE PRÍNCIPE REGENTE DO BRASIL. A ATA DA ACLAMAÇÃO

Aconteceu na vila de Nossa Senhora Rosário do Porto da Cachoeira, no dia 25/6/1822, em sessão solene, às 9h da manhã, na Câmara Municipal, cuja composição tinha como presidente o Juiz de Fora Antônio de Cerqueira Lima e os vereadores Joaquim Pedreira do Couto Ferraz e o capitão Antônio Teixeira de Freitas Barbosa Silveira entre outros, inclusive o procurador da Câmara. (3)

A Ata da Aclamação foi lavrada por Antônio Pereira Rebouças, escolhido como Secretário da Junta Governativa de Cachoeira, futuro autor do livro Recordações Patrióticas e pai do maior engenheiro brasileiro do tempo do Império – o genial André Rebouças –, com obras que têm vencido a ação do tempo. Curioso é que André Rebouças (1838-1898) é mais conhecido fora da Bahia, principalmente no eixo Rio-São Paulo: Túnel Rebouças, Avenida Rebouças. “Ninguém é profeta em sua própria terra”, sentenciava Malba Tahan, pseudônimo do professor carioca, Júlio César de Mello e Sousa (1893-1974).

3. EM CACHOEIRA, O TEXTO DA ATA DA ACLAMAÇÃO DE DOM PEDRO I (4)

Aos vinte e seis dias do mês de junho de mil oitocentos e vinte dois anos nesta vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, e quartel dos ilustríssimos senhores coronéis José Garcia Pacheco, comandante do regimento de cavalaria milícia-

na, e Rodrigo Antônio Falcão agregado ao mesmo Corpo para onde foram convocados as autoridades constituídas e cidadãos conspícuos desta mesma vila e seu termo abaixo-assinados, foi repostos pelos referidos coronéis que, em razão de se ter aclamado no dia de ontem 25 do corrente, Sua Alteza, o sr. príncipe Dom Pedro de Alcântara, Regente Perpétuo Constitucional e Protetor deste Reino do Brasil, na conformidade em que foi aclamado na Corte e Cidade do Rio de Janeiro; se fazia necessário não só por ser quase ingênito com as mudanças políticas e tomarem-se medidas tendentes à sustentação respectiva, que era no presente caso defender-se a Aclamação dita de Sua Alteza Real, como por se temerem hostilidades provenientes da força estacionada na capital da província, cujo prelúdio com espanto se tem visto praticar pelo comandante da escuna canhoneira surta nesse porto, em dar muitos tiros de peça com bala e mosquetaria contra o povo, tropa e casas de algumas das autoridades constituídas e pessoas conspícuas desta vila e seu termo, a fim de lhes propor o referido e exigir as medidas que em tal caso a prudência conduziisse em relação à atual situação e mudança de causas; e presentes todas as autoridades, menos o Juiz de Fora do Cível e Crime, etc. desta vila, por se achar impedido por incômodos pessoais, como fez ver por um ofício, com que respondara o que lhe fora dirigido pelos referidos coronéis; o coronel Dom Brás Baltasar da Silveira, por estar molesto, por ofício que lhe dirigira ao sargento-mor do seu corpo, Joaquim José Bacelar Castro; e o capitão-mor José Antônio Fiúza de Almeida, por moléstia igualmente, como declarara aos capitães Antônio de Castro Lima e José Paes Cardoso da Silva, que para o indicado fim se lhe expedirão: Assentou-se, uma vez composta a Assembleia que se fazia preciso nomear-se um Presidente e um Secretário; e enunciados os votos por aclamação, como igualmente sustentara, foram eleitos a pluralidade absoluta, a saber: por presidente, o Capitão Antônio Teixeira de Freitas Barbosa e eu, o advogado Antônio Pereira Rebouças. E logo, passando-se a instalar a sessão, declararam os referidos coronéis José Gracia Pacheco e Rodrigo Antônio Falcão que eles uma vez que se tem instalado esta mesmo sessão, entregavam a sua deliberação à discussão do negócio que vinha de declarar e para que a convocara; submetendo-se igualmente a observarem tudo quanto por meio

desta declaração se assentasse ou decidisse. E, nesta conformidade, assentada a Assembleia presente que se devera nomear uma Junta, cuja denominação e atribuição fossem adaptáveis à causa, porque fora convocada, passaram, por voto unânime a eleger logo um Presidente e, corrido o escrutínio, ficou eleito o mesmo Presidente da Junta preparatória com vinte e três votos; e passando da mesma forma a eleger um Secretário o ficou sendo o mesmo Secretário da Junta preparatória; e finalmente passando-se a eleger três membros ou vogais por ficar a Junta composta de cinco pessoas, foram eleitos o capitão José Paes Cardoso, por vinte e cinco votos; alferes Antônio José Álvares Bastos, por vinte e dois; por igual número de votos o reverendo padre mestre Manoel José Freitas; os quais todos se comprometerão a desempenhar tudo aquilo que fosse encarregado à Junta instalada, enquanto estivesse ao seu alcance; e finalmente concluindo a Assembleia com a declaração da denominação e atribuições, que devera ter a Junta, assentaram, por pluralidade de votos, dever ser a denominação da Junta “Junta Interina, Conciliatória e de Defesa”, com o tratamento de Mercê, tendo toda a Jurisdição necessária para conciliar entre si e defender de qualquer agressão aos habitantes desta vila, com superioridade as autoridades militares e povo, que ficam desde já obrigados, bem como o mesmo povo a obedecer-lhe em todas as suas ordens; e isto somente durante a existência da mesma Junta, que se estenderá até quando as autoridades da Capital da Província reconhecerem a Aclamação de Sua Alteza Real dando estas inteiro cumprimento a todas as ordens, que dimanarem da Corte do Rio de Janeiro.

E, para constar de todo o referido, fiz este termo, em que todos assinaram. Eu Antônio Pereira Rebouças, na qualidade de Secretário nomeado para a Junta Preparatória o escrevi e assinei.

Antônio Teixeira de Freitas Barbosa, Presidente.

Antônio Pereira Rebouças, Secretário.

José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão, C. Comandante.

Rodrigo Antônio Falcão, Coronel agregado de cavalaria. (Seguem-se mais 43 assinaturas.)

Essa Ata foi redigida pelo advogado (rábula) Antônio Pereira Rebouças após indicação do Padre Gomes, vigário colado da freguesia de Santo Estêvão de Jacuípe

Assim, pois, teve de ser a Ata assim ditada, com a cláusula de não reconhecer autoridade alguma que não reconhecesse oficialmente a proclamada Regência do Brasil na pessoa do Príncipe Dom Pedro d'Alcântara, lugar-tenente de el-rei o Sr. João VI,[...] (3)

4. O PRIMEIRO *TE-DEUM* SOLENEMENTE CANTADO PRÓ-INDEPENDÊNCIA

“Após a assinatura da Ata da Aclamação – afirma Rebouças – [...] passou-se da casa da câmara Municipal à igreja paroquial para assistir o *Te-Deum*, que foi solenemente cantado em ação de graças”. (Op. cit., p. 31) O padre Gomes de Santo Estêvão foi o celebrante, com muita eloquência e convencimento.

A partir de então, anualmente, na semana do 2 de Julho, celebra-se *Te-Deum* em glória, respeito e memória da independência do Brasil na Bahia, como ocorreu em 1º de julho de 2023, na catedral da Sé, tendo como celebrante o Eminentíssimo Senhor Cardeal Dom Sérgio da Rocha, arcebispo de São Salvador da Bahia – primaz do Brasil.

5. O ACASO SALVANDO OS FATOS: PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO MARAGOGIPANO E CACHOEIRANO ANTÔNIO PEREIRA REBOUÇAS, O PARDO MENINO POBRE (5)

Rebouças era filho de uma escravizada liberta e um pobre alfaiate português. Os pais moravam em Salvador antes da mudança para

Maragogipe. Foi escrevente de cartórios na capital (Albergaria e Silva Rego) e obteve permissão para advogar em 1821 (advogado rábula). Quando da primeira passagem de Dom Pedro I pela Bahia recebeu o título de Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Depois da guerra, tornou-se Secretário do Governo Provincial de Sergipe até 1825.

Deputado provincial por várias legislaturas, posteriormente, Rebouças foi morar no Rio de Janeiro, acompanhado dos filhos. Com o sucesso de André Rebouças – conhecido como o maior engenheiro brasileiro do Império –, no final da vida o autor era chamado Rebouças, “o velho”. Foi advogado de grande sucesso, com obras imponentes como *Observações à Consolidação das Leis Cíveis*, de Teixeira de Freitas. Em 1861 recebeu o título de Conselheiro do Imperador; em 1866 foi nomeado advogado do Conselho de Estado do império brasileiro.

Sem o livro de Antônio Rebouças, denominado *Recordações Patrióticas, 1821-1839* (Rio, tipografia G. Leuzinger & Filhos, 1879) deixariam de ser registrados acontecimentos históricos fundamentais sobre a independência do Brasil na Bahia, com memoráveis anotações de todo o processo cronológico dos fatos. Antônio Pereira Rebouças era natural de Maragogipe, mas cachoeirano de coração, por adesão e participação nos principais eventos da guerra da independência.

Rebouças não havia deixado, *a priori*, registro em livro ou em amplas reportagens sobre o período daquela guerra, de modo que o nome do livro



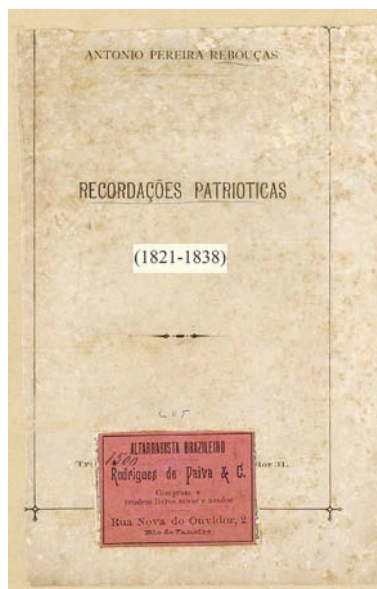
Antônio Pereira Rebouças
Nascimento: 10/8 de 1798, Maragogipe-BA
Morte: 19/6/1880, Rio de Janeiro
Filho(s) André Rebouças, Antonio Pereira
Rebouças Filho

nem consta de sua bibliografia básica na internet. Aí, Nossa Senhora do Acaso (não existe!) salvou nossa história. Interveio um baiano (José Álvares do Amaral – filho do segundo presidente da província de Sergipe –, com larga folha de serviços prestados à província da Bahia, ao longo do século XIX e casado com a filha do Visconde do Rio Vermelho.

6. DE NOVO, O ACASO SALVANDO OS FATOS: A INTERVENÇÃO DE JOSÉ ÁLVARES DO AMARAL (17/10/1822 - 1882) (6)

Filho do comendador Antônio Joaquim Álvares do Amaral (1795-1853), que foi governador da província de Sergipe (1845-1846) e Maranhão (1848-1849), era neto de João Ladislau de Figueiredo e Melo, proprietário do Engenho Caji em Santo Amaro de Ipitanga (vila de Abrantes, um dos pontos onde as tropas de Pedro Labatut descansavam ou se restabeleciam). José Álvares do Amaral foi um notável empreendedor: escritor, historiador, jornalista e delegado de polícia. Eternizou-se em várias direções, inclusive com o nome do bairro de Amaralina, distinção que lhe fez o próprio filho homônimo, certamente com objetivo duplo. Ter homônimos na família era velho hábito do clã Amaral e daqueles tempos.

Nasceu José Álvares do Amaral em Santo Amaro de Ipitanga (atual Lauro de Freitas-BA). Casou-se com Inácia Bernardina da Cunha e Mene-



ses (1831-1863), filha do último visconde do Rio Vermelho (Manuel Inácio da Cunha e Meneses, 13/9/1779-15/9/1850). Seu filho – José Inácio da Cunha Amaral – depois mudou o nome e tornou-se homônimo do próprio pai (José Álvares do Amaral). Foi o filho quem renomeou o latifúndio com o nome de Amaralina (ex-fazenda Alagoa) –, englobando terras dali até Itapuã e adjacências, além de Itaparica.... Antes da construção da ponte do Rio Vermelho, a travessia Amaralina-Itapuã era feita por barco. Amaralina integrava o morgadio da Casa de Nisa – existente desde o século XVI –, originalmente herança de Dona Violante Athayde ao seu filho, o primeiro conde de Castanheira, de nome Dom Antônio de Athayde, segundo consta, primo de Tomé de Sousa. (Conde de Castanheira é um título nobiliárquico, criado por Dom João III, em 1532, em favor de Dom Antônio de Athayde. (Sobre o tema, existe um precioso estudo da renomada e saudosa professora e ex-integrante da diretoria do IGHB, de nome Angelina Garcez de Sena.)

Consta que o engenho Caji, propriedade agrícola do nobre coronel José de Amaral Figueiredo e Mello, no distrito de Abrantes, foi “*o ponto de descanso das tropas que se iam incorporar à brigada da esquerda, cujo quartel-general era Itapuã*”. (6) E que o primeiro carro alegórico em homenagem ao 2 de Julho foi doação da família Amaral, em 1828, provavelmente iniciativa do pai do Amaral ora retratado, de nome Antônio Joaquim Álvares do Amaral, que foi presidente da província de Sergipe e, tempos depois, do Maranhão.

É da lavra de Coriolano Oliveira Filho, sócio fundador da Academia de Artes e Letras de Lauro de Freitas-BA significativo depoimento na abertura do livro *Resumo Cronológico e Noticioso da Bahia desde o seu descobrimento, vol 1, publicação de 2013*:

Corajosamente, em 1860, José Álvares do Amaral avalizou a ‘letra’ para a compra do imóvel onde edificou-se o panteão histórico da Lapinha, que abriga até hoje os carros e seus respectivos símbolos mitológicos em que historia como:

‘O carro do caboclo foi fabricado em 1828; é obra de talha de gosto antigo, mas elegante, lendo-se em diversos dísticos os nomes dos principais combatentes havidos no tempo da guerra da Independência. As rodas desse importante monumento do patriotismo baiano foram feitas das carretas tomadas aos inimigos.’ (10)

Empreendedor que era, José Álvares do Amaral, além de autor da trilogia ora citada (Resumo Cronológico e Noticioso da Bahia...) tomou para si a missão de escrever uma carta destinada a Antônio Pereira Rebouças no Rio de Janeiro, para que o velho advogado relatasse os acontecimentos políticos *“havidos na capital e província da Bahia em 10 de fevereiro e 3 de novembro de 1821; em 19 de fevereiro e a decorrer de 25 de junho de 1822 vão se finando; e os que não passaram desta à vida eterna, têm de sobreviver aos outros por pouco tempo”* (grifo nosso)). *Op. cit., p.12-14.*

Assim, no processo da consolidação da independência do Brasil na Bahia, esta narrativa redentora da memória histórica de Cachoeira e vilas do Recôncavo deve-se, com louvor, a José Álvares do Amaral, pela obra que lhe foi *“ditada pelo Rebouças em agosto de 1868, já então sem vista para ler e escrever, sendo a limpo oferecida à Sua Alteza, o príncipe imperial consorte Gaston de Orléans, conde d’Eu e ficaria sem ser dada publicidade.”* *Op. cit p. 5.*

Este livro foi publicado em 1879. Um ano depois, em 1880, morria no Rio de Janeiro o autor Antônio Pereira Rebouças (Mara-goipe-BA,10/8/1798-Rio, 19/6/1880).

Curiosidade: As terras da ilha de Itaparica (antigo Arraial da Ponta das Baleias) e ilhas adjacentes – segundo a já denominada historiadora Angelina da Costa Garcez – pertenciam à Casa de Nisa, portanto eram terras do citado visconde do Rio Vermelho. Ali, o visconde mantinha uma baleeira (local com infraestrutura adequada para a retirada do óleo de baleia). No lugar foi erguida a capela de Nossa Senhora da Piedade, com uma inscrição em mármore na frente, onde consta o nome dos heróis da ilha na guerra da independência, inclusive o de Maria Felipa, por último, mas não em último.

7. O VAPOR DE CACHOEIRA E A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DE FELISBERTO CALDEIRA BRANT PONTES (SALVADOR, 20/7/1802-RIO, 28/5/1906. VIVEU 103 ANOS).

O pai mineiro, quase homônimo, era Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, o segundo visconde de Barbacena. O filho – Felisberto Caldeira Brant Pontes era marechal de campo, mas faleceu reformado



Felisberto Caldeira Brant Pontes
Nascimento: 20/07/1802. Salvador-BA
Morte: 25/8/1906, (103 anos) Rio de Janeiro

como marechal do Exército. Empreendedor de vanguarda, trouxe para Cachoeira a primeira embarcação a vapor da América do Sul, o que facilitou o trânsito e a circulação de mercadorias e notícias entre Cachoeira e Salvador. (Quem não se lembra da canção folclórica: *“O vapor de Cachoeira não navega mais no mar!...”* Caldeira Pontes foi o grande responsável pela aquisição na Europa de “tachos” e “caldeiras” (sem trocadilho), que se tornaram significativas inovações tecnológicas nos engenhos de açúcar. Foi introdutor da “vacina” na Bahia e um dos diretores, nesta província, da caixa filial do 1.º Banco do Brasil.

Nos eventos pré-independência, tentou, inutilmente, pacificar os soldados portugueses, amotinados no Forte de São Pedro (10/2/1821). Tiros lhe foram dirigidos, matando-lhe o cavalo. Felisberto Caldeira Brant Pontes tinha sido instrutor dos oficiais e do regimento de artilharia do forte de São Pedro, e os promoveu. Esperava algum reconhecimento, o que resultou inútil. Foi embora da Bahia temendo ser assassinado. Serviu ao Império e foi presidente da província do Rio de Janeiro (1848).

8. FELISBERTO CALDEIRA GOMES, O INTRÉPIDO HERÓI REBELDE, ASSASSINADO

Era primo do marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, com quem serviu no Forte de São Pedro. Comportamento rebelde, liderou uma brigada do exército pacificador, sob o comando do general Labatut. Promovido a coronel e oficial da ordem do Cruzeiro, foi nomeado comandante das armas da Bahia em 12/10/1823. Morada dos chefes militares, habitava o solar Bercquo, na ladeira da Barroquinha, onde funciona hoje a Fundação Gregório de Matos.

Após a prisão do general, foi sequestrado em sua casa e morto durante a Revolta dos Periquitos (21 de outubro a dezembro de 1824). Antes, comentava-se que, ao saber da prisão de Labatut, Caldeira Gomes teria dito: *“Um general não se prende, mata-se.”* A funesta profecia, *mutatis mutandis*, recaiu sobre o próprio sequestrado.



Felisberto Gomes Caldeira
Acervo da Casa de Cultura Taboada

Curiosidade: Muitas famílias, durante o decorrer do século XIX, na capital e interior, adotaram o prenome Felisberto em homenagem ao herói revolucionário. Até uma rua existe em Salvador com o mesmo nome.

9. ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA CASTRO, O PERIQUITÃO, AVÔ MATERNO DE CASTRO ALVES

Adotou a cor verde em seu Regimento, daí o apelido de “Periquitão”. Era avô materno de Castro Alves, o maior poeta brasileiro do Condoreirismo (3ª geração romântica) e um dos principais em qualquer época. No amplo quintal de sua casa na vila de São Félix, o “Periquitão” montou uma fabriqueta artesanal de “cartuchos” e “espingardas” de guerra. Um vizinho em frente, o coronel reformado Brás Baltasar da Silveira, ameaçava-o ironicamente: *“Está trabalhando a ‘alva’* (mortalha mortuária branca, com que à época se enterravam os mortos). A heroína Maria Quitéria, sertaneja de São José das Itaporocas, lutou em seu batalhão.

Segundo Rebouças, autor do livro “Recordações Patrióticas”, Antônio José da Silva Castro esteve preso em Salvador “por questões de partilha de herança, a requerimento de um irmão de seu padrasto”. Na cadeia desabrochou o revolucionário. Motivo: foi companheiro de prisão e recebeu instruções políticas de graduados revolucionários pernambucanos de 1817, presos na Bahia, a exemplo de Francisco de Paula Cavalcânti de Albuquerque (futuro visconde de Suassuna e senador do Império) e Antônio



José Antônio Da Silva Castro,
o Periquitão

Holanda Cavalcânti (várias vezes ministro do Império, desde 1830). O Periquitão era maçom, o que lhe permitiu contatos privilegiados, lastreando a gênese do revolucionário e um dos principais heróis do 2 de julho de 1823. Comandou a Revolta dos Periquitos (21 de outubro a dezembro de 1824): Os periquitos rebeldes ocuparam a cidade do Salvador e assassinaram o governador das armas, Felisberto Gomes Caldeira. Seus alvos principais: portugueses e comerciantes. Felisberto se posicionou como governo (legalista) e José Antônio da Silva Castro, como rebelde.

10. ALGUNS BATALHÕES PATRIÓTICOS, INCLUSIVE O BATALHÃO DO IMPERADOR

Batalhão dos “Periquitos”: pano verde nas golas, comandado por José Antônio da Silva Castro (avô do poeta Castro Alves);

Batalhão Cachoeirense: pano branco nas golas, comandado pelo major José Salustiano Ferreira, originário de Itaparica ;

Batalhão Bellona: pano azul nas golas (“bellona” = para a guerra, caso ablativo, latim. Comando: Joaquim Ferreira Lisboa, João Pedreira Couto Ferraz, Manoel Rocha Galvão, entre outros;

Batalhão Mavorte: pano amarelo nas golas (Marte = deus da guerra); Comando: José Joaquim de Sousa Leite e os irmãos Maurício e Macário.

Os 40 encourados de Pedrão (ver o item 11).

O Batalhão do Imperador: criado por dom Pedro I em 18/1/1823, era uma tropa de elite com: 735 a 750 integrantes, entre eles o coronel José Joaquim de Lima e Silva e seu sobrinho, o tenente Luís Alves de Lima e Silva, o único duque brasileiro ou duque de Caxias, herói da Guerra do Paraguai. Ancoraram no porto da Praia do Forte e

chegaram a Salvador pelo atual litoral norte para integrar as tropas de Pedro Labatut.

Obs.: No campo de batalha, a cor da farda ou das golas facilitava recolher feridos ao seu batalhão ou até mortos.

Curiosidade: Os nomes “belona” e “mavorte” derivam de um recurso de linguagem chamado “metaplasmo”. Ocorre pelo acréscimo ou supressão de fonemas ou letras à palavra original.

METAPLASMOS POR ACRÉSCIMO DE FONEMAS OU LETRAS:

- prótese (acrécimo antes da palavra: “avoar”, em vez de “voar”; “alevantar”, em vez de “levantar”;
- epêntese (acrécimo no meio da palavra): “goooooool”, em vez de “gol”; “bellona”, em vez de bela ou bella = para a guerra, em latim; “mavorte”, em vez de “martê”, deus da guerra;
- paragoge (acrécimo de letras ou fonemas no fim do vocábulo): “mãêêêê”, em vez de “mãe”; “tiiiia”, em vez de “tia”...

METAPLASMOS POR REDUÇÃO DE FONEMAS OU LETRAS:

- aférese (= redução no início da palavra): té amanhã (em vez de até); ocê em vez de você; Zé (em vez de José);
- síncope (= redução no meio da palavra): Vossa Mercê = vosmecê = você; Álvares = Alves;
- apócope (= redução no fim da palavra): “viage”, em vez de “viagem”; “selvage”, em vez de “selvagem”; “lavage”, em vez de “lavagem”; “grão”, em vez de “grande”)

11. A RELAÇÃO OFICIAL DOS 40 ENCOURADOS DE PEDRÃO



Encourados de Pedrão
Artur Viana/IGHB



Igreja Matriz de Pedrão

Ao contrário do que se proclama, no grupo quase não havia vaqueiros de profissão. A maioria era de lavradores e alguns com

profissão indefinida. Vale um esclarecimento. No sertão de cima, a exemplo da região dos tabuleiros altos (serra do Irará à serra do Boqueirão, entre o Tracupá, Jorrinho e Caldas do Jorro) **lavrador** é quem planta, feijão, milho, mandioca, fumo etc., geralmente em sua própria terra; e **fazendeiro** é quem cria gado, ovinos, caprinos asininos, muares...

O grupo dos “encourados” teve a organização de Manoel de Jesus Valverde (tenente), descendente do fundador de Pedrão; José Teófilo Diniz (tenente, residente em Tanquinho-BA), José Teófilo Diniz (tenente), Manoel Martins Valverde (seminarista), Manoel Ferreira Santiago (lavrador, descendente de Bernardo da Silva, fundador de Serrinha-BA. Ferreira Santiago deve ter saído ferido, visto que faleceu a 28 de julho do mesmo ano de 1823, em Serrinha. (Fonte: Manuscrito A Família de Serrinha, capítulo XII, seção Emendas e Ementas, de autoria do mestre-escola e ex-professor de aulas régias – Antônio Martins Ferreira –, que manteve, na década de 70 do século XIX o Colégio “Atheneu Baiano” em Salvador, junto à estação do trem de ferro na Calçada. Na diretoria do “Atheneu” estavam também seus dois filhos: O padre Urbano Cecílio e o futuro cônego José de Loreto, que brilhou no Rio de Janeiro na época da Abolição, em que aparece numa foto histórica, em volta da princesa Isabel (centro) e de intelectuais como Machado de Assis, além de políticos abolicionistas, a exemplo de José do Patrocínio.)

Liderou e comandou os encourados o revolucionário pernambucano de 1817 (ex-presos na Bahia), de nome frei José Maria Brainer. Tendo deixado a prisão em Salvador, o frei Brainer viajou ao caldeirão fervente de Cachoeira e depois é que foi indicado à freguesia de Pedrão, onde existe uma igreja das mais antigas e mais bonitas da região (fruto de uma promessa). É consagrada ao Sagrado Coração de Jesus.

Durante os percursos e as batalhas, a vestimenta de couro servia para identificar os integrantes do batalhão, para socorrer possíveis feridos e recolher os mortos, da mesma forma que os Periquitos traziam camisas ou marcas da cor verde, os bellonas (cor azul), os mavortes (cor amarela), etc.

Os 40 Encourados de Pedrão foram liderados, habilmente, com eficiência e eficácia, pelo citado frei José Maria Brainer, integrante da Revolução Pernambucana de 1817 (antes conhecida como a Revolução dos Padres). Preso em 26/3/1817, acusado de “aprender o exercício de soldado” e de ser “capitão de guerrilhas” cumpriu pena na Bahia. Como já foi dito, após sua liberdade passou por Cachoeira e, sob determinação da igreja, fixou-se na freguesia de Pedrão, que agregava gente da região para batizados e outros ofícios religiosos, a exemplo de José Ferreira de Carvalho, fundador de Araci-BA, que ali foi batizado na famosa igreja matriz do Sagrado Coração de Jesus.

CURIOSIDADE HISTÓRICA, EXTRAÍDA DO TEXTO ORIGINAL

Frei José Maria Brainer, carmelita calçado, preso a 26 de março de 1817. Certidão folhas 28 do apenso F. É acusado de ir aos clubes, de aprender o exercício de soldado, de ser declamador, de partir com o exército do Sul para missionar; de ser capitão de guerrilhas, de ser amigo dos governadores. Todas estas imputações convencem o Réu com a certeza de sua coação como fica demonstrado na Defesa Geral, e com as razões expendidas na sua defesa dos eclesiásticos n.º l. N.º 55 O padre Inácio de Almeida Fortuna, Capelão da Fortaleza de Itamaracá. Preso a 22 de outubro de 1817. “

Texto retirado de 104 – DOCUMENTOS HISTÓRICOS, disponível em <https://www.google.com/search?=FREI BRAINER+REVOLUCIONÁRIO+PERNAMBUCANO+DE+1817>. Acesso em 29/8/2023.

REFERÊNCIAS

- (1) FRANCHINI NETO, Hélio. **Redescobrimdo a Independência**. São Paulo: Benvirá, 2022;
- (2) [HTTPS://newsba.com.br](https://newsba.com.br) Disponível desde 2/7/2018.
- (3) REBOUÇAS, Antônio Pereira. **Recordações Patrióticas**. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger & Filhos, 1879. p. 30-36.
- (4) REBOUÇAS, op. cit., p. 34-36.
- (5) Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Antônio_Pereira_Rebouças; Acesso em 23/8/2023.
- (6) Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Antônio_joaquim_Álvares_do-Amaral; em www.salvador-turismo.com/amaralina/amaralina.htm; em Disponível em <https://www.blogdomarciowesley.com.br/2023/03/Lauro-de-freitas-no-dois-de-julho.html>;e <https://www.geni.com/people/Manuel-Inácio-da-Cunha-e-Meneses-Visconde-do-Rio-Vermelho/600000002544823928>
- (7) José Teixeira de Barros, em 1917, ao apresentar o livro *Resumo Cronológico e Noticioso da Bahia desde o seu descobrimento em 1500*, p. 3, livro esse da autoria de José Álvares do Amaral.
- (8) REBOUÇAS, Antônio Pereira. **Recordações Patrióticas**. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger & Filhos, 1879. p.44-48.
- (9) **Resumo cronológico e noticioso da província da Bahia, desde o seu descobrimento em 1500**, p. 12-13. Lauro de Freitas-BA, 2013 (Coleção Tempo Antigo: Memórias da História Baiana. Edição da Fundação Pedro Calmon (www.fpc.ba.gov.br))

MARIA QUITÉRIA DE JESUS, NEM SEMPRE HEROÍNA

Lizir Arcanjo Alves¹

“A Bahia a não lembra; o Brasil a esquece”.

(Joaquim Norberto de Souza, 1860)

RESUMO:

A Bahia, neste ano de 2023, celebra com justiça os nomes dos heróis que, em muitas batalhas, concluíram o processo de libertação total do Brasil da Metrópole portuguesa. Na galeria histórica sobressai a figura feminina de Maria Quitéria. Mas é preciso lembrar que nem sempre os seus feitos foram

¹ **Lizir Arcanjo Alves** possui graduação em Licenciatura em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador (1974), Mestrado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (1986) e Doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2000). É pesquisadora, ensaísta e tem livros publicados, dentre os quais *Humor e Sátira na Guerra de Canudos* (1997); *A Cidade da Bahia no romance de Jorge Amado: Dicionário topográfico*. Também organizou vários livros a exemplo de *O Patriota de Santo Amaro* (2000) e *Mulheres escritoras na Bahia: as poetisas (1822-1918)*. É sócia do IGHB.

reconhecidos pelos próprios baianos. Isso se deve a preconceitos de um tempo que invalidavam nas mulheres comportamentos considerados como exclusivos do sexo masculino. Sob esse aspecto é que se concentra este trabalho.

ABSTRACT:

Bahia, in this year 2023, rightly celebrates the names of the heroes who, in many battles, concluded the process of total liberation of Brazil from the Portuguese Metropolis. In the historic gallery, the female figure of Maria Quitéria stands out. But it is necessary to remember that not always his deeds were recognized by the Bahians themselves. This is due to prejudices from a time that invalidated behaviors considered exclusively male by women. This work is focused on this aspect.

HEROÍNA! POR QUÊ?!

Que significa ser um herói? Psicólogos, filósofos, historiadores enumeram algumas das características fundamentais: coragem para dispor-se à luta, sem medo de perder a própria vida, ao enfrentar perigos desconhecidos, em defesa de uma causa grandiosa, de interesse coletivo, ou no combate a qualquer tipo de opressão; capacidade para não retroceder na escolha feita, e de resistência contra qualquer tipo de julgamento alheio. O verdadeiro herói escolhe seu próprio destino, ainda que contrarie as vontades alheias. Ele não avalia os obstáculos, nada o desanima, nem fragiliza suas forças.

Na mitologia grega, os inimigos a serem vencidos eram os monstros, dragões, serpentes, gigantes; alguns deles se encontravam em cavernas a serem penetradas, ou nos mares a serem navegados. Na Bahia, o inimigo a ser vencido foi representado pela figura de um dragão, com uma lança apontada para sua boca. Tal emblema foi assim eternizado em forma de estatueta posta sobre uma carreta, que desde o século XIX circula, no dia 2 de julho, pelas ruas da cidade

do Salvador, para simbolizar a vitória sobre o despotismo que um dia pretendia dominar o Brasil.

Maria Quitéria de Jesus Medeiros, jovem mulher do interior da Bahia, alistou-se como soldado, para uma luta que somente aos homens era permitido participarem. A jovem considerada no seu tempo apenas como uma “matuta do sertão”, porém, nunca vacilou em demonstrar firmeza pela decisão tomada. Coragem, valentia e força física para manejar armas, experiência esta adquirida na prática da vida cotidiana, ajudando o pai nas atividades da fazenda, eram seus mais valiosos predicados.

Audaciosa e desprendida, arrojada e desenvolta, no momento em que sentiu irromper em si o desejo de ir para a guerra só pensava em vingar a morte de Joana Angélica. Era preciso expulsar os cruéis “marotos” (como eram chamados os portugueses) dos postos de comando do governo da Bahia. Nada a deteve. Fingiu ser homem, para poder alistar-se como voluntária. Quando o comandante do exército brasileiro, General Pedro Labatut, foi informado de que tal soldado era na verdade uma mulher, não hesitou em mantê-la no batalhão, porque ela já havia demonstrado vigorosa coragem e determinação para lutar.

Alguns adjetivos que diversos estudiosos da sua biografia lhe atribuíram permitem-nos compor uma síntese do seu temperamento: intrépida, audaciosa, notável pela bravura e pelo civismo, “glória do sexo, luzeiro da pátria”, “tão valente quanto honesta senhora”. O poeta Franklin Dória, em 1859, usaria como refrão de um poema a expressão de que ela não sabia trepidar nem se acovardar. Um cronista do princípio do séc. XX, ao traçar seu perfil, afirma que ela possuía uma “simultaneidade de atributos”: a “desenvoltura fortemente máscula” sem, contudo, perder “a graça e a delicadeza das formas e sentimento feminino”.

O FIM DA GUERRA E O ENCONTRO COM O IMPERADOR

No dia 2 de julho de 1823, Maria Quitéria entrou na cidade, juntamente com o exército libertador. E ao chegar ao bairro da Soledade, também foi recebida pelas religiosas do convento, que a “cobriram de flores e a coroaram com grinaldas arranjadas com folhas verdes e floridas de cafezeiros”. Ao seu lado estava o próprio Comandante em Chefe do Exército Pacificador, José Joaquim de Lima e Silva. Foi este quem a encaminhou ao Rio de Janeiro, e em um ofício dirigido ao Imperador, justificou o seu merecimento ao declarar que ela: “ao grito da Pátria em perigo, desamparou seus pais, assentou praça de soldado, e pegou em armas para sua defesa. Esta mulher tem-se distinguido em toda a campanha com indivisível valor, e intrepidez”.

Ao término da guerra, Maria Quitéria só tinha um sonho, beijar a mão do Imperador D. Pedro I. Tão prestigiada estava essa heroica “tabaroa”, que mal podia compreender o tamanho da sua importância a ponto de merecer aquela comunicação do seu comandante. No Rio de Janeiro, o povo correu para ver a excepcional mulher que havia lutado contra os soldados portugueses. O Imperador a recebeu no palácio, em 20 de agosto de 1823, de uma forma solene, mais do que ela poderia ter sonhado. Em reconhecimento ao seu decidido valor, concedeu-lhe a insígnia dos “Cavalheiros da Imperial Ordem do Cruzeiro” e o soldo de alferes de linha. Modesta e demonstrando ser boa filha, fez um único pedido a D. Pedro I, que endereçasse uma carta a seu pai, solicitando que a perdoasse por tê-lo desobedecido.

Apenas dez dias depois da recepção oferecida a Maria Quitéria em Palácio, o jornal *Império do Brasil: Diário do Governo* teceu-lhe os mais altos elogios, tanto mais importante por se tratar de um órgão oficial. Além de reproduzir o ofício que o general do Exército Pacificador havia endereçado ao Imperador, afirma que “assim como ela

mostrou de uma maneira tão notável os sentimentos do mais exaltado patriotismo, da mesma sorte S. M. I. recompensou seu valor”. É de observar também que o redator procura inserir a brava baiana numa linhagem histórica universal:

O Brasil, fértil em homens distintos tanto pelos seus talentos naturais, e adquiridos, como pela sua virtude não é também escasso em produzir heroínas, que em todas as épocas mais notáveis da sua história tem mostrado não valerem menos, que as antigas matronas, de que se honram os fastos das mulheres ilustres. Pudéramos particularizar algumas, se a natureza deste papel o permitisse; mas cedendo à estreiteza do tempo e do espaço fixaremos a atenção dos nossos leitores sobre a ilustre cadeta de S. José das Itapororocas, que com tanto denodo, e coragem assinalou o seu patriotismo na província da Bahia combatendo contra os lusitanos.

Ao retornar ao interior da Bahia, local de seu nascimento, Maria Quitéria foi recebida como verdadeira heroína. Vestia-se com a mesma farda de soldado com a qual se apresentara no Palácio Imperial. Tantas pessoas foram as que correram de vários locais para vê-la. “Parecia Santa Missão. Dias e dias corriam os broncos homens e mulheres desejosos de saberem as cenas da guerra, como era a corte e o imperador”. Seu pai, agora orgulhoso e comovido com a leitura da carta da mais alta figura do Império, concedeu-lhe o perdão pelo seu heroico atrevimento.

O BOM EXEMPLO...

Nesse mesmo ano de 1823, já Maria Quitéria despontava como uma espécie de modelo a referendar a aspiração patriótica de outras mulheres. Em Pernambuco, Cipriano Barata divulgou uma carta de cem mulheres da Vila Real do Brejo d’Areia, da Paraíba, na qual, de

forma anônima, informavam que essas “lindas matronas” protestavam “defender, não somente a Causa Sagrada de nossa Independência, mas também de uma bem entendida Liberdade”. Para o que anunciavam estarem dispostas a “pegar nas armas para defenderem os seus sagrados direitos”. Com esse “potente impulso” elas estariam dando o exemplo para outras mulheres. Num dos trechos da carta, as senhoras declaram a firme disposição para a luta, embora, humildemente, admitam certa inferioridade perante os homens, tendo em vista a própria educação recebida. Cipriano Barata associa tal iniciativa à repercussão da atitude de Maria Quitéria:

Se não tivéssemos a baiana D. Maria Quitéria de Jesus Medeiros, feita agora capitão do Batalhão do Imperador, que, nova Clorinda, mostrou ao arrogante Madeira, quão grande é o valor do sexo feminino-brasileiro, e quão maior é a injustiça, que por costume os homens se lhe fazem em crê-lo, e tê-lo por inferior a si, poderíamos acreditar, que aquelas províncias só, que são regadas pelas águas daquele rio tivessem a privativa de produzirem semelhantes paladinhas; mas agora já não é concedido o duvidar se tão belos, e raros dotes sejam indignos do país, e coerentes às suas senhoras.

Passados alguns anos, seu exemplo ainda repercutia no Rio de Janeiro. Em 1829, o periódico intitulado *Luz Brasileira* também faz eco à exaltação do “heroísmo patriótico do belo sexo americano”, comparando-o com o de outros países, e mesmo a célebres mulheres da antiguidade. Mas especialmente, assim refere-se à Maria Quitéria: “ainda hoje conservamos a ilustre D. Maria Quitéria de Jesus, natural da Bahia, que em trajes de soldado fez muitos serviços militares em 1823, e combateu a pé firme nos dois assaltos, e desembarque, que mandou fazer o general português, o Madeira, na ilha de Itaparica. Pelo que recebeu aquela heroína em prêmio o posto de Alferes, conferido pelo nosso Imperador”.

O AGRADECIMENTO DE D. PEDRO I AOS BAIANOS

D. Pedro I soube ser reconhecido a todo o esforço e patriotismo dos baianos e demais batalhões que partiram de diversas províncias, sobretudo aos fluminenses e pernambucanos, estes, na verdade, os verdadeiros responsáveis pela vitória em Pirajá. E para confirmar sua gratidão pela conquista decisiva que o permitiu consolidar seu posto de Imperador do Brasil, dirigiu-se à Bahia, e em especial a cidade de Cachoeira, para agradecer pessoalmente o grande feito. Isso só foi possível, depois de Portugal ter reconhecido a Independência do Brasil, em agosto de 1825. No princípio do ano seguinte, partiu do Rio de Janeiro, acompanhado da Imperatriz Leopoldina, da filha e futura rainha de Portugal, Maria da Glória. Na comitiva também se encontrava uma senhora baiana que já servia à família imperial desde o reinado de D. Maria I. Tratava-se da Sra. Ana Romana Calmon da Silva Cabral, Condessa de Itapagipe. Foi no princípio de 1826, a partida do Rio de Janeiro e o desembarque em Salvador deu-se no dia 27 de fevereiro. O Imperador foi recebido “com magnificência e profusão”, e aí permaneceu até 21 de março.

Toda a Bahia esperou por esse dia com grande expectativa, uma multidão acorreu desde as vilas do Recôncavo para vê-lo de perto. E o Imperador não decepcionou, pois logo ao chegar dirigiu uma “Proclamação aos Habitantes da província da Bahia”, declarando o objetivo da sua visita:

Em desempenho da Minha Imperial palavra, eis-Me entre vós a agradecer-vos o quanto trabalhastes na expulsão dos lusitanos, que foram nossos opressores.

D. Pedro I, mais do que ninguém, sabia que sem o 2 de julho de 1823 o 7 de setembro de 1822 não teria passado de uma data-fantasia.

O grito do Ipiranga não teve poder mais alto do que o grito do Paraguaçu. Teria Maria Quitéria também se deslocado do sertão para ver o seu protetor? Nada se sabe quanto a isso. A Bahia começava a esquecê-la.

HEROÍNA, NÃO! POR QUE NÃO?

E por que a Bahia haveria de esquecer a sua tão valorosa heroína, reconhecida e prestigiada pelo jovem Imperador, por tantas batalhas de que havia participado para o resultado maior da independência da pátria?

A resposta, por mais que hoje possa parecer incoerente, é uma só. Maria Quitéria não podia ser considerada bom exemplo para as mulheres da elite baiana. Apesar da coragem e determinação em lutar pela pátria, sua conduta não era considerada aceitável, e não podia ser vista senão como uma transgressora do código de conduta moral e bons costumes a que toda mulher deveria obedecer.

A verdade nua, crua e dura, é uma só. Se dependesse, naquela época, do reconhecimento da Bahia e dos baianos, o nome de Maria Quitéria não estaria vinculado às páginas da nossa história. A culpa? Dos preconceitos do tempo contra as mulheres, dos códigos de honra estabelecidos como indispensáveis para a boa conduta feminina. E muito em especial, de alguns dos baianos vinculados à campanha da guerra, que, ambiciosos, vaidosos, pensavam mais em inscrever seus próprios nomes na galeria da história pátria do que dividir a moldura do quadro com o retrato de uma mulher, muitas vezes mais corajosa e determinada do que qualquer um deles. Invejosos, despeitados, rancorosos, frustrados.

E por que razão, afirmo tudo isso? Digo, repito e comprovo.

Àquela altura dos princípios do século XIX, numa cidade ainda

em tudo colônia de Portugal, apesar do título de “Reino Unido”, como viviam as mulheres? No recato do lar, entre quatro paredes. Para aquelas de quem se podia dizer que pertenciam à elite, bastavam-lhes ver a rua pelas janelas dos sobrados ou através das cortinas das cadeirinhas que as transportavam de um lado a outro da cidade, e isto raramente. Ou, quando saíam para as missas ou para assistir ao que se apresentava no Teatro São João, apenas aquelas cujas famílias possuíam camarotes, porque o espaço da plateia era destinado exclusivamente ao público masculino.

Apesar dessas condições impostas às mulheres, havia, sim, muitas que estavam atentas aos acontecimentos políticos. Como, pois, poderiam se manifestar e mostrar a face no universo masculino? Temos resposta para essa pergunta ainda em dias anteriores ao surgimento do nome de Maria Quitéria como soldado. Foi em maio de 1822 que 186 senhoras baianas enviaram uma carta à Princesa Leopoldina, felicitando-a pelo apoio dado ao príncipe por seu esforço em acabar com o “sistema anárquico de desunião” que Portugal desejava impor ao Brasil, e oferecendo os seus corações como “as únicas oblações” que a natureza havia posto “ao alcance do seu sexo”. Portanto, elas não estavam alheias aos fatos de ordem política, mas respeitavam os limites impostos. O emissário da carta chamava-se Manoel Inocêncio Pires Camargo. Ele foi recebido pela Imperatriz, em audiência no palácio, onde fez um discurso, divulgado depois pelo jornal *O Espelho* (RJ), que elogiou a iniciativa das senhoras baianas.

Em Salvador, o fato repercutiu de forma negativa; de maneira debochada e até injuriosa, foi comentado pelo redator do *Semanário Cívico*, o português inimigo vigoroso da independência do Brasil – José Joaquim da Silva Maia. Tudo que ele escreveu tinha a finalidade de desqualificar tanto as mulheres que teriam assinado o documento

quanto o portador da correspondência, a quem acusa de ser um mero bajulador, e não baiano. Chega até ao ponto de lançar dúvidas quanto à reputação de tais senhoras. Para arrematar sua opinião expõe o que bem sintetiza o que era a educação devida ao sexo feminino:

Estávamos até agora persuadidos que as senhoras baianas se distinguiam pela sua afabilidade; e em serem ternas mães, esposas carinhosas, filhas sensíveis, e obedientes, que a honestidade e a modéstia eram as qualidades de que faziam mais apreço; e se por infelicidade algumas não possuíam aqueles dotes, únicos ornatos de uma senhora, eram olhadas com desprezo. Observávamos em geral que a educação que se dava às senhoras, na Bahia, era inspirando-lhe aqueles sentimentos, e ensinar-lhe a governar uma casa; apenas alguns, acrescentavam o ensino da música, e dança, que logo abandonavam quando se casavam; agora vemos que estávamos enganados; que elas desdenham os principais ornatos do seu sexo para se aplicarem à política. Devemos crer que breve entrarão na eleição; ao menos assim já propôs em Cortes o Sr. Domingos Borges de Barros!

Eis aí, de modo explícito a verdadeira constituição a ser seguida pelas mulheres. E como que tentando atraí-las para sua ideologia, o redator Maia finge que se realmente elas tivessem assinado tal documento não o fizeram de livre consciência:

Sensíveis e carinhosas baianas! Quanto me magoa o triste papel que representais nesta ridícula farsa! Não vos deveis afligir; todos conhecem que as 186, dentre vós, que representam nesta cena, foram obrigadas por seus desvairados pais, maridos ou irmãos.

Nesse contexto, pois, como teria sido vista a conduta de uma mulher que desobedeceu ao pai, fingiu ser homem e fugiu de casa, indo apresentar-se para uma luta contra a nação que dominava seu país? Muita ousadia ou loucura?

Mais grave, porém, do que a fala de um “inimigo do Brasil”, foi o modo como um brasileiro e baiano extravasou todo seu fel contra Maria Quitéria. O texto em questão comprova a realidade de como a heroína foi rejeitada e desqualificada em sua própria terra. Embora longo, transcrevo um trecho de uma correspondência publicada sob o pseudônimo de “Uma baiana” (o que é falso), no *Independente Constitucional* (BA. 1824), o único que pôde existir do lado do governo durante a guerra, porque D. Pedro I enviou do Rio de Janeiro os equipamentos para formar a tipografia, primeiro em Cachoeira e depois da independência transferido para Salvador.

Estava reservado para a nova Heroína do Recôncavo, a brava Maria Quitéria de Jesus, Alferes de Cavalaria, distribuir [sic] a nulidades do estado em que nos achamos submergidas, tirando-nos com o seu exemplo os prejuízos de uma educação, que nos destina sermos meras companheiras do homem, em sua vida domestica; ou meros objetos de seus encantos, privando-nos o partilharmos com ele a gloria dos combates.

.....

Eia, pois, meu amado Sexo; imitai o belo exemplar que tendes ante os olhos; deixemos os aviltantes cuidados do interior de uma casa; abandonemos esta vida sedentária e mesquinha, empregada em costuras, e em mil outros pequenos serviços, ou em recreios, ou em amamentar crianças, ou em dirigir sua primeira educação; os homens que se empreguem injusto promiscuamente conosco; e nós nos empregaremos com eles nos cargos do Estado, nos Empregos Civis, e Militares, nas Artes, e Ofícios, para nos equilibrarmos com eles. Sejam livres; tanto nos basta; e para isto é mister desprezarmos os espartilhos, os toucados, brilhantes, fitas, e todo esse ridículo aparato, com que nos ataviamos; tomemos nossas calças, fardas, barretes, e plumas, aquelas que dentre nós tiveram propuja para militares, e vamo-nos alistando, e reunindo a Ilma. Senhora D. Maria Quitéria Alferes, que em breve passará a Major e será nossa

comandante. Nós seremos com ela veneradas pela posteridade, como outras tantas Anaxandras.

Ora, falando serio, Sr. Redator, é caso novo inteiramente, ver uma mulher andar vestida de homem, sem pejo deste extravagante porte; o que é tanto mais intolerável, quando está a gente persuadida que esta mulher não é doida, e que não estamos em tempo de mascaradas. (...)

Esta, vindo confundida com os soldados de Nazaré, e de súcia com eles, teve o fantasmagorismo de se apresentar a Labatut vestida de soldado. Que faria este estúpido? Não só a não trata com aquele desprezo que ela merecia, como a faz cadete, e manda-a para os pontos da boca do Rio da Cachoeira, por ali vagou o tal estafermo, levando a mania a tal ponto, que adoecendo (provavelmente de doenças comuns em soldados) teve o desembaraço de se ir tratar num hospital de tropa, de mistura com os seus camaradas; e em passatempos em que se podia entreter uma mulher de tal carácter, esteve até a entrada na cidade. Eis-aqui a historia em resenha que geralmente se refere desta Heroína;

A seguir, a suposta missivista chega a pôr em dúvida as informações dadas pelo comandante Lima e Silva ao Imperador, sobre o seu merecimento aos benefícios que lhes foram concedidos. E acrescenta:

Ela em vez de se contentar com isto e ir para casa de seu Pai (que consta ter sido tão honrado que a não quis mais receber) ou para a sua, viver como mulher, apresenta-se por toda esta cidade vestida com as insignias de Alferes, e em todas as funções e atos públicos, fazendo garbo de assoalhar sua falta de timbre e decoro, sendo verdadeiramente a injúria do sexo feminino, e me parece que no masculino ainda mais. Nenhum homem poderá ver sem desprezo e irisados esta avantesma. (...)

Quanto a mim e quanto ao meu sexo, nos é muito sensível vermos o sem pudor público e extravagância desta tresloucada, que melhor era mudar quanto antes de sistema, deixando de ser o tipo da falta de modéstia, e recato dos nossos costumes.

Desculpe, Sr. Redator, esta longa arrenega, que posto não ser de vantagem geral, o é ao menos à Senhora Maria Quitéria, a quem pretendo corrigir, e envergonhar, e se é este um objeto que mereça a sua inserção, fará muito favor a dita Senhora, / e à Sua atenta Veneradora / Uma Bahiana

O que se lê nesta carta leva-nos a supor que se trata de uma estratégia muitíssimo usual na imprensa do século XIX. O redator, misógino como tantos outros conservadores inimigos da emancipação feminina, escreve suas opiniões atribuindo-a uma pessoa do sexo feminino, de forma que possa impedir outras mulheres de imitarem tal comportamento. Arrisco-me a levantar a hipótese de que tal disparate seja de autoria de Francisco Gê Acayaba Montezuma, que fora um dos principais redatores desse jornal e já se encontrava no Rio de Janeiro, quando ali assistira à recepção feita a Maria Quitéria. O texto lembra a verve, o estilo, a natureza belicosa e, sobretudo, a antipatia a Labatut, de quem foi ferrenho inimigo e perseguidor.

A LITERATURA RESGATOU A HEROÍNA

Apesar de toda a heroicidade demonstrada por Maria Quitéria, vemos por esses documentos da época que não era em geral considerado de bom conceito que uma mulher desempenhasse funções atribuídas exclusivamente ao sexo masculino. Mas de que forma, então, a heroína seria salva? Como libertá-la das cavernas dos dragões que com as garras dos preconceitos impediam que saísse à luz do sol do reconhecimento?

Em primeiro lugar, é preciso assinalar que não foi nenhum baiano que construiu o pedestal indestrutível em que foi erguida simbolicamente a estátua da heroína. Vejamos: quem compreendeu e acatou o seu desejo de atuar como soldado? Foi um francês, o general Pedro Labatut,

que impediu que o seu pai a arrastasse à força do batalhão ao qual já estava alistada. Quem atestou sua valentia e atuação nas lutas de que participou e informou em ofício ao Imperador que ela era merecedora de uma recompensa? Foi o comandante do Exército pacificador, do Rio de Janeiro, José Joaquim de Lima e Silva, que então substituiu a Labatut. Quem lhe conferiu título e soldo vitalício? Foi o príncipe português Imperador D. Pedro I.

É certo, portanto, que não partiu de nenhum baiano, entre tantos que a viram em luta, um brado em seu louvor. E ainda me resta perguntar se não fosse por essas razões mesmas, teria o poeta Ladislau dos Santos Titara a lembrado no segundo volume do seu poema *Paraguassu* (1837)? Pois mesmo no primeiro volume de suas *Obras poéticas*, de 1827, não citou seu nome num poema em que se refere ao valor das “mimosas brasileiras”. Observe-se a escolha do adjetivo, *mimosas*, que, aliás, não combina com bravura e força física:

Semelhando às Amazonas,
O imigo arrostam guerreiras,
Quando em perigo a Pátria geme,
As mimosas brasileiras.

É preciso, contudo, considerar que foi justamente Ladislau dos Santos Titara que mostrou a nossa heroína no campo de ação, em luta contra os lusitanos, quando estes tentaram desembarcar na ilha de Itaparica.

Ladislau Titara era soldado cadete, e como secretário do General Labatut foi responsável pelo registro de tudo que ocorreu durante os meses que a guerra se desenrolou. Dos nove livros de poesias que depois escreveu dois se ocupam da guerra da independência, publicados em 1835-1837 sob o título de *Paraguassu*. Nesse poema épico, ele narra

com detalhes os acontecimentos de que foi testemunha e outros que lhe foram relatados por outros personagens que também estiveram no campo de batalha. A Maria Quitéria ele concede um lugar de destaque no canto VII do segundo volume, assim referindo-se ao seu nome no argumento: “Os lusitanos tentam de novo Itaparica, e outros muitos pontos da costa. – Coragem varonil de D. Maria Quitéria, e suas compatriotas”.

O trecho indicado no argumento trata de quando, juntamente com outras mulheres, durante as lutas do mês de março de 1823, um grupo de mulheres da ilha de Itaparica enfrentou os portugueses que haviam acabado de receber reforço de Lisboa. Sem qualquer temor, diz o poeta que “as armígeras *baianas*, que terríveis /o frágil sexo deslembrando o mimo, /Os aguardam na praia, iras nutrindo”. Nesse trecho, ele já não a chama pelo nome de Quitéria, mas sim pelo de Pentesília (ou Pentesileia), comparando-a com a rainha das Amazonas, que comandou um grupo de guerreiras durante a guerra de Troia. Assim como a heroína grega, Titara exalta o destemor com que Quitéria conclamou as suas companheiras a enfrentarem os inimigos:

*Tu, destemida Pentesília heroica,
Tinta de iras, rancor, e toda fogo,
Mais e mais n'alma delas sopras flamas,
E exemplar condutora a todas bradas –*

Para dar maior ênfase à bravura de Quitéria, esse trecho é composto em primeira pessoa, quando ela se dirige às companheiras, lembrando que deveriam vingar a morte da abadessa Joana Angélica e de tantos outros brasileiros que haviam sido vítimas da violência dos bárbaros portugueses:

“Jurai, de coração, ó feliz sexo,
“ (Deus em vão não chameis) jurai comigo,
“Justas penas tomar de raça iníqua,
“Que o recinto da Paz violar ousando,
“À vil sanha imolaram Vestal pia:
“E, entre pilhar infame, à Pátria ultraje,
“Massacrando feroces, roubar tentam
“Joias, que a vida, de mais alta estima!
“Como, oh! Como vereis dos brutais gumes
“Pendente espernegar, morrer a prole;
“Roto o peito, morrer o Pai querido,
“Morrer o Esposo terno, e o terno amante?
“Como, guerreiras.....!? Ah! Voe-se às águas!...

Apesar de toda essa relevância conferida a Quitéria, em seu poema, Titara, que a conheceu e foi testemunha de todo o valor que lhe foi atribuído pelo general Labatut, não voltou a mencioná-la quando escreveu outros poemas dedicados ao 2 de julho. Por que tamanho silêncio, quando citou outros nomes dos personagens masculinos?

UM RESTO DE VIDA EM SILÊNCIO

Alguns anos depois passados no interior da Bahia, Maria Quitéria, já então casada com Gabriel Pereira de Brito, e com uma filha, Luiza Maria da Conceição, transferiu-se para Salvador, continuando a viver na mesma simplicidade de antes da guerra. Segundo relata João Francisco de Lima, um dos seus biógrafos, essa mudança teria ocorrido em 1843, indo residir no distrito de Santana, onde levou uma vida modesta, quase cega e num “doloroso anonimato”. Faleceu em agosto de 1853, aos 61 anos de Idade. “Foi sepultada no pequeno cemitério contíguo à Igreja de Santana do Sacramento, sob os olhares indife-

rentes do povo”. Não recebeu homenagens. Ninguém lembrou seus feitos heroicos. João Francisco acrescenta, em tom de compaixão, que nenhum político nem representação oficial estiveram presentes no seu derradeiro momento. “A ingrata Bahia estava ausente”. Com o passar do tempo, seu túmulo desapareceu, como as suas cinzas ninguém sabe por onde se espalharam. Nem uma cruz lhe resta, a lembrar-nos sua passagem pela terra, onde se possa fazer uma romaria, como acontece com o general francês Labatut, seu comandante.

Foi na década de 1850, que Maria Quitéria voltou a ser tema de poesia, desta vez, não na Bahia, mas em Pernambuco. Franklin Dória, jovem estudante de Direito, inspirava-se nas ideias sociais que então agitavam aquela província, com a repercussão das vozes de Béranger e Lamennais, que chegavam da França, em obras que eram lidas, traduzidas e imitadas. Dória inspirado em Lamennais começou a fazer poesias que se desviavam da linha conservadora dos românticos da corte. Apaixonado pela história de sua terra, da qual se orgulhava, chegou a elaborar o roteiro de um livro composto de “poemas nacionais” e “da independência”, que seria todo ele dedicado à guerra da Bahia. Maria Quitéria seria o tema da quinta parte e Joana Angélica, da décima primeira. Em *Enlevos*, publicado em 1859, no Recife, encontra-se o poema “A Heroína”, que em nota no rodapé da publicação diz referir-se a Maria Quitéria de Jesus e justifica:

Nos tempos que a Bahia pugnava pela independência, excitado por admirável patriotismo, deixara o nosso feminino guerreiro a rudeza e a obscuridade de sua vida, desleixadamente vivida pelas várzeas do sertão; e, com a espingarda ao ombro, com a farda conchegada aos seios, com o fogo do entusiasmo no coração, lá se fora alistar nas fileiras da *brigada da direita*.

Essa poesia resume toda a vida da guerreira, assim como seu perfil moral e patriótico. O refrão “Não sabe trepidar, não se acobarda” é justo para representar o seu destemor, a garra com que lutou em várias batalhas.

Contudo, a lembrança de Maria Quitéria não teve continuidade, nem nas manifestações literárias nem nas comemorações do 2 de julho durante todo o século XIX. Os poetas celebravam os heróis do sexo masculino, mas ninguém se lembrava da participação feminina, nem do nome da heroína maior. Em 1860, no Rio de Janeiro, Joaquim Norberto Souza Silva, ao escrever sobre as *Brasileiras célebres*, para a *Revista Popular*, sugere que os brasileiros jamais esqueçam os nomes dos seus heróis “e que ao repeti-los rememore também alguma vez o nome da mulher guerreira, que combateu pela sua liberdade, o nome de Dona Maria de Medeiros” E questiona: “Por que não soar também ele entre os hinos e as ovações de 2 de julho? Por que a nossa história, muda para ela, não lhe consagrará também uma de suas brilhantes páginas? A Bahia a não lembra: o Brasil a esquece”.

De fato, a Bahia não a lembrava. O historiador Hendrik Kraay, que fez extensa pesquisa sobre as comemorações do Dois de Julho na Bahia, também observou em seus trabalhos que a atenção prestada a Maria Quitéria durante os festejos é um fenômeno do século XX, e não do XIX e que há um contraste entre o destaque dado a Labatut em 1848 e 1849, e sua ausência completa das festas daquela época. Não se verifica qualquer menção pelos poetas ou patriotas que declamavam e discursavam durante os desfiles ou no teatro S. João nas ocasiões oficiais. Como ainda observa Kraay, “o desafio ao papel feminino convencional – não obstante sua vida recatada pós-guerra – era perigoso demais”. Daí por que estará também ausente da literatura feminina no mesmo século XIX: Ildefonso Laura César, Adélia Fonseca, Anna

Autran e Ana Ribeiro de Góes Bittencourt a ignoraram. O que de certa forma explica o motivo do silêncio feminino pode ser entrevisto nestes versos de Adélia Fonseca, nos quais praticamente justifica que a guerra não era lugar de mulher e sim de homem. Se ela fosse um deles, aí sim, teria coragem para tanto:

Pátria! Pátria gentil, feiticeira!
Terra santa, dest'alma querida!
Quanto não estimara ser homem
Para inteira te dar minha vida.

Somente no século XX, quando assentadas as poeiras do século XIX, Maria Quitéria seria “exumada” para a história pátria, a partir da época das comemorações do primeiro centenário da independência da Bahia, ocorridas em Feira de Santana e em Salvador, patrocinadas pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Esse evento como que despertou os brios patrióticos da elite letrada, que buscou cavar os túmulos dos seus heróis, assim como já sugerira o historiador francês Alexis de Tocqueville, lá no meado do séc. XIX. Era preciso despertar nas novas gerações o amor à pátria. Então a *Revista Cívica* (1923) fez publicar uma edição especial, comemorativa do Dois de Julho.

No editorial da revista, assinado com o pseudônimo de Alan Pin, Maria Quitéria é apresentada como a “tabaroazinha”, puro símbolo da mulher brasileira, quando a pátria perigava. E complementa afirmando: “Se fosse necessário quantas mulheres não correriam no quartel-general inscrevendo-se como simples praças dispostas a vencerem ou a morrer?” É um claro equívoco essa opinião de Alan Pin, pois naqueles belicosos anos acorreram ao campo de luta, de fato, muita gente voluntária para formar batalhões dispostos a morrer pela Bahia, mas do sexo feminino somente Maria Quitéria alistara-se para a luta.

Em 1923, enfim, Maria Quitéria teria um retrato seu colocado no Pavilhão dos Caboclos, no Largo da Lapinha, em Salvador, por iniciativa do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que a celebra oficialmente como heroína. A *Revista Cívica* corrige as injustas omissões ao afirmar que seu nome não podia ser “olvidado” porque “foi um vulto heroico; foi uma mulher varonil, afrontando sempre, nas pugnas mais renhidas, as odiosidades dos inimigos de sua pátria”.

A partir de então os poetas também passam a recordar seus feitos patrióticos, como nestes versos de Álvaro Reis:

Jovem, eletrizando os homens, sempre ao lado
Das bandeiras se via entre o fumo e o fragor
Das carretas, viril, o vulto delicado
De Maria Quitéria, incitando o valor.

E Arthur de Sales dedicou-lhe este soneto, nos festejos do 2 de julho de 1923:

Maria Quitéria

Como o teu vulto cresce, quando, envolta
No cerraceiro ardente da metralha,
Tua pequena mão crespa e revolta
Da trincheira baiana a morte espalha!
O frio, a noite, a febre – trega escolta...
Por sepultura o campo de batalha.
A farda rota e rubra por mortalha,
O sim da ida e a dúvida da volta...
Eis do guerreiro a vida! E tu sorriste...
Desse país da guerra, belo e estranho,
Sempre se volta, sempre! E tu partiste...

Vamos humildes e voltamos grandes,
E a nossa sombra fica do tamanho
Da do Himalaia superposto aos Andes!

Franklin Dória, porém, filho da elite baiana e futuro barão de Loreto, deixou a mais sincera e expressiva poesia, que foi composta e publicada ainda no meado do séc. XIX. Nela resume a jornada da heroína, sem temer as críticas dos preconceituosos do seu tempo, ao demonstrar, de forma exaltada, toda admiração por uma mulher que rompeu os códigos de honra impostos ao sexo feminino.

Heroína

Vede-a tão jovem, coração virgíneo,
O amor da pátria veemente o alaga;
Ela agora só cuida no extermínio
Dos que tomaram-lhe a risonha plaga.
Deixa de parte fascinantes galas;
Os doces seios lhe comprime a farda:
E perfilada ante as imigas alas,
Não sabe trepidar, não se acobarda.
Nasceu, criou-se no sertão adusto,
A duros transes, a brincar, se afez,
Calejou no labor braço robusto;
Ao sol expôs-se, que tisonou-lhe a tez.
Um dia soube de infernais cabalas;
Guerra! Exclamaram; a partir não tarda:
E perfilada ante as imigas alas,
Não sabe trepidar, não se acobarda.
Às intempéries abandona a roça,
Onde verdeja o arrozal formoso:
A porta fecha da rasteira choça,

E diz adeus ao sabiá queixoso.
Longe inda escuta-lhe as saudosas falas;
Mas segue, sobre o ombro uma espingarda:
E perfilada ante as imigas alas,
Não sabe trepidar, não se acobarda.
Tem no semblante varonil reflexo;
Tem nos seus olhos faiscar de fera;
Santo respeito lhe granjeia o sexo,
Sua bravura mil espantos gera.
Suas proezas não sei eu contá-las,
Por mais que o lábio por contá-las arda!
E perfilada ante as imigas alas,
Não sabe trepidar, não se acobarda.
Não era mais a tabaroa amável,
Cheia de graças, cheia de ademães;
Era a amazona, a executar notável
As vozes dos valentes capitães.
Por sobre os ombros lhe zuniam balas,
Que vomitava a colossal bombarda:
E perfilada ante as imigas alas,
Não sabe trepidar, não se acobarda.
Firme no posto, viu pender ferido
Mais de um valente, que animava a glória.
Enfim, o estranho foi por nós vencido,
E ela partilha da imortal vitória.
Roça e cabana, vai de novo amá-las,
Mas nunca despe a agaloada farda:
E já desfeitas as imigas alas,
Não sabe trepidar, não se acobarda.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando. *Biografia de Maria Quitéria de Jesus*. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**. Vol. V, Cidade do Salvador, Tipografia Beneditina Ltda. 1951. (p. 273-303)

Bahia Tradicional e moderna. N. 2, julho 1939.

Correio da Tarde, O (RJ), 1857.

Diário da Bahia. 14 dez. 1866.

DÓRIA, Franklin. **Enlevos**. Recife, 1859.

Império do Brasil. Diário do Governo (RJ), n. 51, 30 ago. 1823.

Independente Constitucional, O. (BA), n. 23, 6 mar. 1824.

KRAAY, Hendrik. **Bahia's Independence**: popular political and patriotic festival in Salvador, Brazil. 1824-1900, McGill-Queen's University Press, 2019.

LIMA, João Francisco de Lima. **A Incrível Maria Quitéria**. São Paulo: Nova Época Editorial Ltda., 1977.

Luz Brasileira (RJ). N. 15, 30 out. 1829, p. 59-60.

Revista cívica. (BA) 1923.

Semanário cívico. BA, n. 83, 3 out. 1822, p. 2.

Sentinela da Liberdade à beira mar da Praia Grande. RJ, n. 15, 13 set. 1823.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. "Brasileiras célebres". *In*: **Revista Popular** (RJ), n. 5, 1860.

TITARA, Ladislau dos Santos. **Paraguassu**. Poema épico. Bahia. Tip. do Diário da Bahia. Tomo 5º das *Obras Poéticas*. 1837.

RUY BARBOSA E A CONSTITUIÇÃO DE 1891

Ricardo Nogueira¹

RESUMO:

Polêmicos e imprecisos debates giram em torno da extensão e da profundidade da participação de Ruy Barbosa na elaboração da Constituição de 1891, tendo o próprio jurista avocado publicamente a paternidade da primeira Constituição republicana brasileira. A par do histórico e caloroso debate doutrinário, o presente artigo busca reunir e sistematizar significativas informações, visando contribuir para o esclarecimento historiográfico acerca da participação do conceituado e aclamado jurista Ruy Barbosa na elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil.

Palavras chave: Ruy Barbosa; Constituição; Império; Monarquia; República; Federação; Governo Provisório; Comissão dos Cinco; Comissão dos Vinte e Um; Assembleia Constituinte.

¹ Consultor Jurídico do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Advogado. Pós-graduado em Direito de Estado pela Universidade Federal da Bahia. Bacharel em Direito pela Universidade Salvador.

ABSTRACT:

Controversial and imprecise debates revolve around the extent and depth of Ruy Barbosa's participation in the drafting of the 1891 Constitution, with the jurist himself publicly claiming the paternity of the first republican Brazilian Constitution. Alongside the historic and heated doctrinal debate, this article seeks to gather and systematize significant information, aiming to contribute to the historiographical clarification about the participation of the renowned and acclaimed jurist Ruy Barbosa in the elaboration of the first republican Constitution of Brazil.

Keywords: Ruy Barbosa; Constitution; Empire; Monarchy; Republic; Federation; Provisional Government; Commission of Five; Committee of Twenty-One; Constituent Assembly.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Infinitas linhas seriam necessárias para relatar as incomensuráveis contribuições do inigualável Ruy Barbosa para a história do Brasil e para a evolução do direito brasileiro.

Paradigmático polímata – que atuou intensamente como advogado, jornalista, político, diplomata, filólogo, escritor e orador –, o magnífico jurista baiano exerceu formidável influência no direito público e no direito privado, em temas como liberdade, federalismo, *habeas corpus*, abolição da escravidão, laicismo, casamento civil e igualdade de soberania entre Estados nacionais.

Após colaborar ativamente para a precipitada queda do Império brasileiro, ele auxiliou o Governo Provisório na edição de importantes atos jurídicos de natureza constituinte.

Polêmica e imprecisa é a doutrina acerca da contribuição de Ruy Barbosa na elaboração da Constituição de 1891. Muitos, dentre os quais Felisbello Freire e Campos Sales contestaram a relevância das

contribuições de Ruy ao Projeto da Constituição. Outros, como Pedro Calmon e o seu antigo auxiliar no Gabinete ministerial, Tobias Monteiro, defendiam a sua proeminência.

O próprio jurista chegou a avocar publicamente a sua paternidade, ao tempo que se obscurece as atividades da Comissão dos 5, da Comissão dos 21 e da própria Assembleia Constituinte, composta de 268 parlamentares. Sobre a notável participação de Ruy, na redação do Projeto da Constituição republicana, nos ocuparemos adiante.

ANTECEDENTES À CONSTITUINTE REPUBLICANA

Antes da edição da sua primeira constituição republicana, o Brasil era um Estado Unitário, sob regência da Monarquia Constitucional, pesando-lhe diversas questões de cunho social, agrário, religioso, militar e político.

Para Ruy, a Questão Social² não se inspirava na luta de classes, segundo a teoria marxista, pois não se admitia que o fenômeno econômico fosse causa eficiente de todos os demais fenômenos ou que o sistema de produção determinasse a conduta social³. Nesse aspecto,

² Outra séria Questão Social dizia respeito ao saneamento básico. Posteriormente, na República, o Ministro da Fazenda Ruy Barbosa viria a trabalhar pelo convencimento do Marechal Deodoro a desistir de promover o saneamento no Rio de Janeiro, pois seria um negócio ruinoso ao tesouro (**Obras completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. XVII, tomo I, 1890, p. 372).

³ NOGUEIRA, Rubem. **História de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999, 3 ed., p. 240. O autor narra que, em 1878, o deputado provinciano Ruy Barbosa considerava Karl Marx um corruptor da noção científica de propriedade e um navegador das leis naturais que presidiam a associação humana, e clamava contra as fórmulas ilusórias do socialismo, afirmando que “[...] este promete aos povos a igualdade na abundância, mas

Ruy Barbosa⁴ expunha expressamente o seu despreço pelo socialismo científico, considerando o marxismo a antítese desenganada das suas concepções de Estado, do homem, do direito e da liberdade.

Elemento nevralgico das Questões Social e Agrária era a escravidão, vindo a Lei de 13/5/1888 a promover abruptamente a sua abolição. De fato, o fim da legalidade da desumana exploração de pessoas veio a desencadear outros problemas. Como sinaliza Aliomar Baleeiro⁵, “[...] depois de dias de festejos e batucada, quase todos abandonaram as fazendas e procuraram viver de biscates nas cidades, saturando o mercado de trabalho”. Por um lado, a abolição foi considerada como expropriação de propriedade privada, que compunha fator de produção fundamental para a nação⁶. Por outro lado,

lhes dá igualdade na miséria” (p. 242). Posteriormente, a sangrenta ascensão de Lênin teria despertado a atenção de Ruy para a verdadeira natureza do fenômeno revolucionário russo que, absolutamente, nada continha de democrático (p. 243).

⁴ “Não acrediteis que todos os males do sistema econômico predominante no mundo venham de que os meios de produção estejam com os detentores de capitais. Os operários não melhorariam se, em vez de obedecer aos capitalistas, obedecessem aos funcionários do Estado socializado (...) A colaboração mútua das classes vem a ser, portanto, uma necessidade invencível”, dizia Ruy em seu “A questão social e política no Brasil”. Rio de Janeiro: 1998, 2 ed., p. 24 e 64.

⁵ BALEEIRO, Aliomar. 1891. In: **Coleção Constituições brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 2012, v. II, p. 11.

⁶ Motivado ainda pelo abolicionismo, em 11/11/1890, na condição de Ministro da Fazenda, veio Ruy Barbosa a indeferir petição de indenização, formulado pelos ex-proprietários de escravos pelos prejuízos havidos da intervenção do Estado naquilo que era, à época, considerado propriedade privada: “Mais justo seria e melhor se consultoria o sentimento nacional se pudesse descobrir meio de indemnizar os ex-escravos, não onerando o thesouro. Indefiro”. Assim, recusando a reparação da expropriação da propriedade privada, ele defendeu a liberdade individual e o tesouro.

a falta de um projeto⁷ de acomodação das novas circunstâncias refletiu no desamparo dos recém-libertos, na elevação do custo da produção e na queda da popularidade da Família Real.

Tantos problemas resultaram em divergências políticas, dificultando a relação entre o Governo e o Parlamento⁸, mesmo com a nomeação do liberal Visconde de Ouro Preto para a chefia do Gabinete.

Na Questão Política, reivindicavam os liberais⁹ a autonomia ministerial ao exercício do Poder Moderador, a descentralização provincial e municipal, a eleição direta, a liberdade e a reforma do ensino, a abolição da guarda nacional, a independência do Poder Judiciário, a supressão do caráter político do Conselho de Estado, o fim da vitaliciedade do cargo de senador, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a liberdade de culto público, a eliminação do juramento religioso, a emancipação dos escravos e a descentralização através do federalismo.

⁷ Na verdade, o Governo Monárquico buscou aperfeiçoar o sistema agrícola com o implemento de métodos modernos, subsidiados pelas estações agrônomicas criadas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, visando a obtenção de dados e instruções úteis à produção. Essas medidas não apresentaram resultados imediatos e não contiveram a insatisfação da Questão Agrária. Naquele contexto, a opinião pública não dava espaço para a construção de uma transição servil, que a longo prazo poderia favorecer a distribuição de terras, o aumento da riqueza no país e o fortalecimento do elo das famílias recém-libertas.

⁸ Ao longo do Segundo Reinado, o Parlamento chegou a ser dissolvido onze vezes pelo Poder Moderador, para restabelecer a ordem causada pelos embates entre conservadores e liberais. Todavia, a dissolução da Câmara dos Deputados, ocorrida em 1868, apesar de autorizada pelo Conselho de Estado, constituiu um dramático episódio nesse processo, sendo considerado o início da queda do Império.

⁹ BARBOSA, Ruy. **Queda do Império**. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921, tomo II, p. 349.

O maior ponto de convergência da oposição era a descentralização do poder, incorporando-se no projeto de federação para o país¹⁰. A esse respeito, Joaquim Nabuco apresentou dois Projetos de Lei na Câmara, em 1885 e em 1888¹¹.

Desde o Congresso Liberal de 1888, Ruy elevou a bandeira federalista à principal pauta política¹², lançando o lema “Federação

¹⁰ Com o Manifesto de 1869, Nabuco de Araújo, Teófilo Otoni e outros políticos de renome reivindicaram a reforma do sistema representativo, do Conselho de Estado, a extinção do Poder Moderador, a abolição da Guarda Nacional e o fim da vitaliciedade dos senadores.

O Manifesto de 3/12/1870 foi lançado na primeira edição do jornal A República, endossando o reformismo liberal, com a assinatura de quinze advogados, nove médicos, quatro engenheiros, quatro jornalistas, três funcionários públicos, sete comerciantes e um fazendeiro. Com este Manifesto e sem nenhuma representação proletária, surgiu o Partido Republicano (BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. Brasília: OAB Editora, 2008, p. 214-215).

Realizou-se em 18/4/1873 a Convenção de Itu, com a presença de representantes de vinte e nove municípios do estado de São Paulo e, também, do Prudente José de Moraes Barros, que veio a ser posteriormente o primeiro presidente civil.

¹¹ BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. Brasília: OAB Editora, 2008, p. 216.

¹² Pertinente observação faz João Camilo de Oliveira Torres que a abolição foi obra conservadora, possível somente pelo caráter centralizador que tinha o Governo Monárquico, pois “a abolição é nacional” (**Os construtores do Império**: ideias e lutas do Partido Conservador Brasileiro. Brasília: Edições Câmara, 2017, p. 215).

imediata”, suscitando o confronto direto¹³ contra a Monarquia¹⁴:

¹³ “O espírito do chefe do Estado se ausentou do governo do paiz, ou de que no espírito do príncipe reinante se apagou a consciência da monarchia (...) Lastimamos que Vossa Majestade se envolva imprudentemente entre os alvissareiros de novidades suspeitas, revivendo antigualhas exóticas, taes como a ideia do código civil, a reorganização judiciária e a fundação dos tribunaes correcionaes (4/5/1889) (...)

A dinastia padece de senilidade (...) o Imperador em caduquez não há de curar de vícios preciosamente entretidos como virtudes em meio século de soberania.

A herdeira presumptiva, destituída das qualidades intellectuais do pai, imbuída no personalismo violento do avô, transviada pelo gênio anti-americano do marido, verdadeira curiosidade do antigo regime e tipo de príncipe emigrado, não nos pode inspirar esperanças de reconciliação com as tendências liberais, com as necessidades democráticas do país (...)

Devassar os motivos da mente de um príncipe quase nada é, se compararmos esse interesse ao de saber se somos ou não governados por um rei moralmente morto (22/5/1889).

O embarque do Sr. D. Pedro II (...) para a Europa data, por assim dizer, a exposição pública da enfermidade imperial, o espetáculo solene da ruína do Segundo Reinado, na pessoa extinta do Imperador”.

Com tais palavras cáusticas, atacava Ruy Barbosa a pessoa do Imperador, como se registra na “Queda do Império”. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921, tomo II, p. 251.

¹⁴ A centralização do Império monárquico justificava-se pela necessidade de preservar a consciência da unidade, notadamente em virtude da grande extensão territorial. Como salienta João Camilo de Oliveira Torres, considerava-se o Império do Brasil uma associação política de cidadãos, acentuando a liberdade dos indivíduos e não de corporações ou províncias (A democracia coroada. Brasília: Edições Câmara, 2017, p. 81).

Em meio aos ideais federalistas, havia alguns que almejavam conservar o regime monárquico, como sustentava Joaquim Nabuco: “20 repúblicas sob a Monarquia” (João Camilo de Oliveira Torres. **A formação do federalismo no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2017, p. 38).

A grande questão, pois, é esta: se a monarquia não quiser; quere-mos contra ela. Se a monarquia não quiser as reformas, o Partido Liberal resolver-se-á em Partido Republicano. Eis a solução!

Após ser excluído do Parlamento pelos próprios liberais, considerado “[...] elemento pouco adequado para a política partidária”¹⁵, iniciou Ruy Barbosa uma contundente campanha jornalística contra o Império¹⁶, injuriando inúmeras vezes a pessoa do Imperador D. Pedro II, com dizeres como: “Sua Alteza [...] aceitou uma situação subalterna ao Ministro da Guerra”; outra vez chamando-o de “subalterno soberano” (1/5/1889). Em diversos artigos jornalísticos, o implacável Ruy atacou até mesmo a moléstia do Imperador¹⁷.

Em 7/6/1889, o liberal Visconde de Ouro Preto tomou posse como Primeiro-Ministro e, por sugestão do Conselheiro Dantas¹⁸, convidou o seu partidário Ruy Barbosa para compor o Gabinete, comprometendo-se, em seu programa liberal, com a descentralização política. Contudo, Ruy recusou o convite com a seguinte resposta¹⁹:

¹⁵ LACOMBE, Américo Jacobina. **À sombra de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984, p. 106.

¹⁶ Em 7/3/1889, Ruy Barbosa tornou-se redator-chefe do Diário de Notícias, recebendo o ordenado mensal de duzentos mil réis (ALMEIDA, Rejane Mendes Moreira de. **Rui Barbosa**: cronologia da vida e da obra. 3 ed., Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2021, p. 90).

¹⁷ BARBOSA, Ruy. **Queda do Império**. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921, tomo II, p. 237, 269 e 274; 352; 503; 546.

¹⁸ ALMEIDA, Rejane Mendes Moreira de. **Rui Barbosa**: cronologia da vida e da obra. Rio de Janeiro: 3 ed., Fundação Casa de Rui Barbosa, 2021, p. 91.

¹⁹ BARBOSA, Ruy. **Queda do Império**. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921, vol. I, introdução.

Seria talvez razoável, se eu pudesse ter certeza de realizar duas reformas sucessivamente [...] Eu, porém, não tenho tal certeza [...] me condenaria por traidor ao meu grande compromisso.

O contexto político era de insatisfação com o Governo Monárquico, permeado do sentimento revolucionário advindo da abolição da escravidão – apesar de levada à cabo pelo reformista Partido Conservador –, do tímido ideal republicano, de promoção do ideal federalista e, também, das Questões Religiosa e Militar²⁰.

Em 19/5/1889, Ruy Barbosa²¹ suscita a inabilitação mental do Imperador, sustentando a sua impossibilidade de governar, pretendendo a tomada do Gabinete pelo Parlamento. Não obtendo êxito, posteriormente, no fatídico dia 15/11/1889, sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, desferiu-se o Golpe Militar contra a Monarquia, nada obstante não fosse esse o anseio popular²².

²⁰ A Questão Militar alcançou nível irremediável, criando-se um ambiente de insubordinação e insurgência. Às vésperas da Proclamação da República, na Escola Militar, Benjamin Constant exarou críticas severas ao Governo Monárquico, diante de visitantes oficiais da esquadra chilena e do ministro da Guerra, chegando a chamar o monarca de “espectro de rei”, segundo relato do douto Afonso Arinos de Melo Franco (**Curso de direito constitucional brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1960, p. 123).

Sobre o comportamento indisciplinado e insubordinado de Benjamin Constant, anos depois, narrou o Visconde de Ouro Preto ter lhe dito o Imperador: “Benjamin é uma excelente criatura, incapaz de violências (...) Além disso, muito meu amigo, mande chamá-lo, fale com franqueza e verá que ele acabará voltando ao bom caminho”. (Quinze de Novembro – reminiscências e restituições históricas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: 1910, T.LXXIII, parte II, p. 133).

²¹ BARBOSA, Ruy. **Queda do Império**. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921, tomo II, p. 458.

²² Relata o historiador Celso Castro que a maioria dos soldados, que integravam as tropas golpistas, no dia 15/11/1889, não tinham consciência

Em breves palavras, foi esse o panorama que antecedeu a elaboração da Constituição republicana.

O BLOCO DE INCONSTITUCIONALIDADES DO GOVERNO PROVISÓRIO

Do Golpe da República formou-se uma ditadura provisória, que passou a praticar atos típicos do Poder Constituinte, com a edição de inúmeros decretos materialmente constitucionais²³.

Da pena de Ruy Barbosa redigiu-se o afamado Decreto nº. 1, de 15 de novembro de 1889, que proclamou provisoriamente a República Federativa, consubstanciando o primeiro ato legislativo de natureza constitucional. O art. 2º, deste decreto, inaugura o federalismo insti-

do intento, sendo partícipes involuntários, motivo que conduziria ao arrependimento de vários deles. Em 18/12/1889, no Segundo Regimento de Artilharia, uma das unidades que haviam participado do golpe, irrompeu uma rebelião de soldados, que logo foi sufocada e os participantes foram punidos, assim como aconteceu em outras revoltas registradas em diferentes regiões do país (*apud* GOMES, Laurentino. **1889**. São Paulo: Globo, 2013, p. 51).

²³ A partir do momento em que a sociedade se tornou mais complexa e os costumes foram incapazes de dotar de harmonia a vida social, as regras escritas passaram a ser implementadas por Constituições escritas. Nasce então o constitucionalismo com o fito de limitar o arbítrio do governante, protegendo os indivíduos em face do Estado (FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. **Princípios fundamentais do direito constitucional**: o estado da questão no início do século XXI em face do direito comparado e, particularmente, do direito positivo brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012).

Nada obstante a doutrina dos direitos fundamentais enfatize a relevância da dimensão social, coletiva e transindividual dos direitos, a finalidade precípua do constitucionalismo é a proteção do indivíduo e a organização das instituições estatais, com vistas a limitar o arbítrio do governante. Não fugiu a essa regra a Constituição imperial brasileira.

tucional (centrífugo) no Brasil, repetindo a antecipação da organização política à organização social.

De início, comunicando o estabelecimento do Governo Provisório, os golpistas publicaram mensagem aos cidadãos brasileiros, informando a deposição da dinastia imperial²⁴, a extinção do sistema monárquico representativo, a abolição da vitaliciedade do Senado e do Conselho de Estado, bem como a dissolução da Câmara dos Deputados²⁵.

Talvez receoso de uma reação monarquista ou separatista, o governo republicano editou o Decreto nº. 07, de 20/11/1889, para dissolver todas as assembleias provinciais²⁶ e concentrar nos gover-

²⁴ Noutro comunicado, destinado diretamente ao Imperador D. Pedro II, o Marechal Deodoro da Fonseca vincula o golpe de Estado aos “sentimentos democráticos da nação” contra a corrupção e a subversão das leis, atentadas pelo Gabinete ministerial, especialmente contra as Forças Armadas. Segundo o Marechal, as exigências do “voto nacional”, isto é, da vontade da nação, a Família Real deveria deixar o país em 24h (vinte e quatro horas), ao que respondeu o Imperador, no mesmo dia 16 de novembro, que cederia ao “império das circunstâncias” e deixaria a Pátria estremecida, à qual havia se esforçado por dar “constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação”, conservando “do Brasil a mais saudosa lembrança” e fazendo “ardentes votos por sua grandeza e prosperidade”. Posteriormente, com o Decreto nº. 78-A, de 21/12/1889, o Governo Provisório extinguiu as dotações anteriormente concedidas para a subsistência do Imperador – que visavam atenuar a resistência ao golpe –, determinou o banimento dele e da Família Real, fixando ainda o prazo de dois anos para o desfazimento dos bens imóveis que eles possuísem no território nacional. Somente com as Emendas dos constituintes Virgílio Damásio, Antão de Faria, Muniz Freire, Barão de Vila Viçosa e outros, na Assembleia Constituinte, é que se acrescentou às disposições transitórias do Projeto de Constituição a garantia de pensão ao ex-Imperador.

²⁵ Intitulando-se agente temporário da soberania nacional, de caráter essencialmente patriótico, o Governo Provisório expressamente acatou todos os compromissos subsistentes com as potências estrangeiras e a dívida externa.

²⁶ Com o Decreto nº. 802, de 4/10/1890, determinou-se aos governadores dos

nadores estaduais os poderes de criação de força policial²⁷, fixação da despesa pública, criação e arrecadação de tributos, provimento, nomeação, suspensão e demissão de funcionários públicos, organização judiciária, estabelecimento de colônias, catequizar indígenas e organização eclesiástica. Assim, o Governo Provisório passou a incrementar o compromisso coronelista, com o enfraquecimento da autonomia municipal²⁸, deixando de empregar a oportunidade política de moralizar a administração local.

Visando à proteção da revolução republicana, na antevéspera do Natal do ano republicano, o Marechal Deodoro e seus ministros, dentre os quais Ruy Barbosa, assinaram o Decreto nº. 85-A, de 23/12/1889,

Estados a convocação das respectivas assembleias legislativas até abril de 1891, segundo regras eleitorais que viriam a ser fixadas posteriormente pelo Decreto nº. 1.189, de 20/12/1890.

²⁷ “A organização policial se tornou em um dos mais sólidos sustentáculos do coronelismo”, como explica Victor Nunes Leal (Ob. Cit., p. 201).

²⁸ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 53 e 101. Acrescenta ainda o autor: “Assim se vê como os nossos juristas-idealistas, que pretendiam limitar o poder dos municípios para impedir as oligarquias locais, acabaram dando aos governadores os meios de que se serviram eles para montar, em seu proveito, essas mesmas oligarquias locais, fundando assim as oligarquias estaduais (...) que se conhece em nossa história como política dos governadores” (p. 102). E mais: “O coronelismo atua no reduzido cenário do governo local (...) como certa forma de incursão do poder privado no domínio político (...) Seria, porém, errôneo identificar o patriarcalismo colonial com o coronelismo, que alcançou sua expressão mais aguda na Primeira República (...) O coronelismo pressupõe a decadência do poder privado” (p. 251-252), pois os particulares enfraquecidos precisam se apossar do estamento burocrático para manter o seu domínio, no Estado agigantado. E arremata: “O fortalecimento do poder público não tem sido, pois, acompanhado de correspondente enfraquecimento do coronelismo; tem ao contrário contribuído para consolidar o sistema” (p. 255).

equiparando crime de imprensa ao de sedição militar, atribuindo competência jurisdicional de comissão militar para processar e julgar quem conspirasse contra o Governo golpista, através da prática de aconselhamento ou promoção de palavras, escritos ou atos de revolta civil ou indisciplina militar²⁹.

Antes de ser instalada a Assembleia Constituinte, o Governo Provisório outorgou a Constituição, elaborada pela célebre “Comissão dos 5” e revisada pelos ministros do Governo Provisório, através do Decreto nº. 510, de 22/6/1890. Posteriormente, essa Constituição foi substituída pelo Decreto nº. 914-A, de 23/10/1890, que continham emendas, disponíveis nas p. 314-334, dos Anais da 4ª Sessão do Congresso de 21/11/1890³⁰.

O Decreto declara a submissão da Constituição à Assembleia Constituinte, a ser convocada, contudo, o Decreto nº. 510, determina o imediato vigor do texto constitucional e o Decreto nº. 914-A encerra o seu texto mandando a todas as autoridades que o conheçam, executem e façam executar, observando inteiramente como nele se contém. Por isso, a história registra esse Decreto, não como encaminhamento de Projeto, mas sim como uma Constituição Provisória.

Na redação do Decreto nº. 802, de 4/10/1890, o próprio Governo Provisório chama de Constituição Federal a outorga do Decreto nº. 510, de 22/6/1890, e sequer a adjetiva de provisória.

²⁹ Este decreto, assinado também pelo Tenente Coronel Benjamin Constant, tipificava como crime a tentativa de suborno ou aliciamento de soldados ou oficiais e a divulgação de noções falsas e subversivas contra a República.

³⁰ Com o Decreto Constitucional, o país passou a chamar-se Estados Unidos do Brasil, ao que censuram Paulo Bonavides e Paes de Andrade: “imitação do direito constitucional americano; lastimavelmente introduzida por Rui Barbosa” (**História constitucional do Brasil**. Brasília: OAB Editora, 2008, p. 219).

A COMISSÃO DOS CINCO

Precedeu à outorga da Constituição Provisória, por ato do Governo Provisório, a criação de uma comissão de cinco juristas para elaborar um Projeto de Constituição, a ser apresentado à Assembleia Constituinte que viria a ser constituída. De acordo com o Decreto nº. 29, de 3/12/1889, compuseram a comissão Joaquim Saldanha Marinho, Américo Brasiliense de Almeida Melo, Antônio Luís dos Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro. Todos os seus membros eram históricos propagandistas republicanos, o que revela o caráter monótono e singular da “Comissão de Petrópolis”, ironicamente alusiva à cidade de Pedro.

Mais conhecida como “Comissão dos 5”, foi ela presidida por Joaquim Saldanha Marinho, que outrora figurou no topo da lista dos signatários do aludido Manifesto de 3/12/1870. Por ordem desse Presidente, cada membro da Comissão elaboraria um anteprojeto de Constituição, à exceção do próprio presidente da comissão. No entanto, houve apenas a produção de três anteprojetos da lavra de Américo Brasiliense de Almeida Melo, José Antônio Pedreira de Magalhães Castro e, conjuntamente, de Antônio Luís dos Santos Werneck e Francisco Rangel Pestana. Posteriormente, os anteprojetos foram reunidos em uma única proposta.

Versando sobre o método de trabalho adotado pela Comissão dos 5 para elaborar o Projeto de Constituição Federal, em extensa nota de rodapé, relata o ínclito Aurelino Leal³¹ ter ouvido diretamente do

³¹ LEAL, Aurelino. **História Constitucional do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2014, p.156. Disponível em: senado.gov.br/bdsf/handle/id/573098. Um equívoco do ilustre constitucionalista, na p. 158, é o cotejo dos Projetos do Decreto nº. 510 e do Decreto nº. 914-A, como se fosse o primeiro da comissão e o segundo do Governo. Na verdade, o projeto da comissão é pretérito ao do Decreto 510, o que fica estampado no estudo comparativo de artigo

membro da comissão, José Antônio Pedreira de Magalhães Castro, o seguinte:

Impressos os três projetos individuais, a comissão estudou-os durante alguns meses em sessões diárias, que se realizaram no 2º andar do escritório de advocacia de Saldanha Marinho, na Rua do Rosário, e que ordinariamente duravam das 3 às 6 horas da tarde.

Por deliberação de seus companheiros de comissão, foi Magalhães Castro o escolhido para tomar nota do que a comissão, por maioria de votos, ia aprovando ou rejeitando de cada um dos três projetos individuais, e foi quem redigiu o projeto definitivo que a comissão assinou e subscreveu unanimemente e sem discrepância.

Todas as discussões, em resumo, e votações respectivas, muitas com declaração de voto, foram consignadas em “Livro de Atas de Comissão”; serviço que, tendo-se tornado fatigante, foi pelo ministro do Interior designado o dr. Nelson de Vasconcelos para auxiliar nesta parte os trabalhos da comissão.

O “Projeto da comissão” e o “Livro de suas atas”, devidamente assinados e rubricados pela comissão, foram entregues ao sr. Marechal Diodoro, chefe do Governo Provisório.

Da correspondência de um político do tempo ao conselheiro Saraiva deduz-se que se pensou na adoção da Carta Política por meio de um plebiscito e na outorga da mesma. Esses documentos, de que dou aqui dois trechos, existem no Instituto Histórico: “Foi afinal convocada a Constituinte: e a demora desse fato já bastantes suspeitas levantou contra nós no estrangeiro. (...) tão grandes os inconvenientes do poder discricionário que se atribuiu o Governo Provisório, que não seria para lastimar que,

por artigo, formulado por Felisbello Freire. A esse respeito, observamos que o projeto da comissão possuía 117 artigos, o do Governo pelo Decreto nº. 510 tinha 86 artigos, a republicação do Governo com o Decreto nº. 914-A tinha 85 artigos e, por fim, a Constituição aprovada pela Assembleia Constituinte alcançou 91 artigos.

em último caso, a questão se resolvesse por uma Constituição outorgada (...) “Aprovação da Constituição por plebiscito desperta grandes esperanças; mas receio que não chegue a tempo ou não se realize do modo mais próprio a servir de corretivo aos males iminentes.” (Carta datada de 26 de março de 1890).

De modo reiterado, em artigos, discursos e na tribuna do Supremo Tribunal Federal, especialmente na sustentação oral dos *habeas-corpus* impetrados em defesa de perseguidos políticos³², Ruy Barbosa proclamou-se o “autor da Constituição republicana, estremecendo-a pelas afinidades morais da paternidade”³³. Silenciando sobre a “Comissão do 5” e atenuando a colaboração dos demais ministros do Governo Provisório, relata ele:

Comecei então, desde logo, a redigir a Constituição; à tarde, os meus colegas de Ministério jantavam comigo, ouviam o que eu havia escrito, concorriam com as suas ideias e emendas, discutíamos e, depois, íamos ao Itamaraty ler os artigos ao Marechal.

Assentaram os colegas em que eu fosse o único a defender e explicar ao Chefe do Governo as disposições do futuro estatuto. Certa vez, o Marechal observou que só eu falava ao passo que os colegas se conservavam silenciosos. ‘É que, respondi-lhe, sou o vogal de todos eles’. Assim apareceu o projeto de Constituição³⁴.

³² VIANA Filho, Luiz. **A vida de Ruy Barbosa**. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 15 ed., 2013, p. 582 e 586.

³³ BARBOSA, Ruy. **Obras completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. XVII, tomo I, 1890, p. XI.

³⁴ BARBOSA, Ruy. Entrevista ao Jornal do Comércio de São Paulo em 17/12/1903, transcrita no Quinze de Novembro – reminiscências e restituições históricas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: 1910, T.LXXIII, parte II, p. 144.

Apesar de reclamar a paternidade da Constituição, não compôs Ruy a Comissão dos 5, tampouco assinou o decreto que a estabeleceu. A ausência de Ruy não impediu a orientação da comissão pelos paradigmas norte-americano, argentino e suíço, tendo havido a publicação destes documentos estrangeiros constitucionais no Diário Oficial brasileiro em novembro de 1889, oportunizando a familiarização do país e dos futuros constituintes com esses modelos³⁵.

Em 24/5/1890, a comissão entregou ao governo o Projeto de Constituição³⁶, que o revisaria, antes de enviar à Assembleia Constituinte, ainda não instalada. Foi nesse momento, entre os dias 10 e 18/6/1890, que o Projeto da Comissão dos 5 foi levado à revisão de Ruy Barbosa, que debatia à tarde, em sua casa, artigo por artigo, com os demais ministros do Governo Provisório, submetido ao final do dia à aprovação do Marechal Deodoro da Fonseca, quando Ruy se pronunciava por todos.

Debruçando-se sobre a origem do texto constitucional, Felisbello Firmo de Oliveira Freire³⁷ assume a missão da busca da verdade e conclui que o Governo Provisório recebeu um projeto bem delineado e acabado e, em vez de enviá-lo à Assembleia Constituinte, empreendeu algumas alterações de pouca significância tão-somente para aparentar ser obra própria. No entanto, o projeto do Governo Provisório não tem muito além de alterações de frases, como demonstra Felisbello Freire nas páginas 275-332, inclusive comparando artigo por artigo dos dois projetos, da Comissão dos 5 e do Governo Provisório.

³⁵ GOMES, Laurentino. **1889**. São Paulo: Globo, 2013, p. 326.

³⁶ ALMEIDA, Rejane Mendes Moreira de. **Rui Barbosa: cronologia da vida e da obra**. 3 ed., Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2021, p.107.

³⁷ FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Moreira Maximo, 1894, p. 276-332. Acesso em <senado.leg.br/bdsf/handle/id/220531>.

Eis porque dissemos em começo que com a maior injustiça tem sido julgada pela opinião essa comissão [...]

Querem constituir-se como única força inspiradora, apresentando-se hoje como os auctores da nossa Constituição, quando de fato não passam de meros copistas de um trabalho já acabado.

E a prova aqui publicamos n'este quadro comparativo, o projeto do Governo e o da comissão, a fim de que o leitor veja quais as diferenças que o separam [...]

Porquanto não passa o do governo de uma cópia do da comissão. Isso não proíbe entretanto ao Sr. Ruy Barbosa insistir na affirmativa impertinente de que é o auctor da Constituição (...) quando sua fonte mais pura está no patriotismo e na competência da comissão que, nomeada pelo governo, tem sido injustamente julgada, não só pelos membros da dictadura de 1889, como pela opinião nacional.

Acreditamos ter posto a limpo a verdade da história, com o protesto que nesta columna deixamos registrado.

O estudo comparativo do justíssimo Felisbello Freire não deixa dúvida de que são pequeníssimas as diferenças dentre os dois projetos e elas não afetam questões de doutrina, sendo a maioria delas meras alterações da ordem das palavras, com a reenumeração de alguns dispositivos, pouquíssimos acréscimos e a redução do número de dispositivos, por Ruy Barbosa e os demais ministros do Governo Provisório. Para se ter ideia, até mesmo a elevação constitucional da ação de *habeas-corpus* já se encontrava prevista no projeto da comissão.

É verdade, porém, que Ruy introduziu alguma matéria completamente nova³⁸, como se observa no cotejo feito pelo Felisbello Freire, nas emendas de Ruy, feitas à mão, e nas transcrições dispostas nas

³⁸ CALMON, Pedro. **Prefácio às Obras completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. XVII, tomo I, 1890, p. XXIV.

p.2 5-168; 218-356, do tomo I, vol. XVII, das “Obras completas de Rui Barbosa”.

A INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Em entrevista concedida por Ruy ao *Jornal do Comércio* de São Paulo, em 17/12/1903, sustentou ele a resistência de forte corrente em torno do Governo Provisório em convocar a Assembleia Constituinte, cabendo ao Ministro da Fazenda o papel de convencer os colegas pela mencionada convocação, argumentando que a procrastinação acarretaria abatimento do crédito [internacional]³⁹.

Com o Decreto nº. 78-B, de 21/12/1889, o Governo Provisório convocou para o ano seguinte, no dia 15 de setembro, mês comemorativo da Declaração da Independência, a eleição dos membros da Assembleia Constituinte.

Recorda-se que a questão eleitoral era uma reivindicação liberal, quando da queda do Império, e, nesse sentido, editou-se o Decreto nº. 511, de 23/6/1890, designado Regulamento Alvim, que atribuiu ao prefeito a presidência da mesa eleitoral, que deveria dirimir eventuais

³⁹ BARBOSA, Ruy. Entrevista ao *Jornal do Comércio* de São Paulo em 17/12/1903, transcrita no *Quinze de Novembro – reminiscências e restituições históricas*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: 1910, T.LXXIII, parte II, p. 145. Nesse ponto da entrevista, também sob justificativa de medida financeira, Ruy menciona ter se imiscuído em assunto de outra pasta, por solicitação dos Rottschild, para conservar em Londres o Sr. Souza Corrêa.

Revelava Ruy a sua preocupação com a confiança dos capitalistas estrangeiros credores do Brasil também em seus discursos na Assembleia Constituinte, como transcrito na p. 176-177, do tomo I, vol. XVII, das *Obras completas de Rui Barbosa*, valendo-se da sua distinta eloquência: “Eu curvo-me respeitoso ao patriotismo dos Srs. membros do Congresso (...). Mas não me inclino menos admirado à vivacidade da sua imaginação”.

dúvidas do processo eleitoral, contar os votos e, após a contagem, queimar as cédulas de votação, impedindo qualquer auditoria posterior⁴⁰.

Apesar da exclusão dos analfabetos (art. 4º, I, do Decreto nº. 200-A, de 8/2/1890), o Regulamento Alvim previu que alguém, indicado pelo próprio eleitor, pudesse assinar por ele, quando este não soubesse escrever o próprio nome (art. 32). A par desses eventos⁴¹, o historiador Marco Antônio Villa conclui que “[...] a máquina eleitoral da União e dos governos estaduais elegeu quem bem quis”⁴². Esse sistema eleitoral, além de revelar a essência do *homo politicus*, veio também a determinar a totalidade republicana da Assembleia Constituinte e foi o gérmen do coronelismo que ainda hoje o Brasil amarga.

Somente em 15/11/1890, foi instalada a Assembleia Constituinte, composta de 205 deputados e 63 senadores, embora o Decreto nº. 78-B a previsse como unicameral⁴³. Um quarto da composição era de

⁴⁰ Segundo anota Victor Nunes Leal (Ob. Cit.), a corrupção eleitoral tem sido um dos mais notórios e enraizados flagelos do regime representativo no Brasil (p. 240). As modalidades mais comuns de fraudes eleitorais eram o “bico de pena”, a “degola” ou “depuração” (p. 229). Inventavam nomes, ressuscitavam mortos e ausentes compareciam à eleição, votando e assinando a ata, com a pena dos mesários. Aqueles que milagrosamente ainda conseguiam se eleger, poderiam ser eleitoralmente degolados pelas câmaras legislativas, com cassação dos seus mandatos.

⁴¹ Em correspondência de outubro de 1891, Joaquim Nabuco realçou ao republicano Aníbal Falcão: “Vocês, republicanos, substituíram a monarquia pelo militarismo, sabendo o que faziam” (*apud* VILLA, Marco Antônio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011, p. 38).

⁴² VILLA, Marco Antônio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011, p. 31.

⁴³ Em 18/11/1890, três dias após a instalação da Assembleia Constituinte, foi publicada a Moção do constituinte Américo Lobo, reconhecendo a delegação do Governo Provisório ao Congresso Nacional como única detentora da competência legislativa.

militares⁴⁴. Foi instalada a Assembleia Constituinte sob a presidência do senador Felício dos Santos, passando em seguida a ser presidida pelo senador paulista Prudente José de Moraes Barros. Ausente Ruy Barbosa da sessão de instalação da Assembleia Constituinte, por motivo de doença, consta o seu nome no compromisso regimental perante a mesa.

A COMISSÃO DOS VINTE E UM

No âmbito da Assembleia Constituinte, foi formada uma comissão especial, composta por 21 membros, com a missão de opinar sobre o Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Petrópolis e revisado pelos ministros do Governo Provisório. A “Comissão dos 21” foi composta por um representante de cada Estado e foi relatada pelo deputado Júlio Castilho, do Rio Grande do Sul.

Apesar do caráter opinativo que possuía, a Comissão dos 21 alterou substancialmente 18% (dezoito por cento) da Constituição provisória, isto é, 16 dos 91 artigos, além de outras tantas ligeiras alterações em outros dispositivos.

AS DISCUSSÕES NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Houve diversos pareceres emitidos pela Comissão Especial e, a partir deles, o Projeto de Constituição foi profundamente debatido e alterado pela Assembleia Constituinte, em suas 58 (cinquenta e oito) Sessões, divididas em três fases de discussão, entre 13/12/1890 a 18/2/1891.

⁴⁴ VILLA, Marco Antônio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011, p. 32.

A discussão era por capítulos e a votação era por artigos. Para se ter ideia, na 1ª discussão, realizada entre 13/12/1890 e 21/1/1891, da 1ª a 39ª sessão, houve apresentação de 300 (trezentas) emendas; na 2ª discussão, realizada entre 26/01 e 14/2/1891, da 40ª a 55ª sessão, houve a apresentação de 325 (trezentas e vinte e cinco) emendas; na 3ª discussão, realizada entre 16 e 18/02/1891, da 56ª a 58ª sessão, havendo nessa fase apresentação de requerimentos, declarações, votos e moções.

Dos 91 artigos da Constituição, somente não houve proposta de emenda aos arts. 38, 84, 87, 90 e 91, e ao art. 5º, das disposições transitórias, não havendo notícia de qual dos 268 parlamentares deixou de apresentar sua colaboração na Assembleia Constituinte.

Houve algumas divergências entre os parlamentares constituintes positivistas⁴⁵ e os republicanos, como na tentativa de substituir a expressão “perpétua e indissolúvel” por “livre” união federativa; e na tentativa de manter a pena de morte e de galés⁴⁶. As altas homenagens rendidas, através de inúmeras emendas ao Projeto da Constituição, ao Benjamin Constant Botelho de Magalhães – quando da sua morte em 22/2/1891, na fase de conclusão dos trabalhos constituintes – teriam suavizado os ânimos, culminando na disposição transitória relativa à compra da casa em que ele faleceu, concedendo ainda o usufruto desse imóvel à viúva do aclamado positivista.

⁴⁵ Relata Paulo Bonavides (Ob. Cit., p. 238) a confecção de esdrúxulo Projeto de Constituição por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes que, faltando técnica constitucional, observamos, conflitava com o próprio ideal cientificista pregado pelo positivismo. Na Constituinte, os positivistas já estavam divididos, havendo um grupo defensor de uma ditadura científica republicana na linha comtiana e outro defendendo a atribuição de soberania aos Estados-membros da União, na esteira do Pierre Laffitte.

⁴⁶ LEAL, Aurelino. **História Constitucional do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2014, p. 182. Disponível em: senado.gov.br/bdsf/handle/id/573098.

A hostilidade do Governo Provisório⁴⁷ em face da religião se refletiu na Assembleia Constituinte, dando vez à Representação do D. Antônio, Arcebispo da Bahia, protocolada em 12/01/1891, com 18 páginas, em combate a diversas disposições do antirreligioso Projeto de Constituição. O Primaz do Brasil objetou que a separação violenta, intentada pelo Projeto, é entre o Estado e toda religião e não apenas contra a Igreja⁴⁸. Realmente veio a Constituição a omitir do preâmbulo a clássica forma humanista da proteção de Deus, a atribuir caráter secular aos cemitérios⁴⁹ – que passaram a ser administrados pelos municípios –, a laicizar o ensino público, a desconhecer o casamento religioso, a determinar que nenhum culto ou igreja recebesse subvenção oficial e a excluir a capacidade eleitoral de qualquer religioso sujeitos a regras renúncia à liberdade individual.

Apesar de ávido defensor do federalismo norte-americano, durante a sua passagem pelo Governo Provisório e na Assembleia Constituinte, Ruy Barbosa afastou-se dos positivistas – propensos à formação de pluralidade de pequenos Estados soberanos ou do estabelecimento de uma ditadura científica republicana – e passou a defender um modelo

⁴⁷ Até mesmo os feriados religiosos não foram poupados, tendo sido extintos pelo Decreto nº. 155-B, de 14/5/1890, à exceção do dia dos finados.

⁴⁸ A esse respeito, Paulo Bonavides anota: “Se as relações do clero com a realeza, no Segundo Reinado, foram tensas e difíceis, a ponto de fazer estalar a chamada Questão Religiosa, não menos borrascosa se revelou com [a República, a partir do Governo Provisório]” (Ob. Cit., p. 239).

⁴⁹ A obrigatoriedade de secularização dos cemitérios destoa do tecido social religioso da sociedade oitocentista brasileira, bastando citar a revolta popular, denominada “cemiterada”, ocorrida em Salvador, em 25/10/1836, quando uma multidão destruiu, com a complacência policial, um cemitério secularizado, três dias após a sua inauguração. De modo lento e gradual é que a laicização da morte foi ocorrendo no Brasil (REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991).

federativo centralizado, com maior poder à União⁵⁰. Pretendeu o jurista baiano reduzir a autonomia dos Estados, em contraposição à soberania atribuída pelo Decreto nº. 01, redigido por ele mesmo, bem como em toda a sua campanha pretérita pela queda da Monarquia, quando não acatou o reformismo do Visconde de Ouro Preto. No final das contas, no federalismo brasileiro, os Estados tiveram pouca autonomia em relação à União e os municípios tiveram pouca autonomia em relação aos Estados, o que se refletia também na questão tributária⁵¹.

A PROMULGAÇÃO DA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA

Terminadas as fases da discussão e aprovadas as emendas, a Comissão Especial deu a redação final, retornando à aprovação final do Plenário da Assembleia Constituinte, na 59ª Sessão do Congresso Nacional Constituinte, realizada em 23 de fevereiro de 1891.

⁵⁰ “Não somos – dizia ele, perante a Constituinte – uma federação de povos até ontem separados e reunidos de ontem para hoje. Pelo contrário, é da União que partimos. Na União nascemos. Na União se geraram e fecharam os olhos os nossos pais. Na União ainda não cessamos de estar. Para que a União seja a herança de nossa descendência, todos os sacrifícios serão poucos. A União é, talvez, o único benefício sem mescla que a monarquia nos assegurou (...) Federação tornou-se moda, entusiasmo, cegueira, palavra mágica, a cuja simples invocação tudo há de ceder, ainda que a invoquem mal, fora de propósito e em prejuízo da federação mesma” (LACOMBE, Américo Jacobina. **À sombra de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984, p. 108-109).

⁵¹ “As rendas municipais, de modo geral, eram ínfimas. Não resta dúvida que o deficiente quinhão tributário dos Estados, na partilha constitucional, terá sido fator muito importante, pois era das fontes tributárias estaduais que tinha de sair a receita municipal” (LEAL, Victor Nunes. Ob. Cit., p. 146).

Constante nas p. 878-900, dos Anais da 60ª Sessão do Congresso, de 24 de fevereiro de 1891, vislumbra-se a promulgação da segunda Constituição brasileira, a primeira a estabelecer o regime republicano e o sistema federalista⁵², a mais concisa, composta de 91 (noventa e um) artigos e 08 (oito) disposições transitórias, dividida ela em 5 Títulos, com Seções e Capítulos. Adotou ela o sistema de governo presidencialista⁵³, a tripartição de poderes⁵⁴, extinguiu o Poder Moderador e, assim como a Constituição anterior, reconheceu os direitos fundamentais⁵⁵.

⁵² De início, conferiu maior autonomia aos Estados-membros da União. No entanto, conforme elucida João Camilo de Oliveira Torres, se desenrolou historicamente no sentido de reduzir as liberdades, enquanto no regime monárquico se procurava aumentar as franquias (TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroadá**: teoria política do Império do Brasil. Brasília: Edições Câmara, 2017, p. 79).

⁵³ O art. 1º, das Disposições Transitórias da Constituição, atribuiu ao Congresso Nacional a primeira votação para presidente e vice-presidente da República. Desde aquela eleição já se tornara evidente a rendição do Parlamento à distribuição de cargos e da receita pública, revelando-se o permanente vício da República brasileira, elegendo-se para presidente o Marechal Deodoro da Fonseca, em face do senador Prudente de Moraes, e o vice-presidente Marechal Floriano Peixoto, em face do senador Eduardo Wandenkolk.

⁵⁴ O Poder Judiciário já tinha na sua cúpula o Supremo Tribunal Federal, com a missão de refletir o federalismo também na organização judiciária, possuindo a competência recursal e, também, para o processamento e julgamento de autoridades com prerrogativa de foro (art. 59). Naquela época, composto por quinze juízes, escolhidos entre os cidadãos maiores de 35 anos, com notável saber jurídico, reputação ilibada e aprovação do Senado (art. 48, § 12º, 56, 57, e 58, § 2º). Os juízes federais passaram a ter a garantia da vitaliciedade e seriam exonerados apenas mediante sentença, proferida em processo judicial.

⁵⁵ No Título IV, consta a Declaração dos Direitos assegurados aos habitantes do País. No art. 72, da Constituição de 1891, assegurou a garantiu a liberdade de culto, instituiu o casamento civil, secularizou os cemitérios, laicizou o ensino público e determinou que nenhum culto ou igreja receberia subvenção

Os direitos políticos dos cidadãos seriam suspensos por incapacidade física, moral ou por condenação criminal. Perdia-se a capacidade eleitoral no caso de naturalização estrangeira ou por aceitação de emprego ou pensão de governo estrangeiro, sem licença do Poder Executivo federal (art. 71). Eram inelegíveis os cidadãos não alistáveis (art. 70). Acirrando a capacidade eleitoral abrangente do Decreto nº. 06, de 19/11/1889, e do Decreto nº. 78-B, de 21/12/1889, além de retirá-la dos analfabetos⁵⁶, a Constituição excluiu também os mendigos, os militares de categoria inferior⁵⁷ e os religiosos sujeitos a regras de renúncia à liberdade individual.

No dia seguinte à promulgação da Constituição, encerrou-se o Governo Provisório e, conforme previsto nas disposições transitórias⁵⁸, se realizou a eleição indireta, iniciando-se a recondução do próprio

oficial, inadmitiu privilégio de nascimento, desconheceu foros de nobreza, extinguiu ordens honoríficas, títulos nobiliárquicos e de conselho, aboliu a pena de morte, a pena de trabalhos forçados (galés) e a de banimento judicial, criou o *habeas corpus*.

⁵⁶ Antes do Golpe Republicano, Ruy Barbosa defendia a universalização do voto a todos os alfabetizados, na p. 249 da “Queda do Império”. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921, tomo II.

⁵⁷ A proibição de alistamento eleitoral dos praças de pret, estabelecida pela Constituição republicana, foi incompatível com os anseios da questão militar, à época da queda do Império e com a fundamentação do comunicado do Marechal Deodoro da Fonseca ao Imperador deposto, no dia do golpe, quando se solidarizavam gerais e subalternos.

⁵⁸ Pelo Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão dos 5, revisada pelos ministros do Governo Provisório, a eleição para Presidente da República seria indireta, o que conflitava com as reivindicações liberais de outrora. Todavia, a Constituição promulgada pela Assembleia Constituinte deixou como indireta somente a primeira eleição presidencial (VILLA, Marco Antônio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011, p. 35).

Marechal Deodoro da Fonseca, com 129 votos, sendo derrotado o senador Prudente de Moraes, com 97 votos.

AS RUÍNAS DA CONSTITUIÇÃO

Conforme Luiz Viana Filho⁵⁹, já em março de 1899, Ruy Barbosa ergueu a bandeira da revisão constitucional, no jornal *A Imprensa*, afirmando haver um divórcio tempestuoso entre o país e a República que desaguaria na subversão ou na anarquia, cunhando a frase: “A Constituição atual mata a República ou dissolve o país”.

No período em que vigeu a Carta Constitucional, “As Ruínas da Constituição”⁶⁰ são denunciadas pela pena do nosso jurista, que aponta a “bestialização do poder no Brasil” (p. 75), onde se “sustenta a Constituição como a corda sustenta o enforcado”; onde se “mantém a Constituição como o álcool mantém os restos anatômicos” (p. 69):

A Constituição quis que o presidente exerça tão-somente o Poder Executivo. Mas o presidente legisla. A Constituição não admite que alguém seja eleito presidente [...] sem estar no gozo dos direitos políticos. Mas o Marechal Hermes, não o estando, se houve por eleito presidente. A Constituição determina que, vagando a vice-presidência no primeiro biênio do período presidencial, se proceda nova eleição. Mas a presidência de 1891, com a renúncia do Marechal Deodoro, vagou no primeiro ano do quadriênio presidencial (p. 97-98).

O Imperador nomeava, por lei, os presidentes [...] Contra a lei, o Presidente da República, se não nomeia, determina, faz os governadores [...] A intervenção que a Coroa exercia, sendo jurídica, era ostensiva, honesta e limitada pelas normas

⁵⁹ VIANA Filho, Luiz. **A vida de Ruy Barbosa**. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 15 ed., 2013, p. 588.

⁶⁰ BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. XL, tomo VI, 1913.

constitucionais que a regiam. A que o Presidente da República usurpou e desenvolve, sendo ilícita [...] é inconfessável, dolosa e ilimitada como o arbítrio que a desenfreada [...] Sob a República, o Poder Legislativo dos estados se acha, como o seu Poder Executivo, nas mãos do Governo Federal (p. 72-73).

O governo da irresponsabilidade e a abdicação do Congresso Nacional esvaziaram os debates parlamentares (p. 91).

O Poder Executivo gasta quanto quer, como quer e onde quer. Sem autorização legislativa [...] dispõe do patrimônio nacional, negociando clandestinamente (p. 95).

Que resta dessa Constituição? (p. 100).

Um dos principais fatores da veemente defesa da revisão constitucional residia na concentração de poder nas mãos do chefe do Executivo. É que, inspirado na Constituição argentina, previu o art. 34, nº. 21, a possibilidade de o Presidente instituir o estado de sítio, quando a segurança da República exigisse, em decorrência de agressão estrangeira ou comoção interna (art. 48, nº. 15, e art. 80, §1º). Durante o estado de sítio, suspendem-se as garantias fundamentais, aumentando-se o poder nas mãos do Estado contra os indivíduos e concentrando-o no Poder Executivo em face do Parlamento.

Se na vigência da mais longa Constituição brasileira o Parlamento foi dissolvido 11 (onze) vezes, outrossim, na vigência da primeira Constituição republicana, de 1891 a 1930, o estado de sítio foi decretado 11 (onze) vezes, nos anos de 1891, 1892, 1893, 1897, 1904, 1910, 1914, 1917, 1922, 1924 e 1930, evidenciando-se a acentuação dos conflitos federativos e oligárquicos, nesse curto período, em comparação à longa fase monárquica.

Recorda Américo Jacobina Lacombe⁶¹ as palavras de Ruy pela reforma da Constituição: “Em 1889 [...] a situação era incomparavelmente menos grave do que hoje. Não havia, àquele tempo, ruína financeira; “A Constituição de 1891 precisa ser reformada para se conservar”; “Reformá-la, dizia ele, é salvá-la”. A revisão viria ocorrer tardiamente em 1926.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na apreciação da historiografia, o estudioso firma primeiro compromisso com os fatos, havendo de reconhecê-los soem positivos ou negativos para a sua perspectiva volitiva.

Impende então reconhecer que não faltaram atos autoritários do Governo Provisório, constituído por um golpe impopular e inconstitucional. Não se pode olvidar da outorga e da alteração da primeira Constituição republicana por Decreto, antes da execução dos trabalhos constituintes.

Bem assim, em decorrência do relatado sistema eleitoral fraudulento, é duvidosa a legitimidade da Assembleia Constituinte, instalada em 1890, mormente pela alta composição militar, pela inócua participação popular, pela notória exclusão de religiosos e pela redução da influência dos positivistas, parceiros de golpe dos republicanos.

Se o âmagô democrático de uma Constituição deriva da legitimidade do Poder Constituinte, seria dissonante e incoerente celebrar a fictícia paternidade exclusiva da Constituição de 1891, com vistas à exaltação da magnífica figura do Ruy Barbosa, enquanto se deprecia o

⁶¹ LACOMBE, Américo Jacobina. **À sombra de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984, p. 115.

presumido empenho individual do eminente jurista Francisco Campos na edificação da Constituição de 1937.

Por maior apreço que se tenha ao nobre jurista baiano, patrono da advocacia, os fatos revelam o despudor dos seus ingratos ataques à pessoa do Imperador, do antipatriotismo, da devoção ao estrangeirismo, do laicismo desmedido, da queima de documentos oficiais⁶², relativos à escravidão, e da desastrosa política do encilhamento⁶³.

⁶² Determinou Ruy, por Portaria de 14/12/1890, a destruição de todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do seu ministério, relativos à escravidão, queimando com isto a memória nacional e gerando um prejuízo irreparável à pesquisa histórica (GOMES, Laurentino, Ob. Cit., p. 337).

⁶³ Nos debates da Assembleia Constituinte, encontramos um discurso de Ruy Barbosa, preparando a política monetária de emissão descentralizada de moeda (p. 194 e ss., do Tomo I, vol. XVII, das Obras Completas), através do abandono do critério da emissão sobre o lastro metálico. Visando suprir a carência de crédito, o lastro seria o título da dívida pública federal, isto é, o governo garantiria a moeda emitida pelos bancos concessionários. Dentre os seletos bancos licenciados a emitir moeda estava o banco do conselheiro Francisco de Paula Mairink, amigo e banqueiro particular de Ruy, segundo anota Joaquim L. de Souza (Encilhamento na história do Brasil: crise financeira no governo provisório da República. Salvador: ALBA e ACB, 2012, p. 106). No curso do Governo Provisório, Ruy teria adotado as medidas bancárias sem ouvir os demais ministros, abrindo a série de crises políticas ministeriais da República, tendo pedido demissão Demétrio Ribeiro, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, culminando até na saída de Benjamin Constant (GOMES, Laurentino. **1889**. São Paulo: Globo, 2013, p. 341).

Durante esse período de especulação financeira, conhecido como encilhamento, foi acusado o Secretário-Geral do Conselho de Ministros, Fonseca Hermes, sobrinho predileto do Marechal Deodoro, de falsificar atas de reuniões do Governo Provisório para favorecer banqueiros, segundo anota Marco Antônio Villa, em **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011, p. 26. O nepotismo em questão foi viabilizado pela criação do cargo pelo Decreto nº. 113-E, de 2/1/1890.

De outro lado, não há dúvida sobre a marcante influência de Ruy Barbosa no direito público e no direito privado, em temas como liberdade, federalismo, *habeas corpus*, abolição da escravidão e igualdade de soberania entre Estados nacionais.

Na confecção da Constituição de 1891, não há como negar a sua substancial colaboração na estrutura e no conteúdo do texto, advindas de laboriosas alterações de diversos artigos, em revisão ao Projeto da Constituição, elaborado pela Comissão dos 5. O teor revisionista da sua lavra está estampado no tomo I, do vol. XVII, das “Obras completas de Rui Barbosa”.

É indelével a impressão digital do nobre Ruy Barbosa na primeira Constituição republicana, assim como na queda do Império brasileiro. Todavia, seria uma impropriedade olvidar da atuação seminal da Comissão dos 5, das emendas dos ministros do Governo Provisório, dos pareceres exarados pela Comissão dos 21 e das 625 emendas, propostas pelos 268 parlamentares da Assembleia Constituinte.

Embora o notável e inigualável jurista baiano tenha avocado publicamente a paternidade da Constituição de 1891, a projeção exacerbada da sua eloquência não deve obscurecer o caráter coletivo da obra, composta pelo esforço da Comissão dos 5, dos ministros do Governo Provisório, da Comissão dos 21 e da própria Assembleia Constituinte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rejane Mendes Moreira de. **Rui Barbosa**: cronologia da vida e da obra. 3 ed., Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2021.

Anais do Congresso Nacional Constituinte de 1890-1891. Brasília: Câmara dos Deputados Federais, 2022. Disponível em:

<https://arquivohistorico.camara.leg.br/downloads/congresso-nacional-constituente-de-1890-1891.pdf>.

BALEEIRO, Aliomar. 1891. *In: Coleção Constituições brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 2012, v. II.

BARBOSA, Ruy. Entrevista ao Jornal do Comércio de São Paulo em 17/12/1903, transcrita no Quinze de Novembro – reminiscências e restituições históricas. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: 1910, T.LXXIII, parte II, p. 123-145.

BARBOSA, Ruy. **Obras completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. XVII, tomo I, 1890.

BARBOSA, Ruy. **Obras completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. XL, tomo VI, 1913.

BARBOSA, Ruy. **Queda do Império**. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, vol. I, introdução, 1921.

BARBOSA, Ruy. **Queda do Império**. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, tomo II, 1921.

BARBOSA, Ruy. **A questão social e política no Brasil**. 2 ed., Rio de Janeiro: 1998.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. Brasília: OAB Editora, 2008.

CALMON, Pedro. **Prefácio** às Obras completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. XVII, tomo I, 1890.

FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. **Princípios fundamentais do direito constitucional**: o estado da questão no início do século XXI em face do direito comparado e, particularmente, do direito positivo brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANCO, Afonso Arinos de. **Curso de direito constitucional brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Moreira Maximino, 1894, p. 276-332. Disponível em: senado.leg.br/bdsf/handle/id/220531.

GOMES, Laurentino. **1889**. São Paulo: Globo, 2013.

LACOMBE, Américo Jacobina. **À sombras de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

LEAL, Aurelino. **História Constitucional do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2014. Disponível em: senado.gov.br/bdsf/handle/id/573098.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

NOGUEIRA, Rubem. **História de Rui Barbosa**. 3 ed., Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SOUZA, Joaquim L. de. **Encilhamento na história do Brasil: crise financeira no governo provisório da República**. Salvador: ALBA e ACB, 2012.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2017

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A formação do federalismo no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2017.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Os construtores do Império:** ideias e lutas do Partido Conservador Brasileiro. Brasília: Edições Câmara, 2017.

VIANA Filho, Luiz. **A vida de Ruy Barbosa.** 15 ed., Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2013.

VILLA, Marco Antônio. A história das constituições brasileiras – 200 anos de luta contra o arbítrio. São Paulo: Leya, 2011.

20 MESES COM RUY BARBOSA
**PERSONAGEM É TÃO HUMANO,
MAS O TORNAMOS MISTERIOSO**

Luís Guilherme Pontes Tavares¹

RESUMO:

Este artigo se assemelha a relatório e trata da reação do autor com leituras e visitas que fez sobre a vida e a obra do jornalista, jurista, político, diplomata e educador Ruy Barbosa (1849-1923). Exibe ações e consequências da relação do autor com o tema e recapitula os momentos e lugares que tiveram a ver com o “Circuito Ruyano” que ele cumpriu.

Palavras chaves: Ruy Barbosa; centenário de morte; Bahia.

ABSTRACT:

This article resembles a report and deals with the author's reaction to the readings and visits he made about the life and work of the journalist, jurist, politician, diplomat and educator Ruy Barbosa (1849-1923). It displays

¹ Luís Guilherme Pontes Tavares é jornalista, produtor editorial, professor universitário e sócio efetivo do IGHB. É mestre e doutor pela USP. Exerce atualmente o cargo de 1º vice-presidente da ABI - Associação Bahiana de Imprensa.

actions and consequences of the author's relationship with the theme and recapitulates the moments and places that had to do with the "Circuito Ruyano" that he fulfilled.

Key words: Ruy Barbosa; centenary of death; Bahia.

É do advogado, professor, político e escritor baiano Rubem Nogueira (1913-2010), notável ruyano, com várias obras publicadas, a frase com a qual definiu Ruy Barbosa (1849-2023): é "o personagem mais notório e menos conhecido do Brasil". Apesar da inquestionável amplitude e detalhamento, por exemplo, da biografia *A vida de Ruy Barbosa* (Edição comemorativa do centenário do autor. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2008), temos que concordar e aspirar que o trabalho mais sintético e transparente não seja obra da IA (Inteligência Artificial), mas de quem logre, com trabalho e talento, esse feito.

Entre julho de 2021 e março de 2023, quando, no dia 1º, a Brasil lembrou do jornalista, jurista, político, escritor, diplomata e educador baiano Ruy Barbosa devido ao centenário de sua morte, li e escrevi artigos sobre ele e até cumpri um "Circuito Ruyano" que escolhi. Permaneço sem saber o local da casa que o médico João José Barbosa de Oliveira (1818-1874), pai de Ruy, construiu e morou no subúrbio de Plataforma na década de 1870. Tampouco sei se o filho, que retornara de São Paulo após concluir o curso de Direito, também morou ali. É necessário empreender pesquisa arqueológica e verificar se restou algo da olaria que o pai dele construiu no terreno, onde, em seguida, ergueria a casa para morar.

A bibliografia sobre a vida e a obra de Ruy Barbosa é fruto de trabalho de muitos autores, mas não folhee ou li nenhum trabalho

que revelasse o que foi a relação dele com o político José Joaquim Seabra (1855-1942), a quem viu governar a Bahia por duas vezes; com o empresário Luiz Tarquínio (1844-1903), de quem foi vizinho na infância, na Rua dos Capitães, no Centro da Cidade do Salvador, e de quem leu comentários duros sobre a sua atuação como Ministro da Fazenda e como Abolicionista; tampouco lemos algo sobre a relação com gráfico e editor Cincinnato José Melchades (1874-1920), que publicou na capital baiana alguns títulos de sua autoria, e com o jornalista e político Cosme de Farias (1875-1972), com quem desfilaria no Dois de Julho, lado a lado, como membros da Associação Typographica Bahiana (ATB).

TRÊS TENTATIVAS DE ILUMINAR

Elas aconteceram em Salvador, em Caravelas (BA) e no Rio de Janeiro. Na capital baiana, com o auxílio de membros da direção da Santa Casa da Misericórdia, sobretudo do ex-provedor Roberto de Sá Menezes e do conselheiro Walter Pinheiro, conseguimos que o Cemitério do Campo Santo corrigisse a inscrição da lápide da cava 60 da capela. Estava errada (foto 1) e as providências foram tomadas para corrigir (foto 2). O equívoco permaneceu de 1891 até 2022, portanto durante 131 anos. Decorreu, por certo, de alguma distração cometida outrora e, se porventura foi constatado antes, não houve quem se dispusesse a corrigir. Fato é que Ruy Barbosa pediu ao parente e amigo Augusto Cezar Vianna (1867-1933), médico que se tornaria diretor da Escola de Medicina em duas ocasiões, que adquirisse o jazigo e transladasse os restos de seus pais Maria Adélia e João José para a capela. O que foi feito! No mesmo jazigo, estão sepultados os restos mortais de Dona Maria Leonor Barbosa de Oliveira, irmã do pai de Ruy, e a neta dela, Amália Barbosa Lopes Pacheco (1878-1952).

Em Caravelas, em junho de 2022, examinamos, com o prestigioso e qualificado apoio do engenheiro e general reformado José de Almeida Oliveira, 97 anos, filho da terra e cultor da história da cidade e dos arredores, a possibilidade dos pais de Ruy Barbosa terem vivido naquela cidade litorânea do Sul da Bahia no final da década de 1840. Ledo engano que ganhou lugar na vaidade do povo de lá, a ponto de se fixar na parede de antigo imóvel da Avenida Sete de Setembro, 98, o “atestado” (foto 3) de que ele fora concebido ali. A hipótese mais provável é de que se tenha lido ao pé da letra o verso “Geratriz do genial Ruy Barbosa” que o escritor Antonio Soares de Alcântara (1883-1960) incluiu no hino do município, de que é o autor.

Também em junho do mesmo ano, seguimos para o Rio de Janeiro com o propósito de visitar a Vila Maria Augusta, na Rua São Clemente, em Botafogo, sede da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), e o Cemitério do Caju, onde pretendíamos identificar a sepultura do médico, político e escritor Clímaco Ananias Barbosa d’Oliveira (1840-1912), irmão de Ruy. Ele é fruto da relação de dona Águeda Constança da Silva e Amaral com o então concluinte de Medicina João José Barbosa de Oliveira (1818-1874). Nasceu em Salvador, em 21 de janeiro, nove anos antes do irmão e construiu currículo à altura do mais moço. Se encontrei substanciais referências do irmão mais velho de Ruy, todavia não localizei a cova onde ele foi enterrado em 22 de agosto de 1912.

CIRCUITO RUYANO 2022

Há muitos “circuitos ruyanos” que podemos adotar. O Circuito Ruyano mais óbvio, parte da casa natal, em Salvador, e se encerra em Petrópolis, onde Ruy Barbosa faleceu em 01 de março de 1923. A propósito de Salvador, haveria dois outros endereços a visitar, caso

os identifiquemos, um na Piedade e o outro em Plataforma. No primeiro, ele se hospedava quando visitava Salvador; no outro, teria residido com o pai na primeira metade da década de 1870. Mas há o circuito ruyano do exílio (Argentina, Portugal e Inglaterra); há o circuito ruyano das campanhas para presidente da República e para Governador da Bahia; há o circuito ruyano de moradas no Rio de Janeiro até assentar-se na Vila Maria Augusta; e há outros tantos.

Do Circuito Ruyano que adotei, deixaremos para tratar de Salvador mais adiante. Sigamos, pois, para Caravelas. É berço da família da mãe de Ruy, dona Maria Adélia, nascida Barbosa Almeida. A prudência para não cometer assertivas sem embasamento ecoa nestas considerações do general José de Almeida Oliveira, sobre sua terra natal: “Qualquer tentativa de escrever algo sobre a evolução histórica de Caravelas, de imediato surgirá um forte obstáculo: a falta de subsídios, de registros, de anotações”.

De todo modo, o general nos forneceu a informação de que a mãe de Ruy Barbosa é filha de Caetano Vicente de Almeida, de família da região do litoral sul, e Luiza Clara Joaquina Barbosa de Oliveira, também descendente do patriarca português Antonio Barbosa de Oliveira, que chegou ao Brasil no século XVIII e faleceu em 1784. Ela, portanto, era prima do pai de Ruy. Casamento entre primos voltaria a acontecer em 23 de novembro de 1876 quando Maria Augusta (1855-1948) e Ruy se casam em Salvador.

De Caravelas, seguimos para o Rio de Janeiro a fim de conhecer a Vila Maria Augusta, ampla propriedade, em Botafogo, que Ruy adquiriu na década de 1890 e a ocupou até o final da vida. Em 1924, a viúva de Ruy iniciou negociações com o Governo Federal e, apesar de propostas mais tentadoras, aceitou os valores relativos à venda da propriedade e à venda dos mais de 30 mil livros da biblioteca do

marido dela. Em 1930, a Vila foi aberta à visitação e foi reconhecida como o primeiro museu-casa do Brasil. Sou da opinião de que todos os brasileiros deveriam visitar a última residência da família de Ruy Barbosa no Rio de Janeiro.

Há, no interior da residência e nos jardins da Vila Maria Augusta, objetos e plantas que lembram a Bahia. Entre os objetos da casa, destaco a pintura que retrata a casa onde ele nasceu em 1849 em Salvador (foto 4). Há muito mais! Nos jardins, além de monumento oferecido pelo Governo da Bahia, identifiquei os pés de sapoti que ele próprio auxiliou a plantar ali. A Vila Maria Augusta abriga a sede da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que atua nos âmbitos de documentação, promoção de eventos, publicações e educação. Voltarei lá todas as vezes que visitar o Rio de Janeiro.

Do Rio para Petrópolis, subindo a Serra Velha, tivemos o privilégio de visitar naquela cidade a casa ajardinada que pertenceu à família de Ruy Barbosa, localizada na Avenida Ipiranga, 405, não muito distante do Museu Imperial. Ele a tratava com a sua *Sweet Home*. A casa é particular. Foi adquirida, após a morte de Ruy, pelo político e diplomata mineiro Miguel Gastão da Cunha (1863-1927). Pertence à família dele. O empresário Geovane Reis da Cunha, bisneto dele, retornava de supermercado, no dia 17jun2022, e ingressava com o carro pelo portão quando me aproximei. Pedi-lhe e ele autorizou que visitássemos os jardins, posto que, no interior do imóvel, naquele instante, ocorria cerimônia privada de despedida de parente falecido.

A família de Gastão da Cunha não aceita o tombamento do imóvel no qual Ruy Barbosa faleceu em 01 de março de 1923, mas não se opõe que se fixe placas na grade externa e na parede da casa alusivas ao ilustre morador que se entretinha em Petrópolis com o cultivo de flores, com leitura e redação e como a recepção de amigos

e admiradores. A propósito, dias antes de falecer, ele recebeu comitiva de políticos baianos e, contrariando recomendação médica, se exaltou de tal maneira que perdeu a voz e ingressou no processo terminal.

Ainda da década de 1920, parte do mobiliário do chalé de Petrópolis foi adquirido (a cama do casal e as cadeiras de couro da biblioteca) pelo Governo Federal e transferido para o museu, na Vila Maria Augusta, na capital do Rio de Janeiro, onde se reverencia, desde a década de 1930, a memória de Ruy Barbosa. Alguns poucos itens do mobiliário foram doados pela então Casa de Rui Barbosa, que viria a ser, a partir da década de 1970, uma fundação, à ABI a fim de enriquecer o museu que ocupou, a partir de 1949, a casa natal de Ruy, em Salvador.

A CASA NATAL, EM SALVADOR

O ponto de saída e de chegada do meu Circuito Ruyano foi a Cidade do Salvador, cuja referência mais relevante para jornalista associado da ABI é a casa natal de Ruy Barbosa, ora identificada com o número 12 da rua que recebeu o nome dele no início do século XX. Em 1849, quando ele nasceu, o logradouro era denominado de Rua dos Capitães. O sobrado, segundo o arquiteto Renato Leal, diretor da RML Escritório, teria sido do século XVIII, conforme as características que foram mantidas a fim de assegurar à réplica plena semelhança àquele imóvel onde nasceu Ruy.

A mãe dele, com o propósito de reforçar o caixa e manter a dispensa provida, mantinha no primeiro piso a produção de bolos e utilizava como empregado, como era comum na época, a mão escrava. A família, portanto, ocupava o segundo piso. Na mesma rua, nascera cinco anos antes, Luiz Tarquínio, que viria a ser interlocutor de Ruy em debates nacionais. Ruy Barbosa viveu na Rua dos Capitães até 1866, ano em

que ingressou na Faculdade de Direito do Recife (PE). De Recife, seguiu para São Paulo, onde se formou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e onde aumentou seu círculo de amizades e ingressou na vida pública como jornalista e orador. Retornou a Salvador, adoentado, no início da década de 1870 e suponho, devido à ausência de informações mais precisas, foi morar com o pai no novo endereço de Plataforma.

A casa da então Rua dos Capitães foi a leilão em 1917 e foi arrematada, com o apoio de contribuições, pelo jornalista Ernesto Simões Filho (1886-1957), fundador e proprietário de *A Tarde*, diário que ele criara em 15 de outubro de 1912. Arrematado, o sobrado da agora Rua Ruy Barbosa, foi repassado para a Prefeitura Municipal de Salvador a fim de ser mais uma unidade escolar. O próprio Ruy elogiou a iniciativa de Simões Filho. Todavia, o propósito não alcançou o sucesso desejado, de modo que, em 1935, cinco anos após a criação da Associação Bahiana de Imprensa (ABI), a instituição receberia o que restara do imóvel do século XVIII, que então era tão-somente a ruína do que fora um dia.

O presidente da ABI, o jornalista Ranulpho Oliveira (1897-1970), recebeu o terreno com os restos da antiga construção, e, junto com os pares da diretoria, resolveu construir a sede da instituição no local, mas o projeto não foi adiante e optou-se por reerguer o imóvel, disso resultando, o que é muito provável, num dos primeiros projetos nacionais de restauração de imóvel a partir da iconografia. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) seria criado em 1937 e um dos arquitetos do seu quadro teve relevante papel no acompanhamento do projeto. Foram utilizadas fotografias e pinturas do imóvel oitocentista. Quiçá, uma delas foi a citada acima que enfeita parede do sobrado da Vila Maria Augusta, no Rio de Janeiro.

O acervo do Museu Casa de Ruy Barbosa, ora guarnecido na sede da ABI, possui dois documentos, que reclamam cuidados, afins

com o projeto de restauração da casa natal de Ruy Barbosa: o croqui (foto 5) que o artista plástico Presciliano Silva (1883-1965) elaborou e o croqui (foto 6) assinado pelo arquiteto Francisco Viana Bandeira, funcionário da Secretaria de Viação e Obras Públicas da Bahia, cujo sobrenome é o mesmo da esposa de Ruy Barbosa. O sobrado foi reerguido conforme a documentação iconográfica, mantendo-se inclusive a água furtada que se vê no alto da fachada principal.

Afastadas todas as hipóteses de uso do imóvel restaurado, enfim, em 5 de novembro de 1949, no dia do centenário de nascimento de Ruy Barbosa, foi inaugurado o museu, cujo acervo é constituído de inúmeras e valiosas doações. Foram objetos, livros, móveis e documentos, muitos deles que pertenceram a Ruy Barbosa, e que atraíram público anos após anos, mas que provocaram a cobiça de ladrões em, pelo menos, duas ocasiões nas décadas de 1990 e de 2010. Do primeiro roubo, quase tudo foi recuperado, exceto o relógio de cabeceira dourado; do segundo roubo, apenas o busto maior foi recuperado e permanece exposto na sede da ABI.

BALANÇO DO CENTENÁRIO DA MORTE

Há, pelo menos, três ou quatro projetos afins com o centenário da morte de Ruy Barbosa que prosseguem em andamento. O mais urgente e relevante, e o mais dispendioso, é a reforma e requalificação da casa natal de Ruy Barbosa em Salvador. Voltarei a esse tema mais adiante. O outro projeto é a requalificação da Rua Ruy Barbosa, intervenção conjunta da CONDER, Prefeitura Municipal de Salvador e Coelba. Desse projeto, também participaria o SEBRAE, com o inventário de antiquários e sebos e a proposta de reforma dos estabelecimentos comerciais que pontuam ao longo do logradouro.

A terceira proposta é a produção de filme sobre a vida e a obra de Ruy Barbosa, de que está encarregada a Giros Projetos Audiovisuais Ltda, dirigida pelo empresário baiano Maurício Magalhães. As tratativas da empresa quanto ao roteiro e à captação de recursos foram iniciadas há tempo. A quarta proposta é mais um livro sobre o personagem que há um século faleceu em Petrópolis na noite (às 20h25) de 01 de março de 1923. Reuniria os artigos deste autor publicados de 2021 a 2023 em periódicos impressos, no site da ABI e no Facebook dele. A conferir mais adiante!

Louve-se a iniciativa da ABI em setembro de 2021 quando tomou a iniciativa de constituir comissão organizadora das homenagens a Ruy Barbosa. O advogado, professor e político Edvaldo Brito presidiu-a e foi secretariado pelo jornalista Ernesto Marques, titular da ABI. O resultado, alvissareiro, foi a multiplicação de iniciativas institucionais, de modo que Ruy foi tema de eventos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, pelo Tribunal de Contas do Estado e pela própria ABI, que promoveu, na manhã de 01mar2023, a entrega da Medalha Rubem Nogueira (foto 7), que contemplou instituições e personalidades, inclusive da FCRB, no Rio de Janeiro.

Enfim, encerro com a manifestação de confiança na sociedade civil e nas instituições públicas e privadas de que emprestarão o apoio indispensável para que o projeto de reforma da casa natal e sua transformação de museu em Casa da Palavra Ruy Barbosa, conforme projeto do designer gaúcho Gringo Cardia, alcance o objetivo pretendido. E qual seria isso? O autor do projeto propõe equipar a Casa da Palavra com moderna tecnologia e assim promover a amizade crescente da juventude com o ilustre baiano, cuja obra o tornou imortal.

Viva Ruy Barbosa!

FORMAÇÃO DA COMISSÃO

Medalha Rubem Nogueira

Recuperação do imóvel e Gringo Cardia

Requalificação da Ruy Barbosa

Publicação da história em quadrinho

Os eventos do TJ, TCE



1. Lápide, de 1891, com erro no nome da família.



2. Lápide corrigida em 2022.



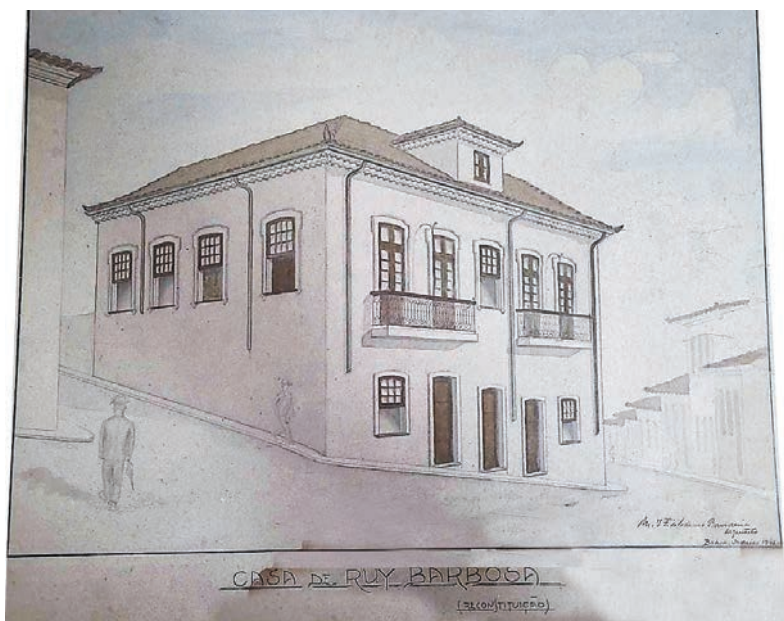
3. Azulejo fixado em imóvel da Avenida Sete de Setembro, em Caravelas



4. Pintura que retrata a casa natal de Ruy exposta na Vila Maria Augusta, no RJ



5. Placa que identifica, em Petrópolis, o imóvel onde Ruy faleceu em 1923



6. Croqui da casa natal de Ruy elaborado pelo artista plástico Presciliano Silva



7. Croqui elaborado na década de 1930 pelo arquiteto Fernando Viana Bandeira



8. Medalha Rubem Nogueira, instituída pela ABI

Artigos

PERO VAZ DE CAMINHA, EU TE SAÚDO!

Cássio Miranda¹

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza (sobre) a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que – para o bem contar e falar – o saiba pior que todos fazer.

Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu.

Pero Vaz de Caminha

¹ Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia. Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia.

Dos três documentos que dão testemunhos sobre o descobrimento do Brasil,² a carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei Dom Manuel I é o mais completo e o mais belo do ponto de vista literário.

A carta encontra-se onde fora descoberta em 1773, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, sendo possível visualizá-la no sítio eletrônico da instituição, embora inutilmente, senão como um documento de valor histórico, porque é ilegível, mesmo se feita a aproximação mediante o recurso virtual com efeito de lupa, não bastasse o português quinhentista que refoge amiúde à nossa compreensão, também por conta da caligrafia que é simplesmente horrorosa.

Há quem considere, menos por ignorância do que por leviandade, como é comum aos maledicentes, que Pero Vaz de Caminha teria inaugurado a corrupção no Brasil. Não é verdade. No afã acusatório difamante, mentiram de todo jeito. Primeiro, os que não leram o documento, quando disseram que o escrivão teria pedido ao rei D. Manuel I um emprego para o seu genro Jorge de Osório; segundo, os que supostamente leram, ao transmudar um pedido de clemência em favorecimento indevido.

Eis o teor do pedido do sogro atormentado, escrivão da Armada que partiu de Lisboa em 9 de março de 1500 comandada por Pedro Álvares Cabral, composta por treze embarcações (naus, navios e caravelas), ao final da Carta, *ipsis litteris*:

E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que por

² Carta de Pero Vaz de Caminha, Carta do Mestre João Faras e Relação do Piloto Anônimo.

me fazer singular mercê, mande vir da Ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro – o que d’Ela receberei em muita mercê.

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Deste Porto Seguro, da vossa Ilha de Vera Cruz,³ hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

Pero Vaz de Caminha

Jorge de Osório era casado com Isabel de Caminha, filha única de Pero Vaz de Caminha com Catarina Vaz de Caminha, e estava cumprindo pena de degredo na Ilha de São Tomé, no litoral atlântico do continente africano, porque havia sido condenado por roubo praticado contra uma igreja em Lisboa, chegando a agredir fisicamente um padre, ao que parece. É verdade que algumas fontes referem-se apenas ao crime contra o patrimônio, mas sem violência contra a pessoa. Outras, apenas à agressão contra o padre no interior da igreja sem subtração de coisa alguma. Nenhuma fala em inocência ou suscita dúvida a respeito da ocorrência do fato delituoso, embora subsistam questionamentos sobre suas circunstâncias. Quem afirma que fora degredado apenas “por ter atacado um padre”, sugerindo que a pena teria sido excessiva, não menciona a motivação do delito nem a sua natureza jurídica.

Embora Pero Vaz de Caminha gozasse de prestígio na corte, o seu genro era tido e havido como uma pessoa de maus costumes, um arruaceiro. Logo, vê-se que peça boa não era esse tal de Jorge de Osório.

³ A nova terra foi denominada de Ilha de Vera Cruz por Pero Vaz de Caminha; de Vera Cruz, por Mestre João Faras; Terra de Vera Cruz, por Pedro Álvares Cabral; Terra dos Papagaios, pelo Piloto Anônimo. O rei D. Manuel I, no entanto, em carta aos seus sogros espanhóis, os reis católicos Isabel e Fernando, diz que Cabral “pôs o nome Santa Cruz” e assim a chama na missiva. (Pereira, 1999, p. 14)

Não se diga que estamos a referendar Césare Lombroso, muito lembrado e pouco estudado, agora revisitado com sua teoria determinista do criminoso nato; ou Günther Jakobs, com o direito penal do inimigo, aliás, expressão que se lhe atribui injustamente porque jamais a utilizou, sendo vítima, por irônico que pareça, de “etiquetamento acadêmico” promovido pelos intelectuais de esquerda; ou a Howard Becker, com a teoria do etiquetamento social ou *labelling approach*, ao suscitar a tese de que a sociedade e o sistema punitivo estatal determinam, no fim das contas, quem deve ser considerado criminoso, estigmatizando seletivamente os indivíduos.

Coqueiro só pode dar é coco mesmo, como nos versos pleonásticos de Ari Barroso na canção Aquarela do Brasil. Ou, por outra, como diria o “filósofo” Martinho da Vila, “quem é do mar não enjoa”. O negócio de Jorge do Osório, ao que tudo indica, era pintar o sete e o que mais lhe aprouvesse. Não podemos examinar com profundidade o caso porque inexistem os autos do processo do julgamento dele, porquanto perderam-se no tempo, dada a irrelevância do acusado, da vítima e do fato delituoso em si mesmo, como costuma acontecer aos desimportantes. Pode ter sido degredado, também, pelo conjunto da obra. Faço apenas uma constatação do fato a partir do pedido de Caminha, não um julgamento, obviamente. O funesto Jorge de Osório deve ter feito boa viagem para a Ilha dos Degredados, o que pode ter representado um alívio para a sociedade lisboeta e até mesmo para o seu respeitável sogro.

Não se sabe qual fora a pena imposta a Jorge de Osório, se de degredo temporário ou perpétuo, nem há quanto tempo a estava cumprindo na Ilha de São Tomé, quando seu generoso sogro Pero Vaz de Caminha, a pedido de sua filha, intercedeu em seu benefício junto ao rei D. Manuel I.

Eira (2016, p. 62), em estudo sobre as Ordenações Afonsinas, reproduz o procedimento adotado no processo criminal à época:

1. Acusação; 2. Respostas do acusado e do juiz; 3. Contestação do acusado; 4. Indicação das testemunhas por ambas as partes e sua inquirição; 5. Publicação das inquirições; 6. Conclusão; 7. Sentença.

O texto original das Ordenações Afonsinas está digitalizado e disponível na internet, mas o português de então (século XV) é praticamente incompreensível na maior parte. É como se fosse outra língua, salvo para os eruditos, o que não é o caso de quem agora redige estas canhestras linhas.

Segundo as Ordenações Afonsinas, que estavam em vigor em Portugal desde 1446, os crimes com pena de degredo iam desde a sedução de moça virgem ou viúva honesta até a falsificação de moeda, passando por roubo e lesões corporais. O degredo só não era uma punição mais grave do que as galés ou a pena de morte. E, dependendo da gravidade do delito, poderia ser temporário ou perpétuo, como dito, sendo certo que ao rei era facultada a concessão de uma graça, vale dizer, o perdão da pena ao condenado.

Posteriormente, com as Ordenações Manuelinas (1521) e Filipinas (1603), o Brasil passou a ser o destino para os degredados.

Quando Tomé de Souza fundou a cidade do Salvador, em 29 de março de 1549, teria trazido com ele, segundo a historiografia oficial, 400 degredados (homicidas, ladrões, bigamos, blasfemos, hereges, raptos, estupradores, contrabandistas, vadios e desocupados). Destes, alguns eram “ferrados”, ou seja, tinham sido postos a ferros, marcados com ferro em brasa, como se faz com o gado; outros, desorelhados, não por acaso ou por mera crueldade, mas porque, por serem os mais

perigosos, precisavam ser imediatamente reconhecidos, eis que viveriam em liberdade no Brasil, consoante anota Bueno (2006, p. 69). O historiador baiano Edison Carneiro (2017, p. 27), no entanto, após minuciosa pesquisa sobre a expedição de Tomé de Souza, concluiu que “[...] os degredados não seriam mais de 100, talvez 62 apenas”.

A Ilha de São Tomé atualmente integra a República Democrática de São Tomé e Príncipe, um arquipélago descoberto pelos portugueses João de Santarém e Pedro Escobar em 1470, cujas ilhas eram desabitadas e passaram a ser colonizadas com a remessa de escravos africanos, usados no cultivo de cana-de-açúcar e cacau, e os chamados indesejáveis, criminosos de todo tipo, além de judeus sefarditas, de modo que se desse a povoação.

São Tomé, no tempo do Descobrimento do Brasil, abrigava um grande número de degredados e, por isso mesmo, era conhecida como a Ilha dos Degredados. Dentre estes, cerca de dois mil eram crianças judias apartadas de seus pais por ordem do rei D. João II, antecessor de D. Manuel I, em 1493, quando da chegada dos judeus a Portugal após a expulsão da Espanha em 1492 (Decreto de Alhambra ou Édito de Granada ou Édito de Expulsão, promulgado pelos reis católicos Isabel I, de Castela, e Fernando II, de Aragão, os mesmos que patrocinaram Cristóvão Colombo), o que veio a se repetir em solo lusitano em 1496 mediante decreto real de D. Manuel I.

Não é correta, portanto, a assertiva de que as duas mil crianças judias teriam sido “[...] arrancadas dos pais quando da expulsão dos judeus de Portugal, decretada em 1496”, conforme consta na obra *Brasil 1500: quarenta documentos*,⁴ no que tange à indicação do ano de 1496, quanto à ocorrência do fato ignominioso antijudaico

⁴ AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 117.

em questão. Faz prova o compêndio digitalizado (*The University of Michigan – Libraries*) da obra “Chronica de EL REI D. JOÃO II por Garcia de Resende, contendo a interessantíssima missellania conforme a edição de 1622”, publicada em Lisboa em 1902. Eis o fragmento que nos interessa neste ponto e transcrevemos conforme o vernáculo vigente (com grifos nossos):

“De como El-Rei mandou à ilha de S. Tomé os moços que foram judeus.

No aano de quatrocentos e noventa e tres em Torres Vedras, deu El-Rei a Alvaro de Caminha, cavalleiro de sua casa, a capitania da ilha de S. Thomé (...). E porque os judeus castelhanos, que de seus reinos se não sahiram nos termos limitados, **os mandou tomar por captivos segundo a condição da entrada, e lhes tomou os filhos e filhas pequenos, que assi eram captivos e os mandou tornar todos christãos, e com o dito Alvaro de Caminha os mandou todos à ilha de S. Tomé**, para que sendo apartados dos paes e suas doutrinas, e de quem lhes podesse falar na lei de Moisés, fossem bons christãos, e tambem para que crescendo e casando-se podesse com eles povoar a dita ilha, que por esta causa d’ahi em diante foi em crescimento”

À evidência, o ano foi 1493, quando da chegada dos judeus a Portugal, vindos expulsos da Espanha pelos ditos “reis católicos”; e não na saída, quando também foram expulsos, a partir de 1496.

Como opção de sobrevivência para o povo judeu, advieram os chamados cristãos-novos compelidos à conversão ao cristianismo e sujeitos daí por diante a uma discriminação odiosa que resultou, dentre outras infâmias, no Massacre de Lisboa em 1506, uma carnificina, expressão que nos parece mais adequada dado o seu caráter de crueldade e maldade intensas e generalizadas, que ceifou a vida de cerca de quatro mil homens, mulheres e crianças, vítimas de antissemitismo como expressão da intolerância religiosa.

O massacre teve início durante uma missa dominical no Convento de São Domingos de Lisboa, no dia 19 de abril de 1506. Consta que os fiéis rezavam rogando pelo fim da seca, da peste e da fome que se propagava em Portugal, quando alguém jurou ter visto no altar o rosto de Jesus Cristo iluminado, sendo interpretado como uma mensagem milagrosa da misericórdia divina. Um cristão novo em meio aos presentes, entretanto, tentou explicar que não era um milagre, mas apenas a luz refletida de uma candeia que se encontrava próxima à imagem de Jesus. Foi o bastante para ser arrastado pelos cabelos para fora da igreja e assassinado, queimando-se o seu corpo imediatamente. Ato contínuo, instigada pela pregação virulenta de dois frades dominicanos com promessas de absolvição dos pecados para quem matasse os hereges, a mortandade promovida por uma turba de mais ou menos quinhentas pessoas se alastrou pela cidade durante três dias.

Massacres de judeus na Península Ibérica não era novidade. Na Espanha, remonta a 1320 com a matança de Navarra. Em 1391, as violências iniciadas por instigação do clero de Sevilha chegaram até Castela e Aragão. Segundo Wilke (2021, p. 20), sem especificar número, “[...] a multidão assassinou milhares, não poupando a vida senão àqueles que se deixaram batizar”.

Mesmo antes da expulsão dos judeus da Espanha, Portugal já os acolhia e tinha uma tradição de tolerância relativa no contexto da Idade Média europeia até que também decidiu expulsá-los por motivação política vinculada à Espanha. O rei D. João I, como reflexo das sublevações espanholas de 1391, promulgou o édito de 17 de julho de 1392, proibindo seus súditos de maltratar os judeus, de forçá-los à conversão ao cristianismo mediante ameaças e de profanar seus cemitérios. D. Henrique, O Navegador, em 1420, buscava apoio

de judeus com conhecimentos em ciências naturais, astronomia e matemática. É certo que os judeus sempre estiveram presentes no avanço dos descobrimentos portugueses, destacando-se Rabi Abraão de Beja, no reinado de D. João II; D. Afonso V, cujo reinado foi de 1438 a 1481, tinha como tesoureiro do reino o judeu Isaac Abravanel. Por sua postura favorável aos judeus, por estes fora epitetado de O Bom. Entretanto, a vida dos judeus em Portugal também sofria graves restrições, a exemplo da proibição de empregarem mão de obra cristã, da obrigação de pagar impostos mais pesados, de pagar um imposto exclusivo denominado “juderega”, de trinta dinheiros, numa humilhação evidente diante da relação direta com o que recebera Judas para trair Jesus. E, por fim, dentre outras restrições impostas pelos Concílios de Latrão, que vinham sendo desconsideradas⁵ porque a coroa portuguesa objetivava obter benefícios científicos, administrativos e financeiros com a presença dos judeus imigrados, Portugal instituiu, ainda que parcialmente, os chamados guetos para os judeus, um pioneirismo infame. Porém, é bem verdade que, a pretexto da falta de espaço no bairro judeu, muitos judeus puderam ainda viver entre os cristãos durante todo o século XV. (Wilke, 2021)

Pelo menos dois anos antes do Massacre de Lisboa de 1506, também denominado Pogrom de Lisboa ou Matança de Lisboa, a intolerância contra os cristãos-novos vinha aumentando no seio do

⁵ No III Concílio de Latrão (1178/1179) os cardeais estabeleceram que os judeus deveriam viver em bairros separados dos cristãos; não podiam empregar mão de obra cristã; não podiam testemunhar em processos contra um cristão. O IV Concílio de Latrão: limitou as taxas de juros e excluiu os judeus de qualquer função pública; os judeus passaram a “[...] trazer um sinal distintivo cosido no vestuário” com o objetivo de coibir e evitar por equívoco relações interracialis entre judeus e cristãos, o que passou a ser punido com pena de morte, a partir do Concílio de Viena em 1267 (Wilke, 2021). O nazismo, no século XX, desgraçadamente, copiou e avançou para o extermínio em massa.

populacho com ofensas verbais, quase sempre seguidas de agressões físicas. Este estado de coisas, inclusive, em 1497, levava o rei D. Manuel I a impor aos judeus a conversão ao cristianismo, revelando sua intolerância religiosa a pretexto de protegê-los.

Wilke (2021, p. 79) apresenta a seguinte versão sobre o Massacre de 1506 em Lisboa, ocorrido entre os dias 19 a 21 de abril, durante a Semana Santa:

No seu convento situado na Praça do Rossio, (os dominicanos) começaram a pregar contra os “judeus” e encenaram um milagre: sobre o crucifixo da sua igreja, um pedaço de vidro que representava a chaga sobre o flanco de Cristo pôs-se a emitir vivos raios de luz. No domingo à tarde, dia 19 de abril de 1506, enquanto um ajuntamento de fiéis estava prostrado em delírio místico frente ao crucifixo resplandecente, um cristão-novo que entrara na igreja teve a imprudência de fazer notar que havia uma vela atrás do vidro. Acusado de blasfêmia, foi imediatamente linchado pelos presentes. Dois dominicanos percorreram então as ruas de Lisboa, apelando aos bons cristãos que vingassem o sacrilégio. A multidão era composta nomeadamente por quinhentos marinheiros holandeses e franceses, vindos de barcos pertencentes a mercadores alemães rivais dos cristãos-novos. Aos marinheiros juntou-se a arraia-miúda de Lisboa e numerosos escravos. Os amotinados neutralizaram alguns agentes da justiça que não tinham deixado a cidade e depois lançaram contra a população de cristãos-novos uma matança selvagem, acompanhada de pilhagens e violações. As vítimas, mortas ou vivas, foram arrastadas para grandes fogueiras; o recebedor de impostos Mascarenhas, alvo principal do ódio, foi perseguido e espancado pela multidão. Ao cabo de três dias, quando pelo menos já dois mil cristãos-novos tinham perdido a vida, a justiça real retomou com dificuldade o controle da cidade. Em maio, o rei D. Manuel fez punir duramente os incitadores do motim: quarenta e oito pessoas, entre as quais trinta e quatro estrangeiros, foram enforcadas; os dois dominicanos foram expulsos da

ordem e queimados. A população de Lisboa, tida por cúmplice nas violências, foi atingida por pesadas penas pecuniárias. Os privilégios e títulos da cidade foram abolidos por dois anos.

A corte estava em Abrantes. Tão logo foi informado a respeito, o rei reagiu energicamente, como visto, além de confiscar os bens dos envolvidos. O número de mortos oscila entre dois mil e mais de quatro mil, sendo este o mais crível porque a turba era enorme e percorreu praticamente toda a cidade.

Uma pergunta não quer calar. Onde estava Jorge de Osório na Semana Santa de 1506? Na cidade do Porto, de onde era oriunda a família de sua esposa, D. Isabel de Caminha e desses acontecimentos terríveis apenas teve notícia de longe alguns dias depois? Ou em Lisboa? Se estava em Lisboa, como se comportou diante de tanta miséria humana? Não saberemos.

D. Manuel I, cognominado “o Venturoso”, “o Afortunado” e “o Bem-Aventurado”, reinou em Portugal e seus domínios de 1495 a 1521. Teve três esposas e dez filhos.⁶ Em 1515, dando cumprimento

⁶ Melhor seria, talvez, se tivesse sido alcunhado “o Reprodutor”, embora nesse item perca de longe para Príamo, o último rei de Tróia, que teve 57 filhos. Um com Arike, sua primeira esposa; 16 com Hécuba, a segunda, sendo Heitor o primogênito dessa união; e mais 40 com diversas concubinas. Todos os nomes dos filhos são mencionados por Pierre Grimal (1993, p. 393). Kury (1992, p. 337), entretanto, refere-se a 50 filhos no total. Ficamos com Grimal porque nomina os 57 filhos. Não brincava em serviço, o rei Príamo, que nem por isso deve ser confundido com o deus Príapo, cuja “[...] característica principal era o pênis exageradamente grande e sempre ereto” (Kury, ob. cit.). Na Paraíba, nas décadas de 1920/1930, o solteiro milionário Dr. Odilon Maroja deixou 52 ou 51 filhos. Ele era “[...] proprietário único das casas da Rua do Carretel, na cidade de Itabaiana, (onde) mantinha, com irrepreensível imparcialidade, todas suas dignas moradoras. Uma questão da lei do menor esforço” (Joffily, 1983, p. 26).

ao pactuado no seu casamento com Dona Maria de Aragão, filha dos reis católicos espanhóis Isabel e Fernando, solicitou ao Papa Leão X a instalação da Santa Inquisição em Portugal, o que só veio a ocorrer no reinado seguinte, diante de novo pedido feito por D. João III, o rei que mandou Tomé de Souza fundar a cidade de Salvador, o que se deu em 1549. A Inquisição, em Portugal, durou de 1536 a 1821 com suas incontáveis misérias, como de costume.

Olavo de Carvalho, contudo, no seu curso História Essencial da Filosofia (Santo Agostinho, aula 10 das 32 que compõem o curso), faz severa crítica a quem enxerga a Inquisição como um Tribunal de Exceção prenhe de horrores, dizendo tratar-se, antes de qualquer coisa, de ajuste doutrinal entre o acusado de heresia e a Santa Madre Igreja, sendo a função do inquisidor discutir com a ovelha divergente para convencê-la a mudar de ideia ou, pelo menos, aceitar formalmente a interpretação oficial das Escrituras, declarando-o publicamente, como um ato de submissão com objeção de consciência. E cita, como exemplo, o caso de Pedro Abelardo (1079/1142), cujo inquisidor no Concílio de Sens, em 1141, fora Bernardo de Clairvaux (ou Claraval) (1090/1153), asseverando que, por sinal, eram amigos de infância, o que não é exato dada a diferença de 11 anos de idade entre eles. Bernardo foi canonizado em 1174.

Condenado, Abelardo não foi lançado na fogueira, como acabou a imensa maioria dos coitados que eram julgados pela Inquisição. Suas obras, sim, foram lançadas ao fogo por decreto papal. E Abelardo obrigado a calar-se perpetuamente (muito antes, aos 36 anos de idade, Abelardo fora emasculado por conta de seu relacionamento amoroso com sua aluna Heloísa de Argenteuil, a mando do tio dela, o cônego Fulbert).

Cansado de disputas teológicas, Abelardo, sexagenário, vendo a morte aproximar-se, reconcilia-se com Bernardo e pede ao Papa

Inocêncio II autorização para recolher-se no Mosteiro de Cluny, onde desejava, segundo afirmou, “[...] passar os últimos dias de sua vida e de sua velhice, que talvez não sejam numerosos” (Abelardo, 1979, p. 204). Estava certo. Faleceu no mosteiro de Saint-Marcel, perto de Chalon-sur-Saône, para onde fora levado pouco tempo depois, em 21 de abril de 1142, aos 63 anos. O Papa Celestino II, Guido di Castello, sucessor de Inocêncio II, fora aluno e provável seguidor de Abelardo e, por conta disso, chegou a ser repreendido por Bernardo, que o ajudou a resolver conflitos intramuros na Igreja.

Olavo de Carvalho tem razão quando a discussão era travada em elevado nível intelectual filosófico, mormente se entre mestres escolásticos, doutores da Igreja, durante um Concílio, tratando-se, segundo revela a história, de exceção à regra, que era o horror, sempre que a coisa descia para a planície onde vive o povo, especialmente se o acusado era judeu. Daí o verbo judiar, ou seja, maltratar física ou moralmente, infligir maus tratos.

Aos que pugnam por reparação histórica, que a seguir determinada linha pode acabar cobrando-se uma indenização a Eva, por culpa de quem fomos expulsos do Paraíso, o que dizer sobre as famílias das duas mil crianças judias cruelmente retiradas de seus pais e lançadas em ambiente hostil numa remota ilha africana?

E quanto aos descendentes dos quatro mil cristãos-novos, judeus compelidos à conversão ao cristianismo na maré antissemita, assassinados no Massacre de 1506 em Lisboa?

E a expulsão dos judeus da Espanha e de Portugal com todos os desdobramentos nefastos?

Curiosamente, em janeiro de 2015, o governo português regulamentou, através de Decreto-lei, a concessão de nacionalidade lusitana,

por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas que foram expulsos de Portugal a partir do século XV, direito que poderá ser exercido por tempo indeterminado. Isso é reparação histórica? Questão posta para quem de direito, ou seja, para os judeus sefardistas.

Se fosse para levar a sério essa tese da reparação histórica difusa, a coisa não teria fim. Aqui, em Salvador, por exemplo, teríamos de devolver as terras para os tupinambás, se algum tupinambá ainda restasse. E, de igual modo, às demais nações indígenas Brasil afora, particularmente, os Payayás na região de Jacobina, Bahia, cujo último resquício era a denominação do único cinema que existia na cidade.

Coisa bem diversa é a possibilidade de aferir-se objetivamente o dano, reparando-se as vítimas e seus descendentes ou herdeiros. No que tange à escravidão imposta aos africanos no Brasil, *verbi gratia*, a responsabilidade remontaria à tribo original que os aprisionou como resultado dos conflitos entre aquelas nações, como acontecia normalmente, passando-os para os intermediários africanos e europeus que lucravam com o tráfico negroiro.

E por aí vai ao longo da história. O Egito deveria indenizar o povo judeu que lá esteve escravizado. A cristandade, além dos judeus, também deveria indenizar os muçulmanos, inclusive a partir das Cruzadas; a Itália deveria reparar os povos conquistados pelo Império Romano na Europa; e todos os colonizadores europeus aos aborígenes das terras “descobertas” ou “civilizadas”, na verdade, invadidas porque pertenciam aos povos pré-colombianos, pelo menos nas Américas, já que, parafraseando Jean-Paul Sartre, os bárbaros são os outros, claro. Vem a propósito a definição de Ambrose Bierce em seu Dicionário do Diabo: “aborígenes: pessoas de pequeno valor encontradas penando sobre o solo de um país recém-descoberto. Em breve eles deixam de penar; passam a fertilizar”.

Noutro giro, em 6 de dezembro de 2018, 123 anos depois, o Superior Tribunal de Justiça (Brasília, Brasil) negou provimento ao recurso interposto pela família real brasileira, destituída do poder por força do golpe militar que instituiu a República em 1889, referente a ação proposta em 1895 sobre direito de propriedade do Palácio da Guanabara. Não se reparou historicamente a família real, por óbvio, favorecendo-se a República usurpadora.

Por fim, cada um de nós, a seu tempo e lugar, em um dado momento histórico, salvo uns poucos privilegiados pelo destino, tem alguma reparação a pleitear, desde que nossos ancestrais desceram das árvores na África, aprenderam a andar eretos e se espalharam pelo vasto mundo. Na verdade, opressores e oprimidos acabam se confundindo ao longo da história. O mais é discurso ideológico caolho.

Voltemos a Pero Vaz de Caminha. Apenas dez dias depois de sua chegada ao Brasil, a portentosa esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral partiu para cumprir sua missão cardeal rumo à Índia, retomando a rota traçada por Vasco da Gama. O objetivo era estabelecer relações comerciais e diplomáticas e fundar uma feitoria em ponto estratégico no chamado reino das especiarias, de olho em lucros substanciais. Um dos navios, porém, comandado por Gaspar de Lemos,⁷ zarpou rumo a Portugal levando as cartas da boa nova do achamento de Vera Cruz, dentre elas a de Caminha, cuja leitura recomenda-se aos que professam a fé na humanidade e, principalmente, a quem a perdeu porque é bem possível que sua esperança seja renovada diante de tanta beleza.

⁷ McClymont (1914) diz que este navio teria sido comandado por André Gonçalves. O assunto é controvertido, ainda que pareça de fácil solução. Na carta enviada por D. Manuel I aos reis de Espanha, Isabel e Fernando, fez-se referência a esta viagem, mas não consta o nome do comandante.

Mudando de pau-brasil para a polêmica acadêmica,⁸ não é crível a versão de que a esquadra cabralina tenha se desviado do seu destino, chegando ao Brasil por causa de uma prolongada calmaria no oceano Atlântico; ou por força de uma tempestade; ou porque optara por desviar-se da costa para evitar a pirataria.

Os portugueses, é consabido, até mesmo por conta da Escola de Sagres, que não era uma escola no sentido formal, dominavam a ciência cartográfica. Detinham a mais avançada tecnologia náutica com conhecimentos de tal ordem, inclusive sobre os ventos e as correntes marítimas, que é uma grande bobagem admitir-se que se desviassem tanto e em tal medida entre o ponto de partida na Península Ibérica e a chegada cardeal programada para o sul da Ásia, chegando, por acaso, à América do Sul. Dispunham de vários instrumentos náuticos para sua orientação: astrolábio, quadrante, bússula, nocturlábio, bal-lestilla, dentre outros,⁹ que não permitiriam que um desvio de rota dessa magnitude ocorresse por obra do acaso.

Isso tudo sem se cogitar a hipótese de orientação noturna pela leitura das estrelas, a qual se refere o Mestre João Faras em sua carta. Ou da mera observação sobre a posição do Sol para saber em que direção navegavam e em que medida de espaço e de tempo, considerando-se as singraduras,¹⁰ estimando-se a duração da

⁸ Melhor do que a expressão “mudando de pau para cacete”. Lá ele.

⁹ “A invenção anterior da agulha de marcar, do compasso, do astrolábio, para cujo aperfeiçoamento também concorreram muito o seu conhecimento dos astros, das correntes marinhas e dos ventos, e a sua experiência na construção das naus capazes de enfrentar o mar alto, contribuíram para facilitar aos portugueses o surto glorioso dos seus descobrimentos e o achado da cobiçada rota marítima para a Índia” (Azevedo, 1969, p. 33).

¹⁰ Singraduras: a distância percorrida pela embarcação à vela no espaço de um dia (Pereira, 1999, p. 31)

viagem até o ponto de chegada diante do que já tinham navegado e outras coisas úteis e adequadas à espécie que a minha ignorância no assunto nem suspeita.

Duarte Pacheco Pereira, possível precursor de Cabral por estas terras, no seu livro *Esmeraldo de situ orbis*, publicado entre 1505 e 1508, daí suscitar-se controvérsias sobre sua viagem, assevera que “[...] a experiência, que é madre das coisas, nos desengana e de toda dúvida nos tira”. Afinal, “aprender é desiludir-se”, como acentua Tobias Barreto. Como se sabe, navegadores experientes, testados, aprovados e reconhecidamente de boa fama, integravam a esquadra cabralina, a exemplo de Bartolomeu Dias, Diogo Dias e Nicolau Coelho, diversamente do capitão-mor Pedro Álvares Cabral, fidalgo e militar que quase nada entendia de navegação. Menzies (2006, p. 380), contudo, professa opinião distinta:

Magalhães (Fernão de), Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral eram navegadores e marinheiros muito hábeis, como também homens valentes e resolutos, com impressionantes qualidades de liderança, mas nenhum deles descobriu realmente ‘novas terras’. Quando partiram, todos levavam uma carta náutica mostrando para onde estavam indo. Todos os seus ‘descobrimientos’ foram feitos quase um século antes pelos chineses mas resta incontroverso que sua expedição, não obstante os percalços de toda ordem, desde as tempestades com naufrágios até ataques de forças muçulmanas e hindus combinadas contra a feitoria de Calicute, resultou exitosa e extremamente lucrativa para a coroa portuguesa, principalmente por conta de seus inegáveis méritos militares, apesar de contar apenas com 32 anos de idade à época (ou 33, já que o ano de seu nascimento é incerto).

Não obstante, o fato de que apenas cinco embarcações sob seu comando geral retornaram a Portugal carregadas de especiarias, aliado

às disputas de grupos rivais na Corte que, inicialmente, favoreceram sua escolha para chefiar a expedição, mas que agora inclinavam-se em outra direção, levaram Pedro Álvares Cabral ao ostracismo, tendo sido preterido para comandar a chamada “Esquadra da Vingança” em 1502 e substituído por Vasco da Gama.

Cabral não recuperou o seu prestígio na Corte, mas arrumou um proveitoso casamento com D. Isabel de Castro, rica e nobre descendente do rei português, D. Fernando I, apelidado de “O Formoso” e “O Inconstante”. É muito provável que D. Isabel tenha herdado tais características, mas isso é mera conjectura por ser um traço comum nas mulheres, especialmente a segunda. “La donna è mobile”, diria Giuseppe Verdi.

A tese do descobrimento casual não se sustenta, por conseguinte, embora exista quem a defenda, sendo esta uma posição minoritária entre os historiadores atualmente. Para Pereira (1999, p. 21), “[...] com os documentos que se conhecem até agora, é impossível se comprovar que a viagem foi proposital” e considera mais plausível aceitá-la como casual. O problema é que os grandes interesses comerciais e geopolíticos impunham a guarda de segredos náuticos, daí porque não seria razoável a divulgação de documentos referentes às viagens marítimas dessa magnitude. De qualquer sorte, consoante anota Pereira (1999), subsistem dúvidas se a Coroa Portuguesa, nos reinados de D. João II e D. Manuel I, implementou uma “política de sigilo” com a proibição de que fossem revelado ao mundo os seus conhecimentos geográficos que a conduziram às grandes descobertas marítimas.

Teorias da conspiração, com espões circulando pela Europa, não devem ser desprezadas. Nessa toada, Manuel Luciano da Silva e Sílvia Jorge da Silva questionam a nacionalidade do genovês (?) Cristóvão Colombo na obra denominada “Cristóvão Colombo era português”.

E Manuel da Silva Rosa, no livro “Portugal e o segredo de Colombo” assegura que Colombo teria sido um agente duplo que “[...] partiu de Portugal para a Espanha numa missão secreta a serviço do rei D. João II, com o objetivo de enganar os Reis Católicos e proteger o monopólio do comércio marítimo português”.

A tese do descobrimento intencional foi aventada, inicialmente, devido a um questionamento feito pelo Imperador D. Pedro II, em 1854, em reunião no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Outrossim, não é razoável, como pretendem alguns, concluir que, devido ao Tratado de Tordesilhas (1494), o grandioso empreendimento da coroa portuguesa, com a formação de uma esquadra extradiordinária com 1.500 (mil e quinhentos) homens, destinava-se apenas a tomada de posse das terras “brasileiras” pelos lusitanos.

Resulta lógico que Cabral tinha duas missões. A principal, ordenada e divulgada publicamente, relativa à Índia, com o propósito de instalar uma feitoria em Calicute e, a partir daí, exercer o controle, por via marítima direta, das rotas comerciais com o Extremo Oriente; e a secundária, acessória, de marcar presença e tomar posse das terras que viriam a ser o Brasil. E, também por isso, ainda que desvio de conduta houvesse, confundindo-se um pedido de clemência com corrupção, não há que se falar levemente que Pero Vaz de Caminha a teria inaugurado no Brasil, já que o Brasil nem existia e só veio a existir no século XIX, como país propriamente dito, a partir da proclamada independência de Portugal. Aí nasceu o Brasil. Antes era propriedade de Portugal usurpada dos indígenas, donos destas terras invadidas pelos europeus.

Quarenta e quatro dias depois¹¹ de ter partido de Lisboa, a armada de Cabral, no final da tarde do dia 22 de abril de 1500, ancorou em frente ao Monte Pascoal, no litoral sul da Bahia, em Porto Seguro, onde hoje é o distrito de Coroa Vermelha.

Convém salientar, por fim, que se os portugueses considerassem que estavam no rumo certo para a Índia e que haviam se deparado com uma ilha, cuidariam de contorná-la e seguiriam adiante. No testemunho do dito Piloto Anônimo, cuja identidade é atribuída pelo historiador norte-americano William Brooks Greenlee (1995) ao escrivão João Sá, está consignado, quanto a isso, que “[...] a terra é tão grande e não sabemos se é ilha ou terra firme. Julgamos que seja pela sua grandeza terra firme”. Seguros de que não se tratava de uma ilha e sim de um continente, os portugueses deram meia-volta e rumaram para a Ásia, no dia 2 de maio de 1500.

E chegaram a Calicute depois de contratempos com tormentas que provocaram os naufrágios de quatro navios com a perda de 380 homens entre os dias 23 e 24 de maio de 1500.

No dia 15 de dezembro de 1500, a feitoria lusitana em construção com o objetivo de comprar especiarias e estabelecer um próspero comércio com o oriente, de forma súbita e traiçoeira, foi atacada por centenas, talvez milhares, de árabes muçulmanos e hindus, numa traição acobertada pelo Samorim, governante da referida cidade da Índia. Cerca de cinquenta portugueses foram mortos em combate, dentre eles Aires Correia, administrador da feitoria, e Pero Vaz de Caminha, nomeado escrivão daquela feitoria desde a saída de Portugal. Os sobreviventes retornaram para os navios, alguns a nado.

¹¹ Já a viagem de Tomé de Souza para a fundação da cidade de Salvador durou 56 dias, conforme escrevera Manuel da Nóbrega, “sempre com ventos prósperos” (Carneiro, 2017, p. 44).

Cabral aguardou, durante vinte e quatro horas, uma explicação, um pedido de desculpas, uma reparação por parte do Samorim. Silêncio cúmplice. Cabral ordenou o ataque a dez navios mercantes dos árabes que estavam ancorados no porto de Calicute. Resultado: seiscentos tripulantes mortos, confisco das mercadorias e incêndios dos navios. Cabral ordenou também que seus navios bombardeassem Calicute durante um dia todo. A origem do conflito era de natureza econômica, como sempre. No caso, a disputa pela supremacia do comércio de especiarias da Índia para a Europa entre portugueses e árabes.

Segundo Espínola (2001), a expedição de Cabral proporcionou lucros de até 800% para a Coroa Portuguesa, cobrindo-se todas os investimentos aportados e prejuízos sofridos. Cumpriu Cabral, apesar de tudo, a missão que lhe fora dada.

Ainda quando estava em terras tupiniquins, o capitão-mor, conforme relatado pelo escrivão Pero Vaz de Caminha, portou-se de forma respeitosa e harmoniosa com seus habitantes. Aqui deixou, a contragosto, dois degredados, ao que parece, a fim de que conhecessem a cultura dos aborígenes, sua língua, seus costumes e, claro, levantassem informações que pudessem ser úteis a Portugal. Com os dois degredados, narra Caminha, “[...] ficam mais dois grumetes, que esta noite se saíram desta nau no esquife, fugidos para terra. Não vieram mais. E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, trazendo a Deus, fazemos daqui nossa partida”.

Cumprido por Pero Vaz de Caminha o dever de bem informar ao rei D. Manuel I sobre a expedição cabralina até então, tocou-lhe o coração a lembrança de um pedido, possivelmente insistente, de sua amada filha Isabel de Caminha.

O amor paternal de Caminha, não obstante o péssimo casamento contraído por sua filha única, o impulsionou a pedir clemência ou até

mesmo um favor ao rei para que o seu genro delinquente retornasse do degredo para Portugal, presumivelmente beneficiado pela graça real.

Há minoritária e injustificada controvérsia se o rei D. Manuel I teria atendido ao pedido de Caminha em favor de Jorge de Osório. A ausência de registro deve-se ao fato de que este era uma figura irrelevante. Pero Vaz de Caminha, não. Tratava-se de um alto funcionário do reino. Ficamos com a versão de que o pedido de Caminha, dadas as circunstâncias, foi atendido, ainda em vida deste, embora, possivelmente, não tenha chegado ao seu conhecimento a graça real concedida. Deu-se por cumprida a pena de Jorge de Osório e ele pode retornar a Portugal. O amor paternal venceu. O amor romântico de Isabel de Caminha também. Resta saber se Jorge de Osório pagou com amor o amor que recebeu.

REFERÊNCIAS

ABELARDO, Pedro. **Lógica para principiantes**. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção Os pensadores).

AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **Brasil 1500**: quarenta documentos. Brasília: Editora UNB, 2001.

BIRCE, Ambrose. **Dicionário do Diabo**. São Paulo: Carambaia, 2016.

BUENO, Eduardo. **A coroa, a cruz e a espada**: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento**: a verdadeira história da expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

- CAMÕES, Luís Vaz de. **Os lusíadas**. São Paulo: Ediouro, 1987.
- CARNEIRO, Edison. **A cidade do Salvador 1549** – uma reconstituição histórica. Simões Filho: Kalango, 2017.
- COUTO, Jorge. **A construção do Brasil**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- ESPÍNOLA, Rodolfo. **Vicente Pinzón e a descoberta do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- EIRA, Josefina Isabel Gomes da. **Ordenações Afonsinas: evolução e distinção social das penas**. Lisboa: Editora Ciclostil, 2016.
- GREENLEE, William Brooks. **The voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India: from contemporary documents and narratives**. Nova Déli: J. Jetley, 1995 .
- GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.
- JOFFILY, José. **Anayde: paixão e morte na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- KURY, Mário da Gama. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- McCLYMONT, James Roxbury. **Pedralvarez Cabral (Pedro Alluarez de Gouvea): his progenitors, his life and his voyage to America and India**. Londres: Strangeways & Sons, 1914.
- MENZIES, Gavin. **1421: o ano em que a China descobriu o mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- PEREIRA, Paulo Roberto. **Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed. 1999.
- PESSOA, Fernando. **Obra poética**. 3 ed. 16ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

RESENDE, Garcia de. **Chronica de El Rei D. João II. Lisboa:**
Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1902. Obra digitalizada: The
University of Michigan – Libraries.

WILKE, Carsten Lorenz. **História dos judeus portugueses.**
Lisboa: edições 70, 2021.

CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DE OSCAR FREIRE

Lamartine Lima¹

No início deste ano de 2023, foi completado o 100º aniversário do dia em que Oscar Freire de Carvalho – o grande professor Oscar Freire, continuador da obra extraordinária do Mestre Raymundo Nina Rodrigues e seu sucessor na chefia da Escola Baiana de Medicina Legal – voltou definitivamente para a Bahia.

¹ Prof. Dr. Lamartine de Andrade Lima é Oficial Superior Médico do Corpo de Saúde da Marinha do Brasil, reformado; antigo Professor-Assistente de Medicina Legal da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública e Professor Honorário da Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia; Médico-Legista aposentado do Instituto “Nina Rodrigues”; Membro Benemérito da Associação dos Médicos Legistas do Estado da Bahia; ex-Secretário da Sociedade Brasileira de Medicina Legal; sócio-fundador da Associação Brasileira de Direito Médico; Presidente Emérito do Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins, ex-Membro do Conselho Penitenciário do Estado da Bahia; pertencente às Academias de Letras e Artes de Salvador (Bahia), São José do Rio Preto (São Paulo), Gravatá (Pernambuco) e Academia Brasileira de Letras e Artes do Cangaço; ex-Secretário-Geral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia..

Naquele 4 de fevereiro de 1923, como anunciado pelos jornais, aos 40 anos de idade, trajado nas vestes talaras, escoltado de colegas Catedráticos da Escola de Medicina e Cirurgia de São Paulo e seus pares da Faculdade de Medicina e, também, da Academia de Letras da Bahia, foi recebido pelos amigos, a mocidade estudiosa e o povo de sua terra, de onde partira havia cinco anos.

Na capital bandeirante, também proclamado pela imprensa, recebera grandes homenagens daquela unidade de ensino superior e da outra, das Arcadas de São Francisco, ladeado pelos amigos, colegas, estudantes e o povo, havendo-se dirigidos todos ao Anfiteatro do edifício do Jardim da Infância anexo à Escola Normal, o atual “Caetano de Campos”, na Praça da República, onde foi ouvido o professor Alcântara Machado e falaram os demais importantes oradores da Pauliceia, antes de desfilarem o maior dos cortejos então vistos ali, chegando à Estação da Luz, de onde uma comitiva desceu de trem até o porto santista e, no navio “Santos”, do Lloyd Brasileiro, embarcou, com a família do grande morto, levando seu respeitável esquife para a cidade do Salvador, “doce ninho” que avistaram, como havia feito Ruy Barbosa, na manhã do quinto dia de navegação.

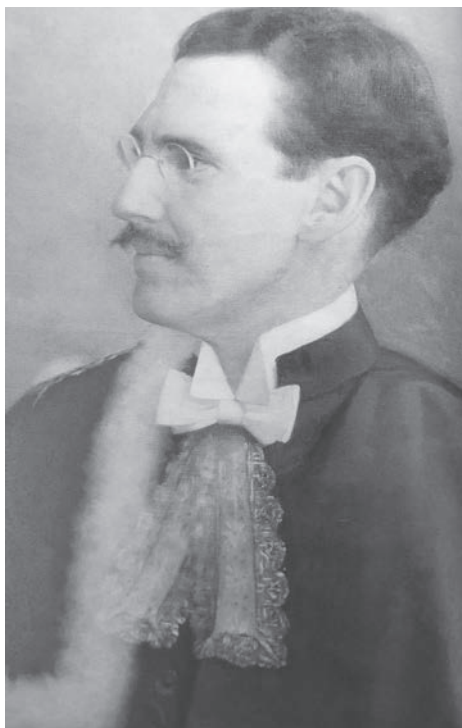
Do Salão Nobre da então centenária Primaz Faculdade de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus, depois de rezada missa, dirigiram-se todos, os conterrâneos e os representantes do Estado de São Paulo, acompanhando-o até o bairro da Federação, onde, diante do seu mausoléu marmóreo branco, ofertado por baianos e paulistas, no Cemitério do Campo Santo, discursaram os professores Celestino Bourroul, Almeida Junior, Pinto de Carvalho e Aurélio Viana, e onde depois, durante muitos anos, naquela data, iriam em préstito e usariam da palavra seus discípulos Armando de Campos, Egas Moniz, e seu sucessor na célebre Cátedra

através de luminoso concurso Estácio de Lima, além de Arthur Ramos e tantos cultores da sua memória, como os componentes do Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins.

O Brasil ficara sem o maior de seus peritos, São Paulo sem o melhor dos seus professores acadêmicos, e a Bahia perdera um dos seus mais brilhantes filhos, que, lamentavelmente, não tem sido lembrado nestes dias que correm para o futuro...

Nascido na antiga rua do Areal de Baixo, hoje rua Oscar Freire, próximo do Largo Dois de Julho, foi menino na rua do Rosário de João Pereira, atual Avenida Sete de Setembro, e na Roça da Curva Grande do Garcia, e estudante do Colégio São José, aluno do famoso professor João Florêncio Gomes, e ingressou, aos 14 anos de idade, na Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, na qual foi acadêmico destacado, havendo desenvolvido grande admiração e travado perene amizade com o professor Nina Rodrigues, seu Mestre de Medicina Legal, que sonhava realizar as lições da Cátedra através da prática de perícias no Serviço Público Estadual.

Os assuntos da especialidade interessaram-no desde que, muito cedo, principiara a acompanhar os trabalhos



do escritório de advocacia do seu pai, criminalista Manuel Freire de Carvalho, que era primo de sua genitora, D. Isaura Seixas Freire de Carvalho.

Na Faculdade de Medicina da Bahia, representou, como orador, os seus colegas, nas homenagens prestadas aos famosos baianos e professores Francisco de Castro e Manoel Victorino, e pronunciou marcante oração sobre o grande patologista alemão Rudolph Virchow.

Seguindo a linha de estudos e pesquisas de seu Mentor Nina Rodrigues, publicou trabalho sobre *Conceito do Aborto Criminoso*, e esboçou outro sobre *Feiticismo e Crime no Norte do Brasil*, que, por motivo de doença, não desenvolveria para editoração; todavia, inserido na problemática, também estudada por seu professor, da Guerra de Canudos, que o encontrou como acadêmico, publicou *Influência da Religião na Criminalidade Brasileira* e, mais tarde, na mesma sequência, *Das Relações das Religiões e do Crime no Brasil*, este trazido à luz na Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia.

Aos 20 anos, na turma de doutorandos de 1902, já completou um século, apresentou a tese sobre *Etiologia das Formas Concretas da Religiosidade do Norte do Brasil*, muito elogiada por Nina Rodrigues, e teve, com distinção, o diploma e o anel de médico.

No ano seguinte, casou-se com D. Marieta Filgueiras Freire de Carvalho, filha de Leovigildo Filgueiras, intelectual que deu o nome à principal das vias do bairro do Garcia.

Foi, inicialmente, cirurgião, também preceptor particular de História Natural, depois em estabelecimentos de ensino secundário, sendo, assim, nomeado professor de Química e de História Natural da Escola Politécnica, nela instalando o primeiro Laboratório para estudos e experiências químicas práticas.

Nomeado, ainda, Fiscal de Ensino do Ginásio da Bahia e, logo, da Faculdade Livre de Direito, ali trabalhou durante quatro anos, quando foi reforçado seu interesse pela Medicina Judiciária no contato com as lições dos professores Rodrigues Dória e Garcez Fróes e dos seus outros amigos lentes das diversas disciplinas do Direito, vindo a tornar-se, em pouco tempo, Assistente de Medicina Legal da Faculdade de Medicina.

Figura esbelta, de porte franzino, sempre elegantemente trajado, com *pince nez* de ouro e bigodinho bem aparado, de pontas retorcidas para cima, como no retrato pintado por Vieira de Campos, era Oscar Freire muito reservado e severo, analista crítico e irônico, um tanto agressivo como escritor, sem deixar de ter linguagem sempre em termos elevados e sem perder uma face de manifesta bondade.

Algo irrequieto, fazia-se notar pelo timbre que dava especial sonoridade à sua voz, e por belos recursos de oratória, que exercia com aguda inteligência e firmeza grandiloquente, que o tornariam conhecido da juventude estudiosa, nas sociedades médicas, científicas e culturais, e pelos professores baianos, cariocas e paulistas.

Leitor inveterado, tinha fornecedores de livros nacionais e estrangeiros, recebendo os mais modernos lançamentos editoriais do seu tempo, havendo formado uma grande biblioteca.

No velho prédio do Terreiro de Jesus, dedicou-se profundamente aos trabalhos teóricos e práticos da Ciência de Zacchia, seguindo a diretriz do seu amigo e catedrático Nina Rodrigues, e preparava-se para fazer concurso de Médico-Legista na então Capital Federal, como antes brilhantemente fizera o seu colega e amigo Diógenes Sampaio, falecido de doença pouco tempo antes dele, também tão precocemente e longe do chão baiano, quando já, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, era Assistente do professor Afrânio Peixoto, que, juntamente

com o professor Juliano Moreira, todos baianos e discípulos de Nina, haviam levado a Escola Médico-Legal da Bahia para o Rio.

Então, a Faculdade de Medicina da Bahia foi incendiada em 1905, e havia começado rapidamente sua reconstrução graças à forte vontade política do baiano, Ministro da Viação, J. J. Seabra, que teve como seu grande colaborador nesta tarefa o Secretário de Obras Públicas do Estado Engenheiro Arlindo Fragozo, na gestão do Governador José Marcelino, sendo paulista o Presidente da República Rodrigues Alves, estando como executor das obras o também baiano engenheiro Theodoro Sampaio, segundo o projeto arquitetônico ainda de um paulista arquiteto Victor Dubugras, com estatuária do artista italiano Paschoale di Chirico.

No ano de 1906, houve intensa comoção no mundo acadêmico soteropolitano com a morte de causa natural do jovem professor Nina Rodrigues, quando se encontrava em Paris, durante viagem de estudos pela Europa, e o lugar de Catedrático de Medicina Legal foi ocupado pelo professor Josino Cotias, que deixou aberta a sua vaga de Lente Substituto da 4ª Secção, Medicina Legal e Higiene, para a qual Oscar Freire, no ano seguinte, aos 25 de idade e já respeitado perito no foro da Bahia, foi aprovado em notável concurso.

Começou, naquela ocasião, a sua cruzada, apoiado pelo Diretor da Escola Médica Primaz do Brasil professor Alfredo Thomé de Britto, o qual fora cunhado de Nina Rodrigues, e o Titular da Cátedra da qual ele era Lente Substituto, para incluir no projeto da reconstrução da Faculdade um instituto de Medicina Legal, no local que fora escolhido e planejado ainda pelo professor Nina, inspirado no *Relatório da Viagem de Estudos do Professor Virgílio Damásio, entre 1885 e 1886, a oito países do Velho Mundo*, escrito pelo seu antecessor, e, depois do prédio construído, formular um convênio,

havendo conseguido que fosse firmado com o Estado da Bahia na gestão do mesmo Governador José Marcelino, quando foram sucessivos Chefes de Polícia os Bacharéis Aurelino Leal e Álvaro Covas, através do qual abriu precedente e influenciaria, mais tarde, o ensino da especialidade nas escolas superiores do País, tendo as aulas práticas realizadas nas perícias dos casos chegados aos Serviços Médico-legais dos Estados.

Assim, sob a supervisão de Oscar Freire, pôde ser projetado o “Instituto Médico-legal Nina Rodrigues”, que iria ficar no andar térreo do mesmo Pavilhão da nova Biblioteca, com entrada pela rua das Portas do Carmo (que leva do Terreiro de Jesus à Ladeira do Pelourinho), a qual seria batizada em 1933, completando agora 90 anos, pela “Sociedade Acadêmica Alfredo Britto”, com o nome de seu ínclito patrono.

Ha algum tempo, Oscar Freire vinha militando, de modo crescente, na imprensa diária, na qual escreveu cerca de uma centena de matérias; caracterizando-se pelo estilo terso e pela fina ironia e combatividade, chegando a ser redator de editoriais do principal dos periódicos da capital baiana, o *Jornal de Notícias*, especialmente quando tratava das causas da escassez do abastecimento d’água para a capital, ainda sendo usado o reservatório da Companhia do Queimado, inaugurado pelo Imperador D. Pedro II em sua visita a Bahia, em novembro de 1859; ou da reforma dos Serviços de Saúde Pública, quando uma lei pouco feliz, redigida em 1910, prejudicava uma boa lei, de 1905; ou da reforma malfeita, e refeita mal, da Instrução Pública, quando ele aproveitava para comentar sobre as leis referentes a educação no território nacional; ou ainda sobre a criação dos Serviços Estaduais de Identificação e de Medicina Legal. Escrevia também em outros noticiosos, na *Gazeta do Povo* e em *A Tarde*, inclusive tecendo

polêmicas sobre diversos assuntos de amplo interesse popular, ou fazendo homenagem ao grande cientista Oswaldo Cruz.

Era Oscar Freire também operoso secretário da “Liga Bahiana Contra a Tuberculose”, presidida pelo professor Alfredo Brito, que, nos fins de tarde, reunia, em seu gabinete de Diretor da Faculdade ou em seu consultório da rua da Misericórdia, médicos amigos para tratarem de temas científico culturais e de interesse da comunidade.

Nomeado Inspetor do Ensino, representou a Bahia, durante vários anos, no Conselho Estadual de Ensino e no Conselho Superior de Ensino da República, que se reunia no Distrito Federal, entidades em que se celebrizou pelo seu vasto conhecimento da legislação pertinente e enorme capacidade para analisá-la, havendo sido considerado o maior e mais autorizado dos intérpretes daquelas nossas leis específicas.

Nessas ocasiões, visitava Afrânio Peixoto, seu colega desde os bancos do Terreiro de Jesus, inspirador e primeiro diretor do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, que havia sido criado, em 1907, segundo o regimento tedesco de Virchow, e hoje traz, com justiça, o nome de seu fundador.

Pronto o Instituto “Nina Rodrigues”, no final do ano de 1908, com todas as normativas adequadas, e instalados seus equipamentos, aparelhos e instrumentos, foi considerado pelos que o conheceram naquela época, como o padrão modelar para as Américas, havendo nele uma coisa absolutamente nova: um necrotério com aparelho elétrico importado pela Casa Fixary para refrigeração do depósito de cadáveres, e um compartimento morgue de reconhecimento de corpos.

Pelos visitantes, a Bahia foi cognominada a Lyon brasileira, pelo que significava, para a França e para o mundo, a lionesa Escola Médico-Legal de Alexandre Lacassagne.

Iniciou-se, então, a luta, de quatro anos ininterruptos, para que fosse cumprido o convênio, com a transferência do Serviço Médico-Legal do Estado da Bahia, que tinha saído de um salão do Palácio das Mercês, antiga Chefatura de Polícia, para uma sala do velho casarão da Secretaria de Polícia na Praça da Piedade, sendo as necropsopias procedidas, desde 1893, no necrotério do Hospital Santa Isabel; era necessário que fossem todas as suas seções para aquele Instituto da rua das Portas do Carmo, mudança que começou após o apelo de Oscar Freire ao governador Araújo Pinho, havendo sido concluída na gestão governamental de Aurélio Viana, seu colega, professor de Patologia, e que tinha sido um dos oradores diante do féretro de Nina Rodrigues.

Enquanto lutava para a união da perícia e do ensino em uma só instituição, conseguiu que fosse cumprido um convênio internacional de 1905, adotado por Decreto Federal de fevereiro de 1910, na Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Estado, obtendo a vitória 14 anos depois da campanha iniciada, em 1896, pelo Dr. J. P. Santos, para a criação de um Gabinete de Identificação na Bahia, tendo, para tanto, Oscar Freire contado com a ajuda do Senador Estadual Adriano Gordilho, e do seu colega e amigo Pedro Mello, que foi o primeiro diretor daquela repartição, havendo sido adotado o processo datiloscópico de Juan Vucetich para substituir o método antropométrico de Alphonse Bertillon.

Foi inaugurado o Serviço Médico-Legal no Instituto “Nina Rodrigues”, como órgão público estadual dentro de um próprio federal da escola médica, a 30 de dezembro de 1911, tomando posse Oscar Freire como seu primeiro Diretor, poucos dias antes da chamada “Questão J. J. Seabra”, quando a instituição logo conhecido como o “Nina” receberia e venceria o desafio das múltiplas continuadas perícias em consequência do bombardeio do General Sotero de Menezes

sobre Salvador, em janeiro de 1912, depois que um dos nossos maiores Almirantes, o admirável Ministro Marques de Leão, altaneiramente, por escrito (que existe em pergaminho dentro de um escrínio de ouro na sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia), recusou-se a cumprir a ordem do Presidente da República e Marechal Hermes da Fonseca, de mandar mirar os canhões da Marinha do Brasil e abrir fogo sobre o porto civil e desartilhado da capital da Bahia.

Em novembro de 1913, faleceu Virgílio Damásio, e Oscar Freire, representando a Faculdade de Medicina da Bahia, no Campo Santo, onde seria inumado também dez anos depois, fez a oração famosa, onde disse: “Eu esperava ter a alegria imensa de saudar-lhe a velhice feliz...Não pôde ser...”, palavras repetidas sobre ele pelo discípulo em São Paulo e sucessor na cadeira dali, professor Flamínio Fávero, que, junto com o Mestre Anatomista Alfonso Bovero, lhe embalsamou o corpo ainda moço.

Nesse mesmo ano, enquanto em Salvador, Bahia, os Médicos Legistas e os funcionários do Instituto Médico-Legal colocavam na Sala da Diretoria os quadros a óleo com os retratos de Virgílio Damásio, Nina Rodrigues e Oscar Freire, em São Paulo era fundada, pelo príncipe dos cirurgiões paulistas, Doutor Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho, a Escola de Medicina e Cirurgia, no número 42 da rua Brigadeiro Tobias, durante a gestão de Rodrigues Alves como Presidente daquele Estado.

Doutor Arnaldo, o primeiro Diretor da nova unidade de ensino superior, com o apoio dos capitalistas do café, estava, então, contraindo, em grandes centros universitários internacionais, renomados professores para aquela escola. Desta forma, trouxera, de Ouro Preto, nas Alterosas, o médico e engenheiro de Minas Guilherme Bastos Milward, para a Cátedra de Química Médica; vieram de Turim,

Itália, o minucioso professor Alfonso Bovero, para a Cátedra de Anatomia Descritiva, e o cuidadoso professor Alexandre Donati, para a de Histologia e Patologia Geral; de Nancy, França, chegou o respeitado professor D'Alembert Meyer, para a Cátedra de Fisiologia; de Paris, capital gaulesa, transferiu-se um tratadista para a Cátedra de Parasitologia, o famoso professor Emílio Brumpt; e dos Estados Unidos, trouxe o sanitarista professor Samuel Darling, para a Cátedra de Higiene.

Foi aquele médico e diretor paulistano Doutor Arnaldo, então, aconselhado por seu amigo baiano engenheiro Theodoro Sampaio, com obras notáveis em São Paulo e na Bahia, que trabalhara na reconstrução do prédio da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, tendo como intermediário o médico baiano bolsista da Fundação Rockefeller na capital paulista, depois professor Afrânio do Amaral, fazer um convite para o professor Oscar Freire de Carvalho lecionar, no sexto ano do novo curso, a Cátedra de Medicina Legal da Escola de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Em 1914, por jubilação do professor Josino Cotias, tornou-se Catedrático Oscar Freire de Carvalho, aos 32 anos, a mesma idade com que o professor Raymundo Nina Rodrigues, no ano de 1895, assumira a mesma cátedra.

Ele reuniu-se à estelar Congregação da Faculdade de Medicina e das Escolas Anexas de Odontologia e Farmácia da Bahia, de onde, dos quatro médicos primeiros Governadores Republicanos do Estado (entre a dúzia de médicos Governadores até hoje), estiveram dois professores daquela Congregação em que fulguravam Pirajá da Silva, Pacífico Pereira, Egas (Pethion de Vilar) Moniz, Pedro Celestino, Aristides Novis, Clementino Fraga, Garcez Fróes, Prado Valladares, Gonçalo Moniz, Antonio Borja, Caio Moura, Adeodato de Souza, Martagão

Gesteira, Pinto de Carvalho, e Eduardo de Moraes. E, dentre tantos luminares, Oscar Freire foi eleito paraninfo dos doutorandos daquele ano em que começou a Primeira Grande Guerra Mundial.

No pleno exercício da Cátedra, sem demora, fundou a Sociedade de Medicina Legal e Criminologia da Bahia, criou o primeiro Curso Nacional de Especialização em Medicina Legal e inaugurou o Curso de Polícia Científica ou Técnica na Bahia, paralelamente aos trabalhos médico-forenses, convidando para ministrá-lo um especialista de renome internacional, o Perito Criminalístico Archibald Rudolph Reiss, vindo da Alsácia, região francesa limítrofe entre França, Suíça e Alemanha, para fazer conferências também na capital paulistana, e, pela primeira vez essa especialidade era ensinada em nosso País.

Oscar Freire veio a tornar-se, como antes o fora seu Mestre, um admirável orientador de teses dos doutorandos da Centenária Escola Primaz do Terreiro de Jesus.

No dia do seu aniversário de 33 anos de idade, 3 de outubro de 1915, ele recebeu expressiva homenagem dos Médicos Legistas da Bahia, representados pelo decano Doutor Otaviano Pimenta, que produziu afetuoso discurso, depois publicado em plaqueta. Naquela ocasião, Oscar Freire inaugurou as instalações do Museu Médico-Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, excepcional repositório de peças da especialidade, resgatando o primitivo Museu do seu professor Nina Rodrigues, que fora, havia uma década, destruído no incêndio da velha Escola do Terreiro de Jesus.

No mês de março de 1917, Oscar Freire tornou-se Membro Fundador da Academia de Letras da Bahia e Titular da Cadeira numerada 38, tendo como patrono Alfredo Brito, que falecera, também de modo precoce, no ano de 1909, depois de vê-lo a caminho de realizar o sonho de Nina.

Então, considerando realizada a sua obra baiana, o professor Oscar Freire de Carvalho, aos 36 anos de idade, aceitou o irrecusável convite do Doutor Arnaldo Vieira de Carvalho, deixou a própria residência na recém-aberta, pelo Governador J. J. Seabra, Avenida Sete de Setembro, em São Pedro, onde depois existiria a Farmácia Caldas, e, acompanhado por sua esposa, filhos menores Stélio e Zeneida, a mãe viúva e a única irmã Isaurinha, partiu, em fevereiro de 1918, para Santos, pelo paquete francês “Darro”, navegando sob *black out*, por motivo da Primeira Grande Guerra Mundial.

Seguiram, de lá, por trem, para a cidade de São Paulo, na qual foram recebidos pelo professor Almeida Prado, Doutor Afrânio do Amaral e outros membros da Escola Médica daquela capital, onde foram hospedados em uma pensão da rua Maranhão. Depois, a família mudou-se para uma casa na rua Martinico Prado, número 19, no bairro de Higienópolis, e, finalmente, para uma outra casa, com andar superior, no número 31 da rua Vitalis.

O ciúme profissional de alguns Docentes da Escola Médica Paulista, passou logo a apelidá-lo de “Dr. Vatapá”, que, na época era o mais famoso quitute da Bahia. Com bom humor, ele deixou que o apelido desaparecesse diante da grandiosidade da sua apresentação.

Há 105 anos, exatamente no dia 18 de abril de 1918, no auditório do Instituto de Higiene, repleto pela *intelligentzia* paulistana, foi proferida a aula inaugural do curso de Medicina Legal da Escola de Medicina e Cirurgia de São Paulo, uma verdadeira consagração do baiano professor doutor Oscar Freire (que continuou usando a forma sincopada do nome, numa terra de grandes sobrenomes, alegando aos familiares que não queria dar motivo a acharem nepotismo a sua contratação pelo doutor Arnaldo Vieira de Carvalho). No ano de 1993, a Fundação “Estácio de Lima”, durante a nossa gestão na

sua Diretoria, fez lembrar o fato, assentando uma grande placa no Instituto “Oscar Freire”, durante as comemorações do 75º aniversário do acontecimento.

Dos mais completos mestres que São Paulo tem conhecido, tornou-se, ali, como o fora na Bahia, o grande orientador de múltiplas teses dos doutorandos, entre 1918 e 1922, quando também foi considerado o mais importante dos peritos do foro paulista.

Dali em diante, Oscar Freire começou outra cruzada, para criar uma instituição da especialidade em São Paulo, cujo edifício foi iniciado em janeiro de 1920, e que ele não veria concluído, embora o tenha parcialmente construído e começado ali a instalação da Cátedra de Medicina Legal, para onde se destinou mais tarde a sua biblioteca particular, comprada aos herdeiros pelo governo paulista, que batizou aquela entidade Instituto “Oscar Freire”.

Com o dinheiro da venda dos livros, sua família adquiriu a casada rua Augusto César Viana, número 39, no Canela, em Salvador, onde até recentemente residiu, nonagenária, lúcida e forte, D. Zeneida Freire de Carvalho Moniz de Aragão, viúva de Egas Moniz Júnior, que, por influência intelectual da obra do sogro, tornou-se notável médico-legista, havendo-lhe deixado netos e bisnetos.

Oscar Freire, a partir dos dois institutos que fundara, ditou suas grandes lições e formou uma plêiade de especialistas, revolucionando, absolutamente, a perícia médico-legal, criminalística e de identificação nos tribunais do Brasil.

Extraordinariamente admirado e querido pelos estudantes, a magnífica aula inaugural dos cursos, que proferiu no ano de 1921, versando sobre a *Deontologia Médica*, foi mandada especialmente editar por votação unânime da Congregação da Escola de Medicina

e Cirurgia de São Paulo, que criou, desde então, essa matéria em seu currículo como, em seguida, estabeleceria como regular a disciplina História da Medicina, ministradas ambas por Oscar Freire, anexas à Cátedra de Medicina Legal.

No ano seguinte, do Centenário da Independência do Brasil em São Paulo, mesmo durante os festejos, a pedido dos editores Saraiva começaram a ser selecionados e reunidos para publicação vinte e seis “Exames e Pareceres” da autoria do professor Oscar Freire, que, por motivo de sua doença, só puderam ser entregues ao prelo por seus amigos e discípulos após a sua morte, e saíram em livro no ano de 1926, quando suas duas cátedras já tinham sucessores, na terra bandeirante, Flamínio Fávero, e no torrão baiano, Estácio de Lima.

Naquele 1922, manifestando-se uma infecção sobre o único rim que tinha, foi acompanhado clinicamente pelos amigos e colegas Olympio Portugal, Afrânio do Amaral, Pereira Gomes e Celestino Bourroul, todavia não obteve sucesso nos tratamentos possíveis existentes àquela época, evoluindo para um quadro de gravíssima intoxicação urêmica...

No mês de dezembro do mesmo ano, foi homenageado no quadro da turma de doutorandos paulistas, e, insistentemente convidado, participou da grande Festa Comemorativa do Reconhecimento, do qual fora um importante articulador, da Escola de Medicina e Cirurgia de São Paulo como Faculdade Federal. Nessa ocasião, combalido, Oscar Freire, instado a falar, proferiu o seu último e mais fulgurante e emocionado discurso, sendo extremamente ovacionado.

No dia 10 de janeiro de 1923, às vésperas da entrega do abaixo-assinado pelos acadêmicos da Escola Médica Paulista ao Governador Washington Luiz, solicitando a recontração do professor Oscar Freire para mantê-lo como Catedrático ali onde magistralmente ensinava,

os estudantes dirigiram-se até a sua casa, para saber do seu estado de saúde. Foram recebidos por ele, cego, no leito de moribundo. Estoico, agradecido, apertou a mão a cada um e falou palavras consoladoras de despedidas aos discípulos.

Pediu, então, para falar com os seus colegas professores da Faculdade, inclusive o único deles com o qual estava inamistoso, de quem aproximou-se *in extremis*. E, ao querido colega e amigo professor Celestino Bourroul, solicitou que, com ele, orasse o Pai Nosso.

No dia 11 de janeiro de 1923, despediu-se de seus entes mais queridos, deixando conselhos à esposa e filhos, à genitora e à irmã. Cercado pela família e amigos estremecidos, declarou-se muito cansado e pediu uma injeção. Disse que ia dormir. Faleceu às 22 horas e 50 minutos.

No depoimento de seus amigos repete-se a afirmação de que viveu e morreu pobre.

São frutos de seu labor e sua lavra na Pauliceia publicações importantíssimas:

Identificação das Armas de Fogo pelo estudo de seus projéteis, trabalho de experiências e discussões sobre um tema primordial de Criminalística.

Sobre a identificação dos projéteis de Arma de Fogo (Impressões deixadas pelas vestes)”, na Revista de Medicina, em 1918.

Sobre a identificação de armas e projéteis, conferência na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 1921.

Das lesões produzidas por animais em cadáveres submersos (em colaboração com Dr. J. Rebello Netto), nos Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia, julho e agosto de 1921.

Evolução da Medicina no Brasil (1500-1922), no jornal *Estado de São Paulo*, a 7 de setembro de 1922.

Fauna cadavérica brasileira, obra fundamentada em 16 longos anos de pesquisas de Medicina Legal e Entomologia, nas terras baianas e paulistas, por observação direta de insetos sobre peças anatômicas, considerada uma das mais importantes contribuições sobre esta parte da cronotanatognose, e originada depois de grandiosa conferência realizada de improviso, em 1921, no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, quando passou a desenvolvê-la em ditado ao discípulo e sucessor Doutor Flamínio Fávero, após o expediente da tarde, enquanto andava de um lado para o outro no saguão, ainda em construção, do futuro Instituto Oscar Freire, durante o ano de 1922, até adoecer gravemente. As páginas seriam transformadas em comunicação dele à Academia Nacional de Medicina, de onde era Titular, e, conduzidas por aquele seu Assistente, foram ao prelo logo depois da sua morte em 1923, editadas na *Revista de Medicina*.

Oscar Freire também colaborou com os seus discípulos na elaboração de teses sobre *Conteúdo cardíaco nas asfixias*; *Cristais do sangue*; *Reação sulfídrica de Icard*; *Resistência do arsênico à cremação*; *A natureza dos cristais de Lecha-Marzo*; *Os cristais de hemocromogênio*; *Diagnose diferencial de morte por estrangulação*; *A marcha dos fenômenos cadavéricos na Bahia*; *Identificação de projéteis*; e *Formigas necrófagas brasileiras*.

Cientista da Medicina Judiciária e humanista de escol, ele pertenceu, ainda, à Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal do Rio de Janeiro; fundou a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, a Sociedade Paulista de História da Medicina e a Sociedade de Educação e de Cultura de São Paulo, esta última em novembro de 1922, quatro meses antes de seu falecimento; foi membro da Sociedade Médico-Legal da Bélgica e da Sociedade de Medicina Legal

de Roma, na Itália; foi professor honorário do Instituto de Medicina Legal de Madrid, na Espanha; e correspondeu-se com importantes personalidades do mundo científico e cultural estrangeiro.

Todavia, embora falasse bem o idioma francês e tendo conhecimentos do inglês, jamais viajou ao exterior.

Ele fortaleceu de tal sorte a Escola de Nina Rodrigues, complementando observações e renovando conceitos e métodos, que chegaram a denominar o ramo paulista de Escola de Oscar Freire.

Com o objetivo de assinalar de forma permanente a sua presença como professor na capital paulista, completados 40 anos do seu desaparecimento, as sociedades médicas por ele fundadas e o Governo do Estado de São Paulo instituíram oficialmente, por Decreto de novembro de 1963, a Medalha Cultural Oscar Freire, onde está cunhada a expressão “Professor Oscar Freire, criador e primeiro orientador do ensino técnico da Medicina Legal em São Paulo, 1918-1923”.

Aqueles seus trabalhos escritos, juntamente com as conferências sobre *Deontologia Médica* e *Fauna Cadavérica Brasileira*, foram reunidos e republicados, em 1968, por seus antigos alunos Flamínio Fávero, Arnaldo Amado Ferreira, Almeida Júnior e pelo médico baiano radicado na cidade de Santos, São Paulo, professor Edgard de Cerqueira Falcão, para comemorar o cinquentenário da Instalação do Ensino da Medicina Legal na Escola de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Como seu Mestre Nina Rodrigues, deixou Oscar Freire uma galáxia de discípulos, que formaram outros discípulos por todo o Brasil.

Quando se completaram 50 anos da morte de Nina Rodrigues, em 1956, houve uma visita dos seguidores da Escola Médico-Legal da Bahia ao seu túmulo, também no velho Cemitério do Campo Santo, o mais antigo em terras soteropolitanas, e o professor Estácio

de Lima, sucessor de Nina e de Oscar Freire na Cátedra, assentou ali uma placa com a sentença: “Hoje ainda maior do que ontem.” Em seguida, prosseguiram para a Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, e ali, pela terceira vez, foi inaugurado um Museu Antropológico, Etnográfico e Médico-Legal, que hoje não mais existe...

O Centenário de Nascimento de Oscar Freire ocorreu no dia 3 de outubro de 1982, contudo, sem qualquer explicação, nem na comemoração então acontecida foi levado para o então novo edifício do Instituto Médico-Legal “Nina Rodrigues”, no Vale do Canela, o Medalhão de Bronze com a sua efígie que resplandecia na velha Sala “Oscar Freire”, de necrópsias, do velho Instituto das Portas do Carmo, de minhas lembranças e saudades... O antigo ambiente onde não mais se encontra seu semblante gravado no “Metal da História” hoje é parte da Biblioteca da Bicentenária Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus...

Neste Centenário do seu Falecimento, comemorado a 11 de janeiro de 2023, rendemos o mais profundo reconhecimento à grandeza do professor Oscar Freire de Carvalho, e aqui em sua terra de origem e onde repousa para a eternidade registramos a nossa mais distinta homenagem à sua memória, querendo que se perenize.

Oscar Freire honrou, de modo supremo, a intelectualidade da Bahia e a Medicina Legal do Brasil, sendo merecedor de ser cultuada a sua relembração pelas gerações que se sucederão.

A COSTUMBRISTA HILDEGARDES VIANNA

Aramis Ribeiro Costa¹

RESUMO:

Este artigo trata do estudo do folclore na Bahia, dos principais estudiosos desse assunto, em particular Antônio Vianna, e, principalmente, Hildegardes Vianna, a mais notável pesquisadora e divulgadora dos costumes da sociedade baiana até os anos 40 e 50 do século XX.

Palavras-chave: folclore; costumes; Bahia; folcloristas; Hildegardes Vianna.

ABSTRACT:

This article addresses the folk-lore studies in Bahia, by the top investigators in suchfield, particularly Antônio Vianna, and, especially, Hildegardes Vianna,

¹ Aramis Ribeiro Costa é médico e escritor. Pertence à Academia de Letras da Bahia, instituição da qual foi presidente por dois mandatos e é membro benfeitor. É também membro efetivo do Instituto Genealógico da Bahia e da Academia de Letras e Artes do Salvador. Foi membro efetivo do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Sócio efetivo do IGHB desde 1996, exerce atualmente o cargo de 1º vice-presidente.

the most remarkable researcher and diffuser of the society traditions in Bahia until the decades of 40 and 50 of the XX century.

Key words: *folk-lore; traditions; Bahia; folklorists; Hildegardes Vianna.*

Parece que a palavra folclore, proveniente do neologismo inglês *folk-lore*, criado em 1846 pelo escritor britânico William John Thoms para denominar o que antes se costumava chamar de “antiguidades populares”, perdeu o prestígio de décadas passadas, quando era larga e amplamente utilizada. Prefere-se contemporaneamente a denominação bem brasileira de cultura popular, mais abrangente e também mais vaga, porque afinal tudo é cultura, tenha origem primitiva ou erudita. E “popular” pode ser tanto o que venha do povo, quanto o que interesse a esse mesmo povo, ou, ainda, que seja bastante conhecido pelo povo. Com a palavra folclore veio o vocábulo folclorista, a caracterizar o estudioso de tudo que vem do povo em forma de sabedoria, arte, costumes. Assim foram denominados os que no Brasil dedicaram-se a esse estudo e ao registro de suas observações: folcloristas.

A registrar pioneiramente o folclore baiano, temos, na segunda metade do século XIX, Alfredo do Vale Cabral (1851-1894), que representa, para a Bahia, em termos de pioneirismo no estudo e registro do folclore, o que Sílvio Romero representa para o Brasil, mas também Alexandre José de Melo Moraes Filho (1844-1919), Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), embora esse fosse mais etnólogo que folclorista, e Manoel Joaquim de Souza Brito, mais conhecido como Bento Murila (1860-1910). Esses os pioneiros de mais destaque, a enfrentarem o preconceito inicial de, com o nome e a respeitabilidade que tinham em suas respectivas áreas, os três últimos foram médicos de grande prestígio, ocuparem-se de assuntos populares. Mas o folclore baiano foi também registrado por nossos principais cronistas, em sua atuação na imprensa baiana, já a partir do final do século XIX, e, principalmente,

no início do século XX. A anotação das expressões populares vinha embutida em relatos, memórias, matérias jornalísticas e até no contexto de obras de ficção, de que são exemplos os romances, as novelas e os contos de Xavier Marques (1861-1942) e a curta, porém marcante obra ficcional de J. M. Cardoso de Oliveira (1865-1962), com o seu famoso e único romance, *Dois metros e cinco*. Nesses mesmos final do século XIX e início do século XX, seguindo o caminho aberto por Vale Cabral, tanto no registro sistemático, quanto na tentativa de estruturação, mas também na divulgação pela imprensa, vamos encontrar um Manuel Raimundo Querino (1851-1923), um João Chrysóstomo da Silva Campos (1880-1940), ambos santamarenses, e um Antônio Vianna, a nos trazerem por meio da imprensa diária, mas também em exposições orais e livros, a anotação pormenorizada de festas, usos, costumes, comidas, enfim, a cultura popular em suas mais variadas manifestações.

Com um século e meio de caminho percorrido, o estudo do folclore na Bahia bem merece uma historiografia de seus começos e sua trajetória, incluindo os devidos esclarecimentos biográficos de seus principais cultores, alguns já bem esquecidos, também a análise da contribuição de cada um deles para esse estudo, tanto em nível regional quanto nacional. Muito haveria e há para se dizer, por exemplo, sobre cada um dos referidos, os dois últimos, Silva Campos e Antônio Vianna, participantes da sociedade literária baiana Nova Cruzada, que revelou valores e marcou época. Porém o que aqui nos interessa, neste artigo que tem como único propósito trazer a lembrança de Hildegardes Vianna, é o último dos citados, Antônio Gonçalves Vianna Júnior, mais conhecido como Antônio Vianna.

Era filho do abastado comerciante português Antônio Gonçalves Vianna e de Cândida Effen Vianna. Nasceu no dia 26 de julho de

1884 no sobrado de número 8 da Ladeira de São Bento, em Salvador. Começou na imprensa como aprendiz de revisor em 1911, no *Correio da Manhã*, jornal de oposição dirigido por Eduardo Gordilho Costa, transferindo-se para o *Diário da Bahia* onde chegou a secretário de redação. Daí foi para o *Jornal de Notícias*, dirigido por Aloísio de Carvalho, o Lulu Parola. Passou em seguida para o *Diário de Notícias*, e depois para o *Jornal Moderno*, dando início à publicação de crônicas com os pseudônimos Aldo e Praxedes Júnior. É a partir dessas crônicas que começa a ser apreciado pelo público, o que aumentou no segundo governo Seabra, com a coluna “O Dia do Palácio”. Transferindo-se para *O Imparcial*, manteve artigos com o título geral “De Relance”, trazendo mais uma vez o pseudônimo Aldo. De *O Imparcial* foi para o *Estado da Bahia*, na ocasião dirigido pelo médico, político, autor teatral e jornalista Manços Chastinet. Seu último jornal foi *A Tarde*, onde publicou crônicas sobre pessoas e costumes tradicionais da Cidade do Salvador. Além de ter participado da Nova Cruzada, foi diretor tesoureiro da Associação Bahiana de Imprensa, sócio efetivo atuante do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, onde integrou por alguns mandatos uma das comissões permanentes, e membro da Academia de Letras da Bahia, onde ocupou a Cadeira número 27, fazendo parte por várias vezes da diretoria.

Embora poeta reconhecido por seus contemporâneos, a maior contribuição cultural de Antônio Vianna para a Bahia, também a que mais o notabilizou, a ponto de se tornar uma referência, foram justamente essas crônicas tiradas da memória e escritas na linguagem fluente e íntima, quase confessional dos cronistas, sobre pessoas e costumes da Cidade do Salvador. Nelas, encontra-se um trabalho de folclorista, mas também de estudioso de costumes, na medida em que o escritor se revela um arguto observador e anotador do viver baiano. Quarenta e cinco dessas crônicas, publicadas no *Diário da Bahia*,

Diário de Notícias, *Jornal de Notícias* e *A Tarde*, foram reunidas no volume *Casos e coisas da Bahia*, editado pelo Museu do Estado em 1950, com prefácio de José Valadares, obra postumamente republicada pela Fundação Cultural do Estado da Bahia em 1984, com apresentação de Pedro Calmon, como parte das comemorações do centenário de nascimento do autor. Ao morrer, em 30 de dezembro de 1952, Antônio Vianna era a grande referência sobre o folclore, os usos e os costumes baianos. Mas a filha, Hildegardes Vianna, já lhe seguia os passos e pôde, com o exercício praticamente diário, por décadas a fio, dessa mesma atividade, realizar um trabalho de pesquisa e registro bem maior que o do pai, tornando-se, por sua vez, a maior referência baiana nesses setores, se é que se pode, a rigor, separar folclore de usos e costumes. Hildegardes, tal como o pai, não separou. E de tal ordem foi a sua contribuição para a divulgação e o estudo do modo de viver e proceder dos baianos, que Thales de Azevedo, do alto de sua autoridade como sociólogo e historiador, apesar de reconhecê-la como folclorista, classificou-a bem mais de “costumbrista”.

Hildegardes Cantolino Vianna nasceu do dia 31 de março de 1919, em Salvador, Bahia, mais precisamente na rua do Jenipapeiro, filha de Antônio Gonçalves Vianna Júnior e Amália Cantolino Vianna. O irmão mais velho chamava-se Waltércio Cantolino Vianna, e aqui vai citado pela grande influência que exerceu sobre ela, a segunda maior, depois do pai. Filha de um pai culto, respeitado e conhecido, escritor e jornalista, Hildegardes teve, durante toda a sua infância, a casa frequentada por homens de reconhecida cultura, também notáveis e de grande prestígio no meio cultural da Bahia, personalidades também da imprensa, sócios do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, membros da Academia de Letras da Bahia e integrantes ilustres da Associação Bahiana de Imprensa.

Cursou o primário e o ginásio no conceituado educandário do professor Hugo Balthazar da Silveira, o Instituto Bahiano de Ensino, no Campo da Pólvora, e se mostrou bem cedo interessada pelo folclore e pelos costumes da sociedade baiana, particularmente de uma a duas gerações anteriores à dela. Faz-se notório que esse interesse tinha como principal motivação o pai, mas, acrescido a isso, e com base em depoimentos dela própria, a sua residência, na infância, era uma casa grande, com muitos quartos, povoada de parentes e pessoas idosas, pessoas que vinham de outra época, com hábitos e sabedorias de tempos passados, e logo ela se deixou envolver pelas práticas, mas também pelas memórias e pelas histórias contadas por essa gente, relatos que ela guardava e guardou para sempre com uma impressionante riqueza de pormenores. Muito de seu conhecimento sobre o período que ela descreve tão bem em sua obra, mas que, em grande parte, pessoalmente não viveu, veio dessa maneira, do convívio, da observação e da escuta das pessoas mais velhas da sua infância e adolescência. Animada com o que via e ouvia em casa e acompanhando o trabalho do pai, aos doze anos de idade iniciou a produção de seus escritos, que ficaram restritos à família. E, aos quinze, teve um artigo seu publicado pelo jornalista Edgar Curvelo no rodapé d'*O Imparcial*, onde o pai trabalhava. Porém, para desgosto dela, alguém lhe perguntou quem havia escrito aquilo para ela assinar. O pai? Deraldo Dias? Lulu Parola? Os dois últimos, amigos de Antônio Vianna, frequentadores da casa. Isso até podia ser tomado como um elogio, uma prova da qualidade desse trabalho, já que podia ser atribuído a essas pessoas tão conceituadas, mas, para um autor, ainda mais um autor estreante, é sempre motivo de frustração, pois é a demonstração de que os outros não o julgam capaz de realizar o que está apresentando como seu. Sem contar que a desconfiança de uma apropriação indébita já é, por si só, uma acusação de desonestidade. E foi assim, desse modo

negativo e acusatório, que Hildegardes sentiu. Talvez tivesse sentido também, naquele momento, que, por mais que fizesse, estaria sempre na sombra do pai consagrado. E ela deixou que se apagasse, dentro dela, o recém-acendido entusiasmo.

Era ainda uma época em que poucas mulheres faziam curso superior, a maioria destinava-se naturalmente ao casamento, à dependência do marido, à casa, aos filhos, às prendas domésticas. Hildegardes, em cumprimento ao desejo do pai, que fazia questão de que ela tivesse um curso superior e uma profissão, exatamente para não depender de marido, trilhou o caminho da exceção. Seguindo os passos do irmão ingressou na Faculdade Livre de Direito da Bahia, de onde saiu diplomada em 1938, portanto aos dezenove anos de idade, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Não se tem notícia de que ela, em algum momento, mesmo tendo um irmão advogado, tenha exercido a advocacia, ou qualquer outra especialidade da profissão das leis. Formou-se depois em piano pela Escola de Música da Bahia, à Piedade, dos irmãos Jatobá, dirigida pelo maestro Pedro Jatobá.

Em 1948, quatorze anos após aquela malograda experiência n'*O Imparcial*, Antônio Vianna assumiu a coordenação da Comissão Baiana de Folclore. Tratava-se de uma entidade cultural fundada nesse mesmo ano, sem fins lucrativos, ligada à Comissão Nacional de Folclore, por sua vez vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, órgão brasileiro da Unesco. A Comissão Nacional fora criada no ano anterior e já no ano seguinte tratou de abranger todo o território brasileiro por meio de comissões estaduais semelhantes, a ela vinculada. Uma delas foi a Comissão Baiana, que tinha por objetivo incentivar e coordenar as pesquisas, os estudos, a promoção, a defesa e a divulgação do folclore no Estado da Bahia. O musicólogo e folclorista baiano Renato Almeida, residente no Rio de Janeiro,

um dos fundadores da Comissão Nacional, escreveu à Academia de Letras da Bahia solicitando a indicação de um acadêmico, ou pessoa da terra, capaz de arcar com a responsabilidade de aqui implantar uma comissão de folclore. Luiz Pinto de Carvalho, o presidente da Academia, indicou Antônio Vianna que, por sua vez, aceitou e ficou incumbido dessa tarefa. Hildegardes, que já o secretariava, foi nomeada secretária-geral dessa Comissão. Data, pois, dessa nomeação para uma incipiente instituição que, mais tarde, com a morte do pai, ela iria presidir, o início da sua trajetória como folclorista, costumbrista, historiadora social, mas também conferencista e cronista especializada nesses assuntos.

No começo, como secretária-geral, apenas datilografava a volumosa correspondência da Comissão. Depois o pai animou-a a mostrar os seus conhecimentos de portadora de folclore. E Hildegardes passou a realizar trabalhos de registro de tradições baianas, enviando-os ao Boletim da Comissão Nacional de Folclore. Um desses trabalhos foi uma pesquisa intitulada “Contribuição ao Estudo da Cozinha Baiana”, que resultaria no livro de 1955, *A cozinha baiana: seu folclore, suas receitas*, um assunto pioneiramente tratado em livro por Manuel Querino em 1928, e que encontraria o seu mais completo e erudito estudioso, várias décadas depois de Hildegardes, em Guilherme Requião Radel. Mas foi tão notável e relevante essa pesquisa inicial de Hildegardes Vianna, que obteve grande repercussão e foi aproveitada posteriormente por Câmara Cascudo no livro *A história da alimentação no Brasil*. Outro trabalho enviado para a Comissão Nacional de Folclore e divulgado no seu Boletim de 8 de abril de 1949, foi “Breviário de uma Sendeirona”, abordando a visão popular das parteiras.

Ainda em 1949, portanto no ano seguinte à instalação da Comissão Baiana, aconteceu o I Congresso de História da Bahia, realizado

pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, um importante evento do qual participaram os principais historiadores baianos, entre eles Pedro Calmon e Wanderley Pinho. Nesse congresso, animada agora pelo primeiro sucesso, Hildegardes proferiu uma conferência sobre as parteiras que encantou a todos, assunto já trabalhado anteriormente no “Breviário”, e que resultaria na publicação de 1988, o número 133 da coleção de publicações do Centro de Estudos Baianos, *As aparadeiras e as sendeironas, seu folclore*. Não parou mais com suas conferências, várias delas proferidas no próprio Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sempre chamando a atenção, não apenas pela riqueza do conteúdo, mas também pelo seu modo peculiar e encantador de falar em público, trazendo, com muita graça e espontaneidade, também irreverência e ironia, situações bem-humoradas e curiosas de uma Bahia que já se perdera no tempo, mas que, por isso mesmo, precisava ser registrada e transmitida às novas gerações. Paralelamente, passou a publicar matérias sobre esses mesmos assuntos na página literária do jornal *A Tarde*, quando ainda era editada por Heron de Alencar, colaboração que permaneceria nos anos 50 com o novo editor dessa página, Junot Silveira, ganhando uma seção quinzenal com o título geral “Notas Folclóricas”.

Trabalhou ao lado do pai na Comissão Baiana de Folclore durante quatro anos, de 1948 a 1952. Nesse período, em 1951, participou do I Congresso Brasileiro de Folclore, no Rio de Janeiro, onde apresentou mais um trabalho sobre a cozinha baiana, apontando novos rumos para o seu estudo. Nessa ocasião reencontrou o conterrâneo Édison Carneiro, um conhecimento do seu tempo de ginásiana, quando ele era colega do irmão Waltércio na Faculdade de Direito da Bahia, tendo sido ela sua caloura, quando entrou nessa mesma faculdade. Nesse reencontro Édison Carneiro já era o famoso etnólogo, especializado em temas afro-brasileiros, também grande defensor e incentivador

do estudo do folclore. E passaram a corresponder-se, tornando-se ele um grande incentivador do seu trabalho.

Antônio Vianna morreu em 30 de dezembro de 1952. Profundamente ferida, pois, segundo a própria Hildegardes, o amor pelo pai era o que ela “tinha de mais sagrado”, o que reafirmou no seu discurso de posse na Academia de Letras da Bahia, decidiu continuar o trabalho que faziam juntos, como uma maneira de mantê-lo vivo e perto dela. Assumiu a presidência da Comissão e deu seguimento aos estudos, às pesquisas, às publicações. Não foi uma decisão sem um preço a pagar. Ainda uma vez, como acontecera naquela primeira publicação n’*O Imparcial*, houve quem a acusasse de estar se apropriando de anotações e crônicas inéditas do pai, um murmúrio sem maior repercussão, mas que a deixou arrasada, segundo ela fez questão de deixar registrado. Precisou ser estimulada pelo irmão Waltércio para continuar, e felizmente assim o fez, pois logo, sem qualquer contestação, todos tiveram de admitir a sua luz própria, o seu talento, o extraordinário valor de sua obra, passando a ser acatada e admirada nacionalmente, além de requisitada com frequência para as suas contribuições em órgãos oficiais, instituições especializadas, congressos, cursos, periódicos, jornais, enfim, onde houvesse necessidade ou interesse sobre a vasta e rica matéria que ela tratava.

Seu currículo tornou-se verdadeiramente notável, sendo impressionante a sua atividade. Especializou-se em etnologia no Centro de Estudos de Etnologia da Universidade de Lisboa. Foi orientadora de pesquisas folclóricas da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Salvador, assessora de folclore da Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador, pesquisadora do Arquivo Público do Estado da Bahia, professora do Instituto de Música da Universidade Católica do Salvador, professora adjunta da Universidade Federal da Bahia, lecio-

nando dança folclórica e folclore musical na Escola de Música e Artes Cênicas, e técnica em assuntos culturais da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Ministrou cursos de introdução à ciência do folclore, patrocinados pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, do Ministério da Educação e Cultura, tendo participado também, como conferencista, de outros cursos de folclore dessa mesma Campanha do Ministério da Educação e Cultura, com atuação semelhante no posterior Instituto Nacional do Folclore. Foi também conferencista em diversas universidades do sul do país, membro do Conselho de Turismo da Cidade do Salvador e do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural do Estado da Bahia, cabendo a ela organizar, tendo dirigido por um tempo, o Museu da Associação Bahiana de Imprensa. Em 1980, tornou-se a segunda mulher a ser eleita para a Academia de Letras da Bahia, sendo empossada, no início do ano seguinte, na Cadeira número 36, no que seguia, mais uma vez, também nesse particular, os passos do pai.

Até aquele momento, quando se torna membro efetivo da mais prestigiosa instituição cultural da Bahia e que, em mais de seis décadas de existência, elegeu apenas uma mulher antes dela, o que é uma demonstração do nome e do conceito que alcançara entre os intelectuais de sua terra, Hildegardes já publicara vários livros, todos de reconhecida relevância para os assuntos que tratavam, além de trazerem a sedução da escrita pela leveza e graça do estilo, que os tornavam de encantadora leitura, com consequentes receptividade e repercussão. Além da obra citada, sobre a cozinha baiana, publicou *Festas de santos e santos festejados*, em 1960, *Aspectos folclóricos da proclamação da República* na Bahia, em 1963, e *A Bahia já foi assim*, em 1973, que ganharia uma nova edição seis anos depois. No ano mesmo de sua posse na Academia, 1981, publicou *Folclore brasileiro – Bahia*. Já acadêmica, vieram as obras *Calendário das festas populares da Bahia*, em 1983, *Breve notícia*

sobre acontecimentos na Bahia no início do século XX, igualmente em 1983, a também já citada *As aparadeiras e as sendeironas, seu folclore*, em 1988, e *Antigamente era assim*, em 1994. *Acozinha baiana, seu folclore, suas receitas*, o primeiro livro, teve uma segunda edição em 1987, e *A Bahia já foi assim* mais duas edições, além das duas aqui mencionadas, tornando-se referência indispensável para o folclore, os costumes e a memória da Bahia. Porém o que fez a popularidade de Hildegardes Vianna, à semelhança do que aconteceu com o seu pai, foi a publicação semanal de crônicas em *A Tarde* durante quarenta e quatro anos, de 1955 a 1999.

A crônica saía às segundas-feiras, na página editorial, que era também a página onde publicavam os principais cronistas e articulistas do jornal. Não trazia um título geral. A palavra-chave, para esses escritos, não seria exatamente “folclore”, ou mesmo “costumes”, e sim “memória”. Era a memória da Bahia do final do século XIX aos anos quarenta do século XX, a matéria tratada semanalmente, dando a impressão de um assunto inesgotável. Como a autora mesma chamou atenção, em nota introdutória de um de seus livros, a década de 1940 ocasionou, com a Segunda Grande Guerra, um dos maiores abalos na trajetória e nos costumes da humanidade. Daí a fixação do registro até essa década, que acabou se distanciando bastante das que vieram depois, particularmente a partir dos anos sessenta, já que os anos cinquenta ainda guardam muitas semelhanças com a década anterior. O estilo empregado, fluente, claro, numa linguagem de alto nível, mas de total compreensão do grande público, trazendo ao mesmo tempo leveza e bom humor, lembrava o do pai, mas era dela própria, e quem a conhecia pessoalmente via que Hildegardes escrevia como falava, pondo-se inteira no que escrevia. As suas crônicas eram não apenas um veículo semanal de preciosas informações sobre a sociedade baiana de décadas anteriores, mas também uma leitura altamente prazerosa, que

encantava e divertia. Formou um imenso público cativo. Não eram poucos os leitores que não se conformavam em apenas ler, também recortavam e colecionavam essas crônicas, insistindo para que ela as perenizasse em livros. Nos quarenta e quatro anos de crônica semanal, calcula-se que tenha escrito cerca de mil e quinhentas crônicas. As dezenas que aproveitou para formarem os volumes *A Bahia era assim* e *Antigamente era assim* representam, pois, uma porcentagem mínima da sua obra sobre o assunto, que podia ser acrescida de vários outros volumes com o mesmo número de páginas, a mesma quantidade de crônicas, a mesma relevância informativa e o mesmo prazer de leitura.

As razões para o evidente interesse dos leitores do jornal eram várias. A primeira delas, sem dúvida, o próprio assunto, o registro de tradições e hábitos que deixaram de existir, embora tivessem sido de fundamental importância para a vida da sociedade da época, sendo, por isso mesmo, vistos com grande curiosidade.

O tempo inexoravelmente modifica os costumes. A evolução humana, não apenas social, mas também tecnológica, leva o indivíduo e a sociedade, em seu formidável conjunto, de período em período, a comportar-se de outra maneira, a adquirir diferentes valores, a ver e julgar “o outro” sob novos prismas, não importa se mais ou menos justos. E os velhos costumes, os arraigados preconceitos e os significados antigos vão ficando distantes e esquecidos, embolorados no fundo da memória social, até que um dia, se não tiverem quem os registre em obra que se torne clássica, como se tornou a de Hildegardes, acabam por se perder completamente, não apenas da memória individual e coletiva, mas da própria História. Não há vantagem alguma no esquecimento social. Toda memória perdida, ainda que de costumes negativos ou não mais desejados, é prejudicial ao aprendizado humano, que precisa do conhecimento do passado para corrigir, justificar ou

estabelecer o presente em melhores bases. Alguns desses costumes são tão incompreensíveis para o indivíduo contemporâneo, que podem até despertar a descrença. Pois então as pessoas eram assim? Faziam isso? Viviam dessa forma? A distância é enorme. Dificuldades do passado foram resolvidas, e novas dificuldades surgiram que não existiam em tempos anteriores. O mesmo quanto às obrigações, ao gosto, à relação entre os indivíduos. Como se a sociedade atual fosse o reverso da antiga, e não o desdobrar natural de uma caminhada evolutiva que sempre leva a humanidade a comportamentos imprevistos.

Essa a primeira razão por que as crônicas sobre usos e costumes do passado, daquela cronista semanal, se tornassem leitura tão interessante ou mais do que à de qualquer outra crônica de outra natureza, pois despertavam um singular acréscimo de interesse por ser o seu assunto uma realidade extinta ou em extinção, e não um produto da imaginação da autora. O leitor informava-se e divertia-se em saber como eram as pessoas, como eram e como viviam os avós e bisavós, sobre os quais sempre se sabe muito pouco, por maior que seja o empenho dos descendentes em conhecê-los.

A segunda razão para o interesse foi o estilo da própria Hildegardes. Quem a conheceu pessoalmente, quem privou com ela nas sessões da Academia de Letras da Bahia, instituição na qual ela se tornou muito presente e marcante, ou do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual participava com grande brilho, quem a viu e ouviu em suas palestras, comunicações, intervenções, ou quem teve o privilégio de conversar com ela na intimidade, dificilmente lerá ou relerá as crônicas de *A Bahia já foi assim* e *Antigamente era assim* sem vê-la e ouvi-la, como se estivesse viva, impetuosamente viva, como sempre foi, a contar e dizer daquela maneira que era apenas dela, e que galvanizava a atenção dos auditórios, surpreendendo a uns, divertindo outros, fazendo-se admirar por todos.

Hildegardes tinha a noção exata do espetáculo. Uma palestra, uma conferência, ou até mesmo um discurso, tem de necessariamente passar pelo espetáculo; é, em suma, a apresentação de um indivíduo diante de uma plateia, com a intrínseca obrigação de prender a atenção, por meio de uma fala cativante ou que desperte entusiasmo. Hildegardes Vianna era uma palestrante exemplar, para não dizer verdadeiramente admirável. Vê-la e ouvi-la era como assistir a um espetáculo único, repleto de conhecimentos, mas também de verve, de bom humor, de um notável senso crítico, de observações sagazes, quando não mordazes e ferinas, e de uma irreverência que, para muitos, chegava às raias da inconveniência. Ela nunca se preocupou com isso. Como se dizia no passado, nesse mesmo passado que ela tão bem descreve, “não tinha papas na língua”, e dizia o que achava que devia dizer, do jeito como queria dizer, pouco se importando se agradava ou não a este ou aquele. Aos auditórios sempre agradava. E é verdadeiramente uma lástima que no seu tempo não se tivesse, na Academia e no Instituto, as facilidades que hoje se tem para registrar a sua imagem e a sua voz, a sua figura risonha e respeitável, o seu modo único e implacável de dizer.

Foi esse estilo de falar, desataviado, lúcido, fluente, bem-humorado, irreverente e verdadeiro, extremamente verdadeiro, que Hildegardes pôs nas suas crônicas de costumes. Escrevia para o grande público, o vasto e heterogêneo público da grande imprensa, e era lida e apreciada do intelectual ao homem simples do povo, que buscavam a sua coluna como um refrigério para as durezas das notícias do dia a dia, que o jornal estampava, divertindo-se com fatos e situações para a maioria completamente desconhecidos e mesmo inacreditáveis. Ler Hildegardes era sair um pouco do presente e mergulhar no quase inimaginável mundo do passado, divertindo-se com os pormenores que só ela podia trazer com a exatidão e o encantamento que trazia.

Não era possível obter esse resultado sem talento, mas também sem amor. Amor às pessoas, amor à época que ela recriava por meio das lembranças, amor à própria terra, cenário indispensável dos usos e costumes dos povos, berço principal de seus destinos.

Amor à época não significa satisfação com todas as circunstâncias da época, e é de ver o asco com que Hildegardes descreve a falta de higiene do famoso “quarto da sala”, também chamado “quarto da frente”, tradicionalmente mobiliado pelo pai da noiva e também tradicionalmente reservado para as visitas, numa das crônicas de *A Bahia já foi assim*. Muito menos significa aprovação às desigualdades ou às injustiças sociais dessa época, e aqui o que chama a atenção é a condição social inferior e mesmo marginalizada do pobre e do preto, bem como o papel subalterno e submisso da mulher em todas as camadas sociais, numa sociedade rigidamente hierarquizada e ostensivamente preconceituosa, que vivia das aparências.

Não há época alguma na história da humanidade que não tenha sido desigual ou injusta. Como não há época que não tenha tido seus aspectos positivos. Ao retratista social cabe revelar a realidade com as suas vantagens, mas também com as suas mazelas, e não tentar ocultá-las, na intenção de apresentar um ambiente perfeito. Assim, além de guardar o passado, a ação do historiador social ganha dimensão de instrumento de aperfeiçoamento da sociedade, na medida em que o retrato fiel, sem omissões ou enfeites, torna-se argumento e motivação para as necessárias mudanças.

Longe de serem escritos datados, que pudessem interessar apenas ao público daqueles anos da publicação na imprensa, mas sem o fôlego da permanência, as crônicas de costumes de Hildegardes Vianna tornam-se, ao contrário disso, mais interessantes à medida que o tempo passa, pois mais diferente e curiosa parece a época registrada. Como

documento social, pode-se dizer o mesmo: justamente por fixarem uma época cada vez mais distante, constituem registros cada vez mais raros e preciosos, extrapolam a simples curiosidade e a boa leitura, para se tornarem subsídios de fundamental importância para o sociólogo, o antropólogo e o historiador, sem esquecer o ficcionista que deseje ambientar a sua trama nas décadas retratadas.

Mas, afinal, sobre que Bahia escrevia Hildegardes? Em particular, de que Cidade do Salvador falava Hildegardes? Trata-se de uma sociedade bem mais tranquila, na qual havia tempo para visitas regulares, merendas, conversas compridas que tomavam a tarde inteira. Morava-se em casas, estreitas, de porta e janela, ou amplas, de muitos cômodos, e não em apartamentos. A janela era uma importantíssima instituição social, da qual se podia mandar um recado, saber da vida dos outros e, principalmente, arranjar namorado e, conseqüentemente, marido. Era uma vergonha para qualquer um ir à venda comprar temperos. Certas palavras eram impronunciáveis. Ninguém escapava de uma superstição. Tomava-se a bênção aos mais velhos. Os preconceitos, numerosos e fortíssimos, longe de serem politicamente incorretos ou até mesmo criminalizados, eram de bom tom. Morria-se por tudo e qualquer coisa e os diagnósticos, hoje, fariam os médicos sorrirem, entre divertidos e penalizados. Os velórios eram feitos nas residências, botava-se luto nas roupas, a missa do defunto era uma festa. Os vendedores iam às portas, que ficavam abertas porque ninguém tinha medo de assalto. Andava-se de bonde e a carroça era um importante meio de transporte de mercadoria. Enfim, uma Bahia, e, em particular, uma Cidade do Salvador que já não existem, a não ser na anotação e na memória de seus historiadores e cronistas, entre os quais essa mestra incomparável, que mais e melhor registrou os costumes da nossa terra, numa obra que, bem reparada, encerra mais críticas do que saudosismo.

O passado da Bahia, no aspecto do convívio social, mas também das tradições e crenças, encontra-se, pois, registrado e redivivo, com suas virtudes e defeitos, em toda a obra da folclorista e costumbrista Hildegardes Vianna. Uma obra que vem sendo estudada, aplaudida, criticada, injustiçada, às vezes distorcida e incompreendida por autores que não sabem ver a época na época, menos ainda a importância de se registrar com fidelidade uma época, mas, felizmente, o mais das vezes reconhecida pelo seu valor literário, histórico e social, e sempre recebida com interesse e curiosidade quando ocorre uma nova edição de qualquer de seus livros.

Hildegardes Cantolino Vianna morreu na Cidade do Salvador aos oitenta e seis anos de idade, em 13 de junho de 2005.

REFERÊNCIAS:

CASTRO, Renato Berbert de. **Breviário da Academia de Letras da Bahia 1917-1994**, 2ª edição, atualizada e aumentada. Salvador, Conselho Estadual de Cultura, Fundação Cultural do Estado da Bahia, Academia de Letras da Bahia, 1994.

COSTA, Aramis Ribeiro. O Passado da Bahia na Memória de Hildegardes Vianna. **Prefácio** de *A Bahia já foi assim*, 4ª. edição. Coleção Mestres da Literatura Baiana, v. 1. Salvador, Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Salvador, Academia de Letras da Bahia, 2012.

SILVA, José Calasans Brandão da. “Hildegardes Vianna”. In: **Revista da Academia de Letras da Bahia**, Salvador, v.29, p. 65-70, set. 1981.

VIANNA, Antônio. **Casos e coisas da Bahia**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

VIANNA, Hildegardes. **A Bahia já foi assim**, 2ª. edição. São Paulo, Edições GRD em convênio com o Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1979.

VIANNA, Hildegardes. “Cadeira 36”. *In*: **Revista da Academia de Letras da Bahia**, Salvador, v.29, p. 47-64, set 1981.

VIANNA, Hildegardes. **Antigamente era assim**. Rio de Janeiro: Record; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994.

A PRESENÇA BAIANA DE EUCLIDES DA CUNHA

Matheus Miranda de Sá Campelo¹

Ainda que 110 anos, do falecimento de Euclides da Cunha possam ter passado, e quase 150 calendários tenham decorrido, desde que este meu primo chegou aos cuidados dos meus quinto avós², na casa grande da fazenda de São Joaquim, situada na velha zona da freguesia de São João Batista do Valão dos Veados (ou dos

¹ Advogado. Pesquisador. Genealogista. Sócio Titular do Colégio Brasileiro de Genealogia. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia – ASBRAP.

² O Comendador Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional José Antônio de Magalhães Garcez e sua esposa, D. Laura Constança Alves Moreira, Moreira Garcez após o casamento. Para fins de verdadeira correção de seus nomes, que tenho visto sendo gravados de forma errada em diversas publicações, queira por desconhecimento, ou por simples por confusão que os pesquisadores fazem entre os nomes de pai e filho, o meu quarto avô, o Coronel Cândido José de Magalhães Garcez – Candinho, que foi inseparável amigo de Euclides em sua infância – registrem-se, para bem da manutenção de suas memórias, como eles realmente se chamavam.

Milagres), hoje distrito de Cambiasca do município de São Fidélis, e Estado do Rio de Janeiro, bem pouco de sua história privada, ou de sua dinâmica íntimo-familiar, foram desvendadas. Este desconhecimento, na singela opinião de quem cresceu ouvindo sobre os aspectos mais resguardados de meus parentes e antepassados, é, sem dúvida, a causa de muitas das lacunas que ainda sobrevivem para a figura de Euclides.

Todos os anos, um sem número de livros e artigos são publicados acerca de Euclides e do impacto de sua personalidade tanto na literatura nacional quanto no pensamento social brasileiro, mas pouquíssimos são os trabalhos que, verdadeiramente interessados em decifrá-lo, se detiveram sobre os aspectos mais básicos de sua construção: os de sua origem e criação. Entre teses, dissertações, anais, palestras, compêndios, edições e reedições, temos mais de uma centena de estudos que, pretendendo compreender as razões e a lógica de Euclides desde 1909, muitas vezes ignoram as raízes basilares do escritor, variável extremamente relevante para que qualquer ser humano seja contextualizado e percebido, e especialmente um que tenha nascido no velho século XIX.

Discutir Euclides da Cunha neste contexto de desfalque é, portanto, um mero exercício de suposições, tarefa que, dada a natureza conturbada e enigmática do autor, pouco serve de hipótese interpretativa a respeito de sua individualidade, coisa que, já na beira do errático, torna-se ainda mais incompleta e praticamente impossível de se realizar se a descrição de seu perfil fica condicionada ao sequestro de pauta que as polêmicas de seu último ano de sua vida lhe irrogam, algo totalmente comum, na vasta bibliografia euclidiana. Assim, apesar de passados mais de 100 anos desde a sua morte, e a despeito de alguns trabalhos que efetivamente o atinjam

por abordagens inovadoras³, creio que uma biografia definitiva de Euclides da Cunha ainda há de ser escrita.

Como defensor de uma escola de pesquisa em que toda biografia necessita obrigatoriamente de uma profunda avaliação da família e da vida privada do investigado, firme na capacidade deste tipo de estudo para gerar dados, sínteses e apurações hábeis o bastante para desvelar as mais sensíveis construções sociais do biografado, cominei, do convite e da convocação que recebi⁴, todas as lembranças de minha querida avó⁵, com uma série de levantamentos documentais e bibliográficos que me permitissem restituir o espírito euclidiano, tão carente de um prisma de análise micro histórico para que várias das facetas da psicologia, do pensamento e do caráter de Euclides de Cunha, deixassem, enfim, de seguir sem qualquer resolução verdadeira ou satisfatória.

Desta recomposição, que ultrapassou inteiramente o espectro e o simples significado da consanguinidade de Euclides e de seus primos⁶,

³ E aqui destaco, dentre outros, os trabalhos dos pesquisadores Felipe Pereira Rissato e Leopoldo Marcos Garcia Lopes Bernucci, que obtiveram resultados reveladores através da análise do material iconográfico e postal de Euclides da Cunha.

⁴ O primeiro, da amizade que travei com o professor Fernando da Rocha Peres. O segundo, do compromisso que assumi, desenvolvido por interesse desde jovem, na preservação dessas histórias, hoje intensificadas pelo desenvolvimento da pesquisa genealógica.

⁵ A mais velha de seus irmãos, D. Naila (Rodrigues) Miranda de Sá, à quem dedico este trabalho.

⁶ Que a bem da verdade fizeram-se irmãos. Euclides passou um bom pedaço de sua infância em São Fidélis e por lá ficou naquele que talvez seja o maior período assentado de sua vida. Foi lá que ele aprendeu suas primeiras letras, brincando e estudando sempre em companhia de seu primo Cândido, que dele, guardando fraternal memória até a morte, nunca se esqueceu. Come-

resgatei um bom número de informações que não só recompuseram e corrigiram a trajetória histórico-familiar dos Pimenta da Cunha, mas que também demonstraram o quão baiano o autor de *Os Sertões* foi. Na qualidade de quem compartilha do sangue materno de Euclides, como descendente de seu primo e amigo de infância, o meu quarto avô, Candido José de Magalhães Garcez, filho do Coronel José Antônio e de D. Laura, tios maternos do escritor, devo conceder que, de nossas memórias, Euclides da Cunha em mais se parecerá com seus parentes da Bahia do que com seus familiares do Norte Fluminense.

çou seu aprendizado primeiro com D. Laura, em casa, conforme costume da época. Em seguida, quando já em idade colegial, foi para o centro da vila de São Fidélis, de onde saiu da fazenda de São Joaquim para o Solar dos Garcez, residência urbana da família que ficava na beira do rio Paraíba. Tenha-se aqui, para mais do que a maioria dos euclidianistas relatam, que Euclides não foi a única criança a ser tutelada pelos Garcez sem que deles fosse filho. Afora meu quarto avô, Cândido, tanto Euclides quanto Adélia, única irmã do escritor, foram criados junto com Trajano – filho de criação do casal Garcez, de quem desconheço maior referência – e com Urbano, primo de Euclides por parte de sua outra tia materna, D. Rosinda, com quem Euclides e sua irmã viveram antes de ir para os Garcez. Após o falecimento de D. Rosinda, Euclides, Adélia e Urbano foram levados para a fazenda de São Joaquim, onde chegaram na virada de 1870. Mais velho que os demais, Urbano pouco fica em São Fidélis, pelo que logo é mandado para o Rio de Janeiro, onde vai para estudar, ficando sob a guarda dos irmãos e da mãe do Coronel Magalhães Garcez, D. Leocádia (Maria) Madalena Joaquina Xavier de Magalhães Garcez. Os quatro restantes, Trajano, Cândido, Euclides e Adélia, que regulavam em idade, viveram juntos até serem separados pela partida de Euclides nos fins de 1876 e de 1877. Há divergência na memória da família sobre a partida de Adélia e se ela teria deixado os Garcez na mesma época.



Euclides da Cunha por volta dos 10 Anos⁷

Apesar de ter sido primeiramente educado, pelos familiares de sua mãe, do Rio de Janeiro, dos quais adquire profundas experiências que o marcam, Euclides na verdade refletiu, no curso de sua vida adulta, uma identidade muito mais parecida com a de sua numerosa parentela da Bahia, adquirida, sem dúvida, de seu convívio com a família paterna, oriunda de Salvador, e com quem Euclides quase que exclusivamente

⁷ Em São Fidélis, conforme memória familiar. Fotografia publicada na *Revista Dom Casmurro*, edição especial de aniversário, página 19, nº 439-440, Maio de 1946, ano X, dirigida por Luiz Leopoldo Brício de Abreu. Dois exemplares desta rara e valiosa revista existem na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro, na biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa, sob a referência da Coleção Plínio Doyle, o segundo sob a Coleção BRG da biblioteca reservada do Petit Trianon da Academia Brasileira de Letras. Às duas instituições, por estas e outras fontes, os meus agradecimentos.

se relacionará, em seus anos formativos finais. Nascido no vilarejo de Santa Rita do Rio Negro, Euclides foi criado em São Fidélis, onde ele aprendeu sobre parcela inestimável da realidade imperial do final do século XIX. Quando conhece e toma consciência do que era a vida rural brasileira, a escravidão, o modelo de produção interiorano nacional, e o de política provinciana, Euclides o faz por meio de sua experiência no campo fidelense, junto de seus primos, e de seus tios agroexportadores do Sudeste.

Quando sai de São Fidélis para descobrir o que é a vida urbana, o ganho, a vida do profissional liberal, a dinâmica das corporações, do comércio, da indústria e da política cidadina imperial, Euclides já o faz sob a cura e o enfoque de seus parentes baianos. Em primeiro lugar, fica com o pai, um pequeno guarda-livros que liquida seus negócios em São Fidélis para tentar a vida na corte. Em segundo, quando ele prossegue no aperfeiçoamento de seus estudos, Euclides rumo para Salvador, onde fica junto de um irmão do pai, igualmente guarda-livros, e da avó paterna, baianos. Por último, Euclides fica também com um tio paterno, Antônio, igualmente baiano, que vivia corte do Rio de Janeiro, onde casou. É desta indelével influência e aprendizado, que dura de 1878 até 1886, quando Euclides ingressa na carreira militar, que o autor vai fundear boa parte de seu ethos e de suas aptidões.

Embalado em parte da mais notável intelectualidade brasileira do séc. XIX, a Nordestina, e na inesquecível relação que terá da Bahia pelo enrijecimento de seus estudos, culminantes, mais tarde, no ápice e na essência de sua vida literária, Euclides, menino do campo no Rio de Janeiro, amadurece como um moço urbano e técnico, sob a ótica baiana de quem sempre se remeterá à terra natal do pai. É nela, inclusive, que o autor, encontrando mais reverbero, vai buscar desde

matéria para reflexão e companheirismo para futuras empreitadas, a guarida em tempos de desgaste⁸. À isto, veja-se a importância que a experiência de Canudos importou, para o desenvolvimento crítico do raciocínio social de Euclides.

Ademais, veja-se a relevância da Bahia e de sua vivência entre os parentes baianos, para que Euclides da Cunha recrutasse um primo, o engenheiro Arnaldo Pimenta da Cunha, para membro de sua confiança no grupo de expedição do Alto Purus. No mesmo sentido, considere-se, ainda, o elevado grau da relação que o escritor manteve por longos anos com o tio com quem ele viveu em Salvador⁹, José Pimenta da Cunha, pai do engenheiro Arnaldo. Este movimento da vida inquieta Euclides, e de sua oposição no percurso que ele fez junto da parentela baiana, significaram não só em uma contramarcha daquilo que sua atribulada vida lhe reservava, mas também no enfraquecimento de qualquer presença que Euclides tenha tido para a zona em que ele foi criado: curiosamente, ele é mais lembrado no Rio Pardo do que entre os rios Negro¹⁰ ou Paraíba.

Apenas de passagem ou em rápida visita ao interior fluminense no decorrer de sua carreira, e já totalmente desprendido de sua esmaecida origem no Rio de Janeiro, Euclides, baiano de Cantagalo, nunca mais retornará ao assentamento dos Garcez. Terá passado por lá, pela última vez, ainda moço-promessa, entre os anos de 1889 e 1892¹¹.

⁸ Ver nota seguinte.

⁹ Como nos demonstra a longa carta que seu tio, José Rodrigues Pimenta da Cunha, o enviou em 15 de Janeiro de 1905, aconselhando-o a ter mais cuidado com seu temperamento explosivo. A carta foi escrita em papel timbrado da Companhia Fabril dos Fiaes. Assina “Tio José”. Acervo da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, referência I-04,18,023.

¹⁰ Hoje Euclidelândia, 3º distrito do município de Cantagalo.

¹¹ É de memória da família Garcez que Euclides costumava voltar em São

Nessa rápida aparição, motivada por descanso da agitação da vida na cidade ou por conta da celebração de sua formatura, Euclides teria prestado um último carinho à recordação de sua mãe, de seu velho tio, já idoso, adoentado e viúvo, e à de seu dileto amigo Cândido, amigo que dele, deixando a descendência e a memória que à mim se reportou, transmitiu, até os dias de hoje, o vivo legado da saudade e da presença deste nosso primo¹².

Joaquim para visitar a irmã, que lá teria ficado por muitos anos, ainda que o número deles não seja preciso. Roberto Ventura em *Memória Seletiva: à Frente da História in Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha*, edição especial comemorativa do centenário de Os Sertões, página 16, nº 13-14, Dezembro de 2002, nos informa, mesmo que não tenha dado fonte, que Euclides para lá teria voltado a São Fidelis em 1887 para rever os tios maternos e a irmã, que ainda vivia com eles. Apesar de alguma contradição nos relatos de meus tios trisavós, sobre D. Adélia ainda residir lá ou não, acredito que a irmão de Euclides realmente ainda tenha se mantido na fazenda de São Joaquim ainda por muitos anos, ali estando, também, em 1887. Independente disto, confirmo, pelas informações que obtive de meus familiares mais velhos, que Euclides realmente teria voltado mais uma vez para esta nossa casa em busca dos tios, no ano de 1887, visto que D. Laura, sua tia, andava muito doente há algum tempo e sob perigo de vida. Apesar de não saber a data exata em que o primo Euclides esteve, nos altos de nossa casa, creio que ele tenha ido para lá pelo menos em razão de uma despedida, pois a minha quinta avó faleceu naquele mesmo ano, entre uma Quinta e Sexta Feira, dias 2 e 3 de Junho de 1887, conforme depreendemos do *Novidades* 3/6/1887, ed. nº 117, e do *Diário de Notícias* de 4/6/1887, ed. nº 725, disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional e de sua Hemeroteca Digital, tal como repetidamente referenciado adiante, com links, e únicos obituários que, aqui, faço questão de citar, nesta nota, por serem estes os mais antigos anúncios deste evento, altamente concorrido em função do extrato social e político em que D. Laura e seu marido viviam.

¹² Compulsados os periódicos da Biblioteca Nacional, encontrei o que aparentemente seria a primeira notícia sobre Euclides da Cunha em um periódico de época. Da publicação, lemos que certo “D. Euclides Pimenta da Cunha” tinha seguido para a corte em 28 de Janeiro de 1892 via vapor *Bezerra de Menezes*,

BREVE GENEALOGIA

Incorrendo em qualquer risco de fugir do formato tradicional dos planos genealógicos, instruí este estudo por meio de parágrafos, pois considero que este seja o formato mais adequado para que a quantidade de informações encontradas¹³ seja melhor exposta. Embora seja patente que a família paterna de Euclides da Cunha tenha

após conexão com a estrada de ferro Macaé-Campos. Esta pode ter sido a visita de que D. Maria Cecília Garcez Berriel, filha de Cândido Garcez e tia avó de minha avó, falava, pois o trajeto não só coincide com a tradicional rota de destino à São Fidelis, daquela época, mas também com o período de férias dos estudos preparatórios de Euclides no Rio de Janeiro. *Jornal Monitor Campista* de 29/1/1882, ed. nº 23. Tia Cecília, como era mais conhecida, foi a herdeira de boa parte do legado da família. De uma outra Cecília, sua tia avó, querida irmã do Coronel José Antônio de Magalhães Garcez, a Tia Cecília herdou seu nome. De seu pai, o Coronel Cândido José, a Tia Cecília recebeu a sede da fazenda de São Joaquim, e com ela ficou até o final de sua vida. Tia Cecília era irmã de D. Laura Garcez de Miranda, avó de minha avó, casada com o Sr. Pery de Miranda, meu igual trisavô. D. Laura, Pery e D. Josefina (Maria) Pache de Faria Magalhães Garcez, mãe de D. Laura e esposa sobrevivente do Coronel Cândido José, serão os que testemunharão à Eloy Pontes, em nome do falecido pai, sogro e marido, as experiências da infância de Euclides em São Fidélis, pelo que eles foram referenciados por Eloy nos agradecimentos de sua obra *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1938.

- ¹³ E aqui registre-se a imensa dificuldade que os arquivos ou registros baianos impõem ao processo da pesquisa, o que nos permitiu que apenas os levantamentos aqui postos, pudessem ser apurados. Quando os registros não são vagos ou pobres de informação, eles carecem de anos, livros e até de ordem, o que torna todo o trabalho “extremamente penoso” e de “um investigar constante acerca do nosso passado vindo intacto quasi aos nossos dias, dentro desta cidade tradicional como de uma redoma imensa”, conforme confessam Gilberto Freyre e o próprio Euclides, respectivamente, no livro *Perfil de Euclides da Cunha e Outros Perfis*, escrito por Freyre, página 32, Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1944.

origem baiana, nem todos os biógrafos do escritor a situam de maneira precisa, dentro da Bahia. Dos que o fazem, são poucos os que conseguem instituir uma proveniência completa para a família Pimenta da Cunha. Utilizando-me, especialmente, da cronologia de Euclides que o Sr. Joel Bicalho Tostes confeccionou¹⁴, trajetória majoritariamente aceita ainda hoje pelos biógrafos de Euclides, busquei fontes que a corroborassem, ou não.

Fazendo uso das recordações que a família Garcez me legou, mantendo-me aplicadamente aos relatos que meus trisavós e seus tios passaram para minha avó materna, aproveitando-me de datas e nomes que os meus antepassados conservaram, contando-os ao Sr. Eloy Pontes, ou guardando-os como recordações íntimas de quem, pertencendo a família de Euclides, o terá conhecido, antes de seu sucesso literário, debrucei-me sobre uma larga série de arquivos do Rio de Janeiro, da Bahia e sobre as coleções de periódicos da Biblioteca Nacional que trataram das regiões do Nordeste e Sudeste do Brasil entre os anos de 1820 e 1910. O resultado desta análise foi, a ver, um tanto esclarecedor de parte do rumo de Euclides, de sua ascendência, origem étnica, política e intelectual.

No processo de uma arqueologia de Euclides e de seus familiares, procedendo ao mapeamento da teia de seus relacionamentos diretos e de suas consequentes influências formativas, procurei, entre contraprovas da memória dos Garcez, dos apontamentos de Bicalho Tostes, jornais de época¹⁵, publicações especializadas, e fontes de registro civil baianas

¹⁴ Joel Bicalho Tostes em *Cronologia de Euclides da Cunha* in *Revista do Livro: Órgão do Instituto Nacional do Livro*, nº 15, p. 7-11, 1959. Grande euclidista, Joel foi casado com uma neta de Euclides. A cronologia que ele escreveu influenciou praticamente todos os demais biógrafos que o sucederam.

¹⁵ Com exceção da *Dom Casmurro*, dos *Cadernos de Literatura* e dos livros em que cito edição, ano e título por extenso neste artigo, todos os periódicos,

ou cariocas¹⁶, delinear, também, as retrospectivas e os perfis históricos dos principais responsáveis pela criação do autor. Entendendo, como genealogista, que para compreender um investigado seja igualmente indispensável que se conheçam as bases e os fundamentos daqueles que o educaram, fui buscar a origem da constituição de Euclides da Cunha no início do século XIX, na remota e ignorada raiz de sua geração.

Dos principais achados que, de plano, podem ser assinalados para o princípio da vida de Euclides, ressalte-se o quão inestimável é ser possível traçar, desde o embrião de sua brasilidade, a vera formação do autor, produzida muito antes de seu nascimento, pela relação de seus avós. É, na divisa entre a matriz de São Pedro Velho com a matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na agitada e cosmopolita zona portuária de Salvador, que a história de Euclides da Cunha tem início. Foram nestas imediações da cidade baixa, em vasta distância do interior do Rio de Janeiro, bem na zona lindeira da administração eclesiástica do centro portuário de Salvador, zona irritada, de burburinho e onde praticamente tudo acontece, que os princípios da vida do autor são estabelecidos.

Quase tudo poderia passar despercebido no pulsante ambiente de uma grande cidade portuária do início do século XIX. O movimento, que é todo, significava oportunidade para os recém-chegados. Para os

boletins e almanaques deste trabalho estão disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional e de sua Hemeroteca Digital, cujo endereço eletrônico é <http://bn-digital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, onde foram acessados entre 1/8/2019 e 15/11/2019.

¹⁶ Com exceção dos registros paroquiais de Cantagalo, pesquisados direto dos originais, todos os registros civis deste trabalho foram microfilmados e digitalizados pela Sociedade Genealógica de Utah, estando disponíveis no site Family Search, cujo endereço eletrônico é <https://www.familysearch.org>, de onde foram acessados entre 1/8/2019 e 15/11/2019.

marinheiros, isso era sinal de que eles estavam em casa. Mas é dentre as mercadorias, os carregamentos que chegam destinados aos trapiches do cais, os apitos dos navios, as sacas de grãos, a gritaria dos leiloeiros de escravos, os comerciantes das mais variadas sortes, os corretores de letras de câmbio, as centenas de caixeiros portugueses¹⁷, e de um tropel de pessoas das mais variadas origens, que na residência em que discretamente vivem, situada na antiquíssima e histórica ladeira da Preguiça, a família de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, avô e patriarca dos Pimenta da Cunha da Bahia, começa.

§1º

I – Não se sabe exatamente quando **Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha**, avô paterno de Euclides da Cunha, teria chegado ao Brasil, sabe-se, porém, pelo registro mais antigo que dele temos notícia, que ele já vindo chegado ao Brasil em 25/2/1834, pelo menos, que é quando

¹⁷ A leitura dos livros de sacramentos das paróquias portuárias de Salvador evidencia este movimento. A região era, por conta do comércio, bastante concorrida, fazendo com que todo tipo de gente residisse ou operasse por lá. Surgia de tudo nos registros. Em um dia, dezenas de escravos do mesmo senhor eram batizados conjuntamente, tendo por padrinhos outros cativos ou um só indivíduo, que podia ser o proprietário, ou um de seus empregados e amigos. Nesta dinâmica valem ser destacados o Dr. Domingos Gomes Viana e um certo Militão (Alberto) Pituba, este, um poderoso senhor de escravos da região e que muitas vezes é qualificado nos registros como crioulo ou negro livre da paróquia da Conceição da Praia. O Arsenal da Marinha e a Fortaleza de São Marcelo também participavam desta vivência, batizando grupos de livres ou cativos que estivessem a serviço do governo. É notável ainda a quantidade de italianos e de hamburgueses que tinham negócios no local. Em igual medida, saltam aos olhos o número de poloneses e de franceses que ali moravam, tal como o curioso Frederico Chuchu (ou Chuchu Frederico) – um ferreiro francês que esporadicamente negociava espingardas, e de quem João Nepomuceño da Silva escreve, em suas *Satyras*, no ano de 1864.

o mais remotamente o encontramos. Português natural de Braga¹⁸, solteiro, negociante, dele não temos qualquer fotografia, mas podemos ter alguma ideia de como quer fosse a sua imagem, apenas pela descrição que o seu registro de chegada na alfândega do Rio de Janeiro nos fornece: estatura ordinária, rosto redondo, olhos pardos e bastante barba. Morador de Campos dos Goitacazes, no Rio de Janeiro, chegou na sumaca *Europa*¹⁹, embarcação brasileira, declarando ter apenas 25 anos então, o que determina que ele muito provavelmente nasceu entre 1808 ou 1809. Em 1834 mesmo, no primeiro registro em que aparece, Manuel vinha, sob o campo das observações, já anotado para o fato de que fosse “súdito brasileiro”. Era naturalizado, portanto²⁰. Na última entrada de Manuel em que ele foi documentado pela alfândega do Rio, em 9/9/1836, já o temos declarando que sua residência era na Bahia, tendo sido mais uma vez anotado como solteiro²¹. Muito provavelmente não tendo sido mais registrado pela aduana brasileira,

¹⁸ Raramente os biógrafos de Euclides dizem de onde seu avô era, pelo que se restringem a somente dizer que era “português” ou “natural de Portugal”. Quando atentam para uma localidade, não lhe costumam dar fonte, que ora aqui, vai referenciada. Base de dados de Movimentação de Portugueses no Brasil (1808-1842), do Arquivo Nacional e da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, disponível em <http://www.an.gov.br/baseluso/menu/menu.php>, acessado em: 12 agosto 2019.

¹⁹ O que nos confirma o *Diário do Rio de Janeiro* de 22/2/1834, ed. n.º 19.

²⁰ Conforme o anúncio de sua partida dos portos de Pernambuco, inclusive. Nele, consta textualmente o seguinte: “Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, Brasileiro Adoptivo”. *Diário de Pernambuco* de 23/5/1842, ed. n.º 109. Na esperança de que o processo de naturalização de Manuel ainda existisse, requisitei-o ao Arquivo Nacional, mas ele não foi localizado.

²¹ Base de dados de Movimentação de Portugueses no Brasil (1808-1842), do Arquivo Nacional e da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, disponível em <http://www.an.gov.br/baseluso/menu/menu.php>, acessado em 12 agosto 2019.

por motivo de sua naturalização, Manuel não aparece mais anotado para qualquer outra chegada no porto da corte. E foram muitas, por dali em diante. Sua aquisição de nacionalidade deve ter sido estratégica, tendo em vista o ofício que ele tinha. A vagueza da primeira declaração, que apenas o registrara como “negociante”, é logo dissipada quando analisamos, na imprensa nacional, em que tipo de setor o Manuel trabalhava: era marítimo. Manuel começou sua carreira como simples marujo, tendo sido muitas vezes descrito como “passageiro” de embarcações nos manifestos e nos vários anúncios de partida ou de chegada de todos os portos por que passou. Em 1835, deixando a sumaca *Europa*, Manuel foi listado desde o mês de Janeiro, em diversos anúncios, como “passageiro” da embarcação *Nova Aleluia*²², trabalhando inicialmente para o Mestre²³ Antônio Francisco (ou Ferreira) da Silva. Em Junho do mesmo ano passaria a atuar sob o comando de José Pereira Saraiva, para quem vai trabalhar, seguindo nesta subordinação até 1838, ano em que Manuel se estabelece com embarcação própria²⁴, a sumaca *Bom Fim*, de 39 toneladas²⁵. Parece que seus primeiros

²² *Jornal do Comércio* de 2/1/1835, ed. nº 1, de 13/2/1835, ed. nº 34, de 5/6/1835, ed. nº 124, de 19/6/1835, ed. nº 133, e *Diário do Rio de Janeiro* de 31/7/1835, ed. nº 26. A *Nova “Alleluia”* era uma sumaca de 90 toneladas que quase sempre repetia a rota Campos-Rio saindo da Bahia.

²³ Existe, atualmente, a função de mestre, que serve de governador da embarcação e de organizador da tripulação. Pela época, e pela forma como o termo é utilizado em diversas publicações do período, é de se crer que a palavra seja empregada no seu sentido francês, isto é, no de comandante do navio, Capitão.

²⁴ *Diário do Rio de Janeiro* de 18/2/1836, ed. nº 15, de 24/8/1836, ed. nº 20, e *O Pacote do Rio*, também de 24/8/1836, ed. nº 186. No último periódico, Manuel é citado junto dos brasileiros, descritos em apartado dos portugueses, no seio do manifesto de passageiros da embarcação.

²⁵ *Diário do Rio de Janeiro* de 27/1/1838, ed. nº 21, e *Jornal do Comércio*, também de 27/1/1838, ed. nº 21. Era a sumaca *Bom Fim* uma pequena embarcação cargueira que sempre aparecia listada como saindo de São Mateus.

negócios não tenham dado certo, pois Manuel volta ao serviço subordinado nas grandes embarcações, no ano de 1839, quando ele passa a ser tripulante, primeiro da sumaca *Constante Amizade*, do Mestre Inácio Pereira da Encarnação, e, em seguida, do brigue *Maria I*, capitaneado pelo Mestre João Ignácio Pimenta²⁶. Investindo parte do dinheiro que ganhou, sabe-se que Manuel comprou, por via de Joaquim Vieira da Cunha, agenciador na corte do Rio de Janeiro, alguns bilhetes para a loteria da Misericórdia de 1840²⁷. Não há notícia de que ele tenha recebido o prêmio, mas, no mesmo ano, por boa graça e pela primeira vez, Manuel desponta nos avisos marítimos dos jornais de época como Mestre de uma embarcação: a sumaca *Carolina*, de 161 toneladas, e que fazia as rotas de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e eventualmente as do Rio Grande do Sul²⁸. Trabalhando na *Carolina*,

²⁶ Jornal *O Despertador* de 25/5/1839, ed. nº 341, *Jornal do Comércio*, também de 25/5/1839, ed. nº 117, *Diário do Rio de Janeiro* de igual data, ed. nº 117 e *Correio Mercantil* da Bahia de 22/6/1839, ed. nº 132. A sumaca *Constante Amizade* era uma embarcação de 74 toneladas. Nestes manifestos Manuel também é descrito em apartado dos portugueses, sendo identificado junto dos brasileiros. A *Maria I* era muito maior, tinha 115 toneladas. Essas duas embarcações navegavam entre Salvador e Rio. Não há qualquer referência de que João Inácio Pimenta fosse parente de Manuel, apesar do sobrenome. Existiam outros Pimentas em Salvador. Parece que não existiam, realmente, relações entre eles, mas isto ainda carece de maior levantamento. Era comum que um lusitano, apoiado em um parente mais estabelecido, buscasse melhor alocação dentro da indústria em que o primeiro já estivesse colocado por conta de suas redes comerciais. Isto foi prática entre os caixeiros portugueses por muitos anos e pode ter sido entre os marítimos também. A ver em Pedreira, Jorge M. V. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Dissertação de Doutorado em Sociologia. p. 208-209, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995.

²⁷ Jornal *O Despertador* de 3/2/1840, ed. nº 553.

²⁸ *Jornal do Comércio* de 6/10/1840, ed. nº 264.

Manuel também arrumou tempo para comprar, junto com José Pereira Saraiva, seu ex-Mestre, por via de Jerônimo Pinheiro de Carvalho, parceiro comercial dos dois no Rio de Janeiro, alguns bilhetes para a loteria do teatro São Pedro, e outros para as loterias da Santa Casa de Misericórdia da corte, outros para a loteria das casas de caridade da província do Rio, mais alguns para a loteria de Niterói e, também, para a de Santo Antônio dos Pobres, demonstrando que Manuel não só enriquecia, mas que ele também tinha como hábito apostar, o que fazia quase sempre em benefício de instituições sociais e de caridade²⁹. Em Novembro de 1842, Manuel volta a fazer parte da tripulação do navio de um antigo empregador: o patacho *Saraiva*, de 152 toneladas, de José Pereira Saraiva. Não ficando muito tempo sob o serviço do antigo patrão, Manuel volta a comandar o *Carolina*, de onde inicia rota, partindo em finais de 1842 desde Recife, agenciado por Joaquim Batista Moreira. No mesmo ano, comprará, junto de Manuel José Olandi/Olandim e de Jerônimo Pinheiro de Carvalho, bilhetes para a loteria dos órfãos da corte. Comprará também, por Antônio de Lemos, um bilhete para outra edição da referida loteria, pelo que passou a frequentar, a partir de Dezembro de 1843, o armazém da

²⁹ *Jornal do Comércio* de 17/8/1841, ed. nº 208, *O Despertador* de mesma data, ed. nº 1078, *Jornal do Comércio* de 29/9/1841, ed. nº 249, *Diário do Rio de Janeiro* de igual data, ed. nº 218, *Jornal do Comércio* de 1/10/1841, ed. nº 251, de 21/10/1841, ed. nº 271, de 8/1/1842, ed. nº 7, de 26/1/1842, ed. nº 25, e *Diário de Pernambuco* de 14/4/1842, ed. nº 80. A *Carolina* era uma embarcação “forrada de cobre e de primeira marcha”, que carregava tanto passageiros quando mercadorias, segundo o *Diário de Pernambuco*, de 14/4/1842, ed. nº 80 supra. Na mesma publicação, também temos notícia de que a rota da *Carolina* também compreendia o Rio Grande do Sul, algo esporádico, já que ela principalmente navegava entre Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Neste mesmo anúncio ainda é possível confirmar a posição de que o termo Mestre realmente significava comandante do navio, conforme nota 23 deste trabalho, já Manuel ali é descrito como “Capitão” do barco.

rua da Praia do Peixe, nº 11, de propriedade de Jerônimo Pinheiro, também agenciador de Manuel³⁰. Em 1844, Manuel continua com o serviço da *Carolina*, alternando em Setembro do mesmo ano para o *Novo Saraiva*, de seu velho conhecido José Pereira Saraiva, trabalhando nele, em rotas que inclusive iam para Santa Catarina, até o início de 1847. Manuel deixou o serviço do *Novo Saraiva* em Janeiro de 1847, quando adquiriu e passou a comandar a sumaca *Aurora Feliz*, de 83 toneladas. Na *Aurora*, Manuel levará, em meados de 1847, sua mulher e um de seus filhos em viagem para a corte. Curiosamente, a família não volta no *Aurora Feliz* para Bahia, mas na sumaca *Tentativa*³¹. É possível que Manuel não tenha conseguido manter o novo

³⁰ *Jornal do Comércio* de 10/11/1842, ed. nº 300, *Diário de Pernambuco* de 13/2/1843, ed. nº 35, de 18/2/1843, ed. nº 40, *Jornal do Comércio* de 12/3/1843, ed. nº 70, *Diário do Rio de Janeiro* de 6/5/1843, ed. nº 102, *Diário de Pernambuco* de 6/7/1843, ed. nº 143, de 15/7/1843, ed. nº 151, *Correio Mercantil* de 2/8/1843, ed. nº 165, *Jornal do Comércio* de 13/9/1843, ed. nº 242, *Diário do Rio de Janeiro* da mesma data, ed. nº 203, *Jornal do Comércio* de 16/10/1843, ed. nº 275, de 21/10/1843, ed. nº 280, de 29/10/1843, ed. nº 288, de 26/11/1843, ed. nº 315, *Diário do Rio de Janeiro* de 27/11/1843, ed. nº 266 e *Jornal do Comércio* de 19/12/1843, ed. nº 336, de 21/12/1843, ed. nº 338, de 23/12/1843, ed. nº 340, e de 30/12/1843, ed. nº 345. A rua da Praia do Peixe, hoje, é a rua do Mercado, charmosa rua no centro do Rio de Janeiro, paralela à do famoso Arco do Teles, e que ficou com este nome por conta da construção de um mercado para que ali se vendesse o peixe, antes vendido em tendas da praia de mesmo nome, isto é, Praia do Peixe. Manuel tratará de muitos negócios ali, perto do porto, certamente se hospedando junto do parceiro de negócios, amigo e, mais tarde seu compadre, Jerônimo, que ali estava com seu armazém desde 1830, pelo menos, segundo o *Diário do Rio de Janeiro* de 4/2/1830, ed. nº 3.

³¹ *Jornal do Comércio* de 4/1/1844, ed. nº 3, de 14/1/1844, ed. nº 13, *Diário do Rio de Janeiro* de 15/1/1844, ed. nº 6523, *Correio Mercantil* da Bahia de 4/5/1844, ed. nº 95, *Diário do Rio de Janeiro* de 27/9/1844, ed. nº 6728, *Jornal do Comércio* de mesma data, ed. nº 256, de 22/11/1844, ed. nº 311, *Jornal do Comércio* de 4/3/1845, ed. nº 62, *Diário do Rio de Janeiro* de igual

navio, pelo que dele tenha se desfeito, voltando para casa como passageiro de terceiros. Certo é que no ano de 1848, Manuel volta a ser tripulante de um navio, o brigue *Feliz Aurora*, de 162 toneladas, viajando com ele, sob consignaçaõ de Vieira da Cunha, até Março de 1848, quando consegue comprar um navio para si, mais uma vez. De Março de 1848 em diante, Manuel passa a ser o orgulhoso dono do brigue *Almirante*, que antes era norte-americano e chamava-se *Kasket*, de 178 toneladas³². Embarcaçaõ nacional de alta cadência, forrado e pregado de cobre, cargueiro de passageiros e gêneros, o navio era dotado de diversos cômodos, todos em excelentes condições, conforme a época. Aparentemente fechado somente para as rotas entre Rio e Salvador, este brigue significou o ápice de Manuel. De marujo de convés a Mestre, passou ele, com a aquisição do *Almirante*, ao topo

data, ed. nº 685, de 7/4/1845, ed. nº 6882, de 12/6/1845, ed. nº 6935, *Diário de Pernambuco* de 15/10/1845, ed. nº 230, de 16/10/1845, ed. nº 231, de 17/10/1845, ed. nº 252, de 24/10/1845, ed. nº 238, *Jornal do Comércio* de 14/1/1846, ed. nº 14, *Diário do Rio de Janeiro* também de 14/1/1846, ed. nº 7111, *Jornal do Comércio* de 17/2/1846, ed. nº 48, *Diário do Rio de Janeiro* de mesma data, ed. nº 7138, *Jornal do Comércio* de 23/4/1846, ed. nº 112, de 5/1/1847, ed. nº 5, *Diário do Rio de Janeiro* de 21/1/1847, ed. nº 7409, *Correio Mercantil* da Bahia de 15/6/1847, ed. nº 137, 20/8/1847, ed. nº 193, *Diário do Rio de Janeiro* de 01/10/1847, ed. nº 7614, *Jornal do Comércio* de 7/11/1847, ed. nº 307 e *Diário do Rio de Janeiro* de 8/11/1847, ed. nº 7645.

³² *Jornal Correio da Tarde* de 31/1/1848, ed. nº 23, *Jornal do Comércio* de 1/2/1848, ed. nº 32, *Diário do Rio de Janeiro* de mesma data, ed. nº 7713, *Gazeta Oficial do Império do Brasil* também de 1/2/1848, ed. nº 24, *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, igualmente da mesma data, ed. nº 31, *Gazeta Oficial do Império do Brasil* de 7/3/1848, ed. nº 53, de 8/3/1848, ed. nº 54, de 10/3/1848, ed. nº 56, *Jornal do Comércio* de 10/3/1848, ed. nº 70, *Diário do Rio de Janeiro* de mesma data, ed. nº 7745, *Correio Mercantil* de igual data, ed. nº 69, *Correio da Tarde* de 19/5/1848, ed. nº 111, *Diário do Rio de Janeiro* de igual data, ed. nº 7802, *Correio Mercantil* também de 19/5/1848, ed. nº 137 e *Jornal do Comércio* de 14/6/1848, ed. nº 164.

de sua carreira, tornando-se proprietário de um dos mais duros e avançados barcos da época. Manuel passou a ter, também, a partir daquela data, seu próprio Mestre, quando ele mesmo não quisesse comandar o navio, escolhendo Joaquim Bernardes/Bernardino de Souza para tal função. Manuel seguiu no seu trabalho até o início de 1852, carregando passageiros e produtos, sempre agenciado pelo armazém de nº 11 da Praia do Peixe, que, expandindo, também passou a se referenciar como de nº 11 da rua do Sabão do Rio de Janeiro. De sua atividade, teremos uma última notícia, por conta de um manifesto de partida de seu brigue, publicado no mês de Maio de 1852³³. A partir dessa data só teremos notícia de Manuel por conta do batismo de seu último filho, no ano de 1853, pois ele não aparece em mais nenhuma publicação na Bahia, no Rio ou em Recife a partir desta data. É de se crer, por seu desaparecimento dos assentos paroquiais e dos periódicos brasileiros, que ele tenha falecido pouco depois de ter zarpado de seu último paradeiro conhecido, o Rio de Janeiro, ou logo após o nascimento de seu filho José, em Maio de 1853. Não há registro de que Manuel tenha entrado ou saído de Salvador depois de Maio de 1853, nem de que ele tenha retomado sua profissão logo após o nascimento de seu último filho. O certo é, que em razão de seu ofício, seu óbito poderia ter acontecido em qualquer ponto da costa brasileira. Ainda que não haja data definida para sua morte, podemos afirmar

³³ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, ano de 1850, página 363, *Jornal Correio Mercantil* da Bahia de 29/01/1849, ed. nº 21, *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro de 06/03/1849, ed. nº 63, de 18/03/1849, ed. nº 75, *Jornal do Comércio* de 05/01/1851, ed. nº 5, de 07/01/1851, ed. nº 7, de 09/01/1851, ed. nº 9, de 11/01/1851, ed. nº 11, de 14/01/1851, ed. nº 14, de 18/01/1851, ed. nº 18, *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro de 23/04/1852, ed. nº 113, *Jornal do Comércio* de 31/05 e 01/06/1852, ed. nº 150, *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro de 01/06/1852, ed. nº 152 e *Diário do Rio de Janeiro* de 15/11/1852, ed. nº 9157.

que ela se deu, com certeza, antes do ano de 1857³⁴, que sua esposa, já casada pela segunda vez, celebra o batismo de um novo filho. Seu filho mais velho e homônimo, o pai de Euclides, ao casar em Cantagalo, também declarou que seu pai já era falecido³⁵. Pelo período determinado, Manuel teria falecido relativamente novo, entre seus 44 e 48 anos de idade. De uma análise dos registros paroquiais para a freguesia em que residia, sabemos que ele teve uma vida relativamente confortável e um círculo pequeno de relações de compadrio, pois pouco apadrinhava³⁶. Teve pelo menos 7 escravos³⁷, que devem ter

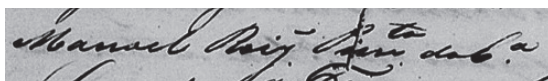
³⁴ Batizado de Justino, Livro de Batismos de 1846-1848 da freguesia de Sant'Ana do Sacramento de Salvador, página 271 v., 6 de Agosto de 1857.

³⁵ Diversas buscas foram conduzidas para que o óbito do Manuel, que em 1852 já beirava seus 43 anos, fosse encontrado, mas ele não foi localizado. As buscas compreenderam anos de 1850 a 1868 para a paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, 1853 a 1868 para as freguesias da Sé e de São Pedro e 1853 a 1870 para as de Sant'Ana e do Santíssimo Sacramento da rua do Paço. Não há qualquer notícia ou anúncio de seu falecimento, nem mesmo de missas em seu nome e, por essa razão, também não se sabe onde foi sepultado.

³⁶ Segundo busca conduzida entre 1838 e 1864 nos livros de batizados de Conceição da Praia, foi padrinho de José, filho natural de José Pereira Saraiva, a ver nota 38 deste estudo, e possivelmente de Venância, crioula, filha de Luiza, também crioula, escravas de José Pereira Saraiva, conforme batizado na freguesia da Conceição da Praia em 19/3/1854 no Livro de Batismos de 1844-1864, página 142 v..

³⁷ Antônia e Maria, a primeira, parda, filha desta, crioula, conforme batizado na freguesia da Conceição da Praia em 16/4/1845 no Livro de Batismos de 1844-1864, página 11 v.; Luzia e Antônio, este, angola, padrinho da primeira, africana, como vai no batizado na freguesia da Conceição da Praia em 4/10/1846 no Livro de Batismos de 1844-1864, página 25 v.; Ubaldo, pardo, filho de Maria, crioula, que assumo ser a mesma do registro da parda Antônia, conforme batizado na freguesia da Conceição da Praia em 15/8/1847 no Livro de Batismos de 1844-1864, página 37 v.; Bento, pardo, que também assumo ser filho da mesma Maria dos demais registros, batizado na freguesia da Conceição da Praia em 19/8/1849 no Livro de Batismos de 1844-1864, página 65

sido empregados nos trabalhos domésticos de sua morada ou em seus negócios. Homem urbano, era letrado: sabia ler e escrevia com letra culta, conforme amostra de sua assinatura³⁸.



Assinatura de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, avô de Euclides

No mais, é fato que teria se casado com Teresa Maria de Jesus,³⁹ avô de Euclides, entre os anos de 1839 e 1840, por volta dos 31 anos

v.; e Eudóxia, de nação nagô, como nos informa o *O Mercantil* da Bahia de 25/2/1845, edição nº 46, a respeito do envio dela para o Rio de Janeiro, feito por Manuel em 1845. Há ainda um certo Antônio, africano de 15 anos de idade que foi batizado em 20/8/1843. Julgo ser o mesmo Antônio, angolano padrinho da Luzia supramencionado. Seu batismo está nas folhas 170 do livro de 1834-1844 da freguesia da Conceição da Praia.

³⁸ Única e bastante amostra que foi possível encontrar, constante no registro de José, branco, filho natural dos solteiros Marcelina Cristilina da Mendonça e José Pereira Saraiva, seu amigo, que, querendo legitimá-lo, assinou o termo com Manuel, que restou como padrinho escolhido ao filho. Manuel, que aproveitou a ida até a igreja para batizar no mesmo dia sua escrava Luzia, assinou desta forma sob o registro de José: “Manuel Roiz Pim^{ta} da C^a”. Batizado de José, Livro de Batismos de 1844-1864 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, página 25 v., 4 de Outubro de 1846.

³⁹ A freguesia da Conceição da Praia não tem os livros de casamentos ocorridos entre 1806 e 1843, motivo que nos impede sabermos os nomes dos pais e as naturalidades exatas do casal Manuel e Teresa. Inexistentes ou extraviados, os manuscritos também não foram digitalizados pela Sociedade Genealógica de Utah, pelo que não foram disponibilizados para consulta online. Apesar de diversas tentativas, não obtive contato com a sacristia da basílica, pelo não pude saber do paradeiro dos referidos livros ou do matrimônio do casal. Por conta da pobreza de informação dos registros de batismo da Conceição da Praia, que não informam nada mais do que a residência dos padrinhos ou dos pais, não informando nem mesmo o nome dos avós do batizado, também não foi possível levantarmos as ascendências e as regiões de nascimento do casal.

de idade, conforme nos indica a expressão “filha legítima” no batismo da primeira filha do casal, nascida em Novembro de 1840⁴⁰. Dos documentos da Conceição da Praia, foi possível descobrir, ainda, que sua residência era na ladeira da Preguiça⁴¹, na encosta do porto de Salvador, de onde vigiava seus navios e recebia suas comissões. Administrador de sucesso, muito provavelmente terá ensinado a prática da contabilidade aos filhos e à esposa, acaso ela não a tenha aprendido nos anos de viuvez e na administração dos bens do casal na ausência do marido, ensino que, muito ajudando na carreira dos filhos, possivelmente influenciaria no gosto matemático de seu neto, habilidoso engenheiro e homem de exatas. Por verificação dos reclames de partida ou dos serviços que eram prestados por suas embarcações, fica patente que o avô paterno de Euclides da Cunha viveu da prática de fretes por navegação de cabotagem. Não há indícios de que Manuel tenha se aventurado ao tráfego internacional, pois nunca foi registrado coletando passageiros fora do país, nem assumindo rotas estrangeiras, no que sempre se manteve na navegação doméstica. Também fica evidente que o patriarca dos Pimenta da Cunha foi, na realidade, um simples cargueiro. A despeito do que a esmagadora maioria dos biógrafos de Euclides relata, ao examinarmos os manifestos de carga publicados para as embarcações de Manuel nos avisos marítimos dos principais periódicos brasileiros, não se pode dizer que o velho Pimenta da Cunha era traficante de escravos. Na maior parte de sua carreira, Manuel pilotou barcos que não eram dele. Quando dono de embarcações, não o era de seu carregamento, pois recebia contratos de casas portuárias ou de armazéns que lhe agenciassem o traslado das mercadorias. Manuel transportou um bom número de passageiros livres em seus navios. Também trans-

⁴⁰ A ver na relação de filhos a seguir.

⁴¹ A ver reprodução do registro de batismo de seu filho Manuel, a seguir.

portou alguns escravos, é verdade, uns com seus senhores e outros tantos para que fossem entregues nas principais praças do litoral brasileiro, mas deles nunca foi descrito como agente, negociante ou comissário, somente como transportador. No mais, a partir do que a documentação consultada revela, fica nítido que os “gêneros” eram o tipo de carga mais transportada por Manuel, sendo fumo, madeira, farinha e piaçava, os produtos mais levados por Manuel. Proprietário do brigue *Almirante* ao falecer, não há indícios de que ele tenha possuído um veleiro de nome *Pestana*, como há mais de 100 anos se publica, nas biografias de seu neto⁴². Pesquisados os batismos da localidade em que viveu, encontramos os seguintes filhos⁴³, todos da esposa⁴⁴:

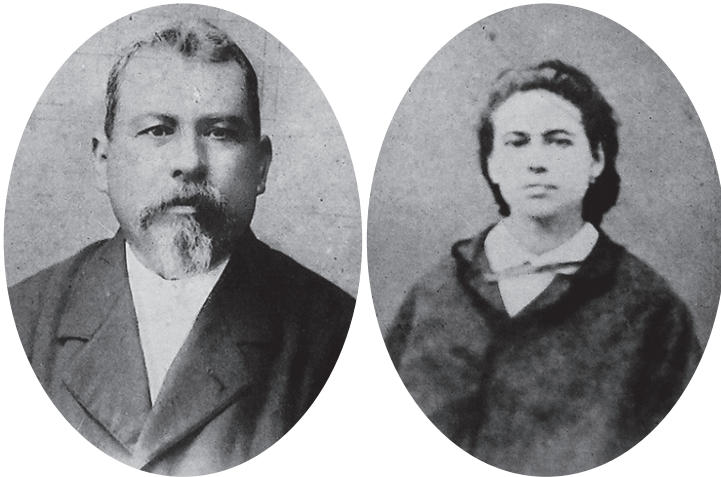
(1)II – **Teresa Maria de Jesus**, branca, batizada “Theresa” em 23/5/1841 e nascida aos 27/11/1840. Foi seu padrinho Manuel José

⁴² Ver notas 19 a 30 deste trabalho.

⁴³ Em reportagem para o *Jornal de Ala*, reproduzida na revista *Dom Casmurro*, Carlos Chiacchio, baseado nos relatos de D. Isaura Amália de Pinho Pimenta da Cunha e D. Constança Amélia Barreto, afirma que o casal Manuel e Teresa teve 6 filhos que chegaram à vida adulta e outros 5 que faleceram em menoridade. Dos que vingaram, somente os homens se casaram e deixaram descendência. Apenas os varões e suas irmãs Teresa Maria de Jesus, Maria Apolônia e Mariana de Jesus sobreviveram aos demais rebentos. Não se sabe se qualquer das irmãs tenha tomado vida religiosa. Tudo indica que estas tias de Euclides tenham falecido solteironas em Salvador. A ver na página 16 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit..

⁴⁴ A busca nos batismos da Conceição da Praia compreendeu os anos de 1838 a 1864. Após o batizado do último filho do casal, batizado em 1853, Manuel simplesmente some dos registros. Ele não torna a aparecer nem mesmo no batizado de cativos, de filhos de seus cativos, ou como padrinho de filhos de amigos, pelo que não temos qualquer notícia dele depois de Maio de 1853. Suponho que ele tenha falecido, mas, apesar do largamente pesquisado, não foi possível localizar seu óbito.

Olandi/Olandim, branco, viúvo, da freguesia de Sant'Ana, parceiro de loteria do pai no Rio⁴⁵. Falecida em data incerta. Não se sabe onde foi inumada⁴⁶;



Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha e Eudóxia Alves Moreira⁴⁷

(2)II – **Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha**, branco. Foi batizado como “Manoel” aos 3 meses de idade em 20/8/1843⁴⁸. Suponho, apesar da falta de precisão que seu registro de batismo

⁴⁵ Batizado de Teresa, Livro de Batismos de 1834-1844 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, página 127 v., 23 de Maio de 1841.

⁴⁶ Ver nota 44 deste trabalho. O óbito da Teresa foi procurado entre os anos de 1841 e 1855 nos livros da freguesia da Conceição da Praia, mas ele não foi encontrado.

⁴⁷ Pais de Euclides, cujas fotografias se encontram nas páginas 17 e 18 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit.. Conforme a própria revista, esta é a única fotografia da mãe de Euclides de que se tem notícia.

⁴⁸ Batizado de Manuel, Livro de Batismos de 1834-1844 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, página 169 v., 20 de Agosto de 1843.

nos coloca, que sua data correta de nascimento fosse 11/04/1843⁴⁹, pois dela tenho notícia em função de sua lápide, que está no mausoléu dos Pimenta da Cunha, localizado no número 001 da Quadra Santa Isabel do cemitério da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Quinta dos Lázaros de Salvador⁵⁰. Foi seu padrinho

⁴⁹ Muito embora o ano que nela conste seja o de 1844. Não há nenhum nascimento para qualquer outro Manuel filho do casal Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha e de Teresa Maria de Jesus entre os anos de 1838 a 1864 Conceição da Praia.

⁵⁰ Localizei a cripta dos Pimenta da Cunha em Salvador depois de notícia que dela tive por conta de uma antiga reportagem na página 17 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit.. Entrei em contato com a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Salvador e diretamente com o cemitério administrado por eles, que fica na Quinta dos Lázaros, relativamente perto de onde a família de Euclides viveu em Salvador, na região portuária da cidade. Por auxílio de funcionários do campo santo, após ligação e pedido para que o jazigo fosse localizado, recebi notícia de que ele ainda existia. Os livros de sepultamento do cemitério infelizmente não existem mais, conforme soube pelo contato realizado, razão pela qual não foi possível determinar exatamente quem está sepultado lá, para além dos que estavam identificados em suas campas. Única em exceção disto é Solon da Cunha, que não está identificado na cripta, mas que sabidamente lá está por conta dos esforços do primo de seu pai, Arnaldo, que conseguiu trazer seus restos mortais do Acre para Salvador com ajuda do Desembargador João Rodrigues do Lago. Comprida, de cor branca, subterrânea, e encimada por um imponente cruzeiro cercado de grossas correntes de ferro, de onde pode-se ler “Jazigo da Família Pimenta da Cunha – 1895”, com floreia que carrega monograma das letras P e C na frente, a cripta não é visitada há muitos anos, segundo soube. Pela data, parece ter sido instituída para a matriarca dos Pimenta da Cunha, guardando a maior parte da família ali dentro. Na maioria das lápides há cuidadoso relato de nomes, datas de nascimento e falecimento para os membros identificados. Ao Sr. Adeilson, que muito gentilmente me atendeu, e à todos os funcionários do cemitério da Ordem de São Francisco, os meus agradecimentos. As fotografias deste mausoléu e de outras lembranças de Euclides que encontrei no curso desta pesquisa vão nos anexos finais deste trabalho.

Domingos de Oliveira Pinto, negociante de fazendas com loja na rua das Grades de Ferro⁵¹, branco, casado, oriundo da freguesia de São Pedro Velho. Acaso não tenha sido algum lapso da parte do cura da Conceição da Praia, é possível que ele, e não seu pai, tenha sido quem de fato que figurou como o padrinho de batismo da escrava Venância⁵², batizada por seu senhor, José Pereira Saraiva, visto que ambos os padrinhos do ato foram caracterizados como solteiros à época do registro. A confusão, que advém de ser homônimo de seu pai, não garante que esta seja a primeira das vezes em que o pai de Euclides da Cunha tenha aparecido nos registros, data em que, já apadrinhando, constaria com 9 anos de idade. Apesar de sua biografia já ter sido relativamente bem explorada, pelos biógrafos de seu filho, e de Manuel ter tido uma vida tão agitada, a ponto de merecer trabalho mais profundo que lhe descrevesse de maneira ainda mais minuciosa, julgo, na pequenez da opinião autoral, que a biografia de Manuel ainda careça de especial análise, pelo que o ponho, mesmo que com certa restrição e brevidade, sob um maior cuidado neste curto verbete. Em minha avaliação, Manuel teria sido o principal agente de impressão do legado baiano em Euclides da Cunha. Chegado ao Rio de Janeiro ainda no mês de Dezembro de 1857, isto é, aos 14 anos de idade⁵³, Manuel vai para o interior,

⁵¹ *Almanach Para o Anno de 1845*, página 169.

⁵² A ver nota 36 deste trabalho.

⁵³ Tomo por certo que o “Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha” que desembarcou do paquete *Paraná* vindo dos “Portos do Norte” seja o Manuel filho, por análise de três razões: primeiro, pois não há qualquer outro registro de chegada de Manuel com este mesmo nome para datas posteriores, o que nos diz que apenas um Manuel terá chegado ao Rio, fosse ele pai ou filho; segundo, julgo que não fosse o Manuel pai, pois ele desapareceu dos registros, por volta de 1853, provavelmente já tendo falecido; e por terceiro, por sabermos que o Manuel filho casará, ainda muito jovem, em Cantagalo, apenas 3 anos

zona de riqueza, em busca de trabalho. Rumando para a zona dos Campos de Goitacazes, de muitos anos antes, seu pai partiu para a Bahia, Manuel, que certamente terá aprendido rudimentos de contabilidade em sua cidade natal, ora com o velho Cunha, com seu padrinho, ou ainda mesmo com a mãe, logo encontra algum trabalho na florescente zona de Cantagalo. Residindo no pequeno povoado de Santa Rita do Rio Negro, Manuel fica pouco tempo em estado de solteiro. Afeiçoando-se por uma órfã da região, D. Eudóxia Alves Moreira, filha natural de Joaquim Alves Moreira, fazendeiro de café, e de D. Carolina Florentina Mendes, casa-se com ela em 24/10/1864⁵⁴. Dos sogros não recebe nenhuma ajuda, pois ambos já tinham falecido ao tempo do matrimônio, pelo que segue, por essa razão, trabalhando para os lavradores da localidade. Em 20/1/1866, na fazenda de amigos, parceiros e, mais tarde, compadres, nasce seu filho, Euclides, que vai batizado em 24/11/1866⁵⁵. Teve ainda, logo a seguir, a menina Adélia, irmã única de Euclides⁵⁶.

após essa notícia, no ano de 1860, nada mais indica que não fosse ele. *Jornal do Comércio* de 16/12/1857, ed. nº 345.

⁵⁴ Casamento de Manuel e Eudóxia, Livro de Casamentos nº 1 da Matriz de Santa Rita do Rio Negro (Euclidelândia) de 1852-1889, página 43, 24 de Outubro de 1864. A mãe de Euclides vivia em na freguesia de Santa Rita de Cantagalo, ao tempo do casamento. Ela era natural da freguesia da matriz de Cantagalo, como nos informa o documento, que foi localizado por conta dos esforços de Dali Bertazzoni Barbosa e de Marco Polo Dutra, pesquisadores da memória da região, que compilaram e publicaram índice dos casamentos de Euclidelândia no portal http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/rj/euclid_serrj1.htm, acessado em 10 agosto 2019.

⁵⁵ Batizado de Euclides, Livro de Batismos nº 1 da Matriz de Santa Rita do Rio Negro (Euclidelândia) de 1837-1869, página 161, 24 de Novembro de 1866.

⁵⁶ De quem ainda não temos o batismo, infelizmente. Teria nascido em 1867, contudo.

Falhando a saúde da esposa⁵⁷ a partir do ano de 1867, Manuel busca auxílio com parte da família da mulher que vivia nas redondezas, os Gouveias, onde deixa as crianças para cuidar de D. Eudóxia. Aconselhada a ir para a serra, D. Eudóxia também teria buscado auxílio com sua irmã por parte de pai, D. Laura, senhora da Fazenda de São Joaquim, para onde Manuel leva a mulher a fim dela se reestabelecer. D. Eudóxia, que já não vinha bem, teria falecido pouco antes depois de sua chegada àquele que foi seu último lar, o distrito de Cambiasca. Com falecimento dos Gouveia no início da década de 1870, que se seguiu em pouquíssimo tempo ao de D. Eudóxia, falecida em 1869⁵⁸, Manuel busca Euclides e Adélia para com eles seguir definitivamente a São Fidélis. Crê-se que Eudóxia tenha falecido na fazenda São Joaquim, onde os filhos passaram a morar definitivamente, pois, segundo a tradição da família, foi de lá que ela saiu para ser enterrada no cemitério particular dos Garcez, na localidade de Imburi, São Fidélis⁵⁹. Com o falecimento da esposa,

⁵⁷ E aqui nos remetemos ao depoimento que me chegou pela família, reproduzido também pela Tia Cecília em entrevista por ela concedida na década de 1970, conforme vai na referência 12 deste estudo. Segundo me contam os antepassados, D. Eudóxia sofria de nervosismos crônicos. Sua debilidade ficou tanta que ela teria chegado ao extremo de não poder viver sem amparo. Em pouco, dada a fragilidade, também teria ficado tuberculosa, doença que, ao que tudo indica, ceifou sua vida.

⁵⁸ Roberto Ventura em *Memória Seletiva: à Frente da História* in *Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha*, página 14, op. cit., dá a data de 1º de Agosto de 1869 para o falecimento de D. Eudóxia, mas não informa fonte. Desconheço referência segura desta data pois os óbitos do distrito de Cambiasca de São Fidélis ainda carecem de melhor avaliação. Sua data de óbito certamente esteve sobre a campa de seu túmulo, mas a memória da família não se recorda dela. A lápide também, infelizmente, já não existe mais. A ver nota seguinte para mais acerca do descanso final de D. Eudóxia.

⁵⁹ Este cemitério, a espelho da casa grande de São Joaquim, também já não existe mais, apesar dos esforços da Tia Cecília. Ele foi feito para que toda a família

Manuel passou alguns anos junto dos Garcez⁶⁰, deixando seus filhos aos cuidados dos criados da família e da tia materna das crianças. Aproveitando a relação de prestígio de seu cunhado no interior, o Coronel José Antônio de Magalhaes Garcez, Manuel passa a frequentar as caçadas e as reuniões políticas⁶¹ da sociedade e da facção do partido Liberal fidelense. Dessas reuniões, por destaque próprio, homem culto que era, resulta a nomeação para que Manuel servisse de 1º substituto de subdelegado⁶². Convivendo com os liberais mais progressistas de São Fidélis e com os republicanos históricos da região, muitos dos quais, por necessidade política, frequentavam o círculo Liberal fidelense, é de se ter por certo que Manuel com eles tenha se estreitado⁶³. A partir desta mesma época, na virada de sua

Garcez ali ficasse enterrada, sempre junta. A depender do caso, algumas pessoas de fora, por quem tínhamos grande apreço e afinidade, também eram enterradas lá. Este foi o caso do Dr. Bernardo, provavelmente José Bernardo da Silva, homeopata que clinicava no arraial de Ponte Nova e que havia cuidado de D. Eudóxia nos seus piores momentos. Quando faleceu, em 1875, foi posto junto dos Garcez, em gratidão. O cemitério de Imburi desapareceu completamente após o falecimento da Tia Cecília. Ele já vinha em péssimo estado desde 1975, data em que sabemos que poucas eram as lápides que ainda restavam na localidade, sendo que a da mãe de Euclides, já naquela altura, não mais existia, segundo o *O Fluminense* de 28/2/1975, ed. nº 21934.

⁶⁰ Trabalhando para várias firmas do comércio local, que eram bastante fortes à época. É tradição que ele tenha sido contador de vários fazendeiros da região e de pelo menos Brahman & Carneiro, importante firma da localidade.

⁶¹ Hábitos e passatempos dos Garcez, cujo patriarca era influente político.

⁶² *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, ano de 1878, página 243.

⁶³ A atividade política em São Fidélis era intensa. Com vários órgãos de imprensa para cada um dos partidos da época, a região vivia dos embates entre os Liberais, em forte ligação com a política do Barão de Cantagalo e de seu entorno geográfico, e os Conservadores. É obrigatório citarmos o Dr. Eri-co Marinho da Gama Coelho, ardente republicano da região, não só pela

saída de São Fidélis, Manuel, cultivando as letras, passa a se filiar a várias sociedades literárias do Rio, tais como o Grêmio Recreativo Literário Alvares de Azevedo, de que foi membro do conselho, e O Industrial, órgão da associação industrial que realizou a exposição da indústria⁶⁴. Recebendo proposta para nova vida na corte, Manuel deixa São Fidélis em meados de 1877⁶⁵, despachando seu filho para a Bahia, pouco depois. Sem querer exaurir toda a trajetória de Manuel, precioso é o resumo de sua vida, que lhe foi feito em seu obituário:

(...) Era lavrador em Descalvado, onde possuía importante propriedade agrícola. (...) contava 66 annos de idade e era natural da Bahia. Foi consorciado com a exma. sra. d. Eudoxia Moreira da Cunha, da qual houve dois únicos filhos (...). Vindo da Bahia nos primeiros annos de sua vida, foi criado no municipio fluminense de S. Fidelis, onde fez ardente propaganda da Republica, ao lado de Erico Coelho, Vieira de Almeida e outros, dos quaes foi dedicado companheiro, como já havia sido de casa de Castro Alves, o cantor d'“Os escravos”, e de collegio de Custodio de Mello. Ainda joven, na Bahia e mais tarde no Rio de Janeiro, cultivou com brilho as letras, tendo muitas producções poéticas de valor. Na vida pratica Pimenta da Cunha iniciou-se no commercio,

influência que tinha em São Fidélis, mas pela que deve ter exercido em seu Manuel, seu conhecido. O próprio cunhado de Manuel, importante político da região, convivia com essas figuras e com elas em muito simpatizava, apesar da militância que tinha no partido liberal e do monarquismo que professava. Mais tarde, por conta de sua experiência política, adiantando-se em análise das dificuldades do império do fim da década de 1880, é o próprio Magalhães Garcez quem funda o Club Republicano de São Fidélis, conforme o *Almanak Republicano Brasileiro*, ano de 1890, página 153. A ver mais adiante na biografia de Manuel e nas notas 66 e 67 deste estudo.

⁶⁴ *Monitor Campista* de 17/12/1881, ed. n° 284 e *Gazeta de Notícias* de 29/3/1882, ed. n° 87.

⁶⁵ Incluindo uma que, não se consumando, lhe rendeu candidatura para ser tabelião da comarca de Vassouras. *O Fluminense* de 25/10/1878, ed. n° 74.

tendo sido guarda-livros de importantes casas da praça do Rio de Janeiro. Mais tarde o seu merecimento galgou-lhe o posto de inspetor em S. Paulo da agencia do Banco de Credito Predial, cargo que desempenhou a contento. Ultimamente dedicara-se á lavoura, tendo adquirido importante propriedade agricola no municipio de Descalvado, proximo á estação de Babylonia, onde o veiu colher a morte (...) ⁶⁶.

Guarda livros de sucesso e de carreira edificante, tal como a de seu pai, alcançou o êxito através do conhecimento, pela habilidade com os números e pelos contatos políticos, um legado que seria repetido, mais tarde, por seu filho, excelente engenheiro e literato. É da lavra de Manuel o gosto pelas letras que Euclides tem desde novo, pois é no pai que o autor alcança exemplo. Para a carreira das exatas, também se faz herdeiro dos Pimenta da Cunha, tanto como muito provavelmente terão sido seus tios paternos, e irmãos mais novos de Manuel. É possível que Manuel tenha não só ensinado como também direcionado o restante de seus irmãos para o mundo da contabilidade, haja visto a precocidade com que se jogou nesta carreira, considerando-se que ele era o filho mais velho da família, e que os seus demais irmãos foram guarda livros, como ele, talvez seguindo-lhe como exemplo. É também de sua parte que Euclides da Cunha terá herdado a sua precoce inclinação ao republicanismo ⁶⁷,

⁶⁶ *Correio Paulistano* de 8/10/1909, ed. nº 16585. É tratado por Comendador e Coronel por todo o necrológico, que muito lhe exalta as capacidades e a ascensão social.

⁶⁷ Cândido Rondon, no artigo *A Mocidade de Euclides*, in *Revista Dom Casmurro*, p. 18-23, op. cit.; Nelson Werneck Sodré em *Revisão de Euclides da Cunha*, in *Revista do Livro: Órgão do Instituto Nacional do Livro*, p. 15-53, op. cit.; Frederic Amory em *Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos*. p. 25-42, Cotia: Ateliê Digital, 2009; Roberto Ventura em *Memória Seletiva: à Frente da História* in *Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha*, página 16, op. cit.; e muitos outros biógrafos de Euclides sugerem prontamente que o seu

adquirido das reuniões do tio materno na fazenda e das amizades fidelenses do pai. Por meio de Manuel, Euclides igualmente herdará o verdadeiro contato com a terra da Bahia, pois foi também através do pai que o jovem escritor acabou sendo direcionado para a Salvador, tomando conhecimento da terra paterna e contato com seus tios e primos baianos, pessoas com quem Euclides sempre se remeterá. Faleceu viúvo, vitimado por uma angina pectoris, um mês e meio depois do assassinato de seu filho, em 6/10/1909, conforme nos informa sua lápide⁶⁸. Foi o último dos irmãos Pimenta da Cunha a falecer. A morte de Euclides, que muito o deprimiu, complicou severamente seu quadro. Apaixonadamente baiano, nunca esqueceu de sua terra natal, pelo que diversas vezes insistiu à sua filha que lhe enterrassem os restos mortais junto de seus parentes, na terra de onde tinha saído menino⁶⁹. Manuel descansa sob o carneiro situado nas escadas do mausoléu dos Pimenta da Cunha, no cemitério da Ordem Terceira de São Francisco. Deixou o filho Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, casado em 10/9/1890⁷⁰ com D. Ana Emília Solon Ribeiro,

republicanismo teria surgido das influências da Escola Central, da Escola Militar e de Benjamin Constant. Em vista da experiência e da relação de Manuel da Cunha com os assuntos políticos do cunhado e o republicanismo histórico de São Fidélis, ora evidenciado, não comungo desta posição, pois acredito que a sensibilização de Euclides à República tenha sido doméstica, entre as discussões e as crenças do tio materno e do pai.

⁶⁸ Seu óbito, que deve estar no cartório de Descalvado, ainda não foi localizado.

⁶⁹ Conforme reportagem e depoimento de seu genro na página 16 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit..

⁷⁰ Casamento de Euclides e Ana, Livro de Casamentos nº 4 do Cartório da 6ª Circunscrição do Rio de Janeiro, página 136-136v., 10 de Setembro de 1890. À guisa de curiosidade, Euclides faleceu aos 42 anos e era residente em Copacabana aquando de sua morte. Foi enterrado no jazigo nº 3026 do Cemitério São João Batista do Rio de Janeiro, segundo a página 17 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit.. Em 1982, foi removido do São João Batista junto de seu filho,

Ribeiro da Cunha após o casamento, e D. Adélia da Cunha, Adélia da Cunha Vieira, que casou aos 30/9/1891⁷¹ na fazenda da Trindade, em Belém do Descalvado, com o Dr. Otaviano da Costa Vieira⁷²;

(3)II – **Maria Apolônia de Jesus (Cunha)**, branca, batizada em 1/5/1845 e nascida aos 9/2/1845. Foi seu padrinho José Pereira Saraiva, branco, solteiro, da freguesia da Conceição da Praia, Mestre, proprietário de navios, como o *Saraiva* e o *Novo Saraiva*, patrão, compadre, amigo e parceiro de negócios de Manuel⁷³. Falecida aos 32 anos por volta de Abril de 1877 em Salvador, conforme nos indica o obituário e o aviso de missa que seu irmão Antônio lhe fez na imprensa carioca⁷⁴. Não se sabe onde estará sepultada;

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha Filho, para São José do Rio Pardo. O cérebro de Euclides jaz em Cantagalo. Seu atestado de óbito, assinado pelo Dr. Afranio Peixoto, dizia que ele tinha morrido por volta das “dez horas e meia da manhã de “hemorragia do pulmão direito devido a ferimento por arma de fogo””. Foi qualificado como “engenheiro militar, escritor”. No assento só consta o nome do pai. Seu óbito está sob as seguintes coordenadas: óbito de Euclides, Livro de Óbitos nº 143 do Cartório da 6ª Circunscrição do Rio de Janeiro, página 79-80, 16 de Agosto de 1909.

⁷¹ Este registro, tal como o óbito de Manuel, deve estar no cartório de Descalvado, mas ele ainda não foi localizado. Sabemos da data deste matrimônio por anúncios que a imprensa fez para casamento, informando-o ao público paulista. Chama atenção o fausto da celebração, que contou com um banquete servido pela casa Paschoal, importante estabelecimento da capital. *Jornal O Paiz* de 20/10/1891, ed. nº 3463, e *Gazeta de Notícias* de mesma data, ed. nº 293.

⁷² Bacharel formado no Largo São Francisco em Dezembro de 1890 e que seguiu carreira no judiciário. Ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo.

⁷³ Batizado de Maria, Livro de Batismos de 1844-1864 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, página 5 v., 1º de Maio de 1845.

⁷⁴ Sua missa foi realizada na matriz do Santíssimo Sacramento da corte, como nos informa o *Jornal do Comércio* de 17/4/1877, ed. nº 106. No anúncio, é colocada como “Maria Appolonia de Jesus Cunha”. Procurado seu assento de óbito entre os meses de Dezembro de 1886 e Abril de 1877 para as paróquias

(4)II – **Joana**, falecida com 6 horas de nascida em 24/4/1847, tendo sido inumada no mesmo dia na matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia⁷⁵.

(5)II – **Isabel**, branca, batizada “Izabel” em 4/2/1849 e nascida aos 4/7/1848. Foram seus padrinhos Jerônimo Pinheiro de Carvalho, agente, consignatário, parceiro de negócios de Manuel e dono do armazém na rua do Mercado do Peixe/do Sabão nº 11, onde Manuel tratava de negócios e muito possivelmente se hospedava, e sua mulher D. Mariana Rosa Medeiros de Carvalho, brancos, do Rio de Janeiro. Foi procurador dele José Lourenço Domingues Viana, construtor e contratador, arrematante do contrato para calçamento e melhoramentos da Praça D. Isabel em Outubro de 1871⁷⁶, branco, solteiro, da freguesia da Conceição da Praia, e dela, José Luiz Domingues Viana, branco, casado, também da Conceição da Praia, de quem não há notícias, mas estima-se que fosse parente de José Lourenço⁷⁷. Faleceu aos 8 meses de idade, em 28/02/1849, vítima de “molestia interna”, tendo sido inumada no mesmo dia na matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia⁷⁸;

de Nossa Senhora da Conceição da Praia, da Sé, de São Pedro, de Sant’Ana, do Santíssimo Sacramento da rua do Paço, de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Penha, da Vitória, de Brotas, dos Mares, do Pilar, do Ó, de Nazaré e São Bartolomeu, mas o documento não foi localizado.

⁷⁵ Óbito de Joana, Livro de Óbitos de 1847-1878 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, página 20, 28 de Fevereiro de 1849.

⁷⁶ *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Bahia*, ano de 1872, página 5, capítulo do *Relatório das Obras Públicas em 1871*. Valor do contrato: 6:562\$189.

⁷⁷ Batizado de Isabel, Livro de Batismos de 1844-1864 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, página 2, 24 de Abril de 1847.

⁷⁸ Óbito de Isabel, Livro de Óbitos de 1847-1878 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, página 20, 28 de Fevereiro de 1849.



Da Esquerda: José, tio Paterno, o cunhado Otaviano Vieira e Manuel, pai de Euclides.⁷⁹

(6)II – **Mariana**, branca, batizada em 9/12/1849 e nascida aos 8/4/1849. Foram seus padrinhos Jerônimo Pinheiro de Carvalho e sua mulher, D. Mariana Rosa de Medeiros de Carvalho, brancos, do Rio de Janeiro. Foram procuradores José Lourenço Domingues Viana e José Pereira Saraiva⁸⁰. Falecida menor, entre Abril de 1849 e Dezembro de 1851, como nos indica o batismo de outra filha do casal Manuel e Teresa, que também levará o nome de Mariana⁸¹. Não se sabe onde foi enterrada;

⁷⁹ Conforme a página 22 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit..

⁸⁰ Batizado de Mariana, Livro de Batismos de 1844-1864 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, página 70, 9 de Dezembro de 1849.

⁸¹ Procurados entre os anos de 1841 e 1855 nos livros da freguesia da Conceição da Praia, os óbitos das duas Marianas não foram localizados.

(7)II – **Antônio Rodrigues Pimenta da Cunha**, branco, batizado em 20/4/1851 e nascido aos 20/4/1850. Foi seu padrinho José de Souza Santos, solteiro, da freguesia da Conceição da Praia, aparentemente vendedor de molhados nos Arcos de Santa Bárbara nº 3⁸² da Conceição da Praia⁸³. Chegado ao Rio em uma Quarta Feira, 25 de Dezembro de 1867, veio da Bahia para estudar. Almejando aproveitar, talvez, algum conhecimento que possivelmente tivesse da carreira de seu pai, embarcou no vapor inglês *Kepler* e foi, ainda aos 17 anos, tentar as provas para ingresso na Escola de Marinha. Foi aprovado em inglês e francês, mas não há indícios de que tenha seguido a carreira⁸⁴. De forma breve, e englobando principalmente os anos de 1879 a 1886, período em que Euclides com ele residiu, sabemos que Antônio, de fato, morou por volta do largo da Carioca, como muitos dos biógrafos de Euclides já disseram, uma vez que Antônio efetivamente foi registrado como residindo no nº 2 da rua de mesmo nome, no ano de 1874. Mas Antônio já não morava mais lá, quando ele finalmente recebeu o encargo de cuidar de Euclides, conforme nos informam as fontes, que contrariam tudo aquilo que a cronologia de Joel Bicalho Tostes e boa parte das biografias relatam. Casado em 29/1/1876 na igreja do Santíssimo Sacramento da corte, com D. Carolina Augusta de Miranda⁸⁵, carioca natural da mesma freguesia em que casou, filha legítima de Lourenço José de Miranda e de Bernardina Cândida de Souza, Antônio é registrado no levantamento eleitoral de 1877 como

⁸² *Almanach Para o Anno de 1845*, página 196.

⁸³ Batizado de Antônio, Livro de Batismos de 1844-1864 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, página 91 v., 20 de Abril de 1851.

⁸⁴ *Jornal do Comércio* de 26 e 27/12/1867, ed. nº 360, de 18/2/1868, ed. nº 49, e *Correio Mercantil* de 19/2/1868, ed. nº 50.

⁸⁵ Casamento de José e Carolina, Livro de Casamentos nº 10 da Matriz do Santíssimo Sacramento do Rio de Janeiro de 1875-1879, página 26 v., 29 de Janeiro de 1876.

negociante de 25 anos, casado, alfabetizado, inelegível por conta de sua renda de 200\$000 réis e residente no nº 121 da rua da Prainha⁸⁶ do 15º quarteirão da paróquia de Santa Rita da Corte. É neste endereço, cuja numeração atual fica nas proximidades da igreja da Candelária, da avenida Presidente Vargas e do cais do Rio de Janeiro, que Euclides realmente deve ter residido, quando foi ficar em companhia deste tio. Era, desde Janeiro do mesmo ano, tutor dos filhos de José Dias Marques, amigo lusitano que, por falecimento, lhe incumbiu desta tarefa por testamento. Antônio perdeu um filho, de nome (H)ercílio, vitimado por congestão pulmonar, em Maio de 1878⁸⁷. Perdeu ainda a filha Maria, de 2 anos de idade, falecida de varíola confluyente em sua casa, na rua Monte Alegre nº 33, onde residia no ano de 1887⁸⁸. Guarda livros como os demais irmãos, pode ter aprendido a profissão com a mãe e com o irmão mais velho. Teve certo êxito na profissão, pelo que ocupou posição de destaque entre os guarda livros da corte, já que foi Diretor Comissário de Sindicância da Associação Beneficente dos Guarda Livros⁸⁹. Vai receber e hospedar Euclides durante os anos de seus exames preparatórios, educando-o em sua casa. Faleceu de uma “angicope” cardíaca aos 15/8/1890, na mesma data em que seu sobrinho morreria, 19 anos depois. Faleceu em casa, aos 40 anos de idade, na rua São Clemente nº 801, freguesia da Lagoa, hoje na altura do Humaitá. Foi enterrado no cemitério São João Batista, em

⁸⁶ Atual rua Acre.

⁸⁷ *Diário do Rio de Janeiro* de 20/1/1877, ed. nº 18, *Gazeta de Notícias* de 4/3/1877, ed. nº 63, *Jornal do Comércio* de mesmo data, ed. nº 63, *Gazeta de Notícias* de 27/5/1878, ed. nº 144, *Jornal do Comércio* de igual data, ed. nº 147, *A Reforma* de 28/5/1878, ed. nº 120.

⁸⁸ *Jornal do Comércio* de 9/11/1887, ed. nº 313.

⁸⁹ *Jornal O Cruzeiro* de 5/5/1878, ed. nº 124..

Botafogo⁹⁰. Deixou 4 filhos, dentre eles Nestor Augusto da Cunha, seu primogênito, primo companheiro e amigo de Euclides⁹¹. Destes filhos descendem os Soter da Silveira e alguns Pimenta da Cunha, que tiveram geração até os dias de hoje. Sua esposa, D. Carolina Augusta da Cunha, faleceu de arteriosclerose generalizada e colite crônica em 7/5/1931 na rua Conde de Bonfim nº 446, na Tijuca. Carolina foi sepultada no cemitério da Ordem do Carmo, do Rio de Janeiro⁹²;

(8)II – **Mariana de Jesus**, branca, batizada “Marianna” em 31/12/1851 e nascida aos 19/12/1851. Foram seus padrinhos Joaquim de Azevedo Fernandes, dono de uma casa comercial de cabos na rua Nova do Comércio de Salvador e de um armazém no cais do Moreira⁹³, e sua mulher, D. Mariana Paula das Neves Soares⁹⁴. Falecida em data incerta. Não há notícia de sua cripta;



⁹⁰ Óbito de Antônio, Livro de Óbitos nº 130 do Cartório da 5ª Circunscrição do Rio de Janeiro, página 7v.-8, 15 de Agosto de 1890. Consta no registro que teria 42 anos, mas seu batismo nos diz o contrário.

⁹¹ Ver nota 103 deste estudo.

⁹² Óbito de Carolina, Livro de Óbitos de 1890-1891 do Cartório da 12ª Circunscrição do Rio de Janeiro, página 22v.-23, 7 de Maio de 1931. O registro é praticamente ilegível. Não encontrei sua idade nele.

⁹³ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*, ano de 1854, página 251 e *Correio Mercantil* da Bahia de 03/08/1849.

⁹⁴ Batizado de Mariana, Livro de Batismos de 1844-1864 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, página 121 v., 31 de Dezembro de 1851.



Os primogênitos da Família Pimenta da Cunha: os primos Arnaldo, Euclides e Nestor.⁹⁵

(9)II – **José Rodrigues Pimenta da Cunha**, branco, batizado em 12/6/1853 e nascido aos 10/5/1853. Foram seus padrinhos Manuel Martins Viana, vidraceiro com loja na rua das Grades de Ferro⁹⁶, e sua mulher, que não é tratada por dona, Rita Joaquina da Encarnação, brancos, da freguesia da Conceição da Praia⁹⁷. Ficou na Bahia, com a mãe e os demais familiares. Deve ter aprendido seu ofício de contador com a mãe ou com o irmão mais velho, pois também foi guarda livros.

⁹⁵ Conforme a página 23 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit..

⁹⁶ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*, ano de 1854, página 325. A Grades de Ferro ficava na cidade baixa, próxima ao Largo de Santa Bárbara, já desaparecido, praça que ficava na ribeira de Salvador, conforme Dorea, Luiz Eduardo. *Histórias de Salvador nos Nomes das Suas Ruas*, p. 169, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

⁹⁷ Batizado de José, Livro de Batismos de 1844-1864 da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, página 25 v., 12 de Junho de 1853.

Começou a vida trabalhando com a encomenda de diversos gêneros, com importação ou exportação de produtos, contratando a vinda de mercadorias para os portos do Rio ou de Salvador. Trabalhou com a remessa de louro, charutos, sacas de café e de outros produtos até 1886, pelo menos, ano em que é registrado no lançamento de impostos como morador da freguesia de Brotas da cidade de Salvador⁹⁸. Já era, em 1899, guarda livros do Banco Comercial da Bahia, função de que, por última notícia de periódico, sabemos que ocupava ainda em 1903⁹⁹. Sempre que apontado como funcionário do Banco era descrito como morador de uma casa na rua da Mangueira, situada na freguesia de Sant'Ana de Salvador, residência em que Euclides se hospedou quando se dirigia ao cenário de Canudos, no ano de 1897¹⁰⁰. Era, também em 1903, Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia, da qual foi membro. Em 1904 serviu como Diretor Gerente da Companhia de Carruagens e como liquidante nomeado para a dissolução da Estrada de Ferro Centro-Oeste¹⁰¹,

⁹⁸ *Correio da Bahia* de 27/8/1878, ed. nº 125, de 31/8/1878, ed. nº 129, de 15/9/1878, ed. nº 141, *O Monitor da Bahia* de 19/9/1878, ed. nº 89, de 20/9/1878, ed. nº 90, de 28/11/1878, ed. nº 148, de 4/6/1879, ed. nº 3 e de 29/10/1881, ed. nº 121, *Gazeta da Bahia* de 14/12/1886, ed. nº 273.

⁹⁹ *Almanak do Estado da Bahia*, ano de 1899, página 491, *Suplemento Bancário do The Brazilian Review* de 28/2/1899, ed. nº 9, de 2/5/1899, ed. nº 18, *Almanak do Estado da Bahia*, ano de 1903, página 448, *Correio do Brasil* de 8/1/1904, ed. nº 113. O Banco Comercial da Bahia era presidido em 1899 pelo Comendador Carlos Martins Viana. A semelhança de seu nome com o do padrinho de José nos faz crer que a relação de compadrio possa lhe ter ajudado na carreira.

¹⁰⁰ A rua da Mangueira também não é muito longe do assento inicial dos Pimenta da Cunha em Salvador. Sobre a estadia de Euclides, ver *Os Sertões e os Grupos Oligárquicos Baianos* de Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior in *Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha*, página 270, op. cit..

¹⁰¹ *Almanak do Estado da Bahia*, ano de 1903, página 540, *Correio do Brasil* de

que tinha entrado em processo de desmantelamento. Mais uma vez Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Empregados em 1905¹⁰², estima-se que ele também tenha trabalhado na Companhia Fabril dos Fiaes de Salvador neste mesmo ano¹⁰³. Irmão da prestigiosa Ordem Terceira de São Francisco de Salvador desde 1903, ano em que era apontado como definidor da confraria¹⁰⁴, é ele quem instituirá a cripta dos Pimenta da Cunha no cemitério da Quinta dos Lázaros. Será este o tio que receberá o sobrinho em Salvador, junto da mãe, avó paterna de Euclides, com ele ficando pelos anos em que o autor estuda naquela capital. Amigo de Euclides, a quem oferece conselhos por cartas, José foi outro canalizador de manutenção das relações familiares de Euclides com a Bahia, despertando-o para a terra Natal. Fundamentado em relacionamento ímpar com o escritor, com ele manterá contato com ele até os últimos anos de sua vida. Das profundas trocas de confidências que faziam por carta, de cuja especial relação uma missiva datada de 15 de Janeiro de 1905 nos faz prova, fica claro que, José, conhecendo Euclides desde menino, com ele se preocupava em razão de seu temperamento. A respeito desta carta e de seu cuidado com a aproximação da família, lemos, de forma mais específica, sobre o quão fortes eram os zelos e as preocupações que este tio cultivava com Euclides:

(...) Meus parabéns pela maneira como recebeste o ministro, bem como meus sentimentos pela magoa que dizes saltaram-te para sempre; bem assim sedes um coração enxovalhado e ter o teu temperamento explosivo mais fundamentalmen-

20/1/1904, ed. nº 122 e de 19/5/1904, ed. nº 216.

¹⁰² *Correio do Brasil* de 2/6/1905, ed. nº 517 e de 14/9/1905, ed. nº 597.

¹⁰³ Como nos faz crer a carta timbrada que enviou ao sobrinho, conforme nota 9 deste trabalho.

¹⁰⁴ *Almanak do Estado da Bahia*, ano de 1903, página 412.

te bom cercando-te de afflições que desgraçadamente não te irritam;entristece-te isto. Mais uma vespermitte Euclides que com igual franqueza com que me externei por ocasião da tua passagem por esta Capital responda a tua carta de 7 de corrente pedindo-te porem não tomares as minhas palavras se não com aquellabôa intenção que um tio pode ter para com sobrinhos cuja verdadeira estima nasceu da convivencia do tempo de creança, estimas estas que são as mais sinceras e só terminam com a morte. (...) Um homem cujo talento incontestavelmente elevado como teu tem por dever evitar as explosivas horas do seu temperamento explosivo (...).As bôasmaneiras de tratar aos outros, subalternos ou não, bem como as manifestações sinceras, conseguem a conquista do coração humano principalmente em relação ao povo do Norte. Ao povo que o rigor manifestado por aquelles que ocupam cargos elevados nada consegue, nem mesmo subjugam a homens pobres trabalhadores e honrados, ao contrário, tras a revolta ou o protesto da sua desafeição. Com a devida franqueza digo-te que foi o que se deu com o Distincto Chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus: faltou-lhe a necessaria força de vontade para a repressão do seu explosivo temperamento afim de poupar a si proprio e aos outros colegas magôas a salteatem-nos para sempre. Depende Euclides somente de tia a completa reforma do teu temperamento explosivo, com um pouco de força de vontade que todo homem tem quando quer. (...) A maior parte dos bahianos que tem consciencia de seu ser, preferem acabar na dura (ilegível) da pobreza em que as mais das veses morrem os homens de bem do que alcançarem loiros que não sejam filhos da perseverança do seu trabalho. Infelizmente porem parece que a atualmente a felicidade terrena e enganosa está em si diser a praticar ao contrário do que se pensa servindo isto muitas veses para a alimentação da vaidade humana e obtenção de interesses próprios; preferindo muitos a desfortuna que lhe vem do berço a sujeitarem-se a humilhações ou mentir a sua consciencia. (...) Tenho também tranquilla a imaculada consciencia, tanto quanto dises ter a tua, e o orgulho de diser-te que na Comissão de Reconhecimento do Alto Purus não levastes nem tivestes somente um tecnico, mas um primo pobre porem honrado tanto quanto o que for honrado, um dos

unicos companheiros que não te abandonou e que deu-te como não poderás nunca negar as maiores provas de dedicação (ilegível) e reconhecimento que um homem pode dar a outro homem. Além de tudo levastes porque aqui te entreguei um bôa porção do coração do teu Tio José na pessoa d'aquelle que segundo cartas tuas sempre soube cumprir com os seus deveres (...). Não te envergonhou portanto nem te envergonhará nunca os actos praticados por este companheiro que escolheste a para o qual espera de ti como mais experiente e ilustrado a abreviação de seu character e não os factos que se deram entre ambos que os lamento deveras sem poder dar grito algum tratando-se como se trata de entes queridos e estimados (...)"¹⁰⁵.

Terá casado na década de 1880 com D. Honorina Amália de Pinho, de Pinho Cunha, após o casamento, nascida aos 10/4/1860 e falecida aos (7)/6/1950¹⁰⁶, repousando no mausoléu dos Pimenta da Cunha. José faleceu poucos dias antes do irmão mais velho e de seu sobrinho, Euclides, no dia 13/2/1909¹⁰⁷. Está enterrado na cripta dos Pimenta da Cunha em carneiro localizado logo embaixo do de seu filho Arnaldo. Teve de sua esposa, pelo menos: Álvaro Pimenta da Cunha, farmacêutico, membro da Associação dos Empregados do Comércio da Bahia desde 1904, quando contava com 21 anos, falecido solteiro em data incerta, aparentemente não tendo sido enterrado na cripta dos Pimenta da Cunha¹⁰⁸; Isaura Amália de Pinho

¹⁰⁵ Rever nota 9 deste estudo.

¹⁰⁶ Este casamento ainda carece de fonte. O nome da Honorina aparece algumas vezes como Maria Honorina Amália. De toda forma, sua campa na cripta dos Pimenta Cunha identifica-a como Honorina A. de Pinho Cunha. Suas datas de nascimento e de falecimento também são informadas pela referida campa. O dia do falecimento está ilegível, porém.

¹⁰⁷ Conforme sua campa na cripta dos Pimenta da Cunha e a página 16 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit..

¹⁰⁸ *Almanak do Estado da Bahia*, ano de 1903, página 510, *Revista do Brasil* da

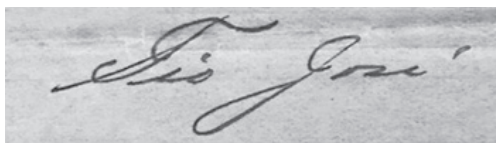
Cunha, que a julgar pelo nome, não casou, nascida em 18/2/1885 e falecida em 14/4/(1965)¹⁰⁹; e Arnaldo Pimenta da Cunha, Engenheiro formado pela Escola Politécnica da Bahia, Prefeito de Salvador na década de 1930, membro e Vice-presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nascido 1/9/1881 e falecido em 17/5/1956, com geração. Arnaldo, por conta da relação familiar e da proximidade de Euclides da Cunha com a Bahia, será por ele convidado para ser seu assistente técnico na expedição do Alto Purus¹¹⁰. Amigo de Euclides, trocará diversas cartas com este primo, ao espelho do que o autor igualmente fazia com seu pai, José. Também será Arnaldo, ao lado de Nestor da Cunha, quem dará amparo à família de Euclides no dia de seu falecimento, preparando e recebendo o corpo do escritor no necrotério, no lugar de sua viúva e dos filhos¹¹¹.

Bahia, de 15/10/1907, ed. nº 3, de 30/10/1907, ed. nº 4, de 15/11/1907, ed. nº 5, e de 30/11/1907, ed. nº 6. Também disponível em Jesus, Mauricio Vitor Santos de. *Trabalho, classe e nação: um estudo centrado na Associação dos Empregados no Comércio da Bahia (1900-1930)*. p. 42, Alagoinhas: Universidade do Estado da Bahia, 2018.

¹⁰⁹ Tal como nos informa sua campa na cripta dos Pimenta da Cunha. O ano de sua morte, por desgaste na cripta, está ilegível.

¹¹⁰ Segundo confissão do próprio Arnaldo, que narra como sua nomeação e convite se concretizaram, indicando que seu ingresso na expedição do Alto Purus tenha se dado especialmente a partir da familiaridade que seu primo lhe dispensava, conforme artigo próprio entre as páginas 24 e 25 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit..

¹¹¹ Conforme páginas 16 e 17 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit., e *Jornal Comércio* de São Paulo de 18/8/1909, ed. nº 118.



Assinatura de José Rodrigues Pimenta da Cunha, Tio de Euclides

§2º

I – **Teresa Maria de Jesus**, cuja fotografia vai ao lado¹¹², a avó Euclides da Cunha, nasceu em lugar incerto, mas certamente na Bahia, aos 17/6/1826, conforme sua campa na cripta da família Pimenta da Cunha. Casada por volta de 1839 e 1840 com Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, contraiu núpcias com aproximadamente 13 para 14 anos. Vivendo ao lado do marido, marinheiro e capitão de navios, com ele deve ter aprendido a contabilidade, acaso não a tenha descoberto pela necessidade de cuidar do lar nas ausências do esposo, quase sempre no mar. Teve todos os filhos acima listados de seu primeiro matrimônio. Viúva a partir de 1853, pelo menos, aos 27 anos, Teresa tenta prosseguir com a administração dos bens do marido, o que ela pode ter feito até meados de 1865, data em que o brigue *Almirante* deixa de ser notícia nos principais periódicos da época¹¹³. Terá casado

¹¹² Fotografia que julgo ser da década de 1860, que vai na página 17 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit.. Não se sabe por onde andar a original, só que ela primeiramente foi publicada na dita revista. Há uma cópia desta fotografia na seção de Iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que está sob as coordenadas RET 2 (1) de seus acervos. Esta cópia foi a utilizada por eles nas exposições em homenagem a Euclides da Cunha por conta dos 100 anos de seu falecimento. Aos funcionários deste setor, também meus agradecimentos.

¹¹³ *Diário de Pernambuco* de 16/1/1865, ed. nº 12. Em sua última aparição, o *Almirante* saía de Pernambuco destinado ao Rio de Janeiro. Não há notícia de que tenha chegado, nem de que tenha sido destruído. Pode ter sido vendido, ao que seu nome teria sido alterado logo em seguida, tal como ocorrido por ocasião de sua compra por Manuel.

com Joaquim Antônio Pereira Barreto, também baiano, logo após o falecimento do marido, dado como certo em 1857, data em que ela aparece, já ao lado de seu novo marido, batizando o filho Justino¹¹⁴. Foi ao Rio de Janeiro em 1880, acompanhada de seu filho, José, embarcados no vapor inglês *Douro*¹¹⁵. A julgar por sua primeira residência conhecida, na Preguiça, pelo local de seu sepultamento e pelos endereços em que seus filhos viviam, à época da chegada de Euclides na Bahia, é possível que Teresa tenha recebido o autor nas cercanias do centro ou da freguesia da Conceição da Praia, pelo que esta teria sido a cidade de Salvador que o escritor experimentou na infância¹¹⁶. Única avó que Euclides da Cunha conheceu, Teresa faleceu

¹¹⁴ Batizado de Justino, Livro de Batismos de 1846-1848 da freguesia de Sant'Ana do Sacramento da Bahia, página 271 v., 6 de Agosto de 1857. Todos os esforços foram empregados para que o matrimônio de Teresa fosse encontrado, mas ele ainda não foi localizado, razão pela qual desconhecemos quem seriam seus ancestrais ou onde teria nascido. As buscas compreenderam anos de 1853 a 1879 para a paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, e de 1853 a 1870 para as freguesias da Sé, de São Pedro, Sant'Ana, do Sacramento da rua do Paço, de Brotas e da Vitória. Pode ter casado fora de Salvador. Existiu em 1862 uma "Thereza de Jesus Barreto" que teve o engenho de açúcar "Guahiba" no município de Cachoeira, como nos informa o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*, ano de 1862, página 471. Por esta razão, procurei o casamento de Teresa entre 1853 e 1868 na matriz de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, mas não obtive sucesso.

¹¹⁵ Jornal *Monitor da Bahia* de 28/7/1880, ed. nº 43 e Livro 3 da Relação de Passageiros e Imigrantes da Bahia, ano de 1880, aparentemente página 70, data de 27 de Julho.

¹¹⁶ Fato que muito reforça isso é saber que o colégio em que Euclides tomou aulas na cidade de Salvador, o Colégio Bahia (ou Carneiro Ribeiro), dirigido pelo professor Ernesto Carneiro Ribeiro, funcionou de 1873 a 1883 na ladeira da Gameleira, passando em seguida para o antigo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Salvador. A ladeira da Gameleira era feita ao traçado da ladeira da Preguiça. Para isto ver a página 16 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit., e a obra *Evolução física de Salvador: 1549 a 1800*, de Simas Filho,

em Salvador aos 12/2/1890¹¹⁷, conforme nos informa sua campa na cripta dos Pimenta da Cunha. Provavelmente irmã da Ordem de São Francisco, como seu filho José, terá sido para ela que o mausoléu foi construído, pois aparentemente é a pessoa mais antiga que lá está enterrada. Está junto de sua filha Constança, que foi sepultada sob sua campa. Não existem indícios que confirmem que Teresa fosse sertaneja, como muito comumente se diz pela biografia de seu neto. Pelo contrário. A memória dos Pimenta da Cunha a põe como tendo tido origem em uma ainda incerta família Viana, pelo que a identificaram como Teresa Maria de Jesus Viana nas várias entrevistas que deram enquanto ainda eram vivos¹¹⁸. Este sobrenome, que é muito recorrente nos padrinhos de seus filhos, nos faz crer que ela realmente fosse da zona do centro e que com eles muito provavelmente tivesse algum parentesco¹¹⁹. Também não há qualquer menção de que fosse tapuia, como em muito nos colocam vários dos biógrafos do neto. No reverso disso. Sua fotografia não nos mostra qualquer traço que socialmente corroborem estas afirmações. Para além do mais, Teresa foi tratada por “Dona” em quase todos os registros de seus filhos, tratamento que, pela experiência adquirida no manuseio das fontes de Salvador, observei ser destinado somente às mulheres brancas e/ou

Américo. p. 36, 51 e 126, Salvador: Editora Fundação Gregório de Matos, 1998.

¹¹⁷ O óbito de D. Teresa, que até o momento não foi localizado, certamente está em um dos cartórios de registro civil de Salvador, onde está sepultada. Para mais, ver a nota 46 deste estudo.

¹¹⁸ Página 16 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit..

¹¹⁹ Procurado seu batismo na freguesia da Conceição da Praia, estimando que por lá tenha sido batizada entre 17/6/1826 e 1827, não foi possível encontrá-la. A falta de suas duas certidões de casamento, que certamente nos informariam sua freguesia de origem, infelizmente contribuiu para que seu batismo não pudesse ser localizado.

de condição social elevada. Ademais, tenha-se também que todos os seus primeiros filhos foram dados como brancos em seus batismos e que no batismo de sua primeira filha, único documento em que Teresa é qualificada, Teresa foi descrita, junto do marido, como “brancos”, inclusive. Deixou viúvo seu segundo companheiro, relativamente mais novo do que ela, nascido em 12/4/1832 e falecido aos 16/1/1916, conforme lápide dele no mausoléu dos Pimenta da Cunha. De seu segundo casamento, teve, pelo menos¹²⁰:

(1)II – **Joaquim Antônio Pereira Barreto**, que se crê, pelo nome, que tenha sido o mais velho dos varões, já que leva o nome do pai. Sob o nome de Joaquim Antônio Pereira Barreto Junior, veio ao Rio de Janeiro em Julho de 1869 no vapor *North América*, retornando para a casa pelo pacote inglês *Magellan* em 1º de Julho de 1870¹²¹. Voltou ao Rio de Janeiro mais uma vez, agora em data incerta, vindo para fazer os exames preparatórios de 1877, iniciados em Março, dos quais não há notícia de que tenha sido aprovado¹²². Vai para São Fidélis, onde reside, muito possivelmente em companhia dos Garcez e de seu meio irmão mais velho, Manuel, contraindo núpcias em Campos dos Goitacazes com D. Isabel Cardoso Guimarães, campista, natural e residente na freguesia de São Salvador de Campos¹²³. Casou em 13 de Dezembro de 1882 na Capela de Nossa Senhora do Rosário do Saco

¹²⁰ Conforme entrevista e depoimento de relato que D. Isaura Amália de Pinho Pimenta da Cunha e D. Constança Amélia Barreto fazem na página 16 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit..

¹²¹ *Diário do Rio de Janeiro* de 20/7/1869, ed. nº 198, de 2/7/1870, ed. nº 180 e *A Reforma* de mesma data, ed. nº 145.

¹²² *Jornal do Comércio* de 20/3/1877, ed. nº 79, de 7/4/1877, ed. nº 96, de 17/8/1877, ed. nº 228, de 26/10/1877, ed. nº 297, de 28/10/de 1877, ed. 299 e *Diário do Rio de Janeiro* de mesma data, ed. nº 291.

¹²³ *Monitor Campista* de 9 e 10/10/1882, ed. nº 231, e de 17/12/1882, ed. nº 289.

de Campos dos Goitacazes¹²⁴. Sabemos dele pela última vez por conta do sepultamento de sua filha, única que dele temos notícia, Maria Eugênia, enterrada aos 15 de Outubro de 1884 no Rio de Janeiro, falecida de fraqueza congênial¹²⁵. Houve, em 1876, um Venerável da Loja Maçônica Fidelidade e União¹²⁶ da cidade de Salvador que lhe era homônimo, mas não se sabe, justamente por ser Joaquim um homônimo de seu pai, se o referido Venerável era ele, seu pai ou mesmo um terceiro com quem tanto pai quanto filhos e quer tivessem relação. Também houve, em 1880, um certo Joaquim Antônio Pereira Barreto, qualificado como “negociante”, e que foi padrinho de batismo em Salvador, do inocente Antônio, pardo, filho natural de Getúlio José Ferreira e Virgínia Fabrícia da Silva¹²⁷. Falecido em data e local incerto, não se sabe se ele está na cripta dos Pimenta da Cunha;

(2)II – **Justino Pereira Barreto**, branco, batizado em 16/08/1857 e nascido aos 9/3/1857. Foi seu padrinho Justino Severiano Paiva, casado, morador da freguesia de São Pedro, secretário da Sociedade Euterpe de Salvador, em 1854¹²⁸. Falecido em data e local incerto, não se sabe se está na cripta dos Pimenta da Cunha;

¹²⁴ Requisitado o registro de casamento de Joaquim e Isabel na matriz de São Salvador de Campos o registro não me foi comunicado até o tempo da prensa.

¹²⁵ *Gazeta de Notícias* de 17/10/1884, ed. nº 291 e *O Paiz* de mesma data, ed. nº 17.

¹²⁶ A Loja Fidelidade e União mudará de nome para Udo Schleusner após a morte deste notável maçom da Bahia, conforme nos relata Celso Jaloto Ávila Júnior em *A Maçonaria Baiana e Sua História*. p. 103-105, Salvador: Editora P&A, 2000.

¹²⁷ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*, ano de 1876, p. 471. Batizado de Antônio, Livro de Batismos de 1870-1884 da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Salvador, página 336, 3 de Outubro de 1880.

¹²⁸ Batizado de Justino, Livro de Batismos de 1846-1848 da freguesia de Sant’Ana do Sacramento de Salvador, página 271 v., 6 de Agosto de 1857. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*, ano de 1854, página 231.

(3)II – **Francisco Pereira Barreto**, branco, batizado em 2/6/1859, com 1 ano e 4 meses, já tendo sido batizado antes, pois nasceu com perigo de vida, portanto, nascido por volta de 2/4/1858. Foi seu padrinho José Joaquim Pereira Barreto, branco, solteiro, morador da freguesia de Brotas, provavelmente parente do pai, mas de quem não foi possível obter qualquer informação¹²⁹. Falecido em data e local incerto, não se sabe se está na cripta dos Pimenta da Cunha;

(4)II – **Constança Amélia Barreto**, última de todos os seus irmãos e meio irmãos a falecer. Branca, batizada em 23/6/1863, batizada no oratório ad hoc da morada de seu pai, Joaquim Antônio Pereira Barreto, aos 13 meses de idade. Terá nascido, portanto, por volta de Maio de 1862. Foram seus padrinhos Francisco de Ataíde Seixas e sua esposa D. Constança Umbelina Gomes Seixas, por procuração de José Maria de Souza Ribeiro e D. Ana Joaquina de Todos os Anjos¹³⁰. Deu depoimento para o Jornal de Ala de Chiacchio, que vai referenciado sem data e edição na Revista Dom Casmurro de Maio de 1946¹³¹. Residia, ao tempo da reportagem, na Avenida 7 de Setembro nº 112 e contava ter 76 anos. Parece, pelo nome que manteve até a velhice, que não teria casado¹³². Descansa jun-

¹²⁹ Batizado de Francisco, Livro de Batismos de 1846-1848 da freguesia de Sant'Ana do Sacramento de Salvador, página 299 v., 2 de Fevereiro de 1859.

¹³⁰ Batizado de Constança, Livro de Batismos de 1856-1891 da freguesia de Nossa Senhora de Brotas de Salvador, página 137, 26 de Junho de 1863. Não foi possível localizar qualquer informação dos padrinhos, mas de José Maria de Souza Ribeiro, conforme nos indica o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*, ano de 1863, página 164, consta que ele teria sido Definidor da Ordem Terceira de São Francisco de Salvador, e aparentemente morador nas Portas do Carmo.

¹³¹ Sabe-se, porém, que o *Jornal de Ala* foi publicado a partir de 1939, pelo que a temos viva desde essa data, pelo menos. A ver nota 39 deste trabalho.

¹³² Página 16 da *Revista Dom Casmurro*, op. cit.. O endereço, com a numeração

to de sua mãe, sob a mesma lápide, com o nome de Constancia, sem data;

(5)II – **Maria Amélia Barreto**, sem mais, falecida em data e local incerto, não se sabe se está na cripta dos Pimenta da Cunha.

atual fica defronte do Mosteiro de São Bento de Salvador, bem próximo do primeiro endereço dos Pimenta da Cunha, na Preguiça.

ANEXOS

- Fotografias da Cripta dos Pimenta da Cunha, Cemitério da Quinta dos Lázaros da Venerável Ordem Terceira de São Francisco – Salvador. Autor: Nilton Souza. Sacadas em Agosto de 2019.



Perspectiva do Cruzeiro



Aspecto da Identificação da Tumba



Monograma da Família em Detalhe na Floreira



Vista Geral da Dimensão e do Posicionamento da Tumba



Panorama da Entrada do Cemitério

- Fotografias do Gabinete de Campo de Euclides da Cunha, Acervo do Petit Trianon da Academia Brasileira de Letras – Rio de Janeiro. Autor: Matheus Miranda de Sá Campelo. Sacadas em Julho de 2019.



Vista do Gabinete Fechado



Vista do Gabinete Aberto



Detalhes do Interior da Escrivadinha

UMA CHAVE PARA CANUDOS: HORCADES, O IGH B E A GUERRA

Marcos Roberto Brito dos Santos¹

“Seria sem dúvida uma consideração mui mal-entendida, (...) se no ato de receber a chave da igreja do seu servo eu deixasse de publicar as maravilhas de tão belíssima pessoa”.

(Antonio Vicente Mendes Maciel, Belo Monte, 1897)

¹ Doutor e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, com especialização em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes. Atualmente, dedica-se ao estudo das narrativas históricas e literárias sobre a Guerra de Canudos, assim como à reflexão sobre suas fontes documentais. Interessa-se ainda por temáticas transversais relativas à escrita da história e ao contexto histórico da Guerra de Canudos como: memória e historiografia no século XIX; transição da Monarquia à República; Republicanismo e anti-republicanismo na segunda metade do século XIX; primeiros governos republicanos (de Deodoro da Fonseca a Prudente de Moraes).

RESUMO:

O artigo apresenta o resultado de uma pesquisa documental e uma reflexão em torno da participação de Alvim Horcades na guerra de Canudos. Partindo da noção de consciência histórica, conforme proposta por Jörn Rüsen, analisamos a interpretação do episódio de Canudos apresentada por Horcades em sua obra memorialística *Descrições de uma viagem a Canudos*, publicada em 1899, bem como a prática social que deriva de sua concepção da história.

Palavras-chave: Alvim Horcades; Guerra de Canudos; Consciência histórica; IGHB.

ABSTRACT:

The article presents the result of a documentary research and a reflection on the participation of Alvim Horcades in the war of Canudos. Starting from the notion of historical consciousness, as proposed by Jörn Rüsen, we analyze the interpretation of the Canudos episode presented by Horcades in his memorial work *Descriptions of a trip to Canudos*, published in 1899, as well as the social practice that derives from his conception of history .

Key-Words: Alvim Horcades; War of Canudos; historical consciousness; IGHB.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, nos propomos a refletir sobre as relações estabelecidas entre a Faculdade de Medicina da Bahia, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e a Guerra de Canudos, através de um personagem particular: o acadêmico de medicina Alvim Martins Horcades. A chave que abrirá a porta desta relação triangular, será a da igreja velha de Canudos, a igreja de Santo Antônio, despojo de guerra trazido pelo estudante e que acabará por compor o acervo do museu do instituto. Na sequência, nos dedicamos a análise de alguns aspectos do livro de caráter memorialístico publicado por Alvim Horcades em 1899

intitulado *Descrição de uma viagem a Canudos*, texto inicialmente reproduzido em extratos sequenciais no Jornal de Notícias, e que teve sua impressão neste periódico abruptamente suspensa por motivos que também nos propomos examinar. Por fim, visitaremos as dependências da Faculdade de Medicina da Bahia durante as sessões de recepção aos alunos egressos da região do combate.

Do ponto de vista teórico, nos acompanhou a noção de consciência histórica, conforme definida pelo historiador alemão Jörn Rüsen. Este entende consciência histórica como “[...] suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (2010, p. 57). Assim, veremos como uma constituição histórica exemplar de sentido caracterizava a consciência histórica de Alvim Horcades, mesmo ele não escrevendo como historiador profissional, fato que sinaliza para entendermos como este modelo extrapolava os limites da historiografia produzida no âmbito dos institutos históricos, marcando a cultura histórica de, ao menos, parte da elite intelectual da época.

A constituição histórica exemplar de sentido é um tipo de consciência histórica constante de uma tipologia proposta por Jörn Rüsen, com vistas a subsidiar a análise dos *topos* da narrativa histórica sob um viés da ciência histórica e não da literatura. Segundo Jörn Rüsen, esta constituição exemplar de sentido

[...] abre o horizonte de experiência do pensamento histórico e transforma as experiências nele acumuladas em suportes das orientações atuais do agir. Em princípio, o olhar histórico se volta para tudo o que aconteceu no mundo humano passado. O pensamento histórico se debruça sobre esse acontecimento como uma miríade de ocorrências, que correspondem a casos concretos em sua diversidade espaço-temporal, os quais, por

sua vez, demonstram *regras gerais de comportamento com validade supratemporal*. Aqui, o tempo não é confinado dentro de si mesmo pelo sentido histórico, mas adquire uma qualidade supratemporal. A história funciona como mestra da vida (*historia vitae magistra*). (Rüsen, 2015, p. 207-208).

O caráter magisterial da história, ressaltada por Rüsen em sua tipologia, normalmente se expressou historicamente em combinação com uma outra característica bastante presente na consciência histórica do século XIX: a ideia de que a história é o resultado dos feitos dos “grandes homens”. Desta forma, entendia-se que certas personalidades, ao se dedicarem à ciência e filosofia, à política, à vida literária e militar, contribuindo civicamente para o “progresso da nação”, deveriam ser glorificados e postos à emulação dos mais moços, tornando-se assim os chamados “varões ilustres”, os “homens notáveis” que compunham o panteão de heróis da pátria. Como veremos, esta concepção também acompanha os escritos, assim como a prática histórica de Alvim Horcades e de seus contemporâneos.

As fontes utilizadas compõem os acervos documentais e/ou museológicos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), da Faculdade de Medicina da Bahia, da Biblioteca Nacional Digital e do Centro de Estudos Baianos. Elas foram constituídas de revistas, jornais, livros, cartas e peças museológicas.

2. DO TERREIRO DE JESUS AO TEATRO DE OPERAÇÕES

O conflito entre as forças militares brasileiras e os moradores de Canudos já havia ganho proeminência nacional quando da derrota da terceira expedição contra o arraial. Entretanto, este fato, sucedido nos primeiros quatro dias do mês de março de 1897, e que culminou com a morte de seu comandante, o Coronel Antonio Moreira César,

gerou uma ampla comoção nacional, fazendo com que os sentimentos de medo e indignação tomassem conta da população brasileira nos quatro cantos do país.

É desse período o maior envolvimento dos professores e alunos da Faculdade de Medicina da Bahia, localizada no Terreiro de Jesus em Salvador, no episódio da guerra. Em 16 de março, durante a primeira reunião da congregação da faculdade após o fracasso dos militares, é aprovada por unanimidade uma moção de lamento e de pesar pela morte dos soldados e pela derrota sofrida, moção que fora transmitida por telegrama aos ministros da guerra e do interior, e que colocava à disposição do governo federal, serviços médicos a serem prestados pelo corpo discente, docente e técnico da faculdade, em caso de necessidade.

Data de três dias depois da citada reunião da congregação de medicina, a primeira manifestação pública da “mocidade baiana” – como se designava àquela época os estudantes do ensino superior do estado, em especial, das faculdades de medicina e direito, com assídua participação nas questões políticas e sociais de seu tempo. Embora ainda como notabilidades em potencial, estes moços iam se integrando às agremiações que reuniam e onde circulavam a elite intelectual do estado, como era o caso de Vital Soares, aluno da faculdade de direito, já sócio efetivo do IGHB desde sua fundação em 1894 e que em futuro ainda um pouco distante tornar-se-ia governador da Bahia. Assim, retomando o que íamos percorrendo, os estudantes das escolas de medicina, direito e engenharia civil, em 19 de março de 1897, subscrevem um documento intitulado *Manifesto dos Estudantes das Escolas Superiores da Bahia aos seus colegas e aos Republicanos de Outros Estados*. Nesta declaração, os acadêmicos baianos reproduzem a visão largamente disseminada sobre o arraial do Belo Monte, de que se tratava de um agrupamento “[...] que cumpre extinguir de

prompto e por completo”, constituindo-se isso “uma nobre tarefa”, sendo Antônio Conselheiro, o “louco-beato”, o “estranho Propheta”, “um degenerado” e seus seguidores “turbas semi-selvagens”. Rompia, contudo, com a visão irradiada pelo centro-sul do país, em especial, do Rio de Janeiro, ao defender o estado da Bahia contra a acusação de cumplicidade para com os conselheiristas e com o monarquismo e de, assim, por em risco iminente as instituições republicanas. Afirmam em certo momento no documento: “[...] os conselheiristas não cogitam de certo em restaurar a instituição decahida. Nutrem, sim, a insana pretensão de se conservarem independentes, livres de toda acção governamental, mas, (...), nunca pensaram em destruir a República” (Manifesto, 1897).

Já entre os signatários deste manifesto encontramos o nome do acadêmico de medicina Alvim Martins Horcades, liderança de destaque entre os estudantes, e que manterá, como veremos, relações com o IGHB e irá ao sertão baiano como voluntário nos serviços médicos aos enfermos. Estas relações, assim como a consciência histórica que permeiam a sua escrita da história – presente em seu livro-testemunho *Descrição de uma viagem a Canudos* – e que motiva a sua prática social, foi objeto de nossas investigações e será matéria da exposição que segue. Antes, porém, discutiremos sobre a sua viagem ao centro de operações da guerra.

2.1. A FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA VAI À GUERRA DE CANUDOS

Em 8 de julho daquele mesmo ano de 1897, já no contexto de muitas perdas sofridas pelo Exército brasileiro e de muitas outras dificuldades vivenciadas no campo de batalha, o diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, Antonio Pacífico Pereira, recebeu um ofício

do tenente-coronel Dr. José Leôncio de Medeiros, chefe do serviço sanitário do exército na Bahia, para sondar a real disposição dos membros da faculdade em contribuir na assistência hospitalar aos soldados vitimados no sertão baiano, conforme havia sido oferecido na moção de março. Em reunião realizada no dia seguinte, com a presença do corpo docente, discente e administrativo, ficou definido que o edifício da faculdade se converteria provisoriamente em hospital, as suas salas em leitos, e seu laboratório em farmácia, a fim de atender aos feridos providos da região sertaneja. Em 6 de agosto, as aulas foram suspensas, sendo constituídas dez enfermarias no prédio da faculdade, sob a direção de professores. Além disso, foi prestado serviço através de outros hospitais temporariamente abertos no Mosteiro de São Bento, no Convento do Carmo, no Arsenal de Guerra e no Forte da avenida Jequitaia, os dois últimos bastante próximos da estação ferroviária da Calçada, local onde desembarcavam os soldados feridos na guerra que se desenvolvia na região de Canudos. Desta mesma estação de trem da Calçada saíam os estudantes de medicina rumo ao sertão baiano.

No manifesto dos estudantes de 19 de março de 1897, a “mocidade” já manifestara a disposição para, se necessário, ir ao palco de operações do conflito. Assim prediziam, como a antecipar os eventos do porvir: “Quando a Patria precisar de nós, saberemos cumprir o nosso dever (...), derramaremos o nosso sangue e cahiremos satisfeitos com a suprema felicidade do dever cumprido rectamente” (Manifesto, 1897, p. 6). O governador Luiz Vianna afirma, em uma mensagem de 14 de abril de 1898, à Assembleia Geral Legislativa, ter ele apelado à generosidade da mocidade baiana para que fossem ao centro de operações prestarem seus serviços nos hospitais de sangue (Pinheiro, 2009, p. 92). Por outro lado, as memórias dos estudantes que participaram daquela experiência, como Alvim Horcades e Xavier de Oliveira, tendem a ressaltar a iniciativa e o protagonismo do

alunado, contribuindo assim para construção de uma narrativa que os heroifica. Relata este último em seu texto *Reminiscencias da Guerra de Canudos*, publicado na Revista do IGHB na década de 1940:

DELIBERAÇÃO DOS ACADÊMICOS

Não bastava, diante deste quadro, o muito que havia resolvido e já começavam a praticar os médicos e farmaceuticos de nossa Faculdade para socorrer os feridos nesta capital. Era preciso ir ao encontro dos mesmos para o tratamento de urgência. Uma resolução como que explodiu do animo dos academicos de medicina e de farmacia e, sem demora, um numero regular dêles apresentou-se ao Governo, oferecendo-se para seguir a Canudos (Oliveira, 1943, p. 104).

Esta ênfase na iniciativa dos estudantes igualmente será adotada na narrativa criada por Alvim Horcades. Dirá, no início de seu livro: “[...] nós, jovens inexperientes, (...), resolvemos offerecer incondicionalmente nossos serviços” (1899, p. 2). Contudo, independente da origem da iniciativa, o fato é que houve predisposição de ambas as partes para efetivar esta ideia, e que assim seguiram para o campo de batalha duas turmas de acadêmicos de medicina, compostas de cerca de 25 e 18 acadêmicos, em 27 de junho e 3 de agosto, respectivamente.

Evento de ampla repercussão na imprensa da época, a ida dos estudantes ao centro de operações no sertão transformou-se em espetáculo para a apreensiva população da capital baiana. Segundo relato dos jornais da época, a celebração iniciou-se no largo do Terreiro de Jesus, onde os estudantes de medicina, portando o estandarte da faculdade, acompanhados de professores, da banda de música da polícia, de representantes da imprensa e de grande multidão, após ouvirem as palavras do aluno sextanista de medicina Francisco Monteiro Alves, seguiram pelas ruas de Salvador em direção à estação

ferroviária da Calçada. Saíram do Terreiro às 11:30 da manhã, e à medida que passavam em frente às sedes dos jornais, eram os jovens saudados com “Vivas!”. Programavam passar em frente ao Palácio do Governador, na Vitória, mas, devido ao adiantar das horas, foram diretamente para o local de embarque, onde um grande número de pessoas os aguardava. Ali, outros três acadêmicos discursaram, entre eles, Alvim Martins Horcades, além do diretor Antonio Pacífico Pereira, que, em nome da congregação da faculdade, “[...] dirigiu palavras de ensinamento aos seus jovens discípulos que partiram em serviço da humanidade (...)” (Minas Geraes, 31/7/1897). O trem partiu, segundo o jornal *Cidade do Salvador* daquele mesmo dia 27 de julho, às 13:30 hs, “[...] sendo nesta ocasião erguidos vivas à República, à mocidade, aos que partiam e a memória do Marechal Floriano Peixoto”. Na edição do dia seguinte, este mesmo jornal traz um artigo de cunho encomiástico, em que seu autor profere as seguintes palavras, que revela a importância da exemplaridade na consciência histórica da elite baiana do período:

Bello, magestoso e, mais que isso, commovente, foi o espectáculo sublime que hontem ao povo bahiano, offereceu a Escola de Medicina. Dali, do templo da sciencia, (...), sahio garboza e cheia de galhardia uma pleiade de sympathicos mancebos em demanda de nossos irmãos, victimas da cruel e ominosa guerra. (...) Elles podem orgulhar-se do sublime exemplo offerecido a seus compatriotas. Elles encarnam em si o heroismo, e a sciencia sua mãe se envaidece de tel-os por filhos. Em nome della, vão levar às victimas do dever o soccorro inestimavel de sua dedicação e a patria agradecida curva-se ante tão altivo exemplo de civismo. Salve, mocidade nobre e generosa! (...). Em nome da medicina voae ligeiros ao campo da lucha (Cidade do Salvador, 28/7/1897).

Alvim Horcades, em seu livro *Descrição de uma viagem a Canudos*, testemunha este momento, deixando também em sua escrita

da história os rastros contundentes e intensos de uma consciência histórica exemplar de sentido, marcada por uma ideologia patriótica e emulativa, e uma defesa do seu estado das críticas providas do centro-sul do país:

Foi (...) para provar a quem disse que a mocidade da Bahia não sabia o que era civismo, que ella dando-lhe esta lição – de alumno a mestre, deixou bem patente que o comprehendia mais do que elle, infame detractor do coração da Patria. Foi assim que, às duas horas da tarde do dia 27 de julho de 1897, debaixo dos mais entusiasticos vivas da mocidade de todas as escolas superiores d’esta capital e acclamações do povo, embarcamos em um carro de primeira ordem, tirado pela locomotiva n. 18, com destino à cidade de Alagoinhas, onde chegamos, após demorada, porém salutar viagem, às 7 horas da noite, reinando em todo o trajecto o mais indescritível entusiasmo, devido naturalmente à acção nobre e digna que iamos praticar, pois o Bem era nosso lema o civismo nossa divisa (1899, p. 7-8).

3. ALVIM HORCADES, O IGHB E A GUERRA DE CANUDOS

Alvim Martins Horcades nasceu em 19 de abril de 1881 (e não em 1860 como se divulgou), no arraial de Itaquena, município de Porto Seguro. Filho do coronel Francisco Martins Horcades e D. Maria Ramos Horcades, provinha de família abastada, estabelecida na cidade de Prado, na região sul da Bahia. Sua mãe, de descendência porto-segurense, era uma piedosa senhora católica, dedicada ao lar familiar, o “Solar dos Horcades”, enquanto seu pai, de origem portuguesa, nacionalizado brasileiro, era fazendeiro dono da fazenda Água Branca, negociante e comandante da Guarda Nacional. Como chefe político daquela região (o *Correio de Porto Seguro* de 15/8/1913 o retrata como “[...] uma das mais poderosas influências políticas do

sul do Estado”) assumiu cargos e funções na administração pública local e judiciária, como os de subdelegado do distrito de Trancoso, no Termo de Porto Seguro, 1º suplente substituto seccional, sendo ainda durante longos anos Intendente municipal do Prado.

O jovem Alvim, em sua vida estudantil, seguiu o habitual caminho dos filhos da elite baiana da segunda metade do século XIX, dirigindo-se para a capital a fim de realizar seus estudos secundários, e concluindo-os no conceituado *Gynásio São Salvador*, do educador Adolpho Frederico Tourinho. Iniciou no curso de medicina em 1897, ano da guerra, indo ainda como primeiranista, aos 16 anos, para o centro de operações no sertão, onde atuará como auxiliar médico nos hospitais de sangue, assumindo ainda – em uma rápida passagem, já no final da guerra, em substituição ao médico militar titular que teve que se retirar – a direção do hospital dos variolosos (Horcades, 1899, p. 127).

Liderança entre a mocidade, prematuramente um eminente membro da elite baiana, certamente, entre outros motivos, por sua aproximação com o ilustre professor Adolpho Frederico Tourinho, de quem morava na casa, Alvim Horcades seria um provável postulante a membro do IGHB, assim como já eram os acadêmicos de direito Abílio de Carvalho e Vital Soares. Embora não o tenha sido, estabeleceu contatos com esta instituição, deixando alguns registros na revista publicada por esta entidade.

3.1. ALVIM HORCADES, O IGHB E A CHAVE DA IGREJA VELHA DE CANUDOS

A primeira referência na Revista do IGHB ao seu nome – ou, menos provavelmente seu pai ou parente próximo, pois encontramos apenas a expressão “Martins Horcades”, nas linhas do periódico – aparece na edição nº 12, de junho de 1897, na lista de ofertas feitas

à entidade, registradas na ata de reunião (40ª sessão) de 11 de abril de 1897. Na referida seção lemos: “pelo cidadão Martins Horcades: A criação da Villa do Prado”.

Sabemos que em julho deste mesmo ano, cerca de três meses após a data da citada ata de reunião, Horcades partiria para o campo de luta no sertão. Após este intervalo, identifica-se a segunda referência ao seu nome na revista, ao citar-se uma doação feita pelo seu mestre Adolpho Tourinho ao IGHB. Isso porque, Horcades, durante sua estadia em Canudos, tratou de trazer algumas relíquias e butins de guerra, entre elas a chave da chamada Igreja Velha de Canudos, a Igreja de Santo Antônio. Pupilo do professor Adolpho Tourinho, Alvim Horcades o presenteou com o artefato. Esse, por sua vez, sendo sócio efetivo fundador do IGHB, legou a peça ao museu da entidade, conforme vemos na carta endereçada ao 1º secretário do IGHB, o conselheiro João Nepomuceno Torres, cuja cópia encontramos no arquivo deixado por José Calasans, hoje no acervo do Núcleo Sertão/UFBA:

Meu caro coll.^a e am^o Cons.^o João Torres,

Tendo o intelligente academico Alvim Miz Horcades, meu distincto am.^o e discipulo, me trazido de Canudos a Chaves da Egreja velha d'aquelle arraial como lembrança da cruenta guerra fraticida travada nos sertões do nosso estremecido Estado, honra me grandemente offerecel-a ao Instituto Geographico e Historico da Bahia para ahi ficar archivada como memoria d'aquelles amargurados dias da carnificina e de horror [linha sem clareza]

Seu colega e am^o

Adolpho F. Tourinho

B^a. 31 de [mês ilegível] 97

Assim, como vínhamos discorrendo no parágrafo anterior, a segunda referência à Alvim Horcades se apresenta na Revista do IGHB,

nº 14, de dezembro de 1897, nas ofertas do mês de novembro, mês imediatamente posterior ao término da luta nos sertões. É assim registrado: “Pelo sócio Dr. Adolpho Frederico Tourinho: A chave da Igreja velha do arraial de Canudos, hoje em ruínas, e que d’ahi trouxera o academico Martins Horcades” (Revista IGHB, 1897, p. 614). Em seu Relatório de fim de exercício, o 1º secretário João Nepomuceno Torres, relatando as ocorrências de 1897, ressalta a importância da relíquia:

Do livro das offertas constam os importantes donativos, que no anno findo recebeu a nossa modesta bibliotheca, e as diversas secções do museu e mineralogia. (...). Entre as doações, detahadamente publicadas na Revista, pedem particular menção as seguintes: (...). a chave da igreja velha do arraial de Canudos, trazida pelo acadêmico Martins Horcades; (...). (Revista 1898, p. 292).

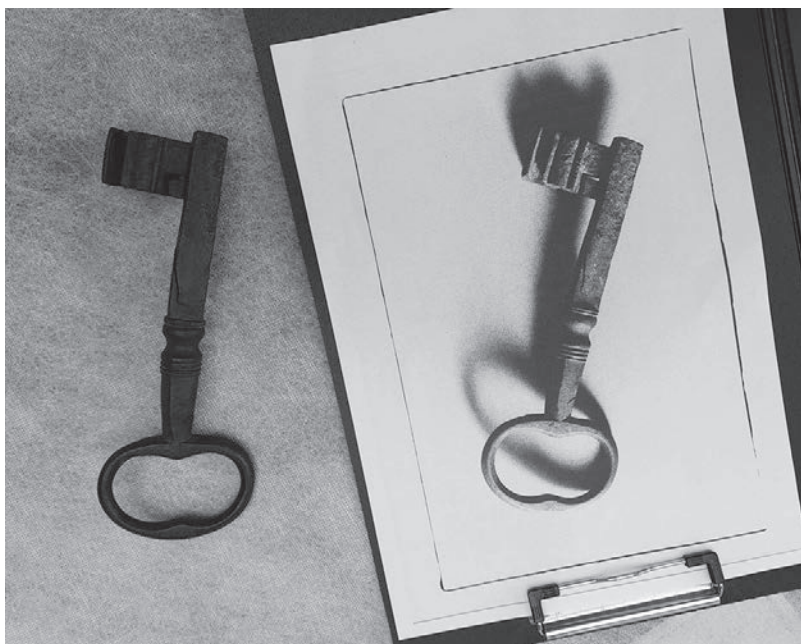
Em pesquisa realizada no Centro de Estudos Baianos da UFBA, no fundo legado por José Calasans, encontramos, além da citada carta endereçada ao 1º secretário do IGHB, uma fotografia do que seria a chave da igreja de Santo Antônio trazida por Alvim Horcades. No verso da foto encontramos a descrição: “Chave da Igreja de Santo Antonio, ou Igreja Velha, construída por Antonio Conselheiro em Canudos (1893)”; a referência ao local de guarda: “Este objeto pertence ao acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia”; e um carimbo do fotógrafo Claude Santos, com data de 08 de abril de 1997.

Com a esperança de que o objeto ainda poderia permanecer sobre a custódia do IGHB, seguimos em sua busca. Entretanto, para o aumento de nossa expectativa, foram encontradas seis chaves, mas sem nenhuma identificação.



Chaves encontradas no acervo museológico do IGHB.

Não foi encontrada também pela museóloga do instituto nenhuma referência ao objeto nos catálogos produzidos pelo IPHAN em trabalho de identificação dos objetos. De posse da fotografia encontrada no acervo de José Calasans, retornamos ao instituto dois dias depois para identificação do objeto. Comparando as chaves com a fotografia conseguimos detectar a chave da igreja velha de Canudos. O formato da broca e do arco, bem como os detalhes do cano, além de uma espécie de protuberância/rachadura neste último, não deixa dúvidas, conforme vemos fotografia:



Chave da Igreja Velha de Canudos, conforme comparação realizada.

Segundo José Calasans, em artigo publicado na *Revista Canudos*, Alvim Horcades trouxe ainda uma pequena imagem de pedra de Santo Antonio colhida no chamado *Santuário*, “primitiva capela” no arraial de Canudos, “onde eram guardadas centenas de imagens trazidas de pontos mais diversos dos sertões, pelos fiéis conselheiristas”. Ainda segundo este mesmo autor, Horcades a ofertou à esposa de Adolpho Tourinho, dona Maria Francisca Tourinho. Ao fim do artigo de José Calasans na Revista, é apresentada a imagem do santo de altura 9,3 cm, através de fotografia feita pelo fotógrafo Claude Santos (Calasans, 1997, p. 23-24).

O Jornal *A Pacotilha*, de 1/12/1897, reproduzindo uma matéria do periódico baiano *Diário de Notícias*, informa ainda que Alvim

Horcades teria trazido do arraial do Belo Monte uma mecha de cabelo de Antonio Conselheiro e uma moeda de 20 réis do ano de 1869:

OS CABELLOS DE A. CONSELHEIRO

Vimos hontem, à tarde, escassa guedelha de cabellos de Antonio Conselheiro. Eram negros, finos e lustrosos. Mediam pouco mais de um palmo e foram trazidos pelo nosso amigo academico Martins Horcades, que os cortou um tanto distante do couro cabelludo, por onde se pode avaliar do comprimento da cabelleira que por tantos annos creou o Bom Jesus de Bello Monte. Mostrou-nos também esse joven amigo uma moeda de cobre de vinte reis, com a data de 1869 (...) Esta moeda foi encontrada por um praça a serviço do mesmo academico, no chão do celebre sanctuario.

3.2. DESCRIÇÕES DE UMA VIAGEM A CANUDOS: O LIVRO JULGADOR E O PANTEÃO HORCADIANO

O título que demos a este artigo, metáfora de muitos sentidos, quer indicar, entre outras coisas, que este livro de caráter testemunhal, escrito pelo acadêmico, relatando suas vivências no campo de batalha como voluntário nos hospitais de sangue, pode ser uma das chaves para se chegar ao evento histórico “Canudos”. Mas, indo um pouco mais além, o livro é uma das possíveis chaves que abre a porta para adentrarmos na consciência histórica de uma época, conforme veremos a seguir.

A primeira referência que encontramos nos jornais disponíveis, data de 30 de julho de 1899, e trata-se de uma pequena nota de agradecimento do periódico carioca *A Imprensa* pelo recebimento do livro. É certo que a publicação foi realizada em período posterior à edição de *O Rei dos Jagunços*, de Manoel Benício, lançado naquele mesmo ano, visto que Horcades afirma ter lido esta obra quando já estava no prelo o seu trabalho, fazendo correções quanto a datação

de dois acontecimentos narrados por Benício em seu livro. Faz isso, valendo-se da posição de testemunha ocular dos eventos (1899, p. 47). Esta preocupação, com a exatidão e o detalhamento dos fatos, se apresenta já no título do livro – afinal trata-se de uma *descrição* – e acompanha todo o relato de Horcades, refletindo pressupostos da consciência histórica da segunda metade do século XIX. Não é um detalhe, o fato da Livraria Laemmert, ao vincular uma publicidade de venda do livro de Horcades no Jornal do Brasil, de 21 de agosto de 1899, anunciando sua recente publicação, declare crer “[...] que o auctor conseguiu o seu desideratum narrando desapaixonadamente e com criterio o que vio na campanha de Canudos”.

LIVRARIA LAEMMERT
 RIO DE JANEIRO - S. PAULO - RECIFE

Acaba de ser publicado na Bahia e
 acha-se á venda em todas as casas e
 interessantesimo livro.

DESCRIÇÃO
 DE
Uma viagem a Canudos
 POR
ALVIM MARTINS HORCADES
 Acadêmico de medicina, ex-auxiliar
 medico dos hospitais de sangue
 e ex-director do hospital de
 varíolosos de Canudos na
 expedição militar

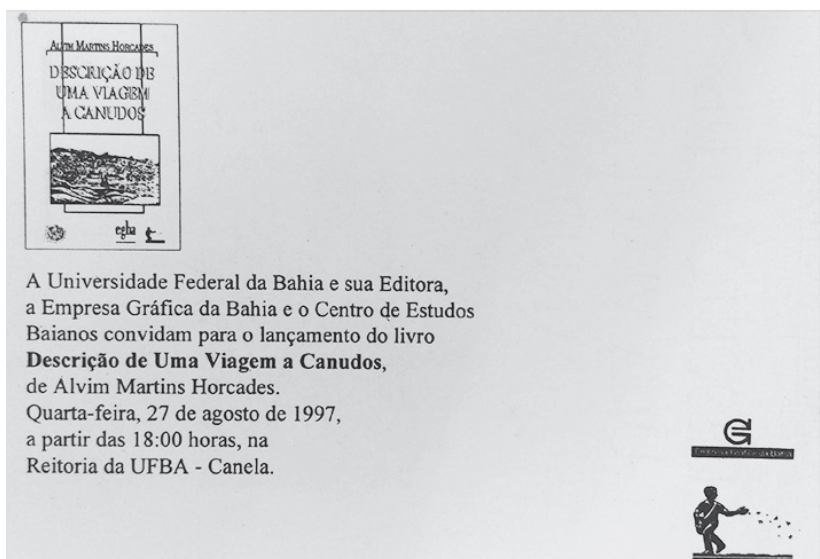
1 volume in-8°, VIII e 186 paginas,
 ornado com uma vista de Canudos des-
 enhada pelo auctor do alto da Favel-
 la. Preço \$200.

Este livro constitue uma valiosa
 contribuição para o estudo da cam-
 panha de Canudos. Em parte já pu-
 blicado no *Jornal de Noticias da Bahia*,
 o auctor resolveu suspender essa pu-
 blicação para fazel-o em um livro onde
 pudesse – como diz no prefacio – «com
 a responsabilidade do seu nome e ma-
 xima liberdade facultada pela Consti-
 tuição do meu país, expor a minha
 humilte opinião sobre o que vi e narrar
 com toda lealdade o que presenci.»

Cremos que o auctor conseguiu o
 seu desideratum narrando desapaixo-
 nadamente e com criterio o que vio
 na campanha de Canudos.

66 Rua do Ouvidor 66

Publicidade da 1ª Edição do Livro de Alvim Horcades. Fonte: Jornal do Brasil, 21/8/1899.



Convite de Lançamento da 2ª edição do Livro no centenário da Guerra de Canudos pela UFBA. Fonte: Núcleo Sertão/UFBA.

O próprio Alvim Horcades (1899, p. 11) afirma em seu “proêmio” ter como uma das intenções de seu livro “[...] proporcionar áquelles que não tiveram ainda completo conhecimento de factos (...) que se deram (...), uma narração posto que muito vaga, todavia fiel e exacta do que se passou” (idem, p. II), fazendo-nos lembrar, desta forma, a famosa fórmula de Ranke de escrever a história “tal como ela se passou”. O fato de ter publicizado seu testemunho com certo retardo, também é valorizado em sua argumentação, ao justificar que: “[...] a alguns, (...), pode parecer extemporâneo este trabalho, mas não o é, porquanto agora é que se pode lêr desapassionadamente o que foi desapassionadamente escripto”.

Diferente de Ranke, entretanto, que escreve esta frase em um contexto de crítica à história mestra da vida, o texto de Alvim Horcades

é talvez, das obras sobre a Guerra de Canudos elaboradas ainda no século XIX, a que mais intensamente se filia a tal perspectiva, embora esta permeie a produção historiográfica em geral escrita sobre o tema nos oitocentos. Em toda sua escrita da História, Alvim Horcades está preocupado em deixar registrado para as futuras gerações o que considera como sendo os bons exemplos manifestos na guerra de Canudos, os seus “grandes homens”, heróis por suas virtudes e seus feitos. Esta proposta, se podemos constatar, se apresenta diluída na tessitura de todo o texto produzido por Alvim Horcades, pode ser encontrada mais bem formulada no discurso – transcrito por este em seu livro – do estudante Abílio de Carvalho, da faculdade de Direito, durante as comemorações da volta dos acadêmicos de medicina do sertão baiano, quando ele afirma:

[...] é uma lecção edificante para vós que vos preparaes para o sacerdocio da Caridade, e aos meus olhos deslumbrados (...) apparece como um exemplo de civismo de que tanto carece a geração actual. (...) A vossa acção desinteressada e nobre, profundamente piedosa e civilisadora, chega quase ao heroismo que é a virtude no sacrificio (Horcades, 1899, p. 159-160).

Caracterizada ainda por uma narrativa tipicamente factualista, episódica, uma história historicizante ou *evenementielle*, conforme caracterizada pela Escola dos Annales, a escrita da história de Alvim ressalta os feitos dos comandantes militares durante a guerra, destacando momentos que considera cruciais para a vitória das forças do Exército. A destruição da Igreja velha de Canudos, das torres da Igreja nova e a conquista da Fazenda Nova, considerada esta última, “*talvez a chave para Canudos*”, é assim narrada, de forma cronológica, preocupando-se em registrar os dias e horas que se deram os eventos:

No dia 6, um facto importantissimo é celebrado por todos: às 12 horas do dia ruira uma das torres da igreja nova e às 6 horas da tarde a outra perdera a bela conformação e já era escombro. (...). Outro ainda de muita importância dá-se no dia 7, às 9 horas da noite, devido aos esforços do distinto official, que dirigiu o feito. De ha muito o Coronel Olympio da Silveira insistia com o General em chefe para tomar um ponto, talvez a chave de Canudos, mas este não queria; finalmente nesse dia, o Coronel, impacientado, avisou-o da necessidade de tomar-se aquella vantajosa posição (...), marchou sobre a posição que se denominava Fazenda Velha (...) [e] o resultado não se fez esperar: 30 minutos depois eramos senhores da posição (1899, p. 46-47).

Outro “feito” avaliado por Horcades como de grande valor é a tomada e o incêndio de parte das casas do arraial. Descreve ele, desta maneira, o evento:

Era grande a morosidade quando a 25, o bravo coronel Sotero de Menezes, tendo ordem para atacar a rectaguarda de Canudos, afim de tomar uma posição, avançou com a brigada policial, (...), tomando e incendiando quasi todas as casas da cidadella que se achavam naquella parte. Quanto ao valor militar deste feito não tenho competencia para ajuisar, mas, na minha opinião, de particular, achei-o de grande valor, porquanto penso que foi quem apressou o termino daquella lucha sanguinolenta (1899, p. 54).

Por fim, temos como último grande feito militar narrado por Alvim Horcades, a vitória do Exército sobre o arraial de Canudos, no combate do dia 1º de outubro, visto por ele como possivelmente o “[...] mais sanguinolento combate travado no sólo brasileiro”, e ainda, “[...] um feito heroico para todos os brasileiros”. Este feito é narrado de forma mais detalhada, ao longo de algumas páginas, sendo que, em uma delas, afirma o autor: “[...] só vimos gigantes, leões, homens

feitos de aço avançarem e em um momento mais de 20 casas foram tomadas a bayoneta e morto os seus moradores” (1899, p. 57-68).

Lembremos que Alvim Horcades escreve sua memória em um momento que o regime republicano ainda se via em busca de legitimidade, de forma a entender-se consolidado, e que a constituição de um panteão de heróis nacionais e de “feitos grandiosos”, era uma demanda ideológica latente das elites brasileiras. O livro de Alvim Horcades é assim, de certa maneira, uma proposta de *panteonização* que visa atender esta demanda, elegendo personalidades concretas ou abstratas e suas ações históricas como exemplares na construção e na defesa do regime republicano. Sua universalização em nível nacional, entretanto, depende de processos mais complexos, cuja análise não cabe no escopo deste trabalho.

Portanto, para nós, é suficiente responder a uma pergunta bem mais modesta, a saber: quem eram os heróis do Panteão Horcadiano? Armelle Enders em seu livro *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros* aponta a necessidade de historicizar o conceito de herói, entendendo-o em sua forma de encarnação histórica, em contraposição a um conceito que seria ontológico, supratemporal. Foi considerando este entendimento que nos propomos a analisar a presença dos heróis em suas manifestações no livro *Descrições de uma viagem a Canudos*.

Alvim Horcades começa a apresentar seu Panteão já nas primeiras páginas do livro, reservadas às dedicatórias. São “heróis” que, indo ou não à guerra, são lembrados, a maioria, também em outras partes dos livros, sendo exaltados, onde aparecem por suas qualidades cívicas e virtudes. Alguns estiveram presentes na zona do conflito como Joaquim Pedreira e Léllis Piedade, outros participaram da guerra à distância através dos hospitais provisórios erigidos na capital a fim de atender

aos soldados feridos no conflito, como são os casos dos professores Antonio Pacífico Pereira, José Olympio de Azevedo e Guilherme Pereira Rebelo, e outros que embora sem nenhuma participação direta, são lembrados, como Satyro Dias, “[...] o velho patriota das coxilhas paraguayas, aquelle que outr’ora teve o mesmo proceder que nós agora” (1899, p. 171) [participante da Guerra do Paraguay] e Adolpho Frederico Tourinho, o “[...] benemerito e bondoso mestre, distincto e benevolo amigo”, “ilustrado e quão bondoso (...) que já traz o seu nome tão merecidamente ligado à cadeia dos beneméritos da Patria” (1899, p. VI, 144-145). O livro é oferecido ainda a entidades coletivas ou abstratas como a Mocidade Brasileira, a Pátria Republicana e os colegas expedicionários.

Destes, citados nas dedicatórias, queremos destacar a figura do acadêmico integrante da primeira turma que se deslocou ao sertão, o jovem Joaquim Afonso Pedreira por três motivos: por sua participação na guerra ao lado de Alvim Horcades, pelo espaço reservado a ele no livro, e por representar um atributo comumente presente no processo de heroificação de uma personalidade, o da morte precoce. Joaquim Pedreira morreu em decorrência de doença contraída no campo de operações: Horcades afirma tê-lo encontrado em Canudos, “[...] muito doente de febre, diagnosticada por *typho-malarica*”. Ele ganha amplo destaque na dedicatória do livro, preenchendo quase toda a página inicial da parte reservada às congratulações. Abaixo, com menor ressaltado, ao oferecer o livro também “à memoria dos heroes que tombaram em Canudos”, Horcades parece inserir o acadêmico falecido entre estes heróis, ao mesmo tempo em que o destaca, considerando-o verdadeiro mártir da guerra contra Canudos – afinal havia adquirido “[...] tão grave moléstia quando trabalhava pela causa sagrada de sua Patria”. Enaltecido pelo autor por ter sido “[...] dos primeiros acadêmicos que se offereceram ao governo, afim de seguir para Canudos, antes mesmo

de resolvermos seguir para lá” (1899, p. 42-43), dirá Horcades sobre a morte de seu colega mais à frente em sua narrativa:

Desapareceu, mas glorificou o seu nome, enalteceu a sua família, honrou a sua pátria e dignificou a sua profissão. Morreu, mas acobertado pelo gradioso pavilhão auvi-verde, empunhando os escudos da Ordem e da Lei e coroado pelo anjo da Caridade com os louros da Pátria agradecida. E hoje quem visitar o cemitério da villa de Monte-Santo ha de vêr em uma de suas melhores lousas a seguinte e significativa inscrição: ‘Aqui jazem os restos mortaes do academico Joaquim Affonso Pedreira (...). Fallecido a 12 de setembro de 1897. Victima do dever e do civismo na guerra de Canudos (Horcades, 1899, p. 44).

Pouco mais de um ano da morte de Joaquim Pedreira, durante a comemoração do 26º aniversário da Sociedade Beneficência Acadêmica, relata a edição do *Jornal de Notícias*, de 19 de setembro de 1898, que o acadêmico Alvim Horcades ladeava “o retrato do inditoso collega Joaquim Affonso Pedreira, victima do dever” e que, com a palavra, ocupando a tribuna, “em nome da família do coronel Affonso Pedreira [pai de Joaquim], [ofereceu dele] um bom retrato” (*Jornal de Notícias*, 19/9/1898).

Durante a narrativa propriamente dita, uma preocupação central de Alvim Horcades parece ser a de julgar os personagens e os fatos que apresenta, uma preocupação típica de uma consciência histórica exemplar de sentido, separando assim o que seria o joio heroico do trigo desvirtuoso, o exemplo do contraexemplo. Como resultado, tem-se uma construção textual abundante em adjetivações, onde os personagens são sentenciados por suas virtudes ou falhas morais, pelos exemplos positivos ou negativos, ou mais concretamente, por sua amabilidade (p. 16; 20; 32; 33) ou por sua grosseria (p. 12), coragem ou covardia (p. 12), etc. Desta forma, até personagens que poderiam

ser negligenciados como o “discríto e leal velho Buraqueira”, tornava-se “um bravo servidor da Patria”, ao acolher-los com “amabilidade extraordinária” (p. 16), enquanto o major Nemésio de Sá, em sua “funebre recepção” e “com a grosseria que lhe é característica”, é considerado um “incivil” (p. 12).

É assim que, deste processo de narrar e julgar vai surgindo o seu panteão patriótico: o “heroico” general Barbosa (p. 93), “uma das glorias do nosso exercito, um dos verdadeiros heróes daquella sanguinolenta campanha” (p. 111), o “valente coronel Olympio da Silveira, uma das glorias daquela arma” (p. 50), que dirigiu o feito que levou a conquista da Fazenda Velha (p. 46); o “homem da sciencia e da guerra, o militar e homem illustrado” Tenente-coronel Siqueira de Menezes que “tomou a estrada do Cambaio” (p. 48), invisibilizando, ao assim se expressar, os demais soldados que participaram da ação militar; o “bravo coronel Sotero de Menezes” (p. 54), que contribuiu no feito da tomada e incêndio de parte do arraial; o “bravo” e “invicto Coronel João César Sampaio, que à frente de sua brigada penetrara no amago do reducto” (p. 67), “o heróe que todos conhecemos no dia 1º de Outubro” (p. 130); o Tenente-coronel Tupy Caldas, morto no combate de 1º de outubro.

Sobre este último, comenta Alvim Horcades, no livro:

Foi excluído do número dos vivos o vulto sympathico e elegante de Antonio Tupy Ferreira Caldas, a alma boa e generosa, o espirito lucido e altruista, o soldado valente e estimavel. (...). Miserável! Não matas porque não o podes fazer; elle é immortal. (...). Pois bem mata, extingue, porque só o poderás fazer com a massa corporea de Tupy Caldas... com o seu nome nunca, jamais o poderás... elle passou aos annaes sagrados da Patria... é uma das clavas potentes da nossa historia; é um dos grandes esteios que sustentam esta grande barca cognominada República! (1898, p. 72-73).

Outros nomes, que participaram não diretamente no combate, mas como mentores da guerra são também lembrados como importantes para a vitória do Exército em Canudos: o “correcto e bravo” Marechal Machado Bittencourt, cuja ida ao centro das operações significou, na avaliação de Horcades, a reversão da desorganização das forças militares, fazendo poupar “[...] algumas centenas de victimas pela fome e pela bala” (p. 132); o governador Luis Vianna, ao dar “[...] boa direcção (...) aos negocios de sua terra” (p. 134); e o vice-presidente Manoel Victorino, “[...] o cirurgião proficiente e emerito que occupava o cargo de segundo magistrado da nação”, aquele que “quem quizer folhear os annaes da nossa historia-patria (...), ha de vêr em uma de suas paginas, escripto em letras de ouro que, [foi] quem levantou a nossa joven Republica” (p. 172-173).

Finalmente, e sendo intenção central da publicação – já sinalizada nas dedicatórias, mas desenvolvida no desenrolar da narrativa, e indicada no “prêmio” ao declarar que “o que mais influiu” em seu ânimo “para a publicação desta singela narrativa foi (...) scientificar a todos os brasileiros, que a mocidade da Faculdade de Medicina da Bahia ainda conserva aninhada no seu coração o incentivo vivido e pujante dos seus progenitores” (p. I-II) – o propósito de glorificar os acadêmicos de medicina que, oferecendo os seus préstimos, se dispuseram a ir ao local do conflito. Estes jovens, que ao retornar, tiveram seus nomes fixados em mármore em cerimônia relatada no livro por Horcades e sobre a qual trataremos mais adiante. O próprio Alvim Horcades, se valendo de uma suposta fala dos alunos do Colégio São Salvador, é erigido herói em seu livro: “[...] disseram-me ‘que eu conquistara gloriosamente um lugar de honra no Pantheon dos beneméritos da Patria’” (p. 170).

Sem lugar no Pantheon, mas, diferente do que se possa pensar em uma leitura menos atenta, em posição intermediária como espécie de

sub-heróis, ora completamente desprezados, ora valorizados em sua coragem e sinceridade de causa, estão os “jagunços”. Estes, ao serem julgados, têm como atenuante o fato de estarem “[...] em seu papel de fazer-nos todo mal” (p. 41). Em certo momento da narrativa, Horcades se questiona: “(...) não sei qual o mais heróe, qual o mais glorioso” (p. 57), se o soldado ou o “jagunço”. O paradoxo chega ao paroxismo quando, após elogiar o soldado brasileiro e criticar o “jagunço”, Alvim Horcades sobrepõe este àquele em virtudes. Avalia: “[...] eu acho que o miserável que luta pela convicção devotada a uma idéa e que por ella soffre tornando-se martyr, é mais heroe do que o soldado que luta por uma convicção, mas também pelo compromisso” (p. 60). O tenente-coronel Siqueira de Menezes, ao ler os escritos de Horcades antes da publicação, manifestou insatisfação quanto a esse julgamento, vendo nisso, uma “injusta e grave offensa (...) ao exercito nacional, equiparando-o à exercitos de mercenários” (p. 60-61). Horcades se defende sob o manto de uma pseudo-neutralidade: “[...] talvez por isso receba eu o cognome de Jagunço; porém que importa, desde que desempenhei um dever de consciência e cumpri um desejo do meu coração, falando a verdade, (...), que importa, desde que em mim não se aninha o partidarismo obscecado, nem a paixão odiosa?” (p. 62-63).

Na base, em posição inferior do seu julgamento, estão situados aqueles cujas atitudes desvirtuosas são um mal exemplo para a mocidade e para as gerações do porvir. Encontramos aqui militares arrogantes e grosseiros no trato, como o já citado major Nemésio de Sá, e o Dr. Arvellos, um dos médicos chefes do serviço sanitário (p. 39). Também o soldado fanfarrão, que descomprometido com os deveres da Pátria, gasta o tempo que deveria ser de trabalho com atividades recreativas, como alguns médicos militares, fato que aparece expressamente relatado no texto de Xavier de Oliveira (1943, p. 159) e apenas implicitamente no de Alvim Horcades, que ironicamente os qualifica, sem nomeá-los,

como “[...] aqueles que para lá foram alizar as mãos em figurinhas vermelho-pretas” (p. 20). A atitude de indisciplina de um colega acadêmico, que se recusa a seguir para onde os chefes lhe mandavam, também não é poupada de críticas, embora seu nome seja igualmente ocultado (p. 53).

Papel proeminente adquire os juízos realizados sobre o governo federal, culpabilizado por todas as dificuldades enfrentadas em decorrência de inadequado suprimento de alimentos aos combatentes e de carência na assistência hospitalar aos doentes e feridos. As críticas muitas vezes bastante explícitas, aparece em certos momentos subentendida, como quando Horcades se pergunta: “E quem o responsável por estas negligências, desordens e... misérias? Não sei... encarregue-se de dizel-o o remorso?!” (p. 18). O governo federal é acusado ainda de ingratidão (p. 157), por não reconhecer suficientemente, após o término da guerra, o esforço dos jovens acadêmicos que foram ao campo de batalha (p. 154-155). Por último, o julgamento negativo recai sobre um militar, um importante membro das forças armadas, subordinado ao governo federal: o próprio comandante da quarta expedição militar, o general Arthur Oscar. Por se tratar de acontecimento considerado por Alvim Horcades como o “facto mais importante que se deu” na guerra (p. 99), o abordaremos separadamente a seguir.

3.3. O JULGAMENTO DE ARTHUR OSCAR

Diferente da segunda turma de acadêmicos, que não tiveram uma boa experiência em seu primeiro contato com o chefe da 4ª expedição militar (Oliveira, 1943, p. 165-166), a primeira turma de estudantes de medicina que se deslocaram para a região de Canudos parece não ter tido maiores problemas inicialmente: Horcades o elogia pela sua polidez, cortezia, amabilidade extraordinária, afabilidade e fidalguia (1899, p. 32; 37).

Um fato parece, entretanto, ter manchado a imagem do general junto aos acadêmicos: a morte por degolamento de quase todos os prisioneiros de guerra (p. 103). Conforme Alvim Horcades, à decisão do general Arthur Oscar opôs-se o grupo de estudantes de medicina desde o início, sendo, um deles, até ameaçado de morte ao protestar contra aquela determinação, provavelmente João Pondé, pela menção que se faz ao seu nome logo após o relato (p. 107).

O episódio da degola em massa dos prisioneiros, porém, não impediu que a vitória das forças governamentais fosse comemorada em todo o país e que o general Arthur Oscar, ao chegar em Salvador no dia 23 de outubro, fosse recebido na capital da Bahia como herói. O jornal *Cidade do Salvador* assim descreve as homenagens em sua edição de 25 de outubro:

A população da Bahia teve (...) ocasião de manifestar ao exmo sr. general Arthur Oscar, a sua admiração e gratidão (...). A grande quantidade de pessoas (...) demonstra claramente quanto era desejada n'esta capital, a vinda do general A. Oscar. Vistosamente enfeitadas, tendo pendente de todas as casas d'esta grande cidade, bandeiras, festões e flores, as ruas apresentavam um aspecto lindo e vistoso (...); em muitas d'ellas viam-se arcos allegoricos tendo inscrições como sejam as seguintes: Viva o general Arthur Oscar! (...). A's 10 horas da manhã já notava-se grande numero de pessoas que pressurosas corriam a tomar logar para saudarem ao bravo que voltava. A's 12 horas davam entrada (...) as briosas e distintas classes academicas e caixeiral que ao som das musicas de que eram precedidas, saudavam e victoriavam aos bravos heroes de Canudos. O entusiasmo da multidão subiu ao seu auge, confetti em profusão era lançado contra os que vinham nos wagons, flores e serpentinas crusavam-se sem cessar por sobre a cabeça dos que voltavam; para o wagon em que se achava o general Arthur Oscar dirigiu-se o dr. governador que, ao abraçal-o e ao dar-lhe as boas vindas, offereceu-lhe em nome da Bahia, uma riquissima coroa de louros. Carregado

pela massa popular chegou o exm. General A. Oscar até o lugar onde se achava o seu cavallo, no qual qual cavalgou por entre continuas e interruptas aclamações.

O relato da recepção ao general Arthur Oscar é extenso e o jornal, ainda nesta edição, continua narrando o episódio: o préstito da Calçada à Piedade, passando pelo Comércio e pelo largo do teatro, o banquete em honra ao general oferecido na noite do mesmo dia no Palácio do governador. Na edição de 27, continua o relato, mencionando uma cerimônia realizada de coroação do general Arthur Oscar, laureado com uma coroa de ouro contendo as suas iniciais (A.O) em ouro e pérolas. Ainda nesta edição de 27, foi publicada uma Ordem do Dia (nº 156), datada de 18 do mês, em que o general Arthur Oscar deixa o comando-em-chefe do Exército. Neste documento, ele continua sustentando o discurso do monarquismo do arraial do Belo Monte e busca justificar as atrocidades cometidas no campo de batalha, o que provavelmente reflete críticas que já vinha sofrendo. Diz:

É preciso ficar consignado que, tendo o inimigo pedido uma hora de tréguas para entregar-se e, concedendo-se-lhe, pouco depois fusilava a traição, a cincoenta metros, a nossa soldadesca que desabrigara-se confiante na lealdade jagunça. Foi este o inimigo com quem pelejamos (Cidade do Salvador, 1897).

A primeira contestação pública do heroísmo atribuído à Arthur Oscar parece ter vindo, ainda que com certo grau de sinuosidade, dos acadêmicos baianos. Durante a solenidade realizada em 29 de outubro de 1897 em homenagem aos estudantes que retornaram do sertão, discursa o estudante de direito Abílio de Carvalho, louvando os seus pares de medicina e condenando Arthur Oscar, sem citar, contudo, o seu nome. Vemos aí a mesma preocupação de Alvim Horcades em distinguir o verdadeiro e o falso herói:

A vossa acção desinteressada e nobre, profundamente piedosa e civilisadora, chega quasi ao heroismo, mas ao heroismo que é a virtude no sacrificio e não isto que anda ahí pelas ruas, barateado pela lisonja e prostituido pela mentira. Ser heroe não é simplesmente vencer, mas vencer com justiça, respeitando o direito. Não foram heroes os degolladores de Belém, mas foi Christo sobre a cruz; (...); heroes são todos que têm soffrido pela sciencia, pela justiça, pela humanidade: são finalmente os vencedores que não deslustram o triumpho com o exterminio atroz dos submettidos. (...); a vós que nunca derramastes criminosamente o sangue de irmãos, a Faculdade de Direito abraça, porque tivestes piedade, porque fostes homens!

Alguns dias depois, em 03 de novembro, vem a público, sendo distribuído cópias pela cidade, o documento intitulado À Nação, subscrita por acadêmicos da Faculdade de Direito da Bahia, sob a liderança do mesmo Abílio de Carvalho, de Vital Soares e Methodio Coelho – este último provável redator do documento – um dos mais contundentes protestos contra a degola dos prisioneiros conselheiristas. Nele, os acadêmicos afirmam que “tendo até [aquele momento] esperado embalde que alguma voz se levantasse para vingar o direito (...), vêm declarar (...) que consideram um crime a jugulação dos míseros conselheiristas aprisionados”.

Quanto as reportagens da época e as obras publicadas até o lançamento do livro de Alvim Horcades, estas variam na importância dada ao episódio.

Lélis Piedade, por exemplo, correspondente do *Jornal de Notícias*, ainda que muitas vezes citado como um dos primeiros a denunciar a degola, se comporta timidamente em suas reportagens. Ele relata dois casos específicos de degola em cartas de 14 de setembro e 17 de outubro de 1897, mas sem tom contundente de denúncia.

Fávila Nunes, correspondente especial da *Gazeta de Notícias*, por sua vez, deixa entrever o fato da execução sumária de prisioneiros em suas cartas para o jornal datadas de 26 e 27 de setembro. Além disso, em carta de 3 de outubro narra o rendimento de combatentes conselheiristas, entre eles, Antonio Beatinho e Barnabé da Cruz, mencionando em carta de 5 do mesmo mês, que estes já estão mortos. Nega, porém, posteriormente o ocorrido:

(...) Explicarei convenientemente a balela sobre degolamento em Canudos. O patriotismo aconselha não empanar o brilho do valor do soldado brasileiro, único capaz de vencer Canudos, merecendo veneração e respeito do país inteiro. Os generais Arthur Oscar e Silva Barbosa são penhores sagrados do Exército Nacional, a quem não se deve atribuir atos que não sejam mercedores de aplausos. Quem combateu Canudos escreveu com sacrifícios excepcionais uma página dourada na história da Pátria, salvando a honra da República com heroísmo inimitável, nunca visto e próprio somente dos seus bravos defensores (Galvão, p. 126-127).

Fávila Nunes ainda justifica o massacre, entendendo que a entrega era uma estratégia dos conselheiristas para livrar-se do peso dos feridos, famintos, mulheres e crianças, segundo ele, “para mais desembaraçadamente nos hostilizarem”. Justifica para, acompanhado dos demais, consagrar o comandante da 4ª Expedição. Relata: “Quando chegou o General Arthur foi este espontaneamente aclamado primeiro herói da República” (Galvão, 2019, p. 227).

Deixando Canudos no dia 03 de outubro, quando ainda ia se dar os degolamentos em massa, Euclides da Cunha não presenciou, nem expôs este acontecimento, relatando, em suas reportagens e telegramas a *O Estado de São Paulo*, apenas, em tom eufórico e triunfalista, o morticínio, dinamitação e incêndio do arraial. Em uma destas reportagens, deixou registrado, contudo, sua admiração em relação

aos combatentes conselheiristas. Diz: “[...] há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estoica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios” (Cunha, 2000, p. 208).

Uma denúncia mais contundente do massacre veio exatamente de um jornal que não enviou correspondente de guerra à Canudos. *O Commercio de São Paulo*, jornal de cunho monarquista, sob a liderança de Afonso Arinos, trata os conselheiristas como heróis (embora fanatizados), denuncia o incêndio do arraial e o assassinato dos prisioneiros, este último em editorial de 26 de outubro denominado *A degola*, onde também culpabiliza Arthur Oscar como responsável pelo ocorrido, conforme apresentado no excerto abaixo:

(...) Graças ao General Arthur Oscar, os rebeldes e fanáticos de Canudos foram transformados em mártires. O fumo daquela fogueira humana e o sangue dos infelizes supliciados hão de emoldurar sinistramente o nome do general dinamitista e petroleiro, (...). Comunicações enviadas de Monte Santo pelo Sr. Lelis Piedade, (...), nos revelam a estúpida e inútil carnificina nos prisioneiros jagunços, cruelmente degolados. (...). A mocidade acadêmica lavrou brilhante protesto, deixando de tomar parte nas festas em honra ao General Arthur Oscar. (...). A sociedade paulista glorifica os heróis, mas abomina os *Jacques the ripper* das mulheres jagunças. Saudando os batalhadores, (...), ela saúda aqueles que souberam honrar os nomes de Caxias e Herval, mas repele os carrascos frios da degola (...) (Galvão, 2019, p. 113).

Ainda em *O Commercio de São Paulo*, no folhetim “Os Jagunços”, escrito por Olívio Barros (pseudônimo de Afonso Arinos), adiante lançado em formato de livro, o episódio da degola em massa aparece na edição de 24 de março de 1898, mas narrado sem destaque frente as outras barbaridades cometidas e sem a dramaticidade dada por Alvim Horcades e Manuel Benício, conforme veremos a seguir.

O capitão Manuel Benício, correspondente de guerra do *Jornal do Commercio*, deixou o palco das operações ainda em Agosto, bem antes de Euclides, em virtude de doença e por intimidação que sofrera por parte de Arthur Oscar descontente com as informações divulgadas pelo jornalista. Ele também não presenciou as execuções sumárias dos que se renderam, e seu substituto, de nome desconhecido, não aborda nos poucos escritos que deixou, o período de outubro. Benício irá, entretanto, versar sobre a degola dos prisioneiros posteriormente em sua narrativa histórica romanceada *O Rei dos Jagunços*, publicada em 1899, um pouco antes do livro de Horcades. O relato do episódio de rendição dos conselheiristas envolvendo Beatinho e da decapitação dos prisioneiros começa com uma frase que destaca o fato do restante da narrativa: “[...] era o fim da guerra e o início das atrocidades” (Benício, 1997, p. 388).

Duas importantes obras publicadas em 1898, silenciam sobre o episódio: *Ultima expedição a Canudos*, do tenente-coronel Emygdio Dantas Barreto, e *A quarta expedição contra Canudos*, do Major Constantino Nery, ambos combatentes na guerra ao lado das forças do Exército. Dantas Barreto narra o episódio de Beatinho, omitindo-se sobre a degola em massa, fazendo tacitamente crer que foi dado outro destino a todos os prisioneiros, ao relatar a condução destes pelos batalhões e que estes teriam sido transportados para Monte Santo por determinação do general Arthur Oscar. Termina seu livro, exaltando o chefe da 4ª expedição general Arthur Oscar, vendo em “[...] seu exemplo uma das melhores afirmativas de patriotismo” (Barreto, 1898, p. 238-239). Já Constantino Nery, que deixou “o theatro da luta” em 27 de julho, apresenta sem profundidade os acontecimentos posteriores a partir de “peças oficiais e relação de testemunhas oculares”, fazendo constar em sua narrativa, com intuito de preencher a lacuna, uma “parte official” do General Barbosa, onde, obviamente,

não consta o fato da degola dos prisioneiros. Sua última frase no livro é deveras significativa: “Saudade eterna aos Heroes que tombaram em Canudos!” (Nery, 1898, p. 133; 150).

Datado do mês de setembro de 1899, ou seja, alguns dias após a publicação dos livros de Benício e Horcades, o *Libello Republicano* de Wolsey (pseudônimo de César Zama), texto de caráter panfletário publicado em forma de opúsculo pelo jornal *Diário da Bahia*, é, a nosso ver, de todos os escritos do século XIX, aquele que mais se coloca em defesa dos direitos da comunidade sertaneja conselheirista, recusando inclusive a própria denominação de *jagunços*, dada pelos inimigos do arraial.

Evocando frases autorizativas do massacre e do degolamento supostamente ditas pelo presidente Prudente de Moraes e pelo Ministro da Guerra Marechal Bittencourt, César Zama avalia os meios utilizados e o resultado da guerra: “o incendio e o fogo fizeram o que o canhão e o fusil não conseguiram: não ficou pedra sobre pedra: não houve onde guardar prisioneiros”. Comentando o texto de Fávilla Nunes na Gazeta de Notícias, onde este afirma ser Arthur Oscar o primeiro herói da República, sentencia César Zama em nota: “Pobre Republica ! Que tem como primeiro heróe um homem tal” (Wolsey, 1899, p. 48; 55).

Abaixo, transcrevemos alguns trechos que nos parece interessantes em que avalia o heroísmo atribuído ao Exército e criminaliza as ações de extermínio realizadas em Canudos:

Os réos de lesa-nação são elevados à categoria de heróes! e recebidos festiva e triumphalmente (...). Nessa campanha querem passar por heróes indivíduos cujo merito consistiu em levar para a *catínga* os desgraçados que cahiam prisioneiros. (...). A *levada* para a *catínga* e a *gravata vermelha* já estavam nos habitos de alguns. (...). Nos annaes da historia, ainda nos tempos de

maior barbaria, não se registra atrocidade semelhante. Beatinho e todos os infelizes que o acompanharam, sem exceção de um só, foram friamente degollados!! A historia dirá mais tarde com a imparcialidade e justiça que são o seu apanágio, quaes os bandidos – si os degolladores, ou os degollados; se os incendiarios, ou os incendiados (p. 7; 34; 36; 38; 55).

Como correspondente de guerra do Diário de Notícias, Alvim Horcades, em suas missivas do dia 5 de outubro, descreve as rendições dos conselheiristas, o estado deplorável do arraial e seus habitantes após o golpe final do Exército com incêndio e dinamitação, mas não se pronuncia sobre o degolamento dos prisioneiros (Galvão, 2019, p. 132-150).

Como livro, *Descrição de uma viagem a Canudos* foi publicado em meados de 1899. Antes disso, porém, nos últimos meses do ano anterior, a partir da edição de 26 de outubro, o texto estava sendo publicado no *Jornal de Notícias*, periódico baiano, em uma sequência de artigos. O *Jornal de Notícias* tinha como um de seus principais proprietários e redatores o jornalista Aloysio de Carvalho e era veículo onde atuou igualmente, inclusive como redator-chefe, Lélio Piedade, secretário do Comitê Patriótico da Bahia, correspondente de guerra do jornal durante o conflito de Canudos e prefaciador da obra de Alvim Horcades. Na edição de 26 de outubro de 1898, o jornal anuncia em manchete de capa, sob o título “A Volta dos Acadêmicos”, a publicação seriada do texto:

Fez hontem um anno que, entre aclamações, regressou a esta capital a turma de acadêmicos que foram prestar serviços medicos, de valor nunca esquecido, na celebre campanha de Canudos. Para commemorar esse regresso, o acadêmico Martins Horcades começa hoje a publicar as notas que tomou durante a campanha

referida, notas muito interessantes e para as quaes chamamos, a atenção dos nossos leitores (Jornal de Notícias, 1898).

Em consulta às edições do jornal, identificamos que as edições de 26, 27, 28, 31 de outubro, e 07, 08, 11 e 12 de novembro, trazem os excertos do trabalho redigido e assinado por Alvim Horcades. A reprodução no jornal, entretanto, é bruscamente interrompida após esta última data, por motivo exposto assim por Alvim Horcades em seu livro:

O presente livro não é mais do que a série de artigos publicados desde o dia 26 de outubro (...) no Jornal de Notícias com mais outras partes, que deixaram de ser publicadas por motivos imperiosos, inteiramente alheios à minha vontade e que não vem a momento declarar. Por contrariedade que tive de passar, inherentes a essas cousas, resolvi suspender a publicação, muito a contra-gosto, no distinto órgão da imprensa bahiana, para fazel-o em um opusculo, onde pudesse com a **responsabilidade do meu nome e maxima liberdade**, facultada pela constituição do meu paiz, explanar a minha humilde opinião sobre o que vi e narrar com toda lealdade o que presenciei (Horvades, 1899, p. IV-V).

Verificar-se que o conteúdo foi divulgado no jornal até a página 99 do livro, que ao todo traz 186 páginas. A interrupção é realizada quando Alvim Horcades anuncia que começaria a tratar do “facto mais importante”, fato este “de summa gravidade”, dizendo que não se arreceia de torná-lo publico, “porquanto é a sincera expressão da verdade e ninguém m’o poderá contestar”. De que se tratava, então, este fato? Que “em Canudos foram degolados quase todos os prisioneiros”, anuncia (p. 103). É muito provável que o jornal não quis assumir a responsabilidade das denúncias que o autor pretendia fazer na edição seguinte, trazendo novamente à tona acontecimentos traumáticos e vergonhosos para a elite brasileira.

Diante da possível descrença por parte do público sobre a realidade daqueles fatos, Alvim Horcades vale-se de sua posição de testemunha ocular dos acontecimentos. Temos aí uma narrativa com mais capacidade de convencimento, que aquelas de Zama e Benício, cuja fonte é indireta. Diz Alvim Horcades, relatando o fato com detalhes:

Se não o visse, talvez duvidasse a principio, esperando que provas cabaes surdissem para a minha desillusão ser completa; mas feliz ou infelizmente eu vi e assisti a sacrificar-se todos aquelles miseraveis, porque alli representava um jornal de minha terra. (...). Antonio Beatinho e os seus dous companheiros foram os primeiros degolados na primeira turma, composta de 18, às 8 horas da noite do dia 3 de outubro” (p. 102-103; 110).

Sua crítica, surpreendentemente, se fundamenta em concepções evolucionistas. É que em vez de legitimar a dominação dos povos pelos mais “civilizados”, Horcades vê nas ações do Exército brasileiro, expressões da barbárie dos povos “primitivos”, utilizando-se para isso de comparações históricas. Também através de comparações e de apelos ao exemplo, assume uma concepção da história como mestra da vida, e argumenta que os conselheiristas poderiam futuramente se tornar “defensores leaes e honestos” da patria, como soldados de um batalhão do Rio Grande do Sul que estavam em Canudos e que provinham da Revolução Federalista: “mas infelizmente de nada servio esta portentosa leccão”, lamenta (p. 102).

Em sua denúncia, Horcades afasta qualquer convivência por parte dos acadêmicos que lá estavam (p. 106-107), do Exército em geral (p. 117) e presume – diferente de Zama – falta de culpa por parte de Prudente de Moraes e do Marechal Bittencourt (nota, p. 31). Sem citar o nome do General Silva Barbosa, afirma ter esse dito na ocasião

“não compartilhar do festim de sangue, nem tão pouco assumir a responsabilidade daquellas atrocidades” (p. 111). Por sua vez, insinua sempre a culpa do general Arthur Oscar, sem no entanto, citá-lo textualmente: trata-o como “o responsável pelo destino de todos elles [os prisioneiros]” (p. 100). Assim, é de Arthur Oscar quem fala, quando apresenta o seu veredito histórico, alertando a posteridade do mal exemplo dado pelo chefe da expedição:

Como não posso punir com severidade o auctor de todos esses actos vandalicos, forneço deste modo os dados precisos à Historia para sua punição moral e ante os meus concidadãos apresento o meu protesto, para que não pensem que todos quanto lá estiveram foram conniventes com aquella immoralidade (p. 106).

Devemos ressaltar, contudo, que Alvim Horcades apenas condena o assassinato de prisioneiros, naturalizando a morte ocorrida no combate, mesmo de mulheres e crianças. Esta é vista como um mal derivado do fanatismo, ignorância e brutalidade dos próprios inimigos.

4. DO TEATRO DE OPERAÇÕES AO TERREIRO DE JESUS

No início de seu livro, Alvim Horcades vislumbra duas situações possíveis no retorno dos acadêmicos de medicina que marcharam para o sertão: “[...] ou havíamos de ser immolados em holocausto à República ou voltariamos gloriosos pela ufania da victoria” (p. 6). Joaquim Pedreira, sepultado no cemitério de Monte Santo, foi o único entre eles que se enquadra no primeiro caso. Os demais foram realmente recebidos como heróis, com muitas honrarias e com muitos festejos sendo realizados na capital. Xavier de Oliveira, um dos estudantes que participou daquela experiência, relata sua memória da chegada dos acadêmicos:

Embarcando em Queimadas em trem especial chegaram a Alagoinhas pelo escurecer de 21 de outubro. Logo ao desembarcar encontraram telegramas pedindo aí se demorassem enquanto se lhes preparasse recepção festiva. Não se discutiu essa hipótese. A opinião foi uma só; embarcar no dia imediato sem resposta aos telegramas. E assim procederam, supondo fazer surpresa. Não a conseguiram completa. Chegando à estação da Calçada foram encontrando amigos, colegas, professores, o pai de todos – Pacífico Pereira, que presurosos iam chegando a recebê-los com demonstrações de acendrado carinho. Cenas emocionantes que se sentem e não se podem descrever desenrolaram-se nesse momento de eterna recordação. (...). Tudo de improviso, espontâneo e por isso mesmo de marcada sinceridade, foi organizado numeroso preito a pé, desde a calçada, subindo a ladeira da montanha, engrossado de momento a momento, até chegar à Faculdade de Medicina a frenética e delirante caudal humana. No salão nobre realizou-se, também de improviso, uma sessão em que foram saudados os moços recém-chegados da bemfazeja campanha (...) (Oliveira, 1943, p. 173-174).

Do livro de Alvim Horcades, selecionamos ainda um excerto onde se narra igualmente uma passagem das comemorações da chegada dos acadêmicos:

Seguimos cobertos pelos diversos estandartes e bandeiras e sob uma verdadeira chuva de confetti, parando em frente a cada jornal para recebermos as diversas saudações que nos eram dirigidas, até o edifício da Eschola de Medicina, onde o nosso ilustre Director celebrou uma sessão com o fim de apresentar-nos as suas saudações, fazendo-se ouvir diversos oradores (...) (p. 149).

Segue-se daí duas importantes homenagens preparadas aos estudantes de medicina que foram ao sertão por suas participações na Guerra de Canudos, realizadas nos dias 29 e 31 de outubro. Antes delas e da própria chegada dos acadêmicos em Salvador, ainda no dia 24, no salão nobre da Faculdade de Medicina da Bahia, sucedeu-se

uma outra solenidade promovida pela imprensa soteropolitana, com a presença desta, do corpo docente e administrativo da faculdade, do general Arthur Oscar, este recém-chegado, de autoridades federais e estaduais, além de muitos populares. A cerimônia, revestida de toda solenidade, teve como orador por parte da imprensa o jornalista Aloysio de Carvalho. Na ocasião foi colocada no salão nobre da faculdade, uma lápide comemorativa, em mármore, com os seguintes dizeres: “A Bahia eterniza neste marmore o seu agradecimento aos médicos, pharmaceuticos e academicos que exerceram o seu apostolado na dolorosa quadra de Canudos 1897”. A pedra pode ainda hoje ser vista em uma das salas da Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus.



Lápide em Mármore oferecida pela Imprensa a FMB pela participação na Campanha de Canudos. Fonte: Acervo Museológico da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB).



Quadro dos formandos em Medicina - Turma de 1903 da Faculdade de Medicina da Bahia. Ele e muitos outros, entretanto, não consta entre os fotografados. Fonte: Acervo Museológico da Faculdade de Medicina da Bahia.

No dia 29, após cortejo saído do Campo Grande até o Terreiro de Jesus – Horcades afirma ter sido este trajeto “uma verdadeira apoteose” (1899, p. 152) – onde foi realizada sessão solene de recepção festiva dos acadêmicos egressos de Canudos. Segundo Torres, “o salão,

ricamente decorado, achava-se repleto do que a Bahia tinha de mais seletos em representação oficial e social, reservados, porém, lugares para os heróicos acadêmicos” (1946, p. 46). A cerimônia, que contou com a presença do governador Luis Vianna e do general Arthur Oscar, entre outras autoridades, acadêmicos de medicina e direito e da população em geral (Oliveira, 1943, p. 176), teve como orador por parte da Congregação, o professor Guilherme Rebello, e por parte da classe acadêmica o estudante Abílio de Carvalho, ocasião em que proferiu o célebre discurso de crítica ao extermínio dos prisioneiros conselheiristas.

A homenagem recebida pelos acadêmicos de medicina que retornaram de Canudos, realizada no dia 31, iniciou-se no salão de honra do Clube Caixeiral, sendo promovida pela classe comercial da Bahia. Assim como as cerimônias indicadas anteriormente, efetivou-se com a pompa, rito e formalidade que as caracterizavam. O préstito seguiu mais uma vez para a Faculdade de Medicina da Bahia, onde se daria a sessão solene de entrega de uma outra lápide comemorativa, a ser colocada também no salão nobre da faculdade, em que, precedido do dizer “Aos alumnos Patriotas da Faculdade de Medicina que tomaram parte na Campanha de Canudos”, constava gravado em letras douradas os nomes da maioria dos estudantes de medicina que para lá seguiram, entre eles, destacamos, o nome de Alvim Martins Horcades. Buscava-se assim, eternizar os nomes dos estudantes que foram a Canudos. Infelizmente, as buscas realizadas por nós na faculdade de medicina não tiveram êxito, não havendo nenhuma informação sobre esta lápide entre os funcionários que hoje trabalham na entidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhos de pesquisa como este apresentado podem dar significativas contribuições à melhor compreensão da consciência histórica e da historiografia produzida nos fins do século XIX, identificando inclusive similitudes e diferenças entre os diversos autores deste período que se dedicaram à escrita da história. Ao analisar os escritos e a prática histórica de Alvim Horcades, identificamos a importância suprema que este deu à ideia de herói e ao papel desempenhado pelos “grandes homens” na história. Este herói ou grande homem é entendido, porém, à maneira iluminista, um conceito alargado, estendido a todos aqueles que se destacam nas diversas áreas da atividade humana (na ciência, na literatura, na guerra, etc), enfatizando as qualidades intrínsecas que fazem do indivíduo um herói (concepção essencialista), mas sem ignorar a ligação que estes têm com os anseios coletivos. Assim, emerge em seus escritos e como exemplo para sua prática social o seu panteão, formado por indivíduos que em sua maioria faziam parte de seu próprio círculo social. Um panteão que surge da preocupação em julgar os sujeitos históricos, separando o verdadeiro e o falso herói.

Para esse processo de heroização, Alvim Horcades e seus contemporâneos, que com ele se relacionam, formando um círculo de elite, produzem narrativas, realiza comemorações e ergue monumentos que os colocam como centro do processo de construção histórica. Daí a preocupação com a edificação de lápides comemorativas, a realização de sessões solenes e homenagens e a publicação do livro *Descrição de uma viagem a Canudos*, obra que realmente o imortalizou, por ser este um livro incontornável a todos que queiram entender a Guerra contra o Belo Monte: é ela uma chave para Canudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARRETO, Dantas. **Última expedição a Canudos**. Porto Alegre: Franco & Irmão, 1898.

BARROS, Olívio. **Os jagunços**: novella sertaneja. São Paulo: O Commercio de São Paulo, 1898.

BENÍCIO, Manuel. **O Rei dos Jagunços**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1899.

CALASANS, José. Santo Antonio de Canudos. **Revista Canudos**, Salvador, v.1, n. 1, p. 23-24, jul/dez. 1996.

CUNHA, Euclides. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da Nação**: fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GALVÃO, Walnice. **No calor da hora**: a guerra de Canudos nos jornais (4ª Expedição). Recife: CEPE, 2019.

HORCADES, Alvim Martins. **Descrição de uma viagem a Canudos**. Bahia: Litho-Typographia Tourinho, 1899.

MANIFESTO dos Estudantes das Escolas Superiores da Bahia aos seus collegas e aos Republicanos de Outros Estados, 19 de março de 1897. Bahia: Typographia do Correio de Notícias, 1897.

NERY, Constantino. **A quarta expedição contra Canudos**. Pará: Pinto Barbosa & Cia, 1898.

OLIVEIRA, Xavier de. Reminiscencias da Guerra de Canudos. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, nº 68-69, 1942-1943.

PINHEIRO, Alexander. **Uma experiência do front**: a guerra de Canudos e a Faculdade de Medicina da Bahia. 265 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

RÜSEN, Jörn. **História viva**. Brasília: Editora da UNB, 2007.

TORRES, Octavio. **Esboço histórico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia (1808-1946)**. Salvador: Imprensa Vitória, 1946.

WOLSEY. **Libello Republicano acompanhado de comentários sobre a Campanha de Canudos**. Salvador: Diário da Bahia, 1899.

BRASIL: UMA INVENÇÃO EM PAPEL: VITÓRIA DA CARTOGRAFIA COM AUXÍLIO DA DIPLOMACIA

Ednaldo Soares¹

RESUMO:

Este artigo traz a lume assunto histórico não muito discutido academicamente e pouco presente na maioria dos livros didáticos de História do Brasil. A matéria diz respeito a como a Coroa Portuguesa conseguiu, em sua disputa territorial com o Reino da Espanha, manter a dimensão continental de sua então colônia americana – o Brasil. Em sua maioria, historiadores atribuem o feito à diplomacia de Alexandre de Gusmão que, nas negociações antecedentes da assinatura do Tratado de Madri, de 1750, se valeu do princípio do *uti possidetis* previsto no direito romano. Eles esquecem ou negligenciam o esforço empreendido por dom Luís da Cunha – *savant* e diplomata português – que se aliou com um geógrafo e cartógrafo francês

¹ Ednaldo Soares é pós-doutor e Doutor em Administração e Mestre em Museologia. Pesquisador acadêmico com trabalhos publicados em periódicos científicos e/ou em anais de eventos acadêmicos nacionais e internacionais de Administração, História e Museologia. Poeta e contista. Tem livros editados no Brasil e na Itália. É sócio da Casa do Poeta de Alagoinhas (CASPAL), do IGHB e da Associação Italia-Brasile (Roma).

para produzirem um mapa representativo dos reais interesses territoriais lusitanos na América. Pesquisa histórica mais recente mostra que, mais que o uso e a validade do princípio do *uti possidetis*, foi a cartografia a responsável pela produção d“O Mapa que inventou o Brasil”.

Palavras-Chave: Cartografia. Princípio do *Uti possidetis*. Dom Luís da Cunha. Alexandre de Gusmão. Invenção do Brasil.

ABSTRACT:

This paper enlightens a historical subject that is not much academically discussed and rarely present in most textbooks on History of Brazil. The subject concerns how the Portuguese Crown managed, in its territorial dispute with the Kingdom of Spain, to maintain the continental dimension of its ancient American colony – Brazil. Most historians attribute the feat to Alexandre de Gusmão's diplomatic attitude during the negotiations prior to the signing of the Treaty of Madrid in 1750. He availed of the *ut ipossidetis* principle provided for in Roman law. They forget or neglect the effort undertaken by Dom Luís da Cunha – Portuguese “*savant*” and diplomat – who allied himself with a French geographer and cartographer to produce a representative map of the real Portuguese territorial interests in America. More recent historical research shows that, more than the use and validity of the *uti possidetis* principle, cartography was responsible for the production of “The Map that invented Brazil”.

Key words: Cartography. *Uti possidetis* Principle. Dom Luís da Cunha. Alexandre de Gusmão. Invention of Brazil.

I

A cartografia é uma arte gráfica muito antiga; possivelmente antecessora do surgimento da escrita. Dotada de caráter científico, enquanto técnica, a cartografia se propõe a representar graficamente a superfície terrestre “[...] por meio de mapas, cartas geográficas e plantas.” (Adonias *et al.*, 1993, p. 12).

O histórico conhecimento da cartografia suscita discussão acerca do descobrimento do Brasil, ocorrido em 22 de abril de 1500 pela esquadra portuguesa comandada pelo nobre Pedro Álvares Cabral, “nomeado capitão-mor de uma expedição à Índia.” A questão reside na dúvida a respeito de o acontecimento ter sido planejado, embasado em antigo conhecimento cartográfico, ou se ele ocorrera por acaso – alternativa defendida por Frei Vicente do Salvador (1627 *apud* Oliveira, 2008, fl. 3v.):

A terra do Brasil, que està na America, hũa das quatro partes do Mundo, não se descobrio de propozito, e de principal intento, mas acazo hindo Pedro Alvarez cabral por mandado del-Rey D. Manoel no anno de 1500 pera a India por cappitão-mor de doze Naus, afastando-sse da costa da Guiné, que já era descoberta ao Oriente, achou estoutra ao occidente, da qual não havia notiça algũa, foi-a costeando algũs dias com tormenta, athe chegar a hum Porto seguro, do qual a terra vezinha ficou com o mesmo nome. (sic).

A descoberta da América² pelo explorador e navegador italiano Cristoforo Colombo, em nome dos reis católicos Ferdinand II de Aragon e Isabella I de Castile³, poucos anos antes dos portugueses chegarem ao Brasil, ou seja, em 12 de outubro de 1492, dá lugar à dúvida ou à inferência de que o descobrimento do Brasil ocorrera de modo planejado. Se assim não se deu, tal discussão não é o foco deste artigo. Portanto, a dúvida a respeito da questão a envolver o descobrimento do Brasil,

² Nome dado ao Novo Mundo em homenagem ao navegador florentino Amerigo Vespucci, por sugestão de Martin Waldseemüller, um dos “*savants*” do conceituado *Gymnase à Saint – Dié-des-Voges* (Lorraine) – uma academia humanista, também conhecida por “*Gymnase Vosgien*” (Adonias *et al.*, 1993).

³ No final do século XV, aconteceu a união dos reinos de Aragão, Castela, Leão e Navarra em um único Reino – o de Espanha, financiador da expedição que descobriu um novo continente – a América. (Tavares, 2000).

quer tenha ele sido planejado, quer acontecido acidentalmente não vem ao caso. Aqui, o foco está no fato de que a dimensão continental do Brasil tem sua origem em folhas de papel, isto é, em mapas que nortearam discussões e acordos diplomáticos entre Portugal e Espanha, em especial no Tratado de Madri, de 1750. Este artigo também não atenta às conhecidas ações das entradas organizadas pela Coroa Portuguesa, nem tampouco às das bandeiras paulistas, organizadas por particulares, embora as considere importantes para o processo de interiorização do território brasileiro, apesar da crueldade praticada por tais expedições, visando ao aprisionamento dos povos originários.

Segundo o acordo (Tratado de Tordesilhas, de 7/6/1494 – FIGURA 1) firmado diretamente, sem necessidade de anuência papal⁴, entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela, para dividir as terras “descobertas e por descobrir” no Novo Mundo, aos portugueses coube uma porção de terra mais litorânea, pouco interiorizada do novo continente, denominada Terra de Santa Cruz. Denominação que foi alterada várias vezes, antes desse território assumir definitivamente o nome Brasil. Nome que, “[s]egundo Alexander von Humboldt, [...], aplicado a uma madeira de propriedades tintoriais, com inúmeras variantes linguísticas, teria iniciado sua trajetória há mais de dez séculos, da Sumatra ao Novo Mundo.” (ADONIAS *et al.*, 1993, p. 48).

O nome *Brasil* era também dado a uma ilha misteriosa⁵ (FIGU-

⁴ Apesar das críticas, papas anuíam repartições de terras descobertas, conforme o edito de Constantino dado ao papa Silvestre. (Octavio *apud* Rio-Branco, 2010, p. 7). “*Tais protestos [...] tiveram como resultado a negociação direta [entre Portugal e Castela, em Tordesilhas]*”. (Rio-Branco, 2010, p. 7).

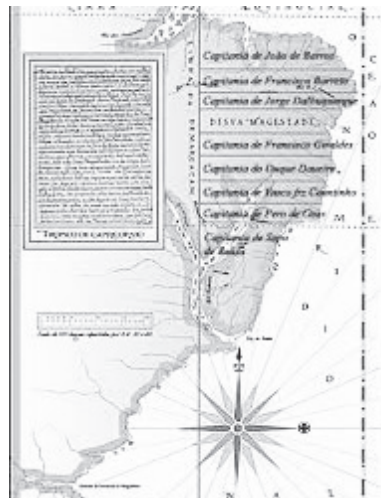
⁵ Ilha misteriosa, alvo da imaginação humana, inspirou a criação poética “O Mistério da Ilha Brasil”, constante do livro: SOARES, Ednaldo. *Sonhos, quase-mistérios / Sogni, quase-misteri*. Terni (Itália): Spell Edizioni, 2000. (Edição bilíngue. Prefácio de Luciana Stegagno Picchio; Tradução para o Italiano de Linda Mercuri).

RA 2), que aparecia em mapas medievais, localizada no chamado “Mar Tenebroso”. Capistrano de Abreu, no entanto, não vê qualquer correlação entre o nome *Brasil* dado à ilha imaginária e o da madeira de origem oriental. (*Ibidem*, 1993).

A mudança do nome *Terra de Santa Cruz*, dado ao território descoberto pelos portugueses, foi criticada e julgada por Frei Vicente do Salvador tratar-se de um ato demoníaco, apesar de ele tê-la posteriormente acatado e de até dar ao códice que escreveu o título de História do Brasil:

Figura I – Tratado de Tordesilhas

(Território de Portugal)



Fonte: IBGE (Brasil: 500 anos de povoamento)⁶

[...] o cappitão-mor Pedro Alvarez cabral [...] pós nome à terra, que havia descuberta, de sanctaCruz, e por esse nome foi conhecida

⁶ Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/tratado-de-tordesilhas.html>. Acesso em: 4 jul. 2023.

muitos annos; Porem como o Demonio com o signal da Cruz perdeu todo o Dominio, que tinha sobre os homêns, receando perder tambem o muito, que tinha em os desta terra, trabalhou, que se esquecesse, o primeiro nome, e lhe ficasse o de Brazil, por cauza de humpaoassi chamado de cor abrazada, e vermelha, com que tingem pannos, do qual há muito nesta terra, como que importava mais o nome de humpao, com que tingem pannos, que o daquelledevinopáo que deu tinta, e virtude a todos os sacramentos da Igreja, e so // bre que ella foi edificada, e ficou tam firme, e bem fundada, como sabemos. (sic) (Vicente do Salvador, 1627 apud Oliveira, 2008, fl. 4v.)

Figura 2: Brasil (Ilha Mítica)



Fonte: Wikipedia (*Ilha Brasil* mostrada em um mapa da Irlanda, de Abraham Ortelius (1572).⁷

II

O Almirante Max Justo Guedes (2012), reconhecida autoridade em cartografia do Brasil, publicou uma seleção de cem mapas impressos

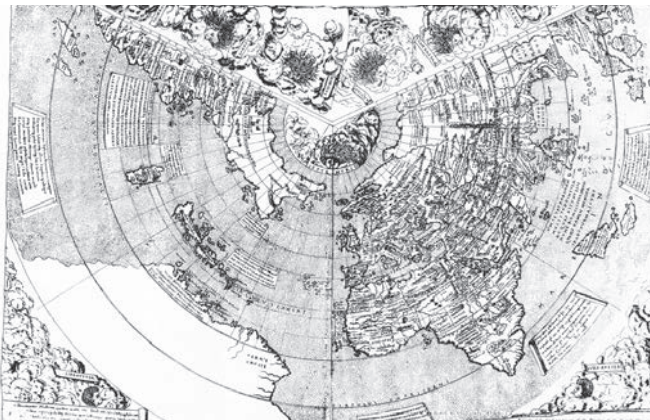
⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil_%28ilha_m%C3%ADtica%29. Acesso em: 4 jul. 2023.

sobre o território brasileiro, produzidos a partir do século XVI até aos primórdios do século XX, em os quais se constata a expansão territorial do país, em comparação com a faixa de terra determinada no Tratado de Tordesilhas. Em alguns desses mapas, o país ainda é chamado Terra de Santa Cruz. É o caso do Planisfério produzido, em 1506, pelo cartógrafo veneziano Giovanni Matteo Contarini e gravado por Francesco Roselli. Nesse mapa-múndi, o Brasil é chamado “*Terr^a S Crucis*” (FIGURA 3). De igual modo, o país também aparece com o nome “Terra de Santa Cruz” no planisfério elaborado, em 1508, por Johannes Ruysch, intitulado “*Universalior Cogniti Orbis Tabula*” (FIGURA 4).

Na seleção feita por Guedes (2012), nota-se que o espaço territorial do Brasil passa, passo-a-passo, a ter conformação cada vez mais próxima do atual mapa do país. Todavia, é no mapa denominado “*Carte de l’Amérique Méridionale*” (FIGURA 5), produzido em 1748, em três folhas, pelo geógrafo francês Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville, tido como oráculo da geografia iluminista (FURTADO, 2013), que a então concepção territorial do Brasil mais se aproxima de seu atual mapa.

Ainda de acordo com Furtado (2013), essa carta foi a primeira a configurar a imensidão territorial do Brasil de norte a sul, “[...] do atual estado do Amapá e da serra de Rondônia, até a foz do rio da Prata” (*Ibidem*, 2013, p. 19).

Figura 3 – Planisfério de Contarini (1506)



Fonte: Google (Reprodução da cópia da Biblioteca de Harvard, de 1923)⁸

D’Anville era um geógrafo de gabinete, que nunca saiu de Paris (*Ibidem*, 2013). “Sua especialidade era a geografia histórica, produzindo mapas que ilustravam e ajudavam o ensino dos fatos históricos” (*Ibidem*, 2013, p. 79). Como geógrafo, D’Anville e outros colegas eram

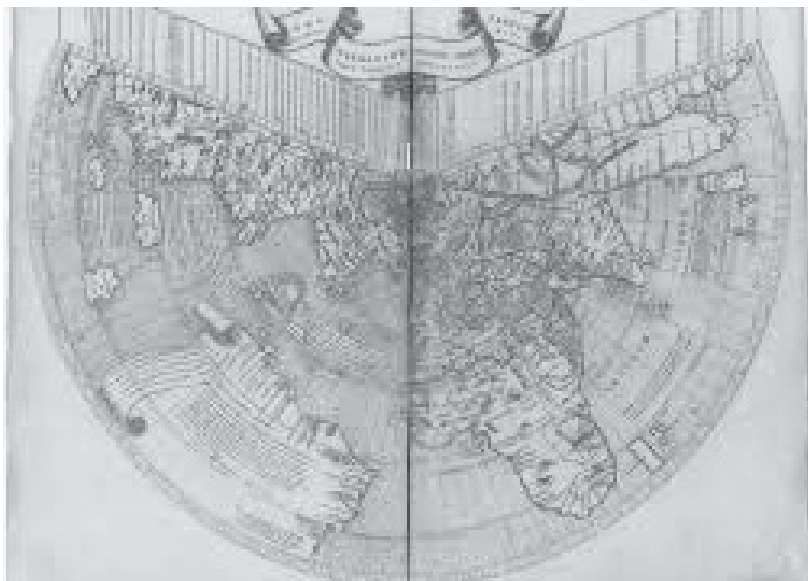
[...] herdeiros de uma geografia de matiz renascentista, [e] confinados em seus gabinetes na Europa, produziam mapas de grandes extensões de terra – países, continentes, planisférios – a partir da consolidação de informações retiradas de fontes diversas. (Furtado, 2013, p. 67).

Considerado “o maior geógrafo do século XVIII”, enquanto cartógrafo D’Anville produzia mapas, embasado em pesquisas originais, cuidando de descartar quaisquer informações duvidosas. Na “*Carte del’AmériqueMérionale*”, D’Anville incluiu muitas legendas explicativas do interior do território do Brasil, “em grande parte desconhecido” (Guedes, 2012, p. 162).

⁸ Disponível em: <http://www.mapas-historicos.com/contarini.htm>. Acesso em: 4 jul. 2023.

O mapa *Amérique Méridionale* [...] evidencia os conhecimentos geográficos sobre a América do Sul em meados do século XVIII. Figura em diversos atlas de D'Anville e no primeiro volume de *Le Théâtre du monde contenant les cartes générales et particulières*, de Joseph Julien Roch, de 1768. [...] Sobre o rio Amazonas, D'Anville esclarece que, antes do rio Negro, os portugueses o denominavam rio Solimões. Em todo caso, a carta é mais informativa no que concerne às costas do Oceano Pacífico, do Brasil Meridional, do Paraguai e dos rios da Prata e Amazonas.

Figura 4 – *Universalior Cogniti Orbis Tabula* (1508)



Fonte: Google⁹

⁹ Disponível em: <https://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAP-S-1-1-1716-103410003:Universalior-cogniti-orbis-tabula-e>. Acesso em: 4 jul. 2023.

Figura 5 – Carte de l’Amérique Méridionale de Bourguignon D’Anville – 1748



Fonte: Google¹⁰

¹⁰ Disponível em: <http://torresnamemoria.org/acervo/carte-de-lamerique-meridionale-de-bourguignon-danville-1748/>. Acesso em 4 jul. 2023.

III

Um acontecimento importante, ocorrido em 1720, transformou a arte da cartografia, tendo em vista a apresentação do uso de novas técnicas para a medição acurada das longitudes. Junto com a apresentação de um novo mapa-múndi, um texto lido na *Académie Royale des Sciences de Paris* por Guillaume Delisle – “primeiro geógrafo do rei da França” – “atingiu em cheio as pretensões lusas sobre seus territórios de além-mar.” (FURTADO, 2013, p. 105).

Diante do novo cenário a envolver a Geografia/Cartografia, o espírito nacionalista e a experiência do embaixador português dom Luís da Cunha (“*savant*” iluminista) vislumbraram na novidade aceita academicamente possibilidades de vitórias nas disputas luso-espanholas na América meridional. (*Ibidem*, 2013). Cunha era defensor do uso de

[...] mapas precisos do ponto de vista geográfico na condução das negociações diplomáticas sobre os limites entre as duas Coroas e, com o intuito de colocar Portugal numa posição vantajosa em relação à Espanha, instigou a Coroa a encetar iniciativas que promovessem o maior conhecimento do seu espaço americano, explorando-o e representando-o em mapas cada vez mais detalhados. (*Ibidem*, 2013, p. 19).

Sendo assim, dom Luís da Cunha enviou ao rei dom João V uma cópia do documento- memória apresentado em Paris por Delisle, intitulado *Détermination Géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la terre*, que, em parte, contrariava interesses portugueses. Por conseguinte, dom João V, por intermédio de dom Luís da Cunha – seu embaixador na França – tentou negociar a não publicação da memória elaborada por Delisle, que não aceitou. Então, de forma diplomática, Cunha tratou com o cardeal Dubois – arcebispo de Cambrai e primeiro-ministro da França – não a não publicação da memória apresentada por Delisle frente à *Académie Royale des*

Science de Paris, mas a eliminação de trechos que contrariavam interesses geopolíticos portugueses. Dom Luís da Cunha acreditava que, sendo o cardeal alinhado com a Inglaterra, ele tomaria o partido de Portugal, caso houvesse uma demanda contra a Espanha envolvendo o reposicionamento do meridiano de Tordesilhas. (Furtado, 2013). Isso porque, segundo a referida memória,

Delisle propunha o reposicionamento do meridiano de Tordesilhas, com implicações evidentes na posse das regiões da Colônia do Sacramento na América, em disputa entre espanhóis e portugueses, e das Molucas, no mar do Sul (Oceano Pacífico). Também redimensionava a posição do meridiano no Cabo do Norte (Amapá), desta feita em disputas com os franceses. (Furtado, 2013, p. 105).

Muito embora tenha Portugal molhado as mãos de Delisle para não publicar a citada memória, a própria *Académie* o fez, em 1722. Dessarte, dom Luís da Cunha chamou a atenção da Coroa portuguesa para a necessidade do levantamento de “uma cartografia dos territórios portugueses na América a partir das medidas dos territórios e não como pura especulação” (*Ibidem*, 2013, p. 110-111), mesmo que isso implicasse obstinação ao Tratado de Utrecht¹¹.

Dom Luís da Cunha acrescentou mais, ou seja, que em futuras negociações, Portugal não deveria negligenciar o aspecto da transividade entre cartografia e diplomacia (*Ibidem*, 2013). Para tanto, instrumentos matemáticos foram comprados e “*savants*”, tais como Delisle, Cassini¹² e Hermand, foram contratados, nos anos 1720,

¹¹ Ao englobar dois acordos, o Tratado de Utrecht (1713-1715) pôs fim à Guerra de Sucessão Espanhola e mudou os mapas da Europa e das Américas. Nele, ficou reconhecida a soberania de Portugal sobre o território português na América.

¹² César François Cassini – coautor da *Carte Géométrique de la France*, concluída em 1789 (Adonias *et al.*, 1993).

visando à produção de mapas que representassem os interesses portugueses, conforme recomendara dom Luís da Cunha.

Uma das primeiras contratações portuguesas foi a do matemático e engenheiro Hermand, que contava com a ajuda de D'Anville, outro que também foi contratado pela Coroa portuguesa. Em seguida (para ser mais preciso, duas décadas depois), dom Luís da Cunha e o geógrafo D'Anville se associaram para produzirem a *Carte de l'Amérique Méridionale* – um mapa geral da América do Sul, em que se apresentou “um esboço de uma nova linha de fronteiras a ser estabelecida entre as Coroas de Portugal e Espanha na América” (Cintra; Furtado, 2011).

Figura 6 – Brasil pelo Tratado de Madri (1750)



Fonte: Google¹³

¹³ Disponível em: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/03/25/o-mapa-das-cortes-e-a-malandragem-portuguesa/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

Na visão iluminista de Cunha e D’Anville, “os mapas deveriam ser espelhos perfeitos do território apresentado” (*Ibidem*, 2011); sendo assim, esperava-se que a retro mencionada carta fosse utilizada nas discussões diplomáticas para definir as fronteiras dos territórios de Portugal e da Espanha no Novo Mundo. A pedido de dom Luís da Cunha, o geógrafo D’Anville também emitiu um parecer intitulado *Discussion sur la ligne de Démarcation etablier pour fixer des limites entre les découvertes du Portugal et celles de la Castille*, em que expôs o real posicionamento do meridiano de Tordesilhas (diferente da argumentação de Delisle), a fim de embasar Portugal na discussão com a Espanha. (*Ibidem*, 2011; Furtado, 2013).

Não obstante o empenho do embaixador português para finalmente obter de D’Anville a feitura de uma carta que contemplasse os interesses territoriais lusitanos, Alexandre de Gusmão – secretário do rei de Portugal – deu ordens expressas para que tal mapa não fosse apresentado aos espanhóis, dado que outro mapa estava sendo construído em Portugal, representando os reais interesses portugueses. Esse novo mapa foi o que serviu de base para o Tratado de Madri. (Cintra; Furtado, 2011).

O Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, entre a Espanha e Portugal pôs fim às disputas por posses territoriais travadas nas colônias espanholas e portuguesas na América. O princípio do “*uti possidetis*”¹⁴ – princípio previsto no direito romano - foi utilizado por Alexandre de Gusmão nas negociações diplomáticas que antecederam a assinatura do Tratado de Madri. Esse princípio tem sido ressaltado como o meio que deu ao Brasil sua dimensão continental.

¹⁴ Oriundo da frase “*uti possidetis, ita possideatis*”, ou seja, “como possuíis, assim possuais”, “o princípio do *uti possidetis* aparece[u] pela primeira vez no domínio do direito internacional nos atos de Utrecht”. (Rio-Branco, 2010, p. 12).

Além de se valer do citado princípio do direito romano, Gusmão informou aos espanhóis que Portugal desistiria de “toda a margem ocidental do Prata se os espanhóis desistissem da soberania sobre a Amazônia, [região] explorada primeiramente pelos súditos de Castela.” (Caldeira, 1997, p. 93).

IV

*A Carte de l'Amérique méridionale constitui um oráculo valioso.
Ela antecipou e inventou o território brasileiro com as feições
continentais que hoje conhecemos.*

Júnia Ferreira Furtado

Neste artigo levanta-se a seguinte questão: a que se deve a vitória dos interesses territoriais lusitanos no Tratado de Madri, à diplomacia ou à cartografia? Sem a pretensão de negar a importância ou a validade do uso do princípio do “*uti possidetis*” nas negociações conduzidas por Gusmão, convém lembrar que, a pedido de dom Luís da Cunha, um mapa do Brasil que atendia às pretensões portuguesas já havia sido desenhado por D’Anville e incluído na *Carte de l’Amérique Méridionale*.

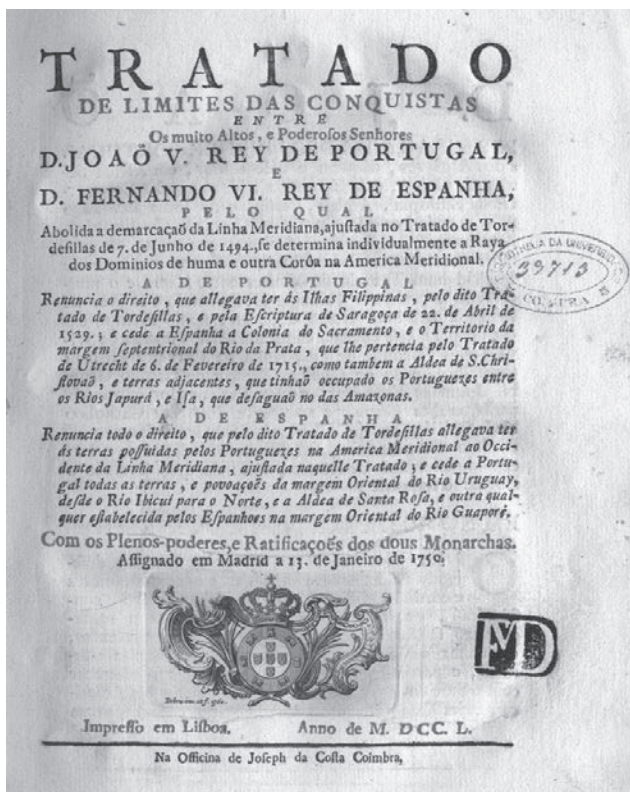
Cabe ressaltar que o papel de dom Luís da Cunha na defesa dos interesses da Coroa portuguesa, relativos à posse de seus territórios ultramarinos na América tem sido negligenciado e nem sempre é mencionado por alguns historiadores. Esses glorificam e enfatizam¹⁵ muito mais a atuação diplomática de Alexandre de

¹⁵ De acordo com Camilo Castelo Branco (*apud* Rio-Branco, 2010, p. 19), Alexandre de Gusmão era o “[...] estadista que, nas ciências políticas foi mais arguto que D. Luís da Cunha, e na sagacidade e lucidez de fino sentir foi o

Gusmão (brasileiro de nascimento), como se ele tivesse sido a única autoridade lusitana a defender os interesses da Coroa portuguesa e de ter conseguido tais intentos com o Tratado de Madri. Todavia, é preciso lembrar a importância da carta territorial apresentada nas discussões diplomáticas que antecederam à assinatura do acordo, quer tenha ela sido produzida por D’Anville, quer encomendada por Gusmão a outro cartógrafo. Sem uma ou outra, a diplomacia pura e simplesmente seria quiçá improdutiva e não se teria alcançado a vitória. Demais, a estratégia de se valer de mapas em negociações diplomáticas por territórios foi muito mais defendida por dom Luís da Cunha do que por qualquer outra autoridade portuguesa. Foi ele, vale ressaltar, quem se aliou com D’Anville para a produção da citada carta, a fim subsidiar as negociações luso-espanholas sobre a divisão de seus territórios na América.

mais avançado espírito do seu século”. Sobre Gusmão, ainda se diz: “[ter sido] o precursor do panamericanismo e o fundador da teoria, no direito internacional, do *uti possidetis*” (Rio-Branco, 2010, p. 20).

Figura 7 – Tratado de Madrid – 1750



Fonte: Google¹⁶

¹⁶ Disponível em: <https://almamater.uc.pt/item/46781>. Acesso em: 4 jul. 2023.

Figura 8 – *Carte de l'Amérique Méridionale*
 (“Publiée sous les auspices de Mgrle Duc d’Orléans... / parle S.r d’Anville”)



Fonte: Google¹⁷

¹⁷ Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530835838>. Acesso em: 4 jul.2023.

Chega-se, portanto, à conclusão de que o território do Brasil, antes de qualquer outra hipótese, foi uma invenção em papel, feita pela aliança de dois “*savants*” – dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville para produzirem um mapa consoante os interesses lusitanos. A dimensão continental do território português na América, com o auxílio da diplomacia, foi legalmente aceita e reconhecida no Tratado de Madri, de 1750. A bem da verdade, conforme se depreende da pesquisa de Furtado (2013), fica evidente que a *Carte de l’Amérique Méridionale* foi realmente “O Mapa que inventou o Brasil”.

REFERÊNCIAS

- ADONIAS, Isa *et al.* **MAPA: Imagens da Formação Territorial Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.
- CALDEIRA, Jorge *et al.* **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CINTRA, Jorge Pimentel; FURTADO, Júnia Ferreira. *A Carte de l’Amérique Méridionale de Bourguignon D’Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada*, **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 62, dez. 2011. (<https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000200015>).
- FURTADO, Júnia Ferreira. **O Mapa que inventou o Brasil**. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2013.
- GUEDES, Max Justo. **A cartografia impressa do Brasil: 1506-1922: Os 100 mapas mais influentes**. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.
- OLIVEIRA, Maria Lêda. **A História do Brasil de Frei Vicente do Salvador: História Política no Império português do Século**

XVII. Rio de Janeiro: Versal; Rio de Janeiro: Odebrecht, 2008.

RIO-BRANCO, Miguel Paranhos. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750**. Brasília: FUNAG, 2010.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Correio da Bahia, 2000.

MENSAGENS PSICOGRÁFICAS NO MEIO JURÍDICO: O CASO HUMBERTO DE CAMPOS

Wilson Midlej¹

RESUMO:

Este artigo surgiu de revisões bibliográficas vinculadas a uma pesquisa qualitativa, descritiva, a partir de fontes primárias e secundárias. O foco é um episódio editorial ocorrido no Brasil, em 1944, gerador de ação declaratória, ajuizada pela família do escritor Humberto de Campos, já falecido, contra a Federação Espírita Brasileira (FEB) e o *médium* Francisco Cândido Xavier. Questionamos como a doutrina jurídica trata a probabilidade de o juiz vir a utilizar-se e auto convencer-se, ou não, em definições judiciais, de abordagens atreladas à psicografia.

Palavras-chave: Psicografia. Ação declaratória. Prova. Convencimento do juiz.

¹ Jornalista. Bacharel em Direito. Escritor. Redator-Chefe da revista mensal *Jornal de Salvador*. Presidente do Instituto Pensar Jequié, integrante da diretoria da Associação Bahiana de Imprensa – ABI; foi diretor/editor da *Revista Bahia em Foco* e presidente da Associação Jequeense de Imprensa – AJI.

ABSTRACT:

This article emerged from the author's necessity of finding bibliography reference which were related to the construction and utilization of field diary as a complementary instrument in scientific researches. It had the objective of doing a bibliographic review referring to its utilization and describing experiences of the use of those methodological instruments. For that, it was developed a conceptual reference, an item dealing with the construction of a field diary and other a report on the experiences which the authors had with its use. We believe this study may help other researchers who search to develop researches with this data collector instrument.

Key words: Psychography. Declaratory action. Evidence. Judicial reasoning

INTRODUÇÃO

No Brasil, neste tempo de agora, amplia-se um campo de pesquisa a envolver horizontes, de cunho valorativo/espiritual, menos dogmáticos, mais interativos e dialógicos. Comisso, de modo dinâmico, surgem novos estudos, acerca das repercussões de ações que abrangem o universo religioso e/ou espiritual, além de outras pertinentes à laicidade do Estado, em sentidos expansivos de argumentos relacionados a tais instâncias, envoltos em vieses éticos e, essencialmente, jurídicos.

Explicitamente, o fenômeno psicográfico se processa através da mediunidade -uma faculdade inerente aos humanos, no qual a promoção de intercâmbio com espíritos dá-se como uma escrita direta, na ação de uma entidade sobre o psiquismo de um médium, que escreve à mão. Quando realizada apenas como emprego da mão deste, na empunhadura do lápis, denomina-se psicografia direta ou manual. (Kardec, 2008; Campetti; Campetti, 2016; Silva, 2016). Ressaltamos que, no Direito, a escrita manual consiste num documento, como afirma o procurador aposentado, Sergio Demoro Hamilton (2008,

p. 138) recorrendo à lei processual penal em seu artigo 232, onde afirma que quaisquer escritos são considerados documentos lícitos.

Neste sentido, vinculou-se, a este trabalho, um episódio específico envolvendo o escritor brasileiro, Humberto de Campos, já na condição de espírito desencarnado (1886-1932). Adveio, a partir de encaminhamentos de textos deste, psicografados pelo médium mineiro Francisco Cândido Xavier (1910-2001) e publicados pela Federação Espírita Brasileira (FEB), desde 1935. Como o médium transferiu os direitos autorais à aludida instituição, a esta, tais benefícios ficaram reservados. Este fato, ocorrido no Brasil, gerou uma ação declaratória, ajuizada em 1944, pela família do autor espiritual contra a FEB e o citado médium psicógrafo, ficando conhecida como “O caso Humberto de Campos”. No documento foram reivindicadas elucidações, através de provas científicas possíveis, se a obra literária seria ou não do espírito do referido cronista. Em caso positivo, isto é, se ficasse comprovado que a produção literária, em apreço, seria do espírito de Humberto de Campos deveria o magistrado declarar que os direitos de propriedade das obras pertenceriam, unicamente, à sua família, ficando a FEB e o médium passíveis de sofrer as sanções previstas, neste caso com base nos artigos 185 e 196 do Código Penal de então. Estes evidenciavam a proibição de usar o nome do autor em qualquer publicação literária, ficando os responsáveis sujeitos a pagamentos de perdas e danos nos termos da Lei, à época, vigente. Nos dias atuais esta encontra-se corroborada e atualizada pela Lei 9.610

De 19 de fevereiro de 1998, do Novo Código Civil, em seu artigo 1º, que regula os direitos autorais e alcança a legitimidade do autor e dos que lhe são associados.

Ressalve-se que a ação requiritava a presença, para depoimentos, dos representantes legais da FEB, de Francisco Cândido Xavier

e, inclusive, do espírito de Humberto de Campos, que, através do médium, necessitaria comprovar sua sobrevivência e produtividade. Os suplicantes porém, reconheciam as dificuldades de ordem legal para o julgamento do caso, uma vez que a legislação não considerava esta modalidade de disputa. Dada a sua especificidade, este caso teve ampla repercussão na imprensa.

Em tais sentidos, justifica-se a realização deste estudo, vinculado a instâncias pessoais, além do reconhecimento da relevante importância social do tema, não apenas pela abordagem acadêmica de fatos relativos a inúmeros casos concretos vinculados a este. Abaliza-se que, na sociedade contemporânea, a subjetividade humana, atrelada a demandas processuais, a envolver, até certo ponto, a inter-relação do Direito com a Doutrina espírita desperta interesses por questões conexas à espiritualidade e/ou religiosidade em abrangências de processos jurídicos. Os conceitos doutrinários, atrelados ao estudo sistematizado do Espiritismo – que surgiu na França sob a égide da ciência, da filosofia e da religião – ocorrem com base na investigação de fenômenos mediúnicos, no esclarecimento das leis que regem as relações entre o mundo material e o mundo espiritual (Pimentel, 2019). Ao se escolher explorar o referido caso foram definidos princípios como pontos iniciais visando a estruturação de um sistema de ideias, do qual deriva todas as demais relacionadas ao ajuizamento de uma ação declaratória, movido pela viúva e filhos do renomado escritor em face da FEB e o médium Francisco Cândido Xavier.

Vale destacar que o cerne deste trabalho, tendo como base o caso referido, realizou-se em sentidos de analisar como a mensagem psicografada, na condição de fenômeno mediúnico, vem sendo acolhida na formação das decisões judiciais. Vinculou-se, assim, à compreensão de fenômenos psíquicos, a partir de explorações e inserções fenome-

nológicas na ciência hermenêutica do Direito, na consideração de probabilidades de instrumento probatório e de autoconvencimento do juiz, ou seja, de como e se, o magistrado poderá, num livre entendimento jurisprudencial, interpretá-las e adotá-las como fontes lícitas de decisões processuais.

Com base nos descritos, a partir de explorações fenomenológicas no Direito, foram tecidas considerações acerca da possibilidade de contribuição efetiva de

Autoconvencimento do juiz. Enfim, do processo decisório dos magistrados diante de casos inusitados, em especial.

METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado a partir do método de estudo de caso com anteparo bibliográfico no nível mais operacional da pesquisa, com uma concentração nas técnicas e procedimentos utilizados na recolha de informações (Vasconcellos, 2010). De acordo com Gil (2009, p. 76 e 77), “[...] estudo de caso é caracterizado pela análise profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado[...].” Nesta perspectiva a ação deu-se em bases intrínsecas levando-se em consideração a multiplicidade de aspectos e a subjetividade que o caracterizam; tal escolha permitiu aprofundar o conhecimento, através da abordagem qualitativa, descritiva, as quais, compatíveis com a técnica de pesquisas de levantamento de dados busca explicar o porquê das coisas, exprimindo as intenções. Segundo Medeiros, (2000, p. 41) “[...] as fontes primárias são encontradas em arquivos públicos, particulares, anuários, dissertações e teses acadêmicas, fontes primárias e secundárias livros, relatórios técnicos, artigos em revistas científicas e anais de congressos.” Quanto às fontes secundárias, estas são compostas de trabalhos não originais e, que, essencialmente abor-

dam, revisam e interpretam a temática original utilizada, a exemplo de artigos e trabalhos científicos, bem como materiais de divulgação que possuam credibilidade científica (Volpatto, 2000).

Deste modo, buscaram-se aproximações, de maneiras diferentes, mas complementares, da temática eleita com o objeto deste estudo. Em tais direções, encontra-se, em seu cerne, uma criteriosa revisão de literatura envolvendo fundamentos jurídicos, a respaldar o âmbito do Direito, tais como livros, jornais, artigos científicos, páginas de websites, teses de doutoramento e dissertações de mestrado. Vinculados a estes subsídios foram realizadas análises das doutrinas processualistas, constitucionalistas e, até do prevalecente direito de propriedade, vigente à época em que o fato estudado ocorreu. Esse universo envolve um curioso campo humano e literário, a psicografia, que, por si só, na condição de instrumento de comunicação transcendental foi, neste trabalho, abordado parcialmente.

Em tais condições, a dimensão subjetiva do fenômeno da psicografia, no evento específico foi tratada com base em referências afins como tema e citadas ao final deste trabalho; o objetivo, devidamente esclarecido, abriu perspectivas de recolha de informações, acompanhamento e análise do processo de recepção das mensagens psicografadas, em variadas fases dos acontecimentos no referido caso. Ao transpor as enriquecedoras experiências para o presente objeto de estudo considerou-se a relevância do foco, através, principalmente, dos artigos dos jornais da época, bem assim autores e pesquisadores no campo das ciências sociais, a exemplo da obra de Nemer Ahmad (2008) que trata do assunto em pauta trazendo renovados olhares e perspectivas relacionados à justiça.

DE ESCOLHAS E DISCUSSÕES

Dentre outras abordagens, a discussão no esclarecimento das leis que regem as relações entre o mundo material e o mundo espiritual estão relacionados à temática explicitada e foram suscitadas, a partir de leituras realizadas, individualmente, em contextos diferentes, pelo autor deste trabalho e, mais recentemente ,aprofundadas no decorrer das lidas acadêmicas, em interações concretizadas num curso de Direito. O fato é que tal temática, a provocar específicos questionamentos quanto à utilização de mensagens psicografadas no meio jurídico, acabou por impulsionar definições por abordá-la vinculada a um meio subsidiário para o autoconvencimentodo juiz.

Pelo reconhecimento da outorga da liberdade de crença e de culto religioso existente no Brasil, por meio da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso VI, não será aventado tais aspectos relacionados à Doutrina espírita. Nestas premissas ficou definido focar e analisar determinados fatores voltados a argumentos favoráveis e/ou desfavoráveis do fenômeno psicográfico, em especial às possíveis legitimidade,veracidade e valoração como meios de prova, sob prismas constitucionais. Questionou-se, deste modo, como a doutrina jurídica, em nosso país, trata a probabilidade de o juiz vir a utilizar-se e convencer-se, ou não, em suas fundamentações e definições judiciais,de abordagens espirituais, especialmente atreladas a mensagens psicográficas. Nestas dimensões, se há possibilidades de tais ocorrências como meios cognitivos e , até probatórios, envolver o sistema de ordenamento processual brasileiro.

O CASO HUMBERTO DE CAMPOS E SUAS REPERCUSSÕES

Um processo judicial, iniciado e concluído em 1944, conhecido como “O caso Humberto de Campos” ganhou ampla repercussão na-

cional, dada a sua especificidade. Com destaque ao periódico carioca de circulação nacional, a *Revista da Semana*, que lhe deu grande ênfase ao publicar uma ampla reportagem na edição de 8/7/1944. Nesta, sua editoria dissecou o tema polêmico incluindo uma chamada de capa – com fotografias, citações e depoimentos nas páginas 29 a 34 da citada revista.¹ Esta edição narra, com detalhes, que os detentores dos direitos autorais da obra do escritor Humberto de Campos – a viúva Catharina Vergolino de Campos em condomínio com os filhos do casal Lourdes, Henrique e Humberto Filho – ingressaram na Justiça com uma ação declaratória contra Francisco Cândido Xavier e a Federação Espírita Brasileira (FEB), acerca da autenticidade da obra psicografada. Na petição inicial da referida ação constava que a obra era composta por cinco volumes e os familiares argumentavam que o sucesso de venda era atribuído ao escritor, que detinha grande popularidade entre o público brasileiro de todos os níveis intelectuais (Timponi, 2010).

No ajuizamento da citada ação declaratória alegaram que, após a morte do cronista, determinadas produções literárias foram atribuídas ao “espírito de Humberto de Campos.” Tais obras, psicografadas pelo aludido *médium*, foram editadas pela FEB, a qual recebia os devidos direito autorais. Com detalhes, a reportagem traz a petição inicial na qual os herdeiros declaram o interesse em esclarecer se as obras seriam, de fato, ditadas pelo falecido escritor. Ali, a família requisitava a presença, para depoimentos, dos representantes legais da citada instituição do Sr. Francisco Cândido Xavier e, inclusive, do espírito de Humberto de Campos, que, através do *médium* necessitaria comprovar sua sobrevivência e produtividade (Op. cit., 2010).

Na impetrada ação os suplicantes reconheceram as dificuldades, de ordem legal, para o julgamento do caso, uma vez que a legislação não considerava esta modalidade de disputa. No entanto insistiram ao argumentar que o mérito literário dos textos mediúnicos, acerca do

qual não se pronunciavam, fosse examinado por especialistas –que, nesta ação, deveriam definir quem seria o autor daqueles escritos. Em tais circunstâncias, a medida judiciária tinha por objetivo provar a autenticidade da autoria do referido espírito, a fim de garantir, aos herdeiros, as vantagens e a utilização, por estes consideradas indevidas, do nome do patriarca da família. Havia explícita, também, a satisfação que deveriam dar² aos editores das obras de Campos, W.M. Jackson, a partir do contrato celebrado com a família. Esta instituição alegava contabilizar prejuízos, a partir da concorrência com as publicações de Humberto, falecido. Se comprovada a autoria eles reclamavam os direitos de propriedade dos livros, já que o ordenamento jurídico, à época, não falava em direitos autorais. A ação requeria, desse modo, que a Justiça definisse os direitos de propriedade dos escritos; além disso, a possibilidade da autoria do referido escritor, fato que foi considerado impossível para aquele juízo, dada as limitações impostas pelo inusitado do pedido, em razão da transcendência do assunto. Tais exigências concorreriam para que fosse considerada, na sentença, a inépcia da petição (Timponi, 2010).

A especificidade transcendental, deste caso, emprestou-lhe notoriedade e ampla repercussão na imprensa. Além do grande destaque da prestigiosa *Revista da Semana*³, vários jornais diários se manifestaram, à época, através dos principais cronistas brasileiros, citados como principais formadores de opinião, tais como Edmundo Lys (1944), Garcia Júnior (1944), Raimundo Magalhães (1944), entre outros. Suas escritas, publicadas em diversos periódicos, continham opiniões díspares em torno do tema.

² *In*: http://memoria.bn.br/pdf/025909/per025909_1944_00028.pdf

³ *Revista da Semana*. *In*: http://memoria.bn.br/pdf/025909/per025909_1944_00028.pdf

A PROVA PSICOGRÁFICA COMO AUTOCONVENCIMENTO DO JUIZ

As evidências de publicações, no noticiário nacional, de temas jurídicos indicam a crescente sensibilização e humanização do direito e d justiça. O juiz de Direito tende a incorporar a missão de decidir sobre a luz e as trevas, em consequência da lei e do livre arbítrio de quem delinuiu. Entretanto, a valoração de cada caso se faz presente na formação da sua convicção. Desse modo, suas decisões são fundamentadas pelos princípios jurídicos, critérios legais, mas, sobretudo, pelos ditames da sua consciência. Para o magistrado Jaime Martins Filho⁴ (*apud* Polízio, 2009) a escolha desta profissão não seria uma casualidade e, por isso, o referido profissional a exerceria como uma missão de vida. “[...] Não acredito em acaso, mas numa ordem que rege o universo, acredito em leis universais.” (Op. cit., p. 156). Trata-se de liberdade absoluta para aplicar princípios religiosos no dia a dia. Em tal sentido, Nucci (2014, p. 14), ao dizer da convicção do juiz, do autoconvencimento deste, como possibilidades de ser verdadeira ou errônea, mas, jamais falsa, afirma:

A meta da parte, no processo, não é gerar a verdade objetiva, visto ser atividade complexa e, nem sempre, possível. O objetivo da parte é construir, no espírito do magistrado, a certeza de que a verdade corresponde aos fatos alegados em sua peça, seja ela de acusação, seja de defesa.

Vista deste modo há, na sociedade contemporânea, controvérsias a respeito dos limites à valoração da prova pelo juiz, em especial a se ressaltar a questão da prova constante dos autos, corolário do princípio do contraditório. Neste sentido, estribado no art. 371 do CPC-2015,

⁴ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ulr95u403209.shtml>.

o qual releva a necessidade de a prova valorada constar nos autos do processo, ainda que não possa servir como fundamento da decisão (Didier Jr, *et al*, 2021). Os citados autores explicitam: “[...] porque isso é corolário do contraditório – senão estiver nos autos significa que, ao menos, uma das partes não pôde participar de sua produção, muito menos manifestar-se sobre a prova produzida” (Op. cit., p. 130). Assim, ‘*Quod non est in actis non est in mundo*’⁵ (Nunes, 2015). Deste antigo brocardo depreende-se que, em sentido figurado, o que não está nos registros, não está no mundo; o fato é que, nesse caso, se sabe mais da verdade real, sob o ponto de vista estritamente jurídico, do que acerca das emanações do mundo espiritual, eivadas de ampla e sutil subjetividade. A vastidão das regras e das convenções, ao não se adequar à sutileza do fenômeno, deverá buscar as referências possíveis no mundo conhecido cientificamente. Assim sendo, de acordo com o artigo 155 do Código de Processo Penal (CPP) o juiz firmará a sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, tendo a liberdade para deliberar de acordo com a sua consciência, necessitando fundamentar suas razões, desde que estas estejam alinhadas com balizamentos legais, sem interferência das crenças religiosas e convicções pessoais.

NOVAS LUZES SOBRE O AUTOCONVENCIMENTO DO JUIZ

O material psicografado pelo *médium* mineiro foi considerado fator essencial na condição de suporte subsidiário à decisão do juiz. Assim, independente das fontes legais jorrarem com clareza a improcedência dos pedidos e da impossibilidade de o Poder Judiciário pronunciar-se em contendas que visavam discutir fundamentos das religiões, depreende-se, do conteúdo da sentença, a absoluta convicção do magistrado de que não havia dolo, intenção de auferir vantagens

⁵ ⁴ O que não está nos autos, não está no mundo.

ou ofender o direito dos autores da ação. Neste sentido, vem a lume a declaração e a objetivação da intenção normativa do artigo 332 do Código de Processo Civil (CPC) a qual estabelece, entre outros incisos, que, a despeito da citação do réu, o juiz poderá julgar improcedente os pedidos em que se verifica, desde logo, inépcia, decadência ou prescrição. Os casos de aplicação do referido artigo são aqueles nos quais, onde apenas o juízo pode, *prima facie*, pela exposição, mesmo, dos fatos e pela indicação das provas, reconhecer, não obstante qualquer outro exame, que o interesse pleiteado é imoral ou ilícito.

Vale lembrar que o juiz João Frederico Mourão Russel (1944, apud Timponi, 2010, p. 249-253) destacou, em sua sentença que “[...] no nosso direito é absoluto o alcance da máxima *mors omnia solvit*.⁶ Assim, Humberto de Campos, depois de sua morte, não poderia ter adquirido direito de espécie alguma [...] nenhum direito autoral poderá da pessoa dele ser transmitido para seus herdeiros[...]”

Portanto, considera-se necessário que se tratem destes pleitos à evidência, não se justificando, então, que o juiz deixe que eles e desenvolva normalmente para, ao fim e ao cabo, declarar o que já se impunha ao mais ligeiro exame, ao primeiro súbito de vista, ou seja: a imoralidade ou ilicitude do interesse pleiteado. Assim sendo é fato que a especificidade deste caso, abrangendo as mensagens como prováveis meios de provas lícitas, e de elucidação de enigmas, traz o conteúdo e a natureza probatória, de mensagens provenientes *do outro lado da vida* e vinculam-se aos princípios de direito à prova e autoconvencimento do juiz.

⁶ Princípio segundo o qual a morte do agente acarreta extinção da punibilidade. O Código Penal do Brasil estatui que se extingue a punibilidade pela morte do agente. *In*: <https://vademecumbrasil.com.br/>. Acesso em 10 abril 2023.

Echandia, (1981, p. 9) assevera que “[...] A noção de prova está presente em todas as manifestações da vida humana e transcende o campo do direito.” Nesta dimensão, a prova incide no respeito e na demonstração da veracidade do que se alega, defende ou se contesta. A expressão prova vem do latim *probatio* que significa verificação, exame, inspeção, argumento, confirmação ou razão (Nucci, 2014). Nesta direção, no sentido processual assinala, também os elementos, apontados em lei, para a realização dessa demonstração, constituindo-se na adição de meios para a formação da própria prova, ou seja, para a conclusão ou produção da certeza (De Plácido e Silva, 1975). Este autor (op. cit., p. 253) esclarece que, na compreensão jurídica “[...] a prova é a própria convicção acerca da existência ou não existência dos fatos alegados, nos quais se fundam os próprios direitos, objetivo da discussão ou do litígio”. Em tais medidas só há prova quando, pela demonstração, se produz elementos de esclarecimento da verdade ou quando as informações que compõem a demonstração constituíram-se numa força aceitável para produzir a certeza ou a convicção, a verdade dos fatos alegados. Como a convicção é algo subjetivo, própria do ser humano, encontra-se relacionada a uma verdade que corresponda, ou não, à realidade.

O convencimento do juiz é motivado: seja pelo seu cabedal de conhecimentos ou através da experiência, norteados pelas constantes interações com a letra da lei, que promove a persuasão pela lógica da razoabilidade dos fatos. Eis que, essa motivação é controlável; a subjetividade das coisas, das pessoas, dos fenômenos naturais, são partes integrantes do processo da busca da verdade. Mesmo que as provas não sejam aparentemente consistentes, há de se perseguir a verdade, indicar qual das partes litigantes deverá suportar a derrota, pois ao juiz é imposto o dever de julgar. Nesta direção a internalização desses fatores por parte do juiz, é fruto do seu convencimento, advindo dos

inúmeros meios de comprovação do fato. Estes podem ser típicos ou atípicos, subjetivos, desde que sejam lícitos (Art. 332 CPC e art. 5º LVI, CF).

Os meios de prova, como diz Moreira (2006, p. 212), são “[...]fontes através das quais os fatos passam para chegar, primeiro, aos sentidos, depois à mente do juiz.” Neste caso, refere-se o estudioso autor às evidências de tudo quanto seja acessível aos comuns sentidos humanos. Portanto, compreende-se que a única prova proibida no processo é aquela em que é colhida mediante ofensa à lei ou aos princípios do Direito. O Poder Judiciário permite a utilização dos meios de provas chamadas atípicas e inominadas, como não previstas no ordenamento jurídico que podem ser admitidas objetivando formar a convicção do magistrado no fundamento da sentença. A propósito, afirmam:

O livre convencimento do juiz reside na faculdade que possui de avaliar a prova diante da lei e do entendimento jurisprudencial cristalizado, agregando suas experiências profissionais e de vida, bem como suas convicções, mas jamais ignorando a lei, a prova dos autos e o entendimento sumulado a respeito de cada tema, como garantia aos litigantes do respeito ao princípio do devido processo legal (Nery Junior; Nery, 2016, p. 1078).

Como visto, os referidos autores, ao alegarem a soberania do juiz na análise das provas são categóricos ao afirmar que o magistrado deve decidir as razões da formação do seu convencimento e que este esteja sempre vinculado às provas dos autos. De fato, efetivamente, pelo citado, é patente que o atual CPC, em seu artigo 371, extinguiu a expressão ‘livremente’ do remoto artigo 131, afirmando: “O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.” Ainda assim, mesmo com limites legais,

suprimindo a expressão ‘livre’, o convencimento do juiz, reconhece meios como depoimento pessoal, exibição de documentos ou coisa, prova documental, confissão, inspeção judicial, prova testemunhal e prova pericial.

É nesta perspectiva que o autor deste trabalho propõe uma ampla discussão sobre a importância de utilização dessa técnica de elucidação de enigmas, como concurso de atores sociais em diversidade de níveis intelectuais, que mandam mensagens psicografadas legítimas já que, efetivamente, participaram ou foram testemunhas presenciais dos fatos. Persistindo na manutenção deste e de outros tabus, que foge ao domínio do homem comum, os operadores do direito podem e devem debruçar-se sobre temas como este, incluindo entre os estudos das inovações tecnológicas, as de aspectos transcendentais. Caso contrário, como teria a Justiça meios de extrapolar os seus limites, interferindo em domínios metafísicos vinculados à espiritualidade? Os próprios autos do processo, naquele caso concreto, na lide da abordagem, assinalavam que a questão não era passível de um objetivismo cartorial. Convencidos da possibilidade de contribuição subsidiária para o autoconvencimento do julgador, conclamamos doutrinadores e pesquisadores do Direito, a expandir os conhecimentos sobre esta abordagem.

Prosseguindo na análise do didático caso Humberto de Campos assinala-se que em 8/8/44, representantes da FEB e o *médium*, através do advogado Dr. Miguel Timponi, iniciaram a contestação à ação declaratória. Ali, numa peça bem fundamentada e de argumentação esmerada, conclui que: a) o petitório é ilícito e juridicamente impossível (art. 201, III do CPC); b) a petição inicial é inepta (art.160 e 201,VI do CPC); c) Ação declaratória é imprópria (art. 2º § único do CPC). Alegaram, no detalhe, que ninguém pode declarar, por sentença

ou não, que esta ou aquela obra é ou não do espírito Humberto de Campos. Afirmaram, finalmente, recorrendo a Allan Kardec em ‘O Evangelho Segundo o Espiritismo’ (1981, Cap. XXVI, p. 288) que “[...] não há no mundo um só *médium* que possa garantir a obtenção de um fenômeno espírita em determinado momento.” Desse modo, declararam ser impossível recorrer a demonstrações mediúnicas para verificação da sobrevivência e operosidade deste ou daquele espírito.

Assim sendo, a autora e os familiares foram considerados carecedores da ação proposta, por sentença de 23 de agosto de 1944 do Dr. João Frederico Mourão Russell, juiz de Direito em exercício na 8ª Vara Cível do antigo Distrito Federal. Houve recurso ao Tribunal de Apelação, atual Tribunal de Justiça, em que, por votação unânime foi mantida, integralmente, a decisão de primeiro grau conforme acórdão do julgamento do Agravo de Petição nº 7.361, da 4ª Câmara, na data de 03 de novembro de 1944, tendo por relator o ministro Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa (Timponi, 2010).

A partir deste fato jurídico o espírito Humberto de Campos continuou a ditar suas novas obras, posteriores ao processo, passando a se identificar com o pseudônimo Irmão X (Melo, 2012). A FEB através da revista Reformador (fev. 1957, p. 39), oficializou a nova identidade do autor: “Humberto ‘morreu’. Para nós, só passou a existir, o Irmão X [...] pseudônimo que ele criou, há doze anos, para suas novas mensagens através de Francisco Cândido Xavier.” Tempos depois, em 1997, Humberto de Campos Filho publicou o livro ‘Irmão X, meu pai.’ Nele, o filho do escritor conta sua versão sobre o processo de 1944 e explicita como se deu sua relação com a obra da série mediúnica. Na publicação não há referência, acerca da opinião de seus dois irmãos. Quanto à sua mãe, ele sintetiza: “D. Catharina Vergolino de Campos não gostava de ver o nome do marido propagar-se de tal

forma e procurava encontrar falhas nos escritos,[...] na verdade, nunca acreditou que as mensagens fossem de seu falecido esposo” (Campos Filho, 1997, p. 161-162). Este comentário sugere que ela própria teria disponibilizado, para o agravo da família à Justiça, os exemplos apresentados como cacófatos e plágios na série mediúnica.

DAS REAÇÕES AO DESCRITO FENÔMENO ESPIRITUAL NO ÂMBITO DO DIREITO – CONTRAPONTO

Os principais centros, a absorverem os doutrinadores do Direito contemporâneo, não se manifestaram, objetivamente, sobre a polêmica estabelecida no início dos anos 1940. Entretanto, partiu do Nordeste brasileiro, palavras de emoção de uma anciã, mãe do escritor, abençoada pela dor e pelo sofrimento, D. Ana de Campos Veras, a qual rompeu o silêncio para ofertar ao *médium* de Pedro Leopoldo a fotografia do seu próprio filho, com a expressiva dedicatória: “[...]Francisco Cândido Xavier, dedicado intérprete espiritual do meu saudoso Humberto, ofereço com muito afeto esta fotografia, como prova de amizade e gratidão. Parnaíba, 21.5.1938.” (Timponi, 2010, p. 43).

Das reações ao fenômeno espiritual, diante deste caso que se tornou emblemático no Brasil, decorreu a busca pela apreensão da psicografia e, se porventura esta seria incluída em algum meio de prova documental e ser acolhida no ordenamento jurídico brasileiro, influenciando-o a agir. Na esfera jurídica, é notório que os documentos são, pelos meios probantes, recursos utilizados, em juízo, como prova, visando o alcance da verdade no processo; através destes, o magistrado acessa os elementos ou motivos de prova, em sentidos de respaldar suas convicções, necessitando, as partes, enriquecerem a demonstração dos fatos que alegaram. O art. 232 do CPC, a ampliar este conceito, mais esclarece: “Consideram-se documentos quaisquer

escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares.” Em tais parâmetros, a prova psicografada, no estado de direito laico pode ser incluída no sistema processual vigente, o qual admite, em juízo, todas as espécies de provas reconhecidas nas leis civis e comerciais (CPC, art. 208). Desse modo, Rubin (2012) se posiciona acerca das críticas quanto à utilização desta prova em razão de possíveis fraudes ou erros na captação de quaisquer mensagens: “[...] não é menos acertado se reconhecer que há possibilidades de fraudes e incorreções em qualquer outro meio de prova, atípico ou típico” (Op. cit., p. 31). Assim, pela possibilidade de a Justiça extrapolar os seus limites havia entendimentos de que, se os juízes sentenciassem sobre a verdadeira autoria dos textos de Chico Xavier, a liberdade de consciência e de fé, garantida pela Constituição, poderia ser ferida e, assim, ameaçar a liberdade de crença em outras religiões (Rocha, 2008).

Em tais premissas ratifica-se a probabilidade de acarretar, sobre os ombros do magistrado, como aconteceu no presente caso concreto, de os familiares requererem uma demonstração mediúnica para a verificação e constatação da sobrevivência e operosidade do espírito Humberto de Campos. Corrobora-se que, ao Poder Judiciário, não cabe determinar semelhante exame. Na verdade, se lhe é vedado afirmar ou negar a imortalidade da alma, defeso lhe será, igualmente, investigar neste terreno. Pode-se entender, portanto, por não ter sido as provas enumeradas, o funcionamento deste mecanismo como acessório no sistema brasileiro da época, mas por uma questão de técnica afirmada, independentemente de fundamentos religiosos ou filosóficos, e confirmada pela observação de todos os autores que, proficientemente, versaram acerca do assunto. Entre tantos, o Dr. Ives Gandra Martins (*apud* Polízio, 2009, p. 158-159) não admite a psicografia como prova e afirma:

Não creio que os juízes venham a adotar qualquer tipo de prova que não seja aquela admitida em julgamentos. A psicografia não está na lei, se estivesse até poderia... Existe uma associação dos juízes pela democracia, mas nenhum juiz pode ser contra a democracia... [...] não pode mudar nada do que está na lei e admitir provas de transmissão de espíritos.

Como examinado, o renomado jurista brasileiro baseia-se no fato de que a psicografia não constando na lei, apenas difunde ideias e, assim, não pode ser admitida em julgamentos.

Num contraponto importante, a Doutrina espírita acolhe o fenômeno mediúnico como fato natural, corroborado por inúmeros acontecimentos e obras literárias de domínio público, além do legitimado pelas pesquisas realizadas por Allan Kardec em *O Livro dos Médiuns* (2008). A comissão provisória, coordenadora da Associação Jurídico-Espírita do Estado de São Paulo (AJE/SP), em razão de matéria veiculada no jornal *A Folha de S. Paulo* (19/5/2008) – com referência ao uso da psicografia como meio de prova registra que o atual sistema jurídico brasileiro não proíbe o uso de documentos produzidos por meio deste fenômeno mediúnico porque faz referência a qualquer documento, em sentido amplo, prevalecendo o livre convencimento do juiz na aceitação da prova (Polízio, 2009).

Em tais dimensões, durante o período em que esteve ‘O caso Humberto de Campos’ em evidência nas manchetes de jornais e revistas houve intensa propaganda, a qual não foi provocada pela FEB, nem pelo *médium*. Na realidade, os órgãos mais representativos de nossas letras e do nosso jornalismo, no justo afã de pesquisarem o *modus operandi* da comunicação mediúnica buscaram informações e fatos; nesse sentido, ninguém jamais surgiu, a público, para apontar uma burla, um ardil, uma manobra fraudulenta, um desses truques de prestidigitação dos falsos *médiuns*, fertilíssimos em embustes de

toda natureza. No entanto, está estabelecida a dicotomia. Cabe, desde sempre, aos pesquisadores e aos doutrinadores a proposta de aprofundamento dos estudos/investigações para que o ordenamento possa contar com esse vigoroso fator de distribuição da justiça.

CONTRIBUIÇÕES E EXPECTATIVAS DE INSERÇÕES FENOMENOLÓGICAS NA CIÊNCIA HERMENÊUTICA DO DIREITO

O primeiro episódio, ocorrido no Brasil, de edição de várias obras – de crônicas e reportagens, por meio da psicografia e com direitos autorais reservados a uma instituição – houve repercussões internacionais do emblemático fato, em especial com questionamentos dos citados direitos. A partir desta realidade, no século XX, foram vistas como necessárias as análises do fenômeno, recorrente nas lides jurídicas brasileiras, o qual não conta com o amparo de uma doutrina consolidada para tratar do tema e distribuir justiça. Daí, parece tornar-se oportuno e salutar um estudo acurado sobre a fenomenologia da comunicação espiritual do mundo transcendente, com a mesma postura científica e isenta com que se trata as novas tecnologias envolvendo a esfera cibernética e das projetadas realidades virtuais e, nem por isso, irreais.

Em tais dimensões há um entendimento de que se faz mister reconhecer-se que ‘O caso Humberto de Campos’, é um expressivo episódio a envolver, não apenas o Direito e os meios jurídicos, mas, também, a literatura. Serviu, ainda para demonstrar a lisura e a honradez constatadas nas análises do fenômeno, ao afastar quaisquer possibilidades de fraude ou embuste. Tais elementos evidenciam a pertinência da adoção da psicografia como fonte lícita de convencimento, bem como o enriquecimento da hermenêutica jurídica. Acrescente-se a este argumento a criação de perspectivas de, mediante apurada ética

e ações metodológicas pertinentes, tornarem-se meios probatórios de acusação ou defesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao resgatar o analisado caso – que serviu para explicar a temática tratada – sente-se a necessidade de destacar-se o aspecto essencial do livro psicografado por Xavier (1938/1979) *‘Brasil, coração do Mundo, Pátria do Evangelho’*, objeto da relatada lide. Essa obra traz, em si, a explicitação de o Brasil dever ser considerado como coração espiritual da Terra. Com isso destaca-se a proposta de ressignificação de sua história ao enfatizar missões espirituais brasileiras perante o mundo, a partir de elementos naturais, espaciais e étnicos. Desde a sua primeira publicação, em 1938, o sucesso desta obra, atribuída ao renomado cronista, já falecido, parece ter motivado a ação judicial interposta por sua família. Este processo, ao agitar os meios jurídicos chegou, a este tempo de agora, inter-relacionado a uma evidente mudança de paradigmas nas análises contextualizadas da documentação, por via psicográfica, não apenas no sistema processual civil, mas, também, nos processos penais brasileiros, tanto pelos pesquisadores quanto pelos operadores do Direito, já que nas ações submetidas ao juízo específico, o acolhimento, ou não do documento psicografado estará vinculado à convicção do magistrado.

Neste ponto, conjectura-se que é preocupante o aparente desconhecimento que a sociedade brasileira possui a respeito do processo decisório dos magistrados. Os estudantes de Direito, em sua maioria, além do cidadão comum, dão indícios de não compreenderem os requisitos essenciais que o juiz deve, obrigatoriamente, ressaltar por ocasião da prolação de uma sentença. Não se trata apenas de conhecer as regras da magistratura, nem as técnicas estruturais da sentença,

mas os limites que norteiam os juízes de Direito em suas várias competências e instâncias. O fato é que o ato de decidir transcende, em muito, o juízo de bom senso, a observância dos princípios jurídicos, ponderações, imparcialidade. Requer equilíbrio em valorar, avaliar, escolher, de acordo com seu conhecimento, com sua consciência e, sempre, sob a égide da lei.

Em tais direções, este trabalho encaminha-se a considerar que o magistrado deve interagir com a realidade da contemporaneidade levando em conta as novas tecnologias, além da transcendência existencial que envolve a vida humana - em sentidos de decidir acerca de posições controvertidas. Pressupondo-se que isto envolve a manutenção de sua liberdade de autoconvencimento e, sobretudo, hipotéticas e imprescindíveis ações de imparcialidade, afasta-se a presunção de que não possa exercer sua neutralidade, diante das soluções processuais.

Nessa perspectiva, considera-se que as mensagens psicografadas, no meio jurídico, antes de serem tabus, ilusões ou mesmo uma afronta ao processo legal, podem vir a transformarem-se em poderosos faróis a *iluminar* o processo civil, bem como o processo penal, quiçá aperfeiçoando os mecanismos de busca da verdade dos fatos, na direção de encontrar a melhor e mais eficaz maneira de distribuição da justiça.

Assim, ao considerar-se o conhecimento dinâmico, expansivo e transformador evidencia-se que sendo o Brasil uma referência na pesquisa acerca da espiritualidade, de fenômenos ligados ao transcendental, analisa-se que a intensificação de tais estudos poderá vir a contribuir em todas as fases do sistema jurídico, em especial no processo judicial. Na investigação criminal, por exemplo, o Estado poderá se valer da 'Projeciologia' estudo desenvolvido pelo médico brasileiro Waldo Vieira (2008) considerado um dos maiores pesquisadores dos fenômenos parapsíquicos do mundo com mais de vinte

obras publicadas sobre o tema, desde 1981. Seus estudos relatam e destacam evidências sobre a consciência com abrangências para a telepatia, a telecinesia, a clarividência, a premonição, a precognição, a psicometria e as experiências fora do corpo físico.

Evidencie-se que, além disso, este tempo intimamente relacionado à Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) contém, em si, recursos disponibilizados amplamente, por meio dos quais o espírito humano realiza suas experiências e cumpre o seu desiderato de aprendizagem e, também de lapidação moral. Assim, ao constituírem-se em preciosas oportunidades de crescimento e harmonia com a natureza, além da interação com o outro, há evidências de que acontecimentos e circunstâncias, vividos, poderão ampliar protagonismos nos papéis que cada ser desempenha na sociedade. Parece se dar, desse modo, com os escritores, com jornalistas, professores e, especialmente, com os operadores do Direito, entre eles, o juiz.

Finalmente, a partir deste estudo considera-se importante que o mundo jurídico seja envolvido e enriquecido pelas convicções do mundo fático e, que o meio jurídico, por sua vez, possa se debruçar sobre o fenômeno da psicografia nas atividades judiciais, sempre que necessário; justifica-se que, assim como a TIC – que vem interferindo na dinâmica das relações interpessoais – este fenômeno poderá tornar-se poderosa fonte de esclarecimento de *mistérios* em eficientes processos de subsunção aos fatos concretos e, até, quem sabe, a gerar um tema fascinante: a irreal elucidação da verdade.

Conjetura-se que descortinar-se-ia, em consequência, um amplo leque de possibilidades, na medida em que, sob determinadas regras discutidas e convencionadas, no universo jurídico brasileiro, a psicografia, bem como a projeciologia tornar-se-iam meios eficazes de agregar fatos e pessoas – mesmo aquelas já falecidas – de origens e

níveis intelectuais variados. Assim, mensagens psicografadas, devidamente cotejadas poderiam ser consideradas legítimas, elucidativas, já que, supostamente originárias dos que participaram ou foram testemunhas presenciais de fatos e circunstâncias narrados. Assim, a justiça poderia mais avançar, nas investigações e na coleta de provas, as quais, certamente serão de fundamental importância na formação de conceito e autoconvencimento do magistrado. Destaca-se, em especial, a conexão deste processo com as TIC, tal como já vem acontecendo, desde a adoção do exame de ácido desoxirribonucleico (DNA) para dirimir dúvidas quanto à paternidade, ou ainda o embrionário uso dos *drones* para gravações de sons e imagens, sob operação a distância. Finalmente, é mister declarar que o presente estudo se tornou um significativo aprendizado do que ainda não está entre os movimentos de compreensão das leis que regem a fisiologia supranormal, o transcendental. Da tarefa que, neste momento, vai se encerrando extrai-se, entre tantas lições, a convicção de que o saber será sempre mais confortável do que o crer. Restam os que duvidam: estes têm o direito de fazê-lo, pois, o direito de duvidar é tão respeitável quanto o de crer.

REFERÊNCIAS

AHMAD, Nemer. **Psicografia: o novo olhar da justiça**. São Paulo: Aliança, 2008.

BRASIL. Código de Processo Civil. **Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015**. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso: 2 ago 2022.

CAMPETTI, Carlos; CAMPETTI, Vera. **Trabalho mediúnico: desafios e possibilidades**. Brasília: FEB, 2016.

CAMPOS FILHO, Humberto de. **Irmão X, meu pai**. 2 ed. São Paulo: Lúmen Editorial, 1997.

DE PLÁCIDO E SILVA, Joseph. **Vocabulário Jurídico**. 4 ed. São Paulo: Forense, 1975.

DIDIER JR. BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**. 16 ed., Salvador: Juspodivm, 2021.

ECHANDÍA, Hernando Devis. **Teoría General de la Prueba Judicial**. Tomo I. Buenos Aires: Victor P. de Zavalúa Editor, 1981.

FOLHA DE SÃO PAULO. Associação Jurídico-Espírita de São Paulo quer espiritualizar o Judiciário e defende o uso de cartas psicografadas nos tribunais. <https://www.migalhas.com.br/quentes/60760/associacao-juridico-espirita-de-sp-quer-espiritualizar-o-judiciario-e-defende-o-uso-de-cartas-psicografadas-nos-tribunais>. Edição 19mai2008. Acesso em 7mar 2023.

GARCIA JÚNIOR. Literatura de além túmulo. Correio da Noite. Seção Contrastes e Confrontos. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1944. In: TIMPONI, Miguel. **A psicografia ante os tribunais**. O caso Humberto de Campos. 7 ed., Rio de Janeiro: FEB, 2010, p. 88-91.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso**. 4 ed., São Paulo: Atlas, 2009.

HAMILTON, Sérgio Demoro. A Invocação ao Sobrenatural Vale como Prova? In: **Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro**, EMERJ, v. 11, N. 41, Rio de Janeiro, 2008.

JÚNIOR, Nelson Nery; NERY Rosa Maria de Andrade. **Código e Processo Civil Comentado**. 16 ed. São Paulo: Ed. RT, 2016.

KARDEC, Allan. **O Evangelho segundo o espiritismo**. Tradução de J. Herculano Pires. São Paulo: Livraria Allan Kardec (LAKE). Cap. XXVI, 1981.

KARDEC, Allan. **O livro dos médiuns**. Tradução de Salvador Gentili. 85 ed. Araras (SP): IDE, 2008.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos**. Tradução de Evandro Bezerra. 4 ed. Brasília: FEB, 2016.

LYS, Edmundo. Poesia do Além. *In*: O Globo. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1944. *In*: TIMPONI, Miguel. **A psicografia ante os tribunais**. O caso Humberto de Campos. 7 ed. Rio de Janeiro: FEB, 2010, p. 86-88.

MAGALHÃES, Raimundo. Uma demanda. O Estado de São Paulo. 10 de junho de 1944. *In*: TIMPONI, Miguel. **A psicografia ante os tribunais**. O caso Humberto de Campos. 7 ed. Rio de Janeiro: FEB, 2010, p. 92-94.

MARTINS, Ives Gandra. Entrevista para a Associação Jurídico-espírita do estado de São Paulo. *In*: POLÍZIO, Vladimir. **A psicografia ante os tribunais**. São Paulo. Butterfly Editora, 2009, p. 158-159.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO, Michele Ribeiro de. A psicografia como Prova Judicial. **Dissertação**. 216f. Marília: São Paulo, 2012.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Anotações sobre o título 'Da prova' no novo Código Civil. *In*: **Reflexos do Novo Código Civil no Direito Processual**. Salvador: Editora JusPodivm, 2006.

NERY, Nelson Júnior; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código e Processo Civil Comentado**. 16 ed. São Paulo: Ed. RT, 2016.

NUNES, Dierle. O que não está nos autos não está no mundo e a jurisprudência onde está? *In*: <http://genjuridico.com.br/2015/09/11/o-que-nao-esta-nos-autos-nao-esta-no-mundo-e-a-jurisprudencia-onde-esta/11deset.2015>. Acesso em 12 dez 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo e Execução Penal**. 11 ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PIMENTEL, Marcelo Guião. Entre o Púlpito e o Altar: Allan Kardec e os debates entre espiritismo, ciência e religião na França do século XIX (1858-1869). **Tese** 221f. *In*: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/18301>. Acesso em 6 mar de 2023.

POLÍZIO, Vladimir. **A psicografia ante os tribunais**. São Paulo: Butterfly Editora, 2009.

REVISTA DA SEMANA. Ano XLV 8/7/1944 N. 28. Publicação de arte, literatura e modas. *In*: http://memoria.bn.br/pdf/025909/per025909_1944_00028.pdf. Acesso em 4 jan 2023.

REVISTA O REFORMADOR. A identidade do Irmão X. Rio de Janeiro, Ed. FEB, fevereiro de 1957.

ROCHA, Alexandre Caroli. O caso Humberto de Campos: autoria literária e mediunidade. **Tese**. 269f. Campinas, SP: Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, 2008.

RUBIN, Fernando. A psicografia no Direito processual. *In*: **Revista Jus Navigandi**, N.584. Jul 2012. *In*: <https://vlex.com.br/vid/psicografia-no-direito-processual-422389250>. Acesso em 4 ago 2022.

RUSSELL, João Frederico Mourão. Sentença judicial. *In*: TIMPONI, Miguel. **A psicografia ante os tribunais**. O caso Humberto de Campos. 7 ed. Rio de Janeiro: FEB, 2010, p. 249-253.

SILVA, Cíntia Alves da. A prática da psicografia: corpo e transmissão em relatos de experiência mediúnica. **Tese**. 362f. Universidade Estadual Paulista. Araraquara/SãoPaulo, 2016.

TIMPONI, Miguel. **A psicografia ante os tribunais**. O caso Humberto de Campos. 7 ed. Rio de Janeiro: FEB, 2010.

VIEIRA, Waldo. **Projeciologia**. 10 ed., Foz do Iguaçu (PR): Ed. Editares, 2008.

VASCONCELOS, Ivan César O. de. Estratégias metodológicas de pesquisa: decisões no estudo da prática didático-pedagógica. *In*: **Univ. Rel. Int.**, Brasília, v.8, n.1, p. 231-243, jan./jun. 2010.

VOLPATO, Enilze de Souza Nogueira. Pesquisa bibliográfica em ciências biomédicas. *In*: **J. Pneumol.**, SãoPaulo, v. 26, n.2, p. 77-80, mar./abr. 2000.

XAVIER, Francisco Cândido. **Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho**. Pelo espírito Humberto de Campos. 12ed. Rio de Janeiro: Editora Federação Espírita Brasileira. 1979.

Agenda IGHB

AGENDA CULTURAL NOS 129 ANOS DE FUNDAÇÃO DO IGHB

Cleide Nunes¹

Palestras, seminários, lançamentos de livros, exposições e apresentações musicais marcaram a agenda cultural do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2023. Assim como a Casa da Bahia festejou os 100 anos de sua sede, inaugurada em 2 de julho de 1923 para comemorar o centenário da maior festa cívica do Estado, diversas instituições baianas realizaram variadas atividades durante as celebrações do Bicentenário da consolidação da Independência do Brasil na Bahia.

Em produção na Assembleia Legislativa da Bahia, em uma parceria com o IGHB, uma coletânea especial será lançada com obras e textos clássicos de autores baianos, muitos dos quais contemporâneos da epopéia do 2 de Julho. Entre as publicações que serão reeditadas estão: *A Bahia nas Cortes de Lisboa* (Antonio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho); *A Batalha de Pirajá* (Miguel Calmon Du Pin e Almeida, 1923); *Cartas de Dom Pedro a seu pai Dom João VI* (Eugênio

¹ Cleide Nunes é jornalista, secretária e assessora de imprensa do IGHB

Egas, 1916); *Recordações da Vida Patriótica* (Antonio Rebouças, 1879); *Ensaio Histórico sobre a Independência* (Xavier Marques, 1942); além de uma seleção de artigos publicados na Revista do Instituto, de notórios pesquisadores e estudiosos baianos, como Braz do Amaral, João da Silva Campos, Theodoro Sampaio, Wanderley de Pinho, Barão de Loreto, Bernardino de Souza, Edith Mendes da Gama e Abreu, Miguel Calmon, Carlos Chiacchio, Afrânio Peixoto, Jaime de Sá Menezes, Pedro Thomás Pedreira, Manuel Querino, Jorge Calmon, Clemente Mariani, Frederico Edelweiss, Satyro Dias, Borges de Barros, Aloísio de Carvalho Filho, Afonso Costa e Inocência Góes.

Outro fato de destaque é que o Pavilhão 2 de Julho recebeu obras de requalificação em homenagem à data magna do Estado. No imóvel localizado no Largo da Lapinha, sob a guarda do IGHB desde 1918, foi possível executar intervenções que incluíram a instalação de um memorial com visitação pública ao longo de todo o ano. Além da restauração dos carros e das imagens do Caboclo e da Cabocla, realizada pelo artista plástico e restaurador José Dirson Argolo, uma exposição sobre a independência do Brasil na Bahia e seus principais símbolos, personagens e acontecimentos também está presente no espaço, que conta agora com três pavimentos, abrigando elevador, sanitários, área de exposição e sala administrativa. O projeto museológico e expográfico está sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult) e da Fundação Gregório de Mattos (FGM), através de acordo de comodato firmado com a direção do IGHB.

A abertura oficial da programação do ano foi marcada pelo oferecimento do curso *Abrindo a roda: representações afro-brasileiras e a participação feminina na construção das musicalidades nacionais*, ministrado pela professora Juliana Ribeiro (cantora, compositora, historiadora, arte-educadora e mestre em Cultura e Sociedade pela

UFBA) entre os dias 23 e 27 de janeiro. Um dos objetivos da atividade foi compreender o lugar feminino no processo de construção das musicalidades nacionais associado ao protagonismo das representações afro-diasporicas na formação das nossas identidades, oportunizando também ao aluno práticas sonoras através de exercícios de percepção musical.

No dia 27 de fevereiro, o associado correspondente, professor e membro da Academia Portuguesa da História Miguel Monteiro proferiu a palestra *O Terremoto de Lisboa de 1755 – causas e consequências*. O Grande Terremoto ocorreu no dia 1º de novembro de 1755, estando milhares de pessoas concentradas nas igrejas de Lisboa, tendo resultado na destruição quase completa da cidade, especialmente na zona da Baixa, atingindo ainda grande parte do litoral do Algarve e Setúbal. Ao sismo seguiu-se um maremoto, bem como múltiplos incêndios, tendo feito certamente mais de 10 mil mortos.

De 01 a 17 de março, o professor Jair Cardoso dos Santos coordenou o Módulo II do curso *História de Salvador e do Recôncavo*. As aulas trataram das transformações ocorridas em Salvador e nas cidades, vilas e freguesias do Recôncavo da Bahia durante a segunda metade do século XIX, quando inovações técnicas surgidas com a Revolução Industrial propiciaram um processo de urbanização e modernização. O curso também discutiu tensões e conflitos de uma sociedade rigidamente estratificada, bem como o processo conservador da abolição da escravização, que criou novas hierarquias sociorraciais, perpetuando desigualdades.

Em dois momentos no ano, a Casa da Bahia prestou homenagens a Manuel Raymundo Querino: no dia 7 de março, para lembrar os 100 anos de seu falecimento, quando reuniu os professores Maria das Graças Leal, Luiz Freire, Vilson Caetano e Marcos Santana, com

seminário transmitido ao vivo do canal do *Youtube*; no dia 1º de agosto, marcado pela inauguração de um quadro com fotografia de Querino, doado pelo Centro de Estudos Miguel Santana ao acervo do IGHB.

Há 100 anos, Manuel Raymundo Querino, intelectual, professor, artista, político, militante das causas negras, operárias e populares, nascido na Bahia, em Santo Amaro da Purificação, a 28 de julho de 1851, era sepultado no Cemitério da Quinta dos Lázaros. Naquela Quarta-Feira de Cinzas, do dia 14 de fevereiro de 1923, uma pessoa ilustre entregava sua vida à posteridade, tornando-se referência intelectual e política que tem marcado as lutas negras na contemporaneidade, através de diversas formas de valorização do seu legado impresso, especialmente nas obras que publicou. Uma herança inesgotável presente no pensamento que produziu ao longo da vida e que, por muito tempo, ficou invisibilizada.

No dia 14 de março, dando sequência à agenda, o presidente Joaci Góes apresentou, diante de um auditório lotado, a conferência *Castro Alves – vida e obra*. Na ocasião, também foi inaugurada uma exposição permanente de homenagem aos 176 anos de nascimento do maior poeta brasileiro de todos os tempos. O público teve a oportunidade de conferir telas da família do poeta, além de fotografias da fazenda Cabaceiras, onde nasceu Castro Alves, manuscritos de poesias, dentre outras peças do acervo.

Educação Clássica e Astronomia foi o tema do discurso proferido pelo professor doutor Roberto Menezes Jr. no dia 21 de março. Em sua fala, o pesquisador abordou o conjunto de disciplinas que compõem a Educação Clássica e o papel que a Astronomia exerce em seu âmbito, além de fazer uma defesa do resgate do ensino da Astronomia tradicional, particularmente nas séries referentes ao Ensino Fundamental ou ainda no ensino informal.

O Módulo II do curso *Salvador, a Bahia e o Brasil: Iconografia e História – Século XX* ocorreu de 21 de março a 27 de abril, com aulas do professor Rafael Dantas. A temática referenciou os estudos iconográficos acerca das fotografias, gravuras e pinturas da Cidade do Salvador e da Bahia, ao longo do século XX. Também foram debatidos temas como: “Iconografia baiana no IGHB, com análise das obras visuais da Casa da Bahia”; “Salvador da Bahia – história visual (recorte de um tempo na República)”; “A cidade da Bahia e seu Recôncavo”; “Salvador em transição (1889-1912)”; “A tessitura urbana e social (século XX)”; “A urbanidade e a arquitetura”; “As artes como documentos de um tempo”; “Bahia no Brasil e no Mundo”; “Seabra, Mangabeira, ACM – personagens de um tempo”; dentre outros.

Para lembrar os 474 anos da primeira capital brasileira, o arquiteto e historiador Francisco Soares Senna tratou do tema *Arquitetura e Urbanismo de Salvador* em palestra proferida no dia 29 de março. O apresentador fez uma abordagem panorâmica histórica com foco na “reinvenção de Salvador”, um fenômeno que vem ocorrendo nas últimas décadas, tendo em vista a explosão da indústria do turismo, que transforma manifestações espontâneas em insumos, *estória* em história, inverdades em verdades, inovações em tradições e mitos em fatos.

No curso *Leituras geográficas: representações das dinâmicas e processos espaciais*, ministrado pela professora mestra Livia Rita Castro dos Santos (UFBA) de 27 de março a 17 de abril, foram abordados conceitos como espaço e espaço vivido, a partir de referenciais teóricos da ciência geográfica. A especialista apresentou aos participantes uma breve contextualização acerca da institucionalização da geografia e da história do pensamento geográfico, com posterior ênfase na Geografia Crítica e na Geografia Humanista.

Dentre as ações do Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, a conferência *O Juramento da Constituição da Cádiz no processo de Independência na Bahia* foi pronunciada pelo professor Jaírdilson P. Silva, pesquisador da Universidade de Salamanca (Espanha), no dia 4 de abril. Uma placa comemorativa desse evento foi inaugurada em julho e afixada no Panteon da Casa.

A abertura das celebrações pelos 100 anos da sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia teve início no dia 12 de abril. Os professores e pesquisadores Nelson Cadena, Suzana Pereira, Andre Nunes, Ivoneide França e Jorge Ramos falaram sobre a importância do acervo da instituição, guardiã da memória do Estado. O seminário contou com a apresentação da camerata da OSBA, *Bahia Cordas*, na abertura da exposição *As mulheres nas pinturas do IGHB*, além da exibição de um vídeo sobre a restauração de telas do acervo, com restaurador e professor José Dirson Argolo, no canal [youtube.com/ighbba](https://www.youtube.com/ighbba).

Um dos primeiros imóveis edificadas em concreto armado no Estado, a atual sede do Instituto foi construída com subscrição pública, em campanha liderada pelo geógrafo e então secretário Bernardino de Souza. Antes disso, o IGHB funcionou em outros cinco espaços: no Largo 2 de Julho; na rua do Palácio; na rua da Misericórdia; na Praça do Terreiro de Jesus e na rua Alfredo Brito. Durante o ano, diversos temas ligados ao prédio estiveram em discussão, o que passou, sobretudo, por debater grandes desafios, a exemplo da digitalização de jornais, manutenção e salvaguarda de um dos maiores acervos do país. A instituição guarda um precioso acervo em sua Biblioteca, Arquivo e Museu, como as maiores coleções de jornais (hemeroteca) e mapas do Estado, além de uma das maiores pinacotecas do Norte-Nordeste.

Uma mesa-redonda realizada no dia 19 de abril foi dedicada ao *Centenário Betty Coelho: historiando sua história*. A iniciativa lembrou

a trajetória da professora, escritora e contadora e histórias Maria Betty Coelho Silva (1923-2019) e sua importância para a cultura baiana. Estiveram presentes o presidente do IGHB, Joaci Góes, o presidente da Academia Baiana de Educação, Astor de Castro Pessoa, o poeta e diretor da Biblioteca Betty Coelho, Douglas de Almeida e o diretor do Centro de Memória da Bahia (FPC), Franklin Oliveira. A ação marcou o lançamento da *Semana Betty Coelho: histórias e histórias de um centenário*, que ocorreu entre 24 e 27 de abril, na Biblioteca Central da Bahia e na Biblioteca Betty Coelho.

De 24 a 28 de abril, o professor Manoel Passos ministrou, no auditório do IGHB, o curso *História da Bahia*. A iniciativa fez parte da agenda de eventos programados pelo Instituto para comemorar o Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia. Também no dia 24 de abril, *Um Projeto para o Brasil: O Quinto Movimento* foi tema de conferência do jornalista e político Aldo Rebelo. O especialista apresentou sua visão sobre a formação do Brasil, além de oferecer ao debate propostas para o desenvolvimento socioeconômico do País. Rebelo aproveitou para relançar seu livro *O Quinto Movimento: propostas para uma construção inacabada*, recém-publicado pela Já Editores.

Para tratar dos múltiplos e diferenciados ambientes formadores dos rios baianos, evidenciando o papel natural, social e econômico de suas águas, o Instituto recebeu o professor Bruno Jardim da Silva (UFBA), que proferiu a palestra *Diversidade hidrológica do território baiano: potencialidades e limitações*, no dia 26 de abril.

Através do canal [youtube.com/ighbba](https://www.youtube.com/ighbba), no dia 27 de abril, o escritor Itan Cruz lançou *Jogo de damas – Amanda Paranaguá: memória, baianismo, poder na corte do Brasil e além, 1849-1931*, com mediação da museóloga Rita Fonseca. O livro é um estudo da vida de Maria Amanda Lustosa da Cunha Paranaguá, nascida em Salvador, em

1849, e falecida no Rio de Janeiro, em 1931. Ao longo da leitura, é possível acompanhar a trajetória dessa mulher de cor que ocupou as principais casas do tabuleiro político do Império, vivendo à sombra do poder imperial, atrás do trono, e agora de frente para a História.

Em maio, os 129 anos de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (completados no dia 13) foram comemorados numa sessão solene na noite do dia 16, com transmissão pelo canal do *youtube.com/ighbba*, em cerimônia que reuniu autoridades, associados e comunidade.

Na solenidade, cinco personalidades baianas foram agraciadas com a Medalha e o Diploma Bernardino de Souza: o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Adolfo Emanuel Monteiro de Menezes; o coronel do Exército, Américo Adnauer Heckert; o presidente da Academia Baiana de Educação, Astor de Castro Pessoa; o professor e vereador Edvaldo Pereira de Brito e o desembargador Livaldo Reaiche Raimundo Britto. O público prestigiou uma palestra do professor Aldo José Morais da Silva, da Universidade Estadual de Feira de Santana, sobre a história do Instituto e o lançamento da Revista 117/2022.

Como ocorre tradicionalmente, foram homenageados os associados falecidos até maio de 2023: José Jorge Randam, em 24 de fevereiro (radialista, jornalista e publicitário que atuou nas rádios Cultura, Excelsior e Sociedade, além da TV Itapoan); Wilson Thomé Sardinha Martins, em 27 de fevereiro (contador, economista e atuário, auditor fiscal do Tesouro Nacional aposentado, professor da Ufba, autor de publicações da área contábil e financeira e do livro comemorativo aos 125 anos de fundação do IGHB, em parceria com os professores Nilson Joau e Silva e José Nilton Carvalho Pereira); Aloildo Gomes Pires, em 31 de março (advogado, historiador e professor, autor de diversas publicações, pesquisador da Biblioteca Ruy Barbosa a mais de cinco

décadas); Clomir Gonçalves da Silva, dia 22 de abril (engenheiro, ex-chefe de do setor de projetos e de inspeção técnica de Engenharia da Petrobrás); Adelson Silva de Britto, em 3 de maio (mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho, licenciado em Física, pesquisador no campo das desintegrações nucleares naturais, professor de Língua e Cultura Iorubá na Casa da Nigéria, com funções religiosas na Tradição de Matriz Africana Jeje-Nagô, no cargo de Mawó); Evandro Guerra, dia 4 de maio (diplomado em Direito pela UFBA, advogado, procurador do Estado aposentado, consórcio e ex-vice-presidente do Instituto dos Advogados da Bahia e membro do IRAE).

A Camerata *Opus Lumen* da Orquestra Sinfônica da Bahia, formada pelos músicos Solamy Oliveira (Clarinete), Gabriel Marcaccini (Oboé), Ilza Cruz (Fagote), Davi Britto (Fagote), Tota Portela (Flauta) e Humberto Monteiro (Percussão) executou um repertório de peças eruditas contemplando a música clássica, passando pela popular estilizada, no dia 22 de maio.

No dia 23 de maio, o III Seminário *A música na cidade da música: tradição, modernidade e patrimônio* contou com a apresentação musical do Coral da Polícia Militar da Bahia e tributos de homenagens. A proposta foi lembrar cinco séculos de memória musical alicerçados sob a égide da colonização portuguesa, em paralelo com a inevitável contribuição indígena, africana e afro-brasileira. Com coordenação geral do professor Marcos Santana, recebeu os especialistas Maria Helena Flexor, Sérgio Dias e Clarindo Silva.

O que anda nas cabeças e anda nas bocas: caminhos e caminhadas por Salvador (ruas, ladeiras e bairros) foi tema do *Ciclo de Palestras Aprendendo e Ensinando no Café* do dia 24 de maio, com o professor Roberto Carlos Pessoa da Silva (UCSAL). Além de apresentar a história e as curiosidades dos topônimos da nossa cidade, desde os

primeiros habitantes indígenas até os dias atuais, o docente falou das influências naturais, religiosas, políticas, de vaidades pessoais e de denominações espontâneas, principais fatores dos variados e ricos nomes dos nossos logradouros.

No mesmo dia 24, representantes do IGHB, da OAB-BA e da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia (SEAP) assinaram um Acordo de Cooperação para estimular a leitura, como forma de ressocialização de internos, através do *Projeto Leitura Sem Fronteiras nas unidades prisionais do Estado da Bahia*. De acordo com o documento, o objetivo é contribuir para a individualização da pena, a superação do ócio do preso e o estímulo da produção cultural humana, culminando na remição de pena pelo mérito da leitura e na reintegração social efetiva dos apenados. O Projeto incentivará também a leitura aos familiares dos internos e aos funcionários do sistema prisional.

Para a efetivação do *Projeto Leitura sem Fronteiras*, é fundamental o engajamento da sociedade civil através de doações de obras literárias, clássicas, científicas, filosóficas, religiosas, poéticas, românticas, históricas, dentre outros estilos literários. Os livros doados serão distribuídos nas unidades prisionais, adequadas pela SEAP. Além da fase de incentivo à leitura nas unidades prisionais, o *Projeto Leitura Sem Fronteiras*, capitaneado pelo IGHB, estende-se a todos os ambientes de acesso público, de modo que as instituições públicas e privadas, interessadas em participar do projeto, podem entrar em contato com e-mail *leiturasemfronteiras@ighb.org.br*.

Em junho, dia 7, *O dendê na Bahia* foi tema da palestra pronunciada pelo professor Alcides Santos Caldas, que discutiu com os interessados, a problemática da produção do Azeite do Dendê da Bahia e os seus impactos. De acordo com o especialista, nos 28 municípios da Costa

do Dendê (Valença, Taperoá, Nazaré, Ituberá, Camamu, dentre outros) e Região Metropolitana, território de origem da produção secular de azeite de dendê no Brasil, um dos produtos mais típicos da culinária afro-brasileira e da sociedade brasileira, atravessa atualmente uma crise de produção sem precedentes, que pode ocasionar no apagamento da cultura baiana, se providências governamentais não forem tomadas, urgentemente.

Com o apoio do IGHB, a Associação Baiana de Imprensa promoveu, nos dias 14 e 15 de junho, o seminário *A imprensa e a Independência do Brasil na Bahia*, como parte das celebrações dos 200 anos da Independência da Bahia. Pesquisadores, professores e jornalistas dialogaram com o público sobre as contribuições da imprensa baiana no processo que culminou, em 2 de julho de 1823, na expulsão das tropas portuguesas. As palestras foram ministradas por Jaírdilson da Paz, Jorge Ramos, Pablo Iglesias Magalhães, Manoel Passos e Sérgio Guerra Filho.

O professor e associado correspondente da Casa da Bahia, Dr. Hendrik Kraay (University of Calgary – Canadá) fez conferência de abertura do *Seminário Nacional dos 200 anos da Independência do Brasil na Província da Bahia - O Dois de Julho*, no dia 26. O encontro foi planejado e conduzido pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), com os apoios do IGHB, 6ª Região Militar, Colégio Militar de Salvador (CMS), Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEx), Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e Instituto Brasileiro de Estudo e Pesquisa de Direito Militar (INBRADIM). As atividades seguiram dias 27 e 28 de junho, com programação no Colégio Militar de Salvador, quando ocorreram diversas palestras e

debates, com participações de especialistas, professores e historiadores. Os participantes visitaram sítios históricos das cidades de Cachoeira e Itaparica, nos dias 29 e 30 de junho, encerrando as atividades do seminário.

No mês de julho, comemorativo ao Bicentenário e aos 100 anos da sede do IGHB, além de integrar a agenda oficial da festa, mais de 400 pessoas conferiram a exposição *Personagens da Guerra pela Independência do Brasil na Bahia*, no panteão da casa. Entre as obras artísticas, estavam as pinturas representando Maria Quitéria, João das Botas, Encourados do Pedrão, Lord Thomas Cochrane, dentre outros expressivos nomes da Independência, além de livros e documentos relacionados ao 2 de Julho. E para enriquecer ainda mais a data, a mostra *Dois de Julho: Bicentenário da Independência da Bahia*, com imagens da Coleção Flávia e Frank Abubakir, destacou detalhes da história do Bicentenário da Independência.

No dia 5 de julho, o associado correspondente e acadêmico da Academia Portuguesa da História, professor Miguel Monteiro retornou a Casa para a conferência *Carlota Joaquina, a última rainha espanhola de Portugal*. O encontro foi antecedido por uma apresentação da Camerata da Orquestra Sinfônica da Bahia.

O professor e associado Adelmo Schindler Junior lançou, no dia 6 de julho, o livro *O capital humano e a educação a distância: a experiência da Universidade Aberta do Brasil no Município de Camaçari/BA*. O trabalho evidencia a educação a distância como um modelo educacional de primeira ordem que contribui de forma significativa para o crescimento econômico das regiões e dos indivíduos que têm nesse modelo de educação.

Um seminário realizado nos dias 12 e 13 de julho, com apoio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo tratou dos *Personagens*

da Guerra pela Independência do Brasil na Bahia. Coordenado pelo professor Rafael Dantas, congregou historiadores e pesquisadores para discutir sobre os personagens atuantes nas tensões que culminaram no 2 de julho de 1823. As apresentações do Coral da Polícia Militar da Bahia, da Banda Marcial da Escola Municipal da Palestina, além de exposições e vídeos sobre a maior festa cívica baiana integraram a programação do evento. Os caminhos do litoral, Recôncavo Baiano e sertão, com seus heróis e heroínas, espaços de conflitos e o desenrolar das ações no pós-independência foram descortinados pelos pesquisadores convidados Clara Ferrão, Felipe Brito, Jair Cardoso, Jorge Ramos, José Dirson Argolo, Mariana Farias, Miguel Teles e Raimundo Marins.

A *Comenda João Eurico Matta do Mérito Administrativo* foi lançada no dia 20 de julho, com palestra do presidente do IGHB, Joaci Góes, sobre a trajetória do escritor e acadêmico, considerado um Mestre da Administração. A proposta inicial é que a comenda seja entregue bianualmente a uma pessoa física e a uma pessoa jurídica. Um edital vai especificar como serão feitas as indicações dos premiados, assim como também se dará a composição dos avaliadores e o processo de avaliação. O filho do homenageado, professor Alfredo Matta, acompanhado da família, agradeceu a iniciativa da honraria.

Ações de Instituições Negras em Comunidades Remanescentes Quilombolas foi o tema do encontro realizado dia 26 de julho, com o professor e engenheiro Asthon Jose R. Alcantara. O especialista descreveu como desenvolveu projeto realizado pelo Núcleo de Cultura Niger Okan, uma instituição do Movimento Negro Baiano para a Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural Brumado, uma remanescente Quilombola situada no Rio de Contas.

Em agosto, dia 23, *A Bahia e o Mar – Atividades Navais. Perspectivas e Oportunidades marítimas atuais* foi tema de palestra proferida

pelo engenheiro Silvino Bastos, como agenda do projeto *Ensinando e Conversando no Café*. No dia seguinte (24), a mesa-redonda *Sapiens: uma breve história da humanidade*, coordenada pelo diretor do IGHB Ricardo Nogueira, teve as participações da economista Vânia Ferrari e do professor Raimundo Alves, que discutiram o *best-seller* do historiador Yuval Noah Harari.

De 28 a 31 de agosto, o seminário *A Independência no Século XXI* lançou importantes reflexões sobre os complexos desafios contemporâneos para a preservação da identidade nacional e para o desenvolvimento do país, considerando as vicissitudes do mundo globalizado. De caráter interdisciplinar, contou com palestrantes de diversas partes do Brasil e das mais distintas áreas do saber, passando pela história, pela cultura, pela teologia, pelas relações internacionais, pela defesa nacional e pelo direito. Sob a coordenação geral do diretor do Instituto, Ricardo Nogueira, estiveram reunidos os professores Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Marcos Perin, Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão, Alessandro Visacro e Ludmila Lins Grilo.

Entre os meses de setembro e outubro, o professor Raul Coelho Barreto Neto (Mestre em História Regional e Local pela UNEB), ministrou o curso *A Bahia na Segunda Guerra Mundial*, de modo virtual. A proposta foi apresentar e discutir inúmeras questões relativas ao evento da Segunda Guerra Mundial na Bahia, oferecendo ao público a possibilidade de melhor conhecer e interagir a respeito da temática.

A segunda edição do curso *Conhecer e Entender Salvador: desafios da cidade na contemporaneidade* teve início em setembro, com previsão de aulas até novembro. A coordenação é do Setor de Geografia do IGHB, com organização geral do professor Jémison Mattos dos Santos (UEFS). O objetivo do curso é analisar aspectos fundamentais que estruturam e dinamizam a cidade do Salvador, na perspectiva de

contribuir para maior compreensão das suas demandas socioespaciais, apresentando possibilidades e encaminhamentos que auxiliem na superação dos principais desafios.

Até o fechamento deste texto, estavam programados cursos de *História da Bahia*, com as participações dos professores Felipe Brito, Clara Ferrão e Mariana Farias, todos de modo virtual, além de um curso sobre patrimônio cultural, com o professor Iran Souza. O Instituto também prepara uma homenagem ao artista plástico Emanuel Araújo, falecido em 7 de setembro de 2022, e uma palestra dos professores Maria Antonia Lima Gomes e Alfredo Matta sobre o Teatro São João, inaugurado em 1812 e destruído por um incêndio no dia 6 de junho de 1923.

Dentre outras ações e atendimentos ao público, o Instituto disponibiliza visita guiada para que o visitante conheça a instituição, sua arquitetura e o rico acervo, estabelecendo um diálogo com as questões da contemporaneidade. Esse contato, seja individual ou em grupo, visa abordar a historicidade de cada peça trazendo para os nossos dias algumas questões sociais, comportamentais e artísticas inseridas no processo do conhecimento.

Toda a agenda pode ser consultada no site www.ighb.org.br e nas redes sociais @ighbahia. O IGHB é uma das instituições apoiadas pelo programa *Ações Continuadas a Instituições Culturais*, iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) através do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA). A casa funciona de segunda a sexta, das 13h às 18h.



129 anos da fundação do IGHB



Mesa-redonda dedicada aos 100 anos da sede do IGHB



Sede do IGHB 100 anos



Conferência de Aldo Rebelo



Exposição Personagens da Guerra pela Independência



Palestra de Francisco Senna sobre Salvador



Homenagem a Manuel Querino



Apresentação de Camerata da OSBA



Palestra de Joaci Góes sobre a vida de Castro Alves

Resenha

**RESENHA DO LIVRO *INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA*, DE LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES.
(SALVADOR: EDUFBA, 2023, 248P.)**

Lina Maria Brandão de Aras¹

Cabe, inicialmente, uma advertência: é explicar que essa é uma resenha descritiva, pois a resenhista possui grande simpatia acadêmica pela obra, o que nos leva a um olhar para as suas principais contribuições. Importante afirmar ainda que, quando essa obra, inclusive, foi produzida, o contexto historiográfico que não era propício às abordagens evidenciadas pelo autor, visto que ele ainda estava centrado nos grandes fatos e seus personagens com poucos estudos buscando a virada historiográfica que viria se consolidar no terceiro quartel do século XX.

¹ Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal da Bahia (1983), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1989), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1995) e pós doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (2009-2010). É professor Associado III do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Bahia, rebeldias, região, literatura e gênero.

O bicentenário da guerra de Independência do Brasil na Bahia trouxe uma série de publicações e a ampliação do escopo do tema. Foram acrescentados novos objetos e novas inclusões de pessoas que estiveram presentes no cenário em que viria a acontecer a independência do Brasil na Bahia ou tiveram algumas imbricações naquele processo.

Muitas instituições foram motivadas a participar da efeméride através do que lhe é peculiar. No caso da Edufba, ao comemorar seus 30 anos de existência, foi decidida a realizar a publicação da segunda edição da referida obra *Independência do Brasil na Bahia*, de autoria de Luís Henrique Dias Tavares e, na ocasião, o lançamento foi acompanhado de um debate sobre o livro, quando foram apresentadas algumas contribuições da obra para o tema e, mesmo, evidenciadas outras temáticas correlatadas emergidas das leituras individuais realizadas para o lançamento. Este contou com as contribuições de Sergio Guerra Filho que tratou do livro em si e Emiliano José que trouxe o referencial marxista embutido na obra.

Luís Henrique Dias Tavares exerceu grande parte de sua docência no Departamento de História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, e esteve vinculado a instituições como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e a Academia de Letras da Bahia. A Edufba, por sua vez, representou a casa editorial do referido autor, sendo até pouco tempo, o autor mais publicado por aquela casa. Sua formação marxista, aperfeiçoada na militância partidária, silenciada, entretanto, ao longo de sua vida, após a prisão pelo Estado ditatorial, saído do Golpe de 1964, encontra guarida na obra em análise quando ficam evidentes os conflitos de classe, tônica presente em toda a sua obra, de uma forma geral.

A decisão editorial representou uma opção fundamental na disseminação dos conteúdos presentes na obra e se constitui, na

atualidade, um texto importante para as pessoas que desejam adentrar pelo mundo da chamada Guerra da Bahia. Os seus conteúdos a caracterizam como uma obra de chegada, isto é, aquela obra que possibilita ao leitor a abertura de novos caminhos a partir daquelas construções apresentadas pelo autor.

Luís Henrique Dias Tavares elaborou um texto que enfrentou questões silenciadas na historiografia, visto que aquela produção contemporânea ainda mantinha resistência ao debate sobre os invisibilizados e excluídos da história, encobertos pelas questões de raça, classe e gênero.

A preocupação do autor em ampliar o debate pode ser evidenciada na própria publicação da “A independência do Brasil na Bahia”. Anos depois, a publicação já não traz o artigo feminino “A” e já recebe o título que esteve na segunda publicação sobre a temática e, agora, se consolida com o título Independência do Brasil na Bahia. (Guerra Filho, 2004, p. 31)

Por que valorizamos a segunda edição de Independência do Brasil na Bahia e como ela chega em um momento importante para as pesquisas do tema? A segunda edição amplia o número de leitores, já atinge uma geração posterior à primeira edição e chega com a capacidade de olhar para outros cantos e presenças antes não conhecidas. As novas gerações identificam as preocupações que Luís Tavares já trazia anteriormente, mas que não foram tão trabalhadas quanto agora, diante das preocupações com a guerra em si, que ganhava relevo na edição anterior. A guerra e suas implicações movimentaram uma geração de pesquisadores e de discussão de objetos que estavam por dentro da guerra, como o abastecimento, a circulação de informações, o papel da imprensa e da disseminação dos papéis, por exemplo.

Luís Tavares chega à composição social no cotidiano da guerra a partir da sua experiência nos estudos e pesquisas do movimento de 1798, como ele gostava de se referir aos alfaiates, soldados e outros trabalhadores que ousaram enfrentar o pacto colonial. Certamente, o encontro com personagens reais chamou a atenção do autor para retrabalhar a guerra de independência do Brasil na Bahia para além do conflito em si.

Elaborou, então, uma história que incorporou mulheres e homens negros, homens e mulheres pobres; os papéis de cada pessoa naqueles agrupamentos militares; a doença e a morte no campo de enfrentamento entre os brasileiros e os portugueses chamou a atenção para a forma diferenciada como eram tratados cada segmento social ali envolvidos; linha de comando dos militares e os conflitos internos ocorridos; a presença de militares de outras províncias e como essa participação consolidou a dimensão nacional da Guerra.

Como obra de chegada, os temas são trabalhados de forma aberta, a fim de motivar a realização de novas pesquisas sobre aqueles temas ali citados, evidenciando a generosidade acadêmica do autor, pois, ao citar o problema, faz as indicações para seu aprofundamento. Daí que a obra é fundamental para o nosso tempo, quando desejamos inserir nas linhas as diversas e diferentes categorias sociais envolvidas naquele processo de projetos políticos e sociais em conflito.

Destaque-se que o texto traz uma narrativa precisa, com uma escolha das palavras que melhor apresenta o conteúdo trabalhado. Enfim, um texto de leitura prazerosa e de acesso fácil a todas as pessoas que gostariam de conhecer a guerra de independência do Brasil na Bahia pelo olhar atento e preciso de Luís Henrique Dias Tavares.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.

GUERRA FILHO, Sergio Armando Diniz. **O povo e a guerra**. Participação das camadas populares nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia. Salvador: UFBA, 2004. (Dissertação em História)

TAVARES, Luís Henrique Dias. **A independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Edufba, 2005. (1ª edição)

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. 2. ed., Salvador: Edufba, 2023.

Relatório da Biblioteca e Arquivo

RELATÓRIO DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA

PERÍODO: 01/09/2022 A 31/08/2023

Luis Américo Lisboa Junior¹

Fernanda Mota de Oliveira²

1. AQUISIÇÃO DE REGISTRO

Item	Descrição	Quantidade
1.1	Doação de livros e revistas	333
1.2	Livros e revistas inseridos no Sistema PHL	243
1.3	Livros catalogados	243
1.4	Jornais encadernados	—

¹ Diretor da Biblioteca Ruy Barbosa/IGHB

² Bibliotecária Documentalista da Biblioteca Ruy Barbosa/IGHB

2. ATENDIMENTO AO PÚBLICO USUÁRIO

Item	Descrição	Quantidade
2.1	Atendimento ao usuário (PRESENCIAL)	1.804
2.2	Pesquisa online (PHL) (VIRTUAL)	7.123

3. ACERVO CONSULTADO

Item	Descrição	Quantidade
3.1	Jornais	2.840
3.2	Livros	1.347
3.3	Revistas	627

ATIVIDADES EM EXECUÇÃO

- ✓ Reorganização dos livros nas estantes, de acordo com a classificação e correção nos sistema PHL;
- ✓ Recebimentos diários de jornais (A Tarde, Tribuna da Bahia, Correio);
- ✓ Participação com 12 (doze) publicações referentes ao Dois de Julho na vitrine expositiva, em comemoração ao Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia;
- ✓ Participação na vitrine expositiva em homenagem a Ruy Barbosa;
- ✓ Seleção de livros e revistas em duplicata para doação;
- ✓ Análise de doações de publicações de vários temas;
- ✓ Solicitação atendida referente ao conserto e manutenção da impressora CANON Image Runner 1057;
- ✓ Solicitação de estantes para organização de livros e jornais;
- ✓ Solicitação de conserto e manutenção dos ares-condicionados.

RELATÓRIO DO ARQUIVO HISTÓRICO THEODORO SAMPAIO

COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO

O acervo do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, possui 11.000 documentos, formado de documentos recebidos, a título de doação, entre manuscritos, exemplares de jornais, partituras, fotografias antigas, entre outros.

DOAÇÕES: Acusamos o recebimento do Acervo Rubens Ribeiro, do sócio Dr. Lamartine Lima; o acervo do Dr. Estácio Lima e da Sra. Lea Marcondes dos Santos e o acervo do Dr. Julio Brandão.

ATIVIDADES REALIZADAS DE NOVEMBRO DE 2021 A 31 DE ABRIL DE 2023

Foram digitalizados fotografias e documentos através do Fundo de Cultura da Fundação Pedro Calmon e Acervo de Theodoro Sampaio pelo Projeto JAIME SODRÉ - Atendimento ao pesquisador;

- Identificação, classificação, descrição e catalogação de documentos do fundo IGHB, no Sistema PHL;

- Separação de documentos e imagens pertencentes ao Acervo, para o Projeto de digitalização; - Verificação das imagens digitalizadas com os respectivos endereços eletrônicos disponibilizados na base de dados PHL;
- Conversão dos documentos digitalizados em formato ‘jpeg’ para o formato ‘pdf’; - Organização da sala de consulta do arquivo.
- Envio para a correção tombos duplicados no Sistema PHL de documentos catalogados, para a Consultora do Sistema;
- Reunião com a Diretoria para assinar o termo de autorização de uso da imagem do Álbum da Sociedade de Combate a Lepra.
- Organização dos Livros Históricos e Administrativos, pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico;
- Consulta a documentos referentes ao “Dia da Independência do Brasil na Bahia”;
- Breve conversa referente à comemoração dos 100 anos da construção da ‘Casa da Bahia’, edifício sede do IGHB.
- Envio do documento: Theodoro Sampaio. Diário 1902 (Nº 84), em formato digital, para o pesquisador após a assinatura do Termo de Responsabilidade.
- Preparação para exposição em homenagem ao Dr. Manuel Querino;
- Seleção de documentos para a exposição em homenagem ao Dr. Manuel Querino;
- Pesquisa e seleção de documentos de Castro Alves, ou relacionados a ele, para a palestra e exposição, do dia 14 de março, realizada pelo Presidente do IGHB, Joaci Góes;
- Recolhimento dos documentos em exposição no evento em homenagem ao Dr. Manuel Querino.
- Seleção de documentos relacionados RUY BARBOSA - para a exposição;

- Breve limpeza dos álbuns fotográficos e recolocação dos mesmos nos armários;

ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Foram atendidos o total de 26 pesquisadores, presencialmente ou via arquivo@ighb.org.br. Foram pesquisados ao total de 27 documentos e 94 fotografias.

ANO DE 2022

Foram atendidos ao total de 125 pesquisadores, presencialmente ou via arquivo@ighb.org.br. Foram pesquisados ao total de 290 documentos, 222 fotografias e 10 mapas.

Em abril foram pesquisados documentos do Acervo Rubens Ribeiro e Álbum Chapada Diamantina de Theodoro Sampaio e em junho documentos administrativos IGHB de 1940 não catalogada no Sistema.

Houve consulta ao acervo feito no banco de dados institucional: Site ighb.org.br Pesquisa online formando o total de 1432

ANO DE 2023

Foram atendidos o total de 82 pesquisadores presenciais, através do email arquivo@ighb.org. Foi pesquisado um total de 131 documentos, 41 fotografias e 3 mapas.

Acresce a este quantitativo os documentos administrativos do IGHB de 1940 e os álbuns fotográfico da Sociedade de Combate a Lepra e da Chapada Diamantina, não catalogados

Foram feitas 4007 consultas no banco de dados institucional, Sistema PHL em pesquisa online inserido no site em ighb.org.br.

Relação dos Associados

SÓCIOS DO IGHB

Presidente de Honra

Eduardo Morais de Castro

Beneméritos

Antônio de Pádua Carneiro

Antônio José Imbassahy da Silva

Fernando Paes de Andrade

Jacques Wagner

José Nilton Carvalho Pereira

Honorários

João Paulo Marques Sabido Costa

Efetivos

Adeildo Osorio de Oliveira

Adélia Maria Bittencourt Marelím

Adelmo Fernando Ribeiro Shindler Júnior

Ademar Oliveira Cirne Filho

Ademar Pinheiro Lemos Júnior

Adriana Bandeira de Oliveira

Adriano De Lemos Alves Peixoto

Adriano Eysen Rego

Adroaldo de Jesus Bélen

Alan José Alcântara de Figueiredo

Alberto Bastos Balazeiro

Alberto Fael Filho

Alberto Pimentel Carletto

Aldely Rocha Dias

Aldevan Alves de Barros

Alessandro Timbó Nilo

Alex Guedes

Alex Schramm de Rocha

Alfredo Eurico Rodrigues Matta

Aline Barbosa de Araújo

Alfrio Fernando Barbosa de Souza

Almir de Oliveira Santos

Almir Ferreira dos Santos

Almira Mara Vinhaes Dantas
Aloísio Palmeira Lima
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Jr.
Américo Adnauer Heckert
Ana Claudia Gomes de Souza
Ana Elisa Ribeiro Novis
Ana Lúcia da Silva Teixeira
Ana Paula Gordilho Pessoa
Anaci Bispo Paim
André Barachísio Lisbôa
Andre Luis Soares Lopes
André Luiz de Carvalho Nunes
André Nunes de Souza
Aníbal Augusto Gondim Silva
Anselmo Ferreira Machado Carvalho
Antonia da Silva Santos
Antonio Alberto Dias dos Santos Balazeiro
Antonio Bendocchi Alves Neto
Antonio Francisco Costa
Antonio Luis Silva de Carvalho
Antônio Luiz Calmon Teixeira
Antonio Menezes do Nascimento Filho
Antonio Natalino Manta Dantas
Antonio Olavo dos Santos Filho
Antônio Plínio Pires de Moura
Antonio Rodrigues Nascimento Filho
Antônio Tadeu Bahia Menezes
Aramis de Almada Ribeiro Costa
Aristides Pereira Maltez Filho
Armando Barreto Rosa
Arnon Lima Barbosa
Aroldo Luiz da Silva Bacellar
Arthur Augusto de Oliveira Viana
Arthur Guimarães Sampaio
Artur Napoleão de Carneiro Rêgo
Átila Brandão de Oliveira
Augusto Sérgio Albuquerque Soares
Baltazar Miranda Saraiva
Beatriz Loureiro Cerqueira Lima
Benito Muinos Juncal
Bruno Leonardo Guimarães Godinho
Bruno Lopes do Rosário

Bruno Oliveira dos Santos
Caio César Tourinho Marques
Caiuby Alves da Costa
Carlos Alberto Saraiva Santos
Carlos Artur Rubinos Bahia Neto
Carlos D'Ávila Teixeira
Carlos de Souza Andrade
Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins
Carlos Eduardo Sodré
Carlos Eugenio Libano Soares
Carlos Jorge Pronzato
Carlos Martheo C. Guanaes Gomes
Carlos Roberto Santos Araújo
Celso Jaloto Avila Junior
Ceres Marylise Rebouças De Souza
César Augusto Borja Fernandez Cardillo
César de Faria Junior
Cláudia Moraes Trindade
Claudio Pondé Avena
Claudio Tinoco Melo de Oliveira
Cleivaldo de Almeida Sacramento
Coriolano Alberto Andrade de Oliveira
Filho
Creuza Santos Lage
Dante Augusto Galeffi
Denis da Silva Galvão de Carvalho
Diego Borges Ramos
Dilson Cardoso da Silva Filho
Dione Jacy Ferraz S. Moraes
Dione Maisa Soares da Cunha Euzébio
Djalma Navarro Falcão
Dom Emanuel D'able do Amaral
Domingos Evangelista dos Santos
Durval Julio Ramos Neto
Edilece Souza Couto
Edilton Meireles de Oliveira Santos
Edilucio Fernandes
Edmar Rocha Torres
Ednaldo Crispim Dantas de Santana
Ednaldo Soares
Eduardo Augusto Rebouças França

Eduardo Meirelles Valente
Eduardo Moraes de Castro
Edvaldo Menezes de Araújo
Edvaldo Pereira de Brito
Elie de Lago Gonçalves
Elizabeth Conceição Santana
Emanoel Silva Cairo
Erivaldo Fagundes Neves
Eugênio Walter Pinto Montalvão de
Figueredo
Euza Maria Coelho de Araújo
Fabio Barros Sá Barreto
Fabio da Silva Santos
Fausto de Abreu Franco
Fernando da Gama Santos
Fernando José Caldas Oberlaender
Fernando José Máximo Moreira
Fernando Pinto de Queiroz
Florencio Magalhaes Matos Filho
Florisvaldo Moreira de Mattos
Francisco Benjamin de Carvalho
Francisco César Lins Santana
Francisco Jorge de Oliveira Brito
Francisco José Pitanga Bastos
Francisco Neto de Borges Reis
Franklin de Carvalho Oliveira Junior
Frederico Meireles Dantas
Gabriel Neves Carneiro
Genivalda Cândido da Silva
Gildásio Vieira de Freitas
Gildecio de Oliveira Leite
Gilson Magno dos Santos
Gisela Band
Graciela Mendes Ribeiro Reis
Guilherme Aguiar de Oliveira
Guilherme Cortizo Bellintani
Hamilton Celestino da Paixão Filho
Hamilton José Castro Meira
Heitor Reis de Oliveira
Helington de Araujo Rangel
Hélio José Bastos Carneiro de Campos
Hermann Sanches Silva

Helvidio Braga Landim
Henrique Abreu Monteiro
Henrique Campos de Oliveira
Henrique Gonçalves Trindade
Hildevaldo Silva Ribeiro
Horacio Raymundo de Senna Pires
Humberto Caldas da Silveira Junior
Igor Barbosa Souza
Ione Celeste Jesus de Sousa
Iran Souza da Conceição
Isadora Perez Alves Peixoto
Ivanildo Almeida Lima
Jackson Amorim de Andrade
Jaime Oliveira do Nascimento
Jair Cardoso dos Santos
Jaíra Capistrano da Cruz Soares
Jamile Souza Calheiros dos Santos
Jan Maurício Oliveira Van Holthe
Jasón Siffert Lemos
Jayme Augusto Ribeiro de Oliveira Matos
Jayme Newton Vasconcelos de Lemos
Jemison Mattos dos Santos
Joaci Fonseca de Góes
João Alberto de Oliveira Matta
João Augusto de Lima Rocha
João José Reis
João Maurício Prisco Paraíso
João Otávio de Oliveira Macedo
Joaquim Rodrigo de Souza Dourado
Jorge Avelino da Lança Falcão Paredes
Jorge Luiz Ramos
Jorge Luiz Sapucaia Calabrich
Jorge Santana Bispo Junior
José Antônio de Jesus
José Antônio Moreira Icó da Silva
José Augusto da Silva
José Cláudio Alves de Oliveira
José Dionísio Nóbrega
Jose Dirson Argolo
José Eduardo Athayde de Almeida
José Geraldo dos Reis Santos
Jose Jorge Souza Carvalho

José Lamartine de Andrade Lima Neto
José Luiz Ganem
José Marcos Pondé Fraga Lima
José Maria da Luz Santos
José Mário Dias Soares Junior
José Pérciles Diniz Bahia
José Ribeiro Rosário
José Roberto Pinho de Andrade Lima
Jose Rodrigues Nogueira Neto
Josué da Silva Mello
Jovani de Aguiar Ribeiro Pereira
Juciara Maria Nogueira Barbosa
Júlio César Teixeira
Junot de Carvalho Barroso Filho
Jutay Inácio Menezes
Lélia Vitor Fernandes de Oliveira
Leonardo dos Santos Ferreira
Leonardo Ribeiro Fraga Lima
Liacélia Pires Leal
Lídia Boaventura Pimenta
Lidivaldo Reache Raimundo Britto
Lina Maria Hurtado Gomez
Livia da Silva Modesto Rodrigues
Lizir Arcanjo Alves
Lourenço Mueller Costa
Lucas Carneiro Valencio
Lucas de Faria Junqueira
Lucia Maria da Franca Rocha
Lúcia Maria de Araújo Góes Santos
Luciano Corrado
Luciano de Almeida Lopes
Luciano Silva Moraes
Lucidalva Andrade de Menezes
Lucigleide Nery Nascimento
Lucio Normando do Amaral Reis
Luís Alberto Ribeiro Freire
Luís Fernando Galvão de Almeida
Luís Guilherme Pontes Tavares
Luís Henrique Costa Ferreira
Luís Vaz de Campos Moreira Tourinho
Luislinda Dias de Valois Santos
Luiz Americo Lisboa Junior

Luiz Antonio Cajazeira Ramos
Luiz Antonio de Souza
Luiz Cláudio Guimarães
Luiz Eduardo Carvalho Dorea
Luiz Henrique Silva Santana
Luiz Ovídio Fisher
Luiz Paulo de Almeida Neiva
Luiza Maria de Vasconcellos Vianna
Lurdes Bertol Rocha
Manoel Antonio dos Santos Neto
Marcella Pinto de Almeida
Marcelo Duarte Dantas de Ávila
Marcio Cesar de Mello Brandão
Marcos Euzebio de Oliveira Menezes
Marcos Antonio Santos Bandeira
Marcos José Oliveira
Marcos Melo Neto
Marcos Oliveira Gurgel
Marcos Pessoa Pinto
Marcos Roberto de Santana
Marcos Vinicius Silva dos Santos
Maria Alice Pereira da Silva
Maria Assunção de Oliveira Cadidê
Maria Conceição da Gama Santos
Maria Constança Carneiro Galvão
Maria das Graças de Andrade Leal
Maria das Graças Monteiro Fernandes
Maria das Graças Nunes Cantalino
Maria de Fatima Silva Carvalho
Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida
Maria do Rosário de Oliveira Pinheiro
Maria Helena Franca das Neves
Maria Helena Lanat Pedreira de Cerqueira
Maria Inês Corrêa Marques
Maria Nadja Nunes Bittencourt
Maria Romilda Tavares Maltez
Maria Tereza Salles N. de Brito Matos
Maria Virginia de Salles Garcez
Mariana Bahia dos Santos E Santos
Maribel Oliveira Barreto
Marina Garrido Moisés
Mário de Mello Kertész

Mario Mendonça de Oliveira
Marivaldo Batista da Paixão
Mauricio da Silva Ferreira
Mauro Lopes Figueiredo
Miguel Angelo Almeida Teles
Miguel Angelo Velanes Borges
Miguel Calmon Teixeira de Carvalho
Dantas
Miguel Sampaio
Monica Andrade Souza
Monica Elizabeth Vieira Martins Garrido
Nelson José de Carvalho
Nelson Wanderley Ribeiro Meira
Newton Cleyde Alves Peixoto
Nilo Cerqueira da Silva
Nilton José Costa Ferreira
Nilton Sousa Santana
Nilzo Augusto Mendes Ribeiro
Nivaldo dos Santos Aquino
Nubia Cristina de Jesus Santos
Octavio Henrique Coelho Messeder
Orlando Tourinho Junior
Orlins Santana de Oliveira
Oscimar Alves Torres
Oswaldo de Almeida Bomfim
Oswaldo de Oliveira Bastos Neto
Pablo Antonio Iglesias Magalhães
Pablo Sotuyo Blanco
Paulo Coelho Veiga
Paulo Costa Lima
Paulo Emílio Parente de Barros
Paulo Ormino David de Azevedo
Pedro Manoel da Costa
Penildon Silva Filho
Rafael de Jesus Dantas de Oliveira
Raimundo Luiz de Andrade
Raimundo Nonato Portela de Souza
Raimundo Santos Silva
Ramiro Senna Berbert de Castro
Raul Affonso Nogueira Chaves Filho
Raymundo Luiz de Oliveira Lopes
Regina Célia Santos Rocha

Renato de Mello Guimarães Lôbo
Renato Simões Filho
Renato Souza Santos
Ricardo Isensee Monteiro
Ricardo Mauricio Freire Soares
Ricardo Mauricio Nogueira e Silva
Ricardo Tupiniquim Ramos
Rita Maria Cruz Pimentel
Rizodavaldo da Silva Menezes
Roberto dos Santos Rodrigues
Roberto Gondim Pires
Roberto Nunes Dantas
Robson Fernandes Arapiraca
Romário Costa Gomes
Rommel Robatto
Ronaldo Ribeiro Jacobina
Rosemma Burlacchini Maluf
Rozendo Ferreira Neto
Rubens Antonio Da Silva Filho
Ruy do Carmo Póvoas
Saionara Bonfim Santos
Saulo Marias Dourado
Sergio Alexandre Meneses Habib
Sergio Armando Diniz Guerra
Sérgio Augusto Soares Mattos
Sérgio Emílio Schlang Alves
Sérgio Fraga Santos Faria
Silvio Porto de Oliveira
Simone Trindade Vicente da Silva
Sione Maria Porto de Oliveira
Sônia Maria de Couto Jonas
Sudário de Aguiar Cunha
Suely Moraes Ceravolo
Suzane Calmon Teixeira Dias Lima
Vicentini
Swarts Alves Torres Sobral Bentes
Sylvia Maria Alcantara Reis Mendes
Symone Maria de Freitas Moura
Tatiana Brito de Araújo Galvão
Tiago Floriano Silva
Tiago Ramos Ribeiro
Ubirajara Dantas Lemos

Vanda Angélica da Cunha
Vania Ferrari Ramos
Vera Lucia Príncipe Costa
Vera Madalena Publio Barretto de Araújo
Vilson Caetano De Sousa Junior
Virginia Ottony De Araújo Pinho
Vivaldo Do Amaral Adaes
Waldette Maria Dos Santos
Walsimar Dos Santos Brandão
Walter Carneiro Da Silva
Walter José Dorea Cancio Soares
Walter Luiz Brito Dos Santos
Walter Moacyr Costa Moura
Wellington Do Carmo Cruz
Wilson De Lima Brito Filho
Wilson Roberto De Mattos
Yara Dulce Bandeira De Ataíde

Remidos

Adinoel Motta Maia
Alberto Nunes Vaz da Silva
Alberto Salles Paraíso Borges
Alvaro Pinto Dantas de Carvalho
André Jorge Publio Dias
Angélica Maria da Anunciação Reis Soares
Antonietta de Aguiar Nunes
Antônio Alberto Machado Pires Valença
Antônio Ivo de Almeida
Antonio Lima Farias
Antonio Oscar de Santana
Archimedes José Stiebler Pedreira Franco
Aristeu Barreto de Almeida
Aroldo Barreiros Cardoso
Astor Carneiro de Lima
Astor de Castro Pessoa
Branca Hortélio Fernandes
Carlos Alberto Reis Campos
Carlos Antonio Martins de Carvalho
Carlos Eduardo Ribeiro Diniz Gonçalves
Carlos Sampaio Filho
Cícero Vilas Boas Pinto

Denascy Phylocreon de Castro Lima
Dinorah Berbert de Castro
Dorine Daisy Pedreira de Cerqueira
Durval Freire de Carvalho Olivieri
Edizio Rodrigues Mendonça
Eduardo Guimarães Pereira das Neves
Emilton Moreira Rosa
Ernani Newton Quadros Cairo
Fernando Antônio de Souza
Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado
Fernando de Souza Pedroza
Fernando Santana Rocha
Florence Lebrum Sohsten
Franklin de Cerqueira Machado
Fredie Souza Didier Junior
Geraldo Leite
Gilberto Sampaio Pithon
Gláucia Maria de Lemos Leal
Guarani Valença de Araripe
Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira
Helio de Oliveira Cardoso
Ildo Fucs
Irton Villas Leão
Isaias de Carvalho Santos Neto
Israel de Oliveira Pinheiro
Itamar Jose de Aguiar Batista
Ivan da Silva Barroso
Ivan Guanais de Oliveira
Ivanilton Santos da Silva
Jayme Ramos de Queiroz
João Bosco Soares dos Santos
Joaquim Luiz de Souza
Johildo Salomão Figueiredo Barbosa
Jorge Raimundo de Cerqueira e Silva
Jorge Santana Bispo Junior
José Andrade Mendonça
José Antônio de Mello Vicentini
José Bernardo Cordeiro Filho
José Bezerra Lima Irmão
Jose Carlos Augusto da Silva
José Carlos Martinez Martinez
José da Silva Gazar

José Leite de Souza
 José Newton Alves de Souza
 Joselito Barreto Abreu
 Jurandir Antonio Sá Barreto Júnior
 Kátia Maria Coelho de Carvalho Custódio
 Lamartine de Andrade Lima
 Lúcia Maria Ruas Gaspar
 Luiz Gonzaga da Silveira
 Luiz Vianna Neto
 Manoel Figueiredo Castro
 Manoel Joaquim Fernandes de Barros
 Sobrinho
 Manuel José Pereira da Silva
 Marcel Lavallée
 Maria Angela Barreiros Cardoso
 Maria Angélica Barreiros Cardoso
 Maria Betty Coelho Silva
 Maria de Vasconcelos Tavares
 Maria do Socorro Targino Martinez
 Maria Dulce Cardoso Cardoso
 Maria Eleonora Cahyba
 Maria Helena Matue Ochi Flexor
 Maria Hilda Baqueiro Paraíso
 Maria Inês Côrtes de Oliveira
 Maria Luiza Pinto Leite Gonçalves
 Mário Lindenor Bastos Brito
 Milton Carlos da Motta Cedraz
 Moacyr Pinheiro Silva
 Nelson Almeida Taboada
 Nelson Figueiredo Pondé
 Newton Oliveira
 Oscar Damião de Almeida
 Osvaldo Francisco Martins
 Paulo Faria
 Paulo Motta Alves Peixoto
 Pedro de Almeida Vasconcelos
 Pedro José Galvão Nonato Alves
 Phidias Martins Júnior
 Raymundo Kruschewsky Gomes Ribeiro
 Regina Stella Calmon Teixeira Dias Lima
 Rita de Cássia Santana de Carvalho
 Rosado

Roberto José de Souza
 Rosa Maria Cardoso de Santana Valente
 Sônia Maria Ribeiro Simon Cavalcanti
 Sylvio de Carvalho Marback
 Sylvio Guimarães Lobo
 Tasso Paes Franco
 Vicente Favella Filho
 William Vieira do Nascimento
 Zita Magalhães Alves

Correspondentes

Aaron Salles Fernandes Silva Torres
 Ademir Pereira dos Santos
 Adilson Cezar
 Adriana Jacob Carneiro
 Aidenor Aires Pereira
 Alberto Martins da Silva
 Alberto Venancio Filho
 Ana Lucia Granja de Souza
 Antonella Rita Roscilli
 Antonio Dias Farinha
 Antônio Ezequiel da Silva
 Antonio Ferreira Paim
 Antonio Jorge Furquim
 Antonio Pedro de Bacelar Carrelhas
 Antonio Possidonio Sampaio
 Antonio Seixas
 Armando Alexandre dos Santos
 Augusto César Zeferino
 Berthold Zilly
 Carlos Francisco Moura
 Carlos Magno Estevanovic
 Carlos Roberto de Mello Kertesz
 Carol de Oliveira Lima Bandeira
 Claudefranklin Monteiro Santos
 Daniel Antunes Junior
 Dario Teixeira Cotrim
 Dilton Domingos Gomes dos Santos
 Dom Felipe Alberto Folque de
 Bragança.....
 Edmundo Aníbal Heredia

Edson Santana do Carmo
 Edson Ulisses de Melo
 Eduardo da Silva
 Eliana Calmon Alves
 Epitacio Pedreira de Cerqueira
 Esther Caldas Guimarães Bertoletti
 Esther Regina Largman
 Euclides Pinto Torres
 Euges Silva de Lima
 Fabiano Cataldo de Azevedo
 Fabiano Cataldo de Azevedo
 Fátima Alves Tostes
 Fernando da Costa Tourinho Neto
 Filipe Alberto Folque de Bragança e
 Bourbon de Mendóça
 Francisco de Vasconcellos
 Francisco Fernando Saraiva Câmara
 Getúlio Marcos Pereira Neves
 Glória Kaiser
 Gonçalves de Vasconcelos E Sousa
 Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila
 Lins
 Gutemberg Medeiros Costa
 Helen Sabrina Gledhill
 Helena Parente Cunha
 Hendrik Kraay
 Henrique Pinto Rema
 Hilton José Gomes de Queiroz
 Hitoshi Ishihara
 Isidoro Vasquez de Acunã Y Garcia Del
 Postigo
 Jacy Gonçalves Ribeiro
 Janete Ruiz de Macedo
 João Alfredo de Sousa Montenegro
 João Mauricio de Araújo Pinho
 Jorge Couto
 Jorge Forjaz
 José Alves Siqueira Filho
 Jose Arthur Rios
 José Carlos Almeida Belitardo
 Jose Celso de La-Rocque de Macedo
 Soares Guimarães

José Manuel Lomba
 Jose Mendonça Teles
 Justino Mendes de Almeida
 Kabengele Munanga
 Leão Renato Pinto Serva Neto
 Leonardo Tocchetto Pouperio
 Lourenço de Figueiredo Perestrelo
 Correia De Matos
 Luis Fausto Dias de Valois Santos
 Luiz Claudio Aguiar
 Lydia Pinheiro de Araújo Sá
 Marc Werner Herold
 Marco Antonio Neia
 Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos
 Filho
 Marcus Soares de Albergaria de Noronha
 da Costa
 Marcus Vinicius Vilaça
 Maria Beltrão
 Melquiades Pinto Paiva
 Miguel Beirão de Almeida Metelo de
 Seixas
 Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro
 Murilo Sebastião Ramos Krieger
 Napoleão Tavares Neves
 Olindo Herculano de Menezes
 Paulo Coêlho de Araújo
 Paulo Fernando de Moraes Farias
 Paulo Roberto Pereira
 Pedro Alberto de Oliveira Silva
 Pedro Augusto de Freitas Gordilho
 Plauto Afonso da Silva Ribeiro
 Professor Doutor Manuel Cadafaz Matos
 Raimundo de Oliveira Borges
 Raymundo Laranjeira
 Ricardo de Carvalho
 Renato Luís Sapucaia Bandeira
 Roberto de Araújo Chacon de
 Albuquerque
 Rogério de Vasconcelos Faria Tavares
 Rui Manoel Cordeiro de Vieira Rasquilho
 Sebastião Augusto de Souza Nery

Sérgio Martinez Baeza
Terezinha Teixeira Santos
Vamireh Chacon de Albuquerque
Nascimento
Vather Xavier Aguiar
Vicente Sebastião de Oliveira
Victorino Coutinho Chermont de
Miranda

Wagner Eustáquio de Araújo
Walter Carvalho Merling Junior
Washington Luís Andrade de Araújo
Wellington Estevanovic
Wilson Estevanovic Neto
Wilson Gealh

Normas de publicação

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

INSTRUÇÕES AOS COLABORADORES

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB é uma publicação quadrimestral do Instituto Geográfico e Histórico que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria diversa com rigor científico e metodológico. Aceita trabalhos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- preencham o nível exigido de qualidade científica;
- atendam às normas de publicação;
- apresentem afinidades com a natureza da publicação.

INSTRUÇÕES GERAIS

Processo de Seleção

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas ad hoc por eles indicados, sem identificação do autor.

Se o texto for aceito para publicação, a revista permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para a reformulação por parte dos autores. Nestes casos, o Conselho Editorial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

O autor deve ser comunicado do recebimento da sua colaboração no prazo de até dez dias e do resultado da avaliação do seu trabalho em até 120 dias após a data da primeira comunicação.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Não serão aceitas colaborações que não atendam às Normas e à formatação fixada nas Seções.

- Artigos – textos produzidos de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Devem conter no mínimo 12 páginas e no máximo 25 páginas, resumo (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação – Resumo – Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT). O título, o resumo e as palavras-chave (title, abstract and keywords) devem ser traduzidos para a língua inglesa.
- Palestras – Texto de até 4 páginas resultado de palestras dentro ou fora do Instituto. Oriundos de convidados ou da Diretoria e/ou Conselheiros.
- Discursos – Texto resultado de pronunciamentos da Diretoria do IGHB ou de Conselheiros.
- Biografia – Textos de até 5 páginas, antecedendo uma fotografia, de figuras ilustres e históricos local, nacional e internacional que tenham relação direta com a história e a cultura baiana.
- Acervo – Relacionar por natureza de prioridade 10 títulos que constem no acervo da biblioteca.
- Documentos – Apresentação de documentos de valor histórico e geográfico de interesse da comunidade científica brasileira.
- Relatório – Texto de natureza institucional relacionado com as atividades do IGHB.

- Resenhas – Texto de até uma página de publicações lançadas recentemente (até dois anos anteriores à publicação da revista) sob a forma de resenhas, comentários.
- Galeria de Fotografias – Seção de 2 páginas contendo 4 fotos com os respectivos créditos.
- Mapa – (1)
- Espaço Aberto – Memorial 2 de Julho

NORMAS

Ilustrações – As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões.tif ou.jpg. As ilustrações devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.

Citações – Devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520/2002, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação, da ABNT. As citações bibliográficas ou de website, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor faz parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Freire (1982, p. 35) etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula. Exemplo: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (FREIRE, 1982, p. 35). Para qualquer referência a um autor

deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520.

Notas de Rodapé – Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

Referências – Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho.

Alguns exemplos:

LIVRO COM UM SÓ AUTOR

JECUPÉ, Kaka. Será a terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Livro com três autores

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. Peter Norton: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

Livro com mais de três autores

CASTELS, Manuel et al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Capítulo de livro

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. *In*: BARBOSA, Joaquim (Org.). Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

Artigo de periódico

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. A prática da escrita e da leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

Artigo de jornais

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. O Globo, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

Livro em formato eletrônico

SÃO PAULO (Estado). Entendendo o meio ambiente. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

Legislação

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Dissertações e teses

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras

da UFBA. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

Trabalho publicado em congresso

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. Anais... Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

ORIENTAÇÃO PARA A FORMATAÇÃO DOS TEXTOS

1. Devem ser digitados em extensão.doc,.txt ou.rtf, com letra Times New Roman, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.
2. Todas as páginas devem ser numeradas.
3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a seção a ser publicado, e obedecer às normas da revista.

INSTRUÇÕES PARA ENVIO DE ORIGINAIS

Os textos digitalizados devem ser enviados aos cuidados do editor científico da Revista do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na pu-

blicação (nome, endereço, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – IGHb

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
diretoria.publicacao@ighb.org.br

**AQUISIÇÃO DE
EXEMPLARES E ENDEREÇO
PARA CORRESPONDÊNCIA**

**REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA – IGHb**

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
diretoria.publicacao@ighb.org.br

Realização:



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia

Apoio financeiro:

Fundo de cultura

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA

SECRETARIA DE CULTURA
SECRETARIA DA FAZENDA

ISSN 1516344



1516344